



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

***RELATÓRIO E PARECER PRÉVIO SOBRE A PRESTAÇÃO DE  
CONTAS DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS***

***EXERCÍCIO DE 2013***

***LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE***  
*Conselheiro-Relator*



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

***CONSELHEIROS***

Josué Cláudio de Souza Filho - Presidente  
Lúcio Alberto de Lima Albuquerque - Conselheiro-Relator  
Antônio Júlio Bernardo Cabral  
Raimundo José Michiles  
Júlio Assis Corrêa Pinheiro  
Érico Xavier Desterro e Silva  
Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior

***AUDITORES***

Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos  
Mário José de Moraes Costa Filho  
Alípio Reis Firmo Filho

***PROCURADORES DE CONTAS***

Carlos Alberto Souza de Almeida - Procurador-Geral  
Evanildo Santana Bragança  
Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça  
Evelyn Freire de Carvalho  
Ademir Carvalho Pinheiro  
Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva  
Elizângela Lima Costa Marinho  
Ruy Marcelo Alencar de Mendonça  
Elissandra Monteiro Freire  
João Barroso de Souza

***COMISSÃO DAS CONTAS DO GOVERNADOR***

Lourival Aleixo dos Reis - Coordenador  
Jorge Guedes Lobo  
Sérgio Augusto Antony de Borborema  
Maria Ivanice Martins Arguelles  
Paulo Oliveira de Mendonça  
Ercília Valeriano dos Santos



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

## Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>06</b>
Introdução.....	08
<b>Composição do Balanço Geral do Estado.....</b>	<b>08</b>
<b>1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....</b>	<b>09</b>
1.1. Instrumentos de Planejamento e Orçamentação.....	09
1.1.1. Plano Plurianual (P.P.A.).....	09
1.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (L.D.O.).....	10
1.1.3. Lei Orçamentária Anual (L.O.A.).....	10
1.1.3.1. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.....	11
1.1.3.2. Orçamento de Investimento (CE, art. 157, § 5º, II).....	11
1.1.3.3. Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares.....	11
<b>2. DA RECEITA.....</b>	<b>12</b>
2.1. Previsão da Receita.....	12
2.2. Execução da Receita.....	14
2.2.1. Receita Tributária.....	17
2.2.2. Receita Orçamentária Arrecadada por Fonte.....	19
2.2.3. Execução da Receita.....	20
2.2.4. Resumo da Execução Orçamentária.....	20
<b>3. DA DESPESA.....</b>	<b>21</b>
3.1. Fixação da Despesa.....	21
3.1.1. Estrutura Administrativa do Estado.....	22
3.1.2. Instrumentos da Execução Orçamentária.....	25
3.1.2.1. Destaque de Crédito Orçamentário.....	25
3.2. Execução da Despesa.....	25
3.2.1. Abertura de Créditos Adicionais.....	25
3.2.1.1. Créditos Suplementares.....	25
3.2.1.2. Créditos Especiais.....	26
3.2.2. Despesa Autorizada.....	27
3.2.3. Despesa Empenhada.....	27
3.2.3.1. Despesas Empenhadas pelas Unidades Gestoras por Funções.....	31
3.2.3.2. Relação dos 100 Maiores Destinatários dos Recursos do Orçamento do Estado.....	37
3.2.3.3. Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado – Precatórios.....	38
<b>4. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS.....</b>	<b>40</b>
4.1. Balanço Orçamentário.....	41
4.1.1. Superávit da Arrecadação.....	42
4.1.2. Economia Orçamentária.....	42
4.1.3. Déficit das Previsões.....	42
4.1.4. Déficit da Execução Orçamentária.....	42
4.2. Balanço Financeiro.....	42
4.2.1. Programação Financeira.....	43
4.2.2. Movimentação Financeira.....	43
4.2.3. Síntese do Resultado do Balanço Financeiro.....	43
4.2.4. Movimentação dos Restos a Pagar.....	44
4.2.5. Disponibilidade Financeira dos Termos da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF.....	47
<b>5. BALANÇO PATRIMONIAL.....</b>	<b>48</b>
5.1. Demonstrativo Patrimonial Financeiro.....	49
5.1.1. Variação do Patrimônio Financeiro.....	49
5.1.2. Crédito em Circulação.....	50



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

5.2. Demonstrativo Patrimonial Permanente.....	50
5.2.1. Dívida Ativa.....	51
5.2.2. Dívida Pública – Flutuante e Fundada.....	53
5.2.2.1. Dívida Flutuante.....	54
5.2.2.2. Dívida Fundada – Interna e Externa.....	55
5.2.3. Investimentos.....	57
5.2.4. Bens Móveis e Imóveis.....	57
<b>6. SALDO PATRIMONIAL.....</b>	<b>58</b>
6.1. Demonstrativo das Variações Patrimoniais.....	59
<b>7. PATRIMÔNIO DO ESTADO.....</b>	<b>60</b>
<b>8. PROGRAMA DE GOVERNO.....</b>	<b>61</b>
<b>9. CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>115</b>
<b>10. GASTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.....</b>	<b>116</b>
<b>11. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.....</b>	<b>118</b>
<b>12. MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....</b>	<b>120</b>
<b>13. GASTOS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.....</b>	<b>121</b>
13.1. Demonstrativo da Utilização dos Recursos na Saúde.....	124
13.1.1. Demonstrativo de Percentual de Recursos Próprios Aplicados na Saúde no Am.....	124
13.2. Detalhamento da Rede Estadual na Capital e no Interior.....	125
<b>14. GASTOS COM PESSOAL.....</b>	<b>127</b>
<b>15. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL.....</b>	<b>129</b>
15.1. Do Número de Servidores Ativos.....	129
15.2. Dos Servidores Inativos e Pensionistas.....	131
<b>16. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS PARA OS MUNICÍPIOS.....</b>	<b>131</b>
<b>17. TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS FEDERAIS.....</b>	<b>132</b>
<b>18. RENÚNCIA FISCAL.....</b>	<b>133</b>
18.1. Incentivos Fiscais.....	133
18.2. Incentivos Extrafiscais.....	140
18.3. Renúncia Fiscal de ICMS.....	141
<b>19. VINCULAÇÕES DE RECEITAS.....</b>	<b>142</b>
19.1. Receita Tributária Líquida.....	143
<b>20. LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIBILIDADE.....</b>	<b>145</b>
<b>21. GESTÃO FISCAL.....</b>	<b>148</b>
21.1. Relatório Resumido da Execução Orçamentária.....	148
21.2. Publicações dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária.....	149
21.3. Receita Corrente Líquida.....	149
21.4. Demonstrativo do Resultado Nominal.....	150
21.5. Demonstrativo do Resultado Primário.....	151
21.6. Receitas e Despesas Previdenciárias.....	152
21.7. Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital.....	157
21.8. Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos.....	157
21.9. Relatório de Gestão Fiscal.....	158
21.9.1. Publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal.....	159
21.10. Restos a Pagar.....	159
21.11. Despesas com Pessoal.....	160
21.12. Operações de Crédito.....	161
21.13. Dívida Consolidada Líquida.....	162
<b>22. CONCLUSÃO.....</b>	<b>162</b>
22.1. Receitas Correntes.....	162
22.2. Receitas Tributárias.....	162



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

22.3. Receitas de Contribuições.....	163
22.4. Receita Patrimonial.....	163
22.5. Receitas de Serviço.....	163
22.6. Transferências Correntes.....	163
22.7. Outras Receitas Correntes.....	164
22.8. Receitas de Capital.....	164
22.9. Alterações Orçamentárias.....	164
22.10. Superávit da Arrecadação.....	164
22.11. Economia Orçamentária.....	164
22.12. Resultado da Arrecadação Orçamentária.....	164
22.13. Saldo Financeiro Disponível.....	164
22.14. Ativo Financeiro do Estado.....	164
22.15. Patrimônio Permanente.....	165
22.16. Bens Móveis e Imóveis.....	165
22.17. Dívida Flutuante.....	165
22.18. Dívida Fundada Interna.....	165
22.19. Dívida Fundada Externa.....	165
22.20. Superávit Patrimonial.....	165
22.21. Gastos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....	165
22.22. Aplicação dos Recursos do FUNDEB.....	165
22.23. Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde.....	166
22.24. Transferências de Convênios Federais.....	166
22.25. Operações de Crédito Internas.....	166
22.26. Operações de Crédito Externas.....	166
22.27. Licitação, Dispensa e Inexigibilidade.....	166
22.28. Bens Patrimoniais.....	167
22.29. Previsão de Despesa Custeada com Recursos do Tesouro Estadual.....	167
22.30. Despesa de Capital em Relação às Receitas de Operações de Crédito.....	167
22.31. Recursos de Alienação de Ativos e sua Aplicação.....	167
22.32. Limite para Contratação de Operações de Crédito.....	167
22.33. Limite para Dívida Consolidada Líquida.....	168
22.34. Publicação dos Relatórios de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal.....	168
22.35. Limites de Gastos com Pessoal.....	168
22.36. Relatório de Controle Interno – CGE.....	168

**Parecer Ministerial**

**Voto**

**Minuta de Parecer Prévio**

**Parecer**



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

## **APRESENTAÇÃO**

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Presidente.

Excelentíssimos Senhores Conselheiros.

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Contas.

Uma das atribuições mais relevantes do Tribunal de Contas em qualquer esfera governamental, consiste na apreciação das contas do Chefe do Poder Executivo Estadual, para a emissão de Parecer Prévio com intuito de subsidiar tecnicamente o julgamento a ser feito pela Assembleia Legislativa do Estado.

Na esfera estadual, o Tribunal de Contas apreciará as contas anuais prestadas pelo Excelentíssimo senhor Governador do Estado do Amazonas, oferecendo um Parecer Prévio, de caráter técnico e opinativo, com base no artigo 40, inciso I, da Constituição do Estado do Amazonas de 1989, bem como, artigo 1º, inciso VII da Lei 2.423 de 10 de dezembro de 1906.

A partir da edição da Lei Complementar nº 101/2000 também passou a ser atribuição da Egrégia Corte de Contas apreciar a responsabilidade na gestão fiscal das contas prestadas pelos Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e Chefe do Ministério Público Estadual, com base nos arts. 56 e 57 da supracitada Lei.

Além disso, compete ao Tribunal de Contas o exame acerca da gestão orçamentária, financeira e patrimonial ocorrida no exercício, apresentadas nas demonstrações contábeis integrantes das Contas Anuais do exercício de 2013, onde se verifica o cumprimento da política econômica-financeira e do Programa de Trabalho de Governo aprovados em Lei Orçamentária, como também a consolidação de toda a receita e despesa realizadas no exercício através dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial do Estado, das Autarquias, Fundações, Fundos especiais e das Empresas em que o Estado é acionista majoritário.

O Relatório a seguir pautou-se na verificação da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, assim como o previsto no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e demais elementos que integram a gestão Governamental.

Oportuno ressaltar que as conclusões do Parecer Prévio em nada afetam a apreciação das contas da gestão político-administrativas do conjunto de gestores dos poderes do Estado e dos Municípios, pois estas serão julgadas individualmente por este Colendo Tribunal de Contas, cumprindo os prazos legais e regulamentares.

Portanto Senhores, sinto-me honrado com a incumbência a mim delegada pelo Egrégio Tribunal Pleno, oportunidade em que apresento as conclusões técnicas sobre as Contas analisadas a fim de que sejam apreciadas por esta Corte de Contas e posteriormente julgadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Registro aqui meus agradecimentos aos Excelentíssimos Senhores Conselheiros, Auditores e Procuradores de Contas que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desfecho deste Relatório, em especial aos integrantes da Comissão de assessoramento, cujo trabalho foi essencial na elaboração do mesmo.

**LUCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE**  
Conselheiro-Relator



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

## **INTRODUÇÃO**

### **COMPOSIÇÃO DO BALANÇO GERAL DO ESTADO**

Em cumprimento ao disposto no §1º do artigo 28, da Lei Estadual nº 2.423/96 e artigo 214, da Resolução nº 04/2002/RI-TCE, foi apresentada a esta Corte de Contas, obedecido o prazo legal, a Prestação de Contas relativa ao exercício financeiro de 2013, na forma de Balanço Geral, de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Amazonas, OMAR JOSÉ ABDEL AZIZ, mediante Ofício nº 036/2014-GE, datado de 28 de março de 2014, protocolado nesta Corte na mesma data, dando origem ao Processo nº 1521/2014.

A publicação do Balanço Geral e de seus anexos ocorreu no Diário Oficial do Estado, edição do dia 28 de março de 2014, em cumprimento ao que dispõe o art. 37 da Constituição da República de 1988, §§ 7º e 8º, do artigo 105, da Constituição Estadual e artigo 109, da Lei Federal nº 4.320/64.

A documentação apresentada pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, constante na Prestação de Contas objeto do Processo nº 1521/2014, está composta de:

Ofício nº 036/2014-GE, encaminhando a Prestação de Contas.....	Fls.	02
Relatório da Secretaria Executiva do Tesouro.....	Fls.	10
Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 01).....	Fls.	110
Receita Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 02).....	Fls.	113
Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 02).....	Fls.	121
Programa de Trabalho por Unidade Orçamentária (Anexo 06).....	Fls.	186
Programa de Trab. do Governo – Demonstr. de Funções, Subfunções, Programa por Projetos e Atividades (Anexo 07)...	Fls.	209
Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 08).....	Fls.	225
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 09).....	Fls.	240
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10).....	Fls.	258
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11).....	Fls.	271
Balanço Orçamentário (Anexo 12).....	Fls.	336
Balanço Financeiro (Anexo 13).....	Fls.	339
Demonstrativo dos Saldos de Depósitos Bancários da Administração Direta.....	Fls.	342
Demonstrativo dos Saldos de Depósitos Bancários da Administração Indireta.....	Fls.	358
Demonstrativo de Inscrição de Restos a Pagar.....	Fls.	372
Balanço Patrimonial (Anexo 14).....	Fls.	589
Demonstrativo das Variações Patrimoniais (Anexo 15).....	Fls.	592
Demonstrativo da Dívida Fundada Interna (Anexo 16).....	Fls.	595
Demonstrativo da Dívida Fundada Externa (Anexo 16).....	Fls.	598
Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17).....	Fls.	600
Demonstrativo das Ações do Estado.....	Fls.	602

Ressalta-se, por oportuno, que constam nos autos do caderno processual da Prestação de Contas relativa ao exercício de 2013 do Governador do Estado, as informações contidas no artigo 216 da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM.





## 1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

### 1.1. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO

A elaboração e a execução dos orçamentos públicos, conforme art. 165 da Constituição da República são sustentadas por três normas interdependentes que fundamentam o processo de planejamento governamental: o Plano Plurianual-PPA, editado a cada quatro anos, , a Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, é expedida anualmente e com validade apenas para um exercício e a Lei Orçamentária Anual-LOA, que é editada para cada exercício fiscal.

#### 1.1.1. PLANO PLURIANUAL - PPA

O Plano Plurianual, instituído pelo art. 165, inciso I, §1º da Constituição da República é o instrumento que estabelece os projetos e os programas de longa duração do governo e, consideradas as necessidades regionais, tem como finalidade estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da Administração para as despesas de capital e outras delas decorrentes e as relativas aos programas de duração continuada.

O projeto do PPA, para vigência até final do primeiro exercício financeiro do mandato governamental subsequente, deve ser encaminhado ao Poder Legislativo até três meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, em conformidade com o art. 60, I, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.

Aprovado para o quadriênio 2012/2015, através da Lei nº 3.696, de 23 de dezembro de 2011, foi revisado e alterado, posteriormente, pelas Leis nº 3.727/2012, Lei nº 3.749/2012 e Lei nº 3.844/2012 com despesa total estimada na ordem de **R\$ 52.167.960.936,00**, tendo sido fixada a importância de R\$ 13.245.943.000,00 para início de sua vigência no exercício financeiro de 2013.

Ressaltamos que a Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico se utiliza do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN, para controle físico e orçamentário dos programas. Trata-se de importante instrumento que organiza e integra a rede de gerenciamento do Plano Plurianual-PPA, concebido para apoiar a execução dos programas. Reflete as características do modelo de gerenciamento: a orientação por resultados, a desburocratização, o uso compartilhado de informações, o enfoque prospectivo e a transparência para a sociedade, sendo utilizado pelos Órgãos Setoriais e outras Entidades. Permite a integração entre o planejamento e os orçamentos, refletindo na execução do Plano Plurianual de forma que o mesmo consolide seu papel de peça fundamental no planejamento das ações do governo e da execução orçamentária, dando a necessária transparência à gestão dos recursos públicos quanto ao cumprimento de metas e alcance de objetivos definidos.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

### **1.1.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, nos termos do § 2º, inciso II, do art. 165 da Constituição da República de 1988, é o instrumento que compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual-LOA, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deve ser encaminhado pelo Executivo à Assembleia Legislativa do Estado até sete meses do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa, em conformidade com o art. 60, inciso II, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.

A Lei nº 3.778, de 18 de julho de 2012, em cumprimento ao disposto nos incisos de I a VIII do § 2º, art. 157 da Constituição do Estado do Amazonas, contendo os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, previstos nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2013, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da administração pública estadual;
- II - a projeção das receitas e despesas para o exercício financeiro de 2013;
- III - os critérios para a distribuição dos recursos para os Órgãos e Poderes do Estado e Municípios;
- IV - as diretrizes relativas à política de pessoal;
- V - as orientações para a elaboração, execução e alterações da Lei Orçamentária-LOA de 2013;
- VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e
- VII - as políticas de aplicação da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A.

Cabe ressaltar que o § 5º do artigo 52 da Lei nº 3.778/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO para o exercício financeiro de 2013 dispõe que não se aplicam às empresas integrantes do orçamento de investimentos as normas gerais da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no que concerne ao regime contábil, à execução do orçamento e ao demonstrativo de resultado.

### **1.1.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA**

O projeto da Lei Orçamentária Anual-LOA deve ser encaminhado pelo Executivo à Assembleia Legislativa do Estado até dois meses do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, em conformidade com o art. 60, III, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.

A Lei Orçamentária Anual do Estado do Amazonas, para o exercício financeiro de 2013, Lei nº 3.845, foi sancionada em 26/12/2012 e publicada no Diário Oficial do Estado, edição nº 32.463 da mesma data, com previsão inicial para as receitas e despesas orçamentárias no montante de R\$ 13.245.943.000,00, compreendendo os seguintes orçamentos:



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**I - Orçamento Fiscal** correspondente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, inciso I, § 5º, art. 157, da Constituição Estadual;

**II - Orçamento da Seguridade Social**, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, bem como os Fundos e Fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (inciso III, § 5º, art. 157, da CE/89);

**III - Orçamento de Investimento** das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto (inciso II, § 5º, art. 157, da CE/89).

Comparando a Receita Orçamentária prevista para o exercício de 2013, no valor **R\$ 13.245.943.000,00**, em relação a do exercício de 2012, na importância de **R\$ 11.360.355.680,00**, verificou-se uma variação a maior na ordem de **R\$ 1.885.587.320,00**.

#### **1.1.3.1. ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

A receita estimada e a despesa fixada para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de **R\$ 12.985.098.000,00** (Doze bilhões, novecentos e oitenta e cinco milhões, noventa e oito mil), representando uma participação de 98,03% dos valores fixados na Lei Orçamentária Anual.

Para o **Orçamento Fiscal**, foi destinada a importância de **R\$ 9.458.002.000,00** (Nove bilhões, quatrocentos e cinquenta e oito milhões e dois mil reais), que representa o percentual de 71,41% da despesa fixada na LOA.

Para o **Orçamento da Seguridade Social**, foram alocados recursos na ordem de **R\$ 3.527.096.000,00** (Três bilhões, quinhentos e vinte e sete milhões e noventa e seis mil reais), valor este que representa o percentual de 26,63% do Orçamento Anual.

#### **1.1.3.2. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**

A Despesa fixada no orçamento de investimento, foi no montante de **R\$ 260.845.000,00** (duzentos e sessenta milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil reais), conforme art. 7º, da Lei 3.845/2012-LOA.

O inciso I do artigo 8º da Lei nº 3.845/2012 - LOA para o exercício de 2013 autoriza a abertura de créditos suplementares para o referido exercício, determinando o limite de 40%

#### **1.1.3.3. DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES**

Os artigos 4º e 8º da Lei nº 3.845/2012-LOA autorizam o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total consignados nos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos, observando as condições estabelecidas nos referidos artigos, bem como no disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal e no § 1º do art. 45 da Lei Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2013.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

## 2. DA RECEITA

Os recursos auferidos, necessários à efetivação dos programas de governo estabelecidos na LOA, são denominados de receita orçamentária ou receita pública, considerada como o conjunto dos ingressos de recursos enquadráveis nos diversos itens da tabela da receita, codificada na legislação própria<sup>1</sup> previsíveis nos orçamentos públicos, como receita corrente ou de capital.

### 2.1. Previsão da Receita

A Lei Orçamentária aprovou a receita total prevista nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para o exercício financeiro de 2013 no valor de R\$ 12.985.098.000,00, demonstrada por Categoria Econômica e por Fontes de Recurso, como segue:

PREVISÃO DAS RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA - LOA 2013		
RECEITA DO TESOIRO DO ESTADO	VALOR	%
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>13.193.039.000</b>	<b>101,60</b>
Receita Tributária	7.589.900.000	58,45
Receita de Contribuição	1.293.000.000	9,96
Receita Patrimonial	231.428.000	1,78
Receita Industrial	200.000	0,00
Receita de Serviços	133.455.000	1,03
Transferências Correntes	3.853.426.000	29,68
Outras Receitas Correntes	91.630.000	0,70
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>984.504.000</b>	<b>7,58</b>
Operações de Crédito	732.000.000	5,65
Alienação de Bens	500.000	0,00
Amortização de Empréstimos	400.000	0,00
Transferências de Capital	225.004.000	1,73
Outras Receitas de Capital	26.600.000	0,20
<b>3. RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES</b>	<b>281.540.000</b>	<b>2,17</b>
Contribuição	234.040.000	1,80
Patrimonial	500.000	0,00
Industrial	15.000.000	0,12
Outras Receitas Correntes	32.000.000	0,25
<b>4. DEDUÇÕES DE RECEITAS CORRENTES</b>	<b>(1.473.985.000)</b>	<b>(11,35)</b>
Contribuições para o FUNDEB	(1.473.985.000)	(11,35)
<b>5. RECEITA TOTAL LÍQUIDA (1+2+3-4 = 5)</b>	<b>12.985.098.000</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Lei Orçamentária Anual - 2013

### a) Previsão da Receita por Categoria Econômica

O comparativo entre as receitas estimadas por categoria econômica da Administração Direta e Indireta, para os exercícios de 2012 e 2013, a seguir discriminado, demonstra que o total em 2013, na quantia líquida de R\$ 12.985.098.000,00, foi 16,57% maior que o do exercício anterior.

<sup>1</sup> Anexo 3 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria nº 163, de 04/05/2001, aperfeiçoada pelas Portarias nºs 212/2001, 323/2001, 509/2001, 303/2005, 340/2006 e 245/2007 e recentemente consolidada pela Portaria STN nº 437/2012, da STN, que aprovou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

<b>COMPARATIVO DAS RECEITAS ESTIMADAS POR CATEGORIA ECONÔMICA</b>					
<b>ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA</b>	<b>PREVISTA-LOA/2012 (A)</b>	<b>%</b>	<b>PREVISTA-LOA/2013 (B)</b>	<b>%</b>	<b>Varição (B/A)</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>11.797.545.000,00</b>	<b>94,37</b>	<b>13.193.039.000,00</b>	<b>91,25</b>	<b>11,83</b>
Tributária	6.979.500.000,00	55,83	7.589.900.000,00	52,50	8,75
Contribuição	945.000.000,00	7,56	1.293.000.000,00	8,95	36,83
Patrimonial	80.470.000,00	0,64	231.428.000,00	1,60	87,60
Industrial	18.000.000,00	0,14	200.000,00	0,00	(1,11)
Serviços	471.180.000,00	3,77	133.455.000,00	0,92	(28,32)
Transferências Correntes	3.216.485.000,00	25,73	3.853.426.000,00	26,65	19,80
Outras Receitas Correntes	86.910.000,00	0,70	91.630.000,00	0,63	5,43
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>704.395.000,00</b>	<b>5,63</b>	<b>984.504.000,00</b>	<b>6,80</b>	<b>39,77</b>
Operações de Crédito	477.540.000,00	3,82	732.000.000,00	5,06	53,29
Alienação de Bens	100.000,00	0,00	500.000,00	0,00	5,00
Amortização de Empréstimos	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	201.355.000,00	1,61	225.004.000,00	1,56	11,74
Outras Receitas de Capital	25.000.000,00	0,20	26.600.000,00	0,18	6,40
<b>RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>281.540.000,00</b>	<b>1,95</b>	<b>-</b>
Contribuição	0,00	0,00	234.040.000,00	1,62	-
Patrimonial	0,00	0,00	500.000,00	0,00	-
Industrial	0,00	0,00	15.000.000,00	0,11	-
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	32.000.000,00	0,22	-
<b>TOTAL DA RECEITA BRUTA</b>	<b>12.501.940.000,00</b>	<b>100,00</b>	<b>14.459.083.000,00</b>	<b>100,00</b>	<b>15,65</b>
<b>DEDUÇÕES DE RECEITAS CORRENTES</b>	<b>(1.362.530.000,00)</b>	<b>(12,23)</b>	<b>(1.473.985.000,00)</b>	<b>(11,35)</b>	<b>8,18</b>
<b>TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>11.139.410.000,00</b>	<b>87,77</b>	<b>12.985.098.000,00</b>	<b>88,65</b>	<b>16,57</b>

Fonte: Lei Orçamentária Anual – LOAs/ 2012/2013

### ***b) Previsão da Receita por Fonte de Recurso***

O comparativo entre as receitas por fontes de recursos da Administração Direta e Indireta, estimada para o exercício financeiro de 2013, a seguir demonstrado, espelha que a **Fonte 100**, representada pelos **Recursos Ordinários** (Recurso do Tesouro), na ordem de **R\$ 6.697.265.000,00**, atingiu o percentual de 51,58 % do total da Receita Líquida prevista na LOA para o referido exercício financeiro no montante de R\$12.985.098.000,00.

<b>PREVISÃO DA RECEITA POR FONTE DE RECURSO</b>						
<b>CÓD</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA</b>	<b>ADM. Direta (A)</b>	<b>ADM Indireta (B)</b>	<b>Receita Bruta (C) = (A) + (B)</b>	<b>Dedução p/o FUNDEB (D)</b>	<b>Receita Líquida (E) = (C) – (D)</b>
<b>Recursos do Tesouro</b>		<b>12.218.210.000</b>	<b>0,00</b>	<b>12.218.210.000</b>	<b>1.473.985.000</b>	<b>10.744.225.000</b>
<b>100</b>	<b>Recursos Ordinários</b>	7.774.500.000	0,00	7.774.500.000	1.077.235.000	6.697.265.000
115	Alienação de Bens	500.000	0,00	500.000	0,00	500.000
116	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Superior	225.000.000	0,00	225.000.000	0,00	225.000.000
117	Contribuição para Infraestrutura Básica Econômica e Social	75.000.000	0,00	75.000.000	0,00	75.000.000
121	Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados e DF	1.950.000.000	0,00	1.950.000.000	390.000.000	1.560.000.000
127	Cota Parte da Contribuição do Salário-Educação	45.000.000	0,00	45.000.000	0,00	45.000.000
130	Cota Parte da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico	37.000.000	0,00	37.000.000	0,00	37.000.000
140	Indenização pela Utilização de Rec. Híd. e Explor. de Recursos Minerais	10.200.000	0,00	10.200.000	0,00	10.200.000
145	Recursos do Royalties sobre o Petróleo	253.000.000	0,00	253.000.000	0,00	253.000.000
146	Recursos do FUNDEB	1.006.000.000	0,00	1.006.000.000	0,00	1.006.000.000
150	Outras Transferências de Recursos Federais	45.010.000	0,00	45.010.000	6.750.000	38.260.000
160	Recursos do FPM	722.000.000	0,00	722.000.000	0,00	722.000.000
170	Recursos do FMPES	75.000.000	0,00	75.000.000	0,00	75.000.000
<b>Recursos de Outras Fontes</b>		<b>1.016.128.000</b>	<b>1.224.745.000</b>	<b>2.240.873.000</b>	<b>0,00</b>	<b>2.240.873.000</b>
201	Recursos Diretamente Arrecadados	0,00	185.355.000	185.355.000	0,00	185.355.000
210	Acordos - PEPSI-COLA	2.500.000	0,00	2.500.000	0,00	2.500.000
211	Acordos - RECOFARMA	3.000.000	0,00	3.000.000	0,00	3.000.000
212	Acordos - VISTEON	20.000	0,00	20.000	0,00	20.000
220	Transferência para investimento em Desenvolvimento Social – AMBEV	1.500.000	0,00	1.500.000	0,00	1.500.000
230	Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	0,00	440.100.000	440.100.000	0,00	440.100.000
240	Transferências do FNAS	0,00	300.000	300.000	0,00	300.000
250	Transferências do FNDE	38.000.000	0,00	38.000.000	0,00	38.000.000
261	Fundo Financeiro - RPPS	0,00	310.240.000	310.240.000	0,00	310.240.000
262	Fundo Previdenciário - RPPS	0,00	241.600.000	241.600.000	0,00	241.600.000
271	Operações de Crédito Internas	398.000.000	0,00	398.000.000	0,00	398.000.000
275	Operações de Crédito Externas	334.000.000	0,00	334.000.000	0,00	334.000.000
280	Convênios	207.900.000	45.720.000	253.620.000	0,00	253.620.000
285	Outras Fontes	26.208.000	1.350.000	27.558.000	0,00	27.558.000
295	Doações de Entidades Internacionais	5.000.000	10.000	5.010.000	0,00	5.010.000
296	Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais	0,00	70.000	70.000	0,00	70.000
<b>TOTAL</b>		<b>13.234.338.000</b>	<b>1.224.745.000</b>	<b>14.459.083.000</b>	<b>1.473.985.000</b>	<b>12.985.098.000</b>

Fonte: Lei Orçamentária Anual – LOA/2013



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

## 2.2. Execução da Receita

A Receita Orçamentária arrecadada (R\$ 14.532.631.327,05), em relação à estimada (R\$ 12.985.098.000,00), evidencia um excesso de arrecadação no valor de R\$ 1.547.533.327,05, representando uma variação de 11,92%.

O Anexo 3 e o gráfico a seguir apresentam uma síntese da Receita Arrecadada da Administração Estadual, expressa no Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada constante às fls. 258/270.

### ANEXO - 3

COMPARATIVO ENTRE A RECEITA ORÇADA X ARRECADADA DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL				
Títulos	Receita		Variações	
	Prevista (a)	Arrecadada (b)	Valor (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>13.193.039.000,00</b>	<b>14.170.239.484,36</b>	<b>977.200.484,36</b>	7,41
Receita Tributária	7.589.900.000,00	8.082.887.123,78	492.987.123,78	6,50
Receita de Contribuições	1.293.000.000,00	1.445.580.077,09	152.580.077,09	11,81
Receita Patrimonial	231.428.000,00	248.103.183,69	16.675.183,69	7,21
Receita Industrial	200.000,00	2.158.604,15	1.958.604,15	979,30
Receita de Serviços	133.455.000,00	154.364.947,36	20.909.947,36	15,67
Transferências Correntes	3.853.426.000,00	4.018.167.370,10	164.741.370,10	4,28
Outras Receitas Correntes	91.630.000,00	218.978.178,19	127.348.178,19	138,98
<b>RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>281.540.000,00</b>	<b>346.095.803,32</b>	<b>64.555.803,32</b>	22,93
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>984.504.000,00</b>	<b>1.548.083.348,25</b>	<b>563.579.348,25</b>	57,25
Operações de Crédito	732.000.000,00	962.016.703,03	230.016.703,03	31,42
Alienação de Bens	500.000,00	225.081,94	-274.918,06	-54,98
Amortização de Empréstimos	400.000,00	102.749,70	-297.250,30	-74,31
Transferências de Capital	225.004.000,00	210.628.333,32	-14.375.666,68	-6,39
Outras Receitas de Capital	26.600.000,00	375.110.480,26	348.510.480,26	1.310,19
<b>TOTAL DA RECEITA BRUTA</b>	<b>14.459.083.000,00</b>	<b>16.064.418.635,93</b>	<b>1.605.335.635,93</b>	<b>11,10</b>
<b>DEDUÇÕES DE RECEITAS</b>	<b>(1.473.985.000,00)</b>	<b>(1.531.787.308,88)</b>	<b>-57.802.308,88</b>	<b>3,92</b>
<b>TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>12.985.098.000,00</b>	<b>14.532.631.327,05</b>	<b>1.547.533.327,05</b>	<b>11,92</b>

Fonte: Anexo - 10/AFI/ - Balanço Geral do Estado - SEFAZ - 2013







**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

A receita arrecadada em 2013 apresenta variação nominal na ordem de R\$ 1.547.533.327,05, o que representa um percentual de 11,92% superior em relação à arrecadada em 2012, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



Os Anexos 4 e 5 demonstrados a seguir apresentam o comparativo da receita orçada com a arrecadada da Administração Direta e Indireta.

**ANEXO - 4**

<b>COMPARATIVO ENTRE A RECEITA ORÇADA X ARRECADADA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>				
<b>Títulos</b>	<b>Receita</b>		<b>Variações</b>	
	<b>Prevista</b>	<b>Arrecadada</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>12.302.638.000,00</b>	<b>13.184.679.223,71</b>	<b>882.041.223,71</b>	<b>7,17</b>
Receita Tributária	7.589.900.000,00	8.082.887.123,78	492.987.123,78	6,50
Receita de Contribuições	1.095.000.000,00	1.191.340.017,40	96.340.017,40	8,80
Receita Patrimonial	114.628.000,00	133.867.773,01	19.239.773,01	16,78
Receita de Serviços	800.000,00	2.117.689,22	1.317.689,22	164,71
Transferências Correntes	3.418.430.000,00	3.564.990.171,42	146.560.171,42	4,29
Outras Receitas Correntes	83.880.000,00	209.476.448,88	125.596.448,88	149,73
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>931.700.000,00</b>	<b>1.505.178.662,24</b>	<b>573.478.662,24</b>	<b>61,55</b>
Operações de Crédito	732.000.000,00	962.016.703,03	230.016.703,03	31,42
Alienação de Bens	500.000,00	213.860,97	-286.139,03	-57,23
Amortização de Empréstimos	400.000,00	102.749,70	-297.250,30	-74,31
Transferências de Capital	173.800.000,00	169.521.116,73	-4.278.883,27	-2,46
Outras Receitas de Capital	25.000.000,00	373.324.231,81	348.324.231,81	1.393,30
<b>DEDUÇÕES DE RECEITAS</b>	<b>(1.473.985.000,00)</b>	<b>(1.531.787.308,88)</b>	<b>-57.802.308,88</b>	<b>3,92</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>11.760.353.000,00</b>	<b>13.158.070.577,07</b>	<b>1.397.717.577,07</b>	<b>11,88</b>

**ANEXO - 5**

<b>COMPARATIVO ENTRE A RECEITA ORÇADA X ARRECADADA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>				
<b>Títulos</b>	<b>Receita</b>		<b>Variações</b>	
	<b>Prevista</b>	<b>Arrecadada</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>890.401.000,00</b>	<b>985.560.260,65</b>	<b>95.159.260,65</b>	<b>10,69</b>
Receita de Contribuições	198.000.000,00	254.240.059,69	56.240.059,69	28,40
Receita Patrimonial	116.800.000,00	114.235.410,68	-2.564.589,32	-2,20
Receita Industrial	200.000,00	2.158.604,15	1.958.604,15	979,30
Receita de Serviços	132.655.000,00	152.247.258,14	19.592.258,14	14,77
Transferências Correntes	434.996.000,00	453.177.198,68	18.181.198,68	4,18
Outras Receitas Correntes	7.750.000,00	9.501.729,31	1.751.429,31	22,60
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>52.804.000,00</b>	<b>42.904.686,01</b>	<b>-9.899.313,99</b>	<b>-18,75</b>
Alienação de Bens	0,00	11.220,97	11.220,97	0,00
Transferências de Capital	51.204.000,00	41.107.216,59	-10.096.783,41	-19,72
Outras receitas de Capital	1.600.000,00	1.786.248,45	186.248,45	11,64
<b>RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTARIAS</b>	<b>281.540.000,00</b>	<b>346.095.803,32</b>	<b>64.555.803,32</b>	<b>22,93</b>
Receita de Contribuições	234.040.000,00	295.920.432,39	61.880.432,39	26,64
Receita Patrimonial	500.000,00	1.713.938,09	1.213.939,09	242,79
Receita Industrial	15.000.000,00	12.793.969,50	-2.206.030,50	-14,71
Outras Receitas Correntes	32.000.000,00	35.667.463,34	3.667.463,34	11,46
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>1.224.745.000,00</b>	<b>1.374.560.749,98</b>	<b>149.815.749,98</b>	<b>12,23</b>

Fonte: Anexo 10 - Comparativo entre a Receita Orçada e a Arrecadada – AFI - 2013



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Os quadros seguintes apresentam sinteticamente o comparativo da Receita Prevista em relação à Arrecadada da Administração Direta e Indireta no decorrer do exercício financeiro de 2013 e a Evolução da Receita de 2009 a 2013.

<b>RESUMO DA RECEITA ORÇADA E ARRECADADA NO EXERCÍCIO</b>				
<b>Receita</b>	<b>Administração Direta</b>	<b>Administração Indireta</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Prevista (a)</b>	11.760.353.000,00	1.224.745.000,00	12.985.098.000,00	
<b>Arrecadada (b)</b>	13.158.070.577,07	1.374.560.749,98	14.532.631.327,05	
<b>Diferença (b-a)</b>	<b>1.397.717.577,07</b>	<b>149.815.749,98</b>	<b>1.547.533.327,05</b>	<b>11,92</b>

A arrecadação da receita foi efetivada por meio das diversas agências e postos do Banco Bradesco S/A, e por outros estabelecimentos bancários credenciados pelo Governo do Estado e, em localidades nas quais não existem estabelecimentos bancários, pelas Agências da Secretaria de Estado da Fazenda.

**Evolução da Receita - 2009 a 2013**

R\$ Mil

<b>Especificação</b>	<b>Exercício</b>					<b>Valor em %</b>	
	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2113/2009</b>	<b>2013/2012</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>8.302.362</b>	<b>10.066.127</b>	<b>11.413.660</b>	<b>13.077.244</b>	<b>14.170.239</b>	<b>70,68</b>	<b>8,36</b>
Receita Tributária	4.642.085	5.961.008	6.405.569	7.178.538	8.082.887	74,12	12,60
Receita de Contribuições	518.149	649.743	904.977	1.267.815	1.445.580	178,99	14,02
Receita Patrimonial	103.848	65.667	114.316	247.596	248.103	138,91	0,20
Receita Industrial	12.099	13.978	13.166	4.812	2.159	(82,16)	(55,15)
Receita de Serviços	459.564	421.304	476.069	522.749	154.365	(66,41)	(70,47)
Transferências Correntes	2.401.559	2.832.217	3.098.768	3.399.163	4.018.167	67,31	18,21
Outras Receitas Correntes	165.058	122.210	400.796	456.571	218.978	32,67	(52,04)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>1.096.761</b>	<b>759.353</b>	<b>447.276</b>	<b>976.750</b>	<b>1.548.083</b>	<b>41,15</b>	<b>58,49</b>
Operações de Crédito	855.436	514.905	211.819	772.175	962.017	12,46	24,59
Alienação de Bens	25.343	253	1.787	20.103	225	(99,11)	(98,88)
Amortização de Empréstimos	402	396	385	374	103	(74,46)	(72,52)
Transferências de Capital	195.786	221.734	203.222	148.221	210.628	7,58	42,10
Outras Receitas de Capital	19.794	22.065	30.063	35.877	375.110	1.795,04	945,56
<b>RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>285.294</b>	<b>346.096</b>	<b>-</b>	<b>21,31</b>
De Contribuições	-	-	-	246.119	295.920	-	20,23
Patrimonial	-	-	-	2.166	1.714	-	(20,87)
Industrial	-	-	-	8.880	12.794	-	44,08
Outras Receitas Correntes	-	-	-	28.129	35.667	-	26,80
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS</b>	<b>(934.964)</b>	<b>(1.134.330)</b>	<b>(1.256.631)</b>	<b>(1.374.859)</b>	<b>(1.531.787)</b>	<b>63,83</b>	<b>11,41</b>
<b>T O T A L</b>	<b>8.464.160</b>	<b>9.691.150</b>	<b>10.604.306</b>	<b>12.985.098</b>	<b>14.532.631</b>	<b>71,70</b>	<b>12,10</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI / Balanço Geral do Estado

Nota: Valores Brutos, não deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

### 2.2.1. Receita Tributária

A Receita Tributária na ordem de **R\$ 8.082.887.123,78**, que compõe o grupo das Receitas Próprias, oriunda da competência do Estado de tributar, conforme disposto na Constituição da República, no artigo 145, I, foi de grande relevância, representando o percentual de **48,74%** do total da Receita Arrecadada pelo Estado no exercício financeiro de 2013 na ordem de **R\$ 14.532.631.327,05**, com destaque para receita do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços - ICMS, que representa o percentual 91,87% da Receita Tributária arrecadada, conforme demonstrado no quadro a seguir:

RECEITA TRIBUTÁRIA ARRECADADA NO EXERCÍCIO DE 2013		
RECEITAS	VALOR (R\$)	%
<b>IMPOSTOS</b>	<b>8.078.862.244,33</b>	<b>99,95</b>
Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os Rendimentos do Trabalho – <b>IRRF</b>	385.068.487,83	4,76
Imposto de Renda Retido nas Fontes Sobre Outros Rendimentos – <b>IRRF</b>	27.761.103,18	0,34
Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – <b>IPVA</b>	233.518.033,99	2,89
Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens ou Direito - <b>ITCMD</b>	6.760.920,36	0,08
Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços – <b>ICMS</b>	7.425.753.698,97	91,87
<b>TAXAS</b>	<b>4.024.879,45</b>	<b>0,05</b>
Taxa Pelo Exercício do Poder de Polícia	2.163.213,52	0,03
Taxa Pela Prestação de Serviços	1.861.665,93	0,02
<b>TOTAL</b>	<b>8.082.887.123,78</b>	<b>100,00</b>

R\$ Mil

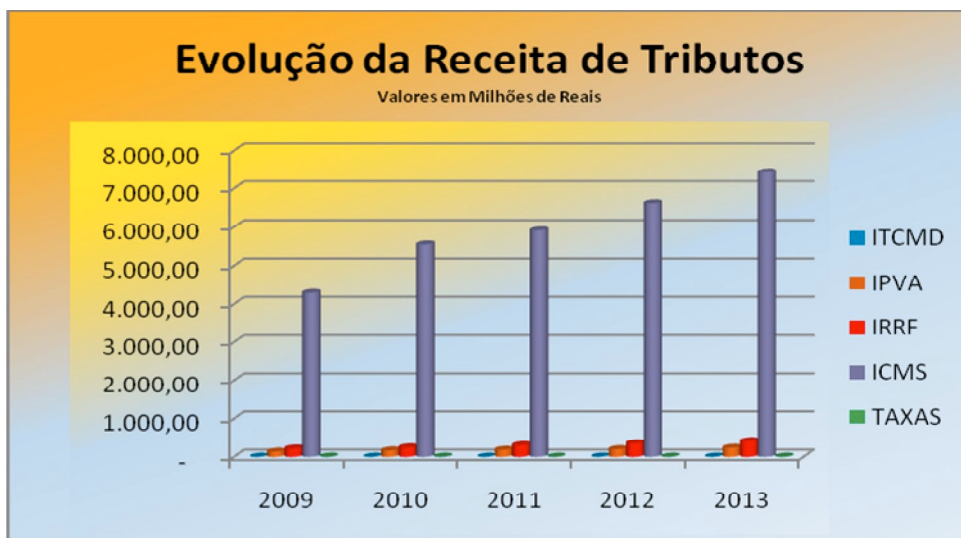
Evolução da Receita Tributária - 2009/2013								
Especificação Das Receitas	Exercício					Part. %	Variação	
	2009	2010	2011	2012	2013		2009/2013	2012/2013
<b>IMPOSTOS</b>	<b>4.639.507</b>	<b>5.958.293</b>	<b>6.402.990</b>	<b>7.174.957</b>	<b>8.078.862</b>	<b>99,95%</b>	<b>74,13%</b>	<b>12,60%</b>
I.R. RETIDO FONTE	214.528	243.476	305.842	353.480	412.830	5,11%	92,44%	16,79%
ITCMD	2.121	2.636	4.087	5.343	6.760	0,08%	218,57%	26,52%
IPVA	132.849	165.464	181.084	197.535	233.519	2,89%	75,78%	18,22%
ICMS	4.290.008	5.546.717	5.911.977	6.618.599	7.425.753	91,87%	73,09%	12,20%
<b>TAXAS</b>	<b>2.578</b>	<b>2.715</b>	<b>2.578</b>	<b>3.580</b>	<b>4.025</b>	<b>0,05%</b>	<b>56,13%</b>	<b>12,43%</b>
<b>REC. TRIBUTÁRIA</b>	<b>4.642.085</b>	<b>5.961.008</b>	<b>6.405.568</b>	<b>7.178.537</b>	<b>8.082.887</b>	<b>100,00%</b>	<b>74,12%</b>	<b>12,60%</b>

Fonte: Sistema AFI/SEFAZ - Anexo -10. - Nota: Valores Brutos, não deduzidas as participações constitucionais e legais dos municípios e FUNDEB

De igual modo, o gráfico a seguir ilustra a evolução e variação da receita de tributos nos últimos cinco anos.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
 Comissão das Contas do Governador

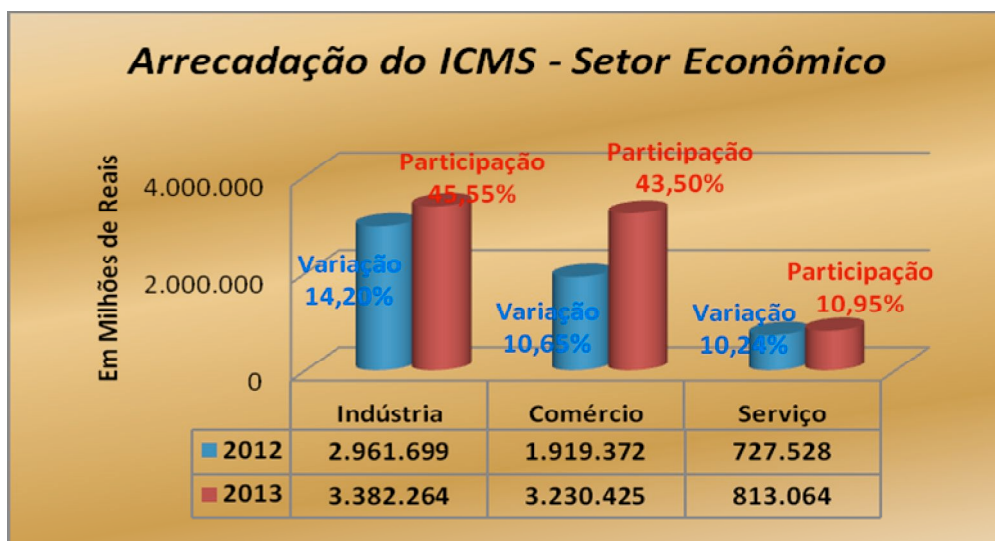


O Demonstrativo a seguir destaca a Arrecadação do ICMS por Setor Econômico, que retrata uma variação nominal em relação ao exercício anterior de 12,20% ou R\$ 807 milhões, face a recuperação da economia não só do Estado do Amazonas, como em todo o país, sendo o setor industrial (Pólo Industrial de Manaus-PIM), o de maior participação, com R\$ 3.382 bilhões ou 45,55% do total, apesar de ter apresentado a menor variação em relação ao exercício de 2012, de 14,20%.

**R\$ MIL**

DEMONSTRATIVO DE ARRECADAÇÃO DO ICMS POR SETOR ECONÔMICO				
SETOR ECONÔMICO	ARRECADAÇÃO		%	
	2012	2013	PARTICIPAÇÃO	VARIACÃO
Indústria	2.961.699	3.382.264	45,55	14,20
Comércio	2.919.372	3.230.425	43,50	10,65
Serviço	737.528	813.064	10,95	10,24
<b>TOTAL</b>	<b>6.618.599</b>	<b>7.425.753</b>	<b>100,00</b>	<b>12,20</b>

Fonte: Secretaria Executiva da Receita-SEFAZ-Balanco Geral/2013.





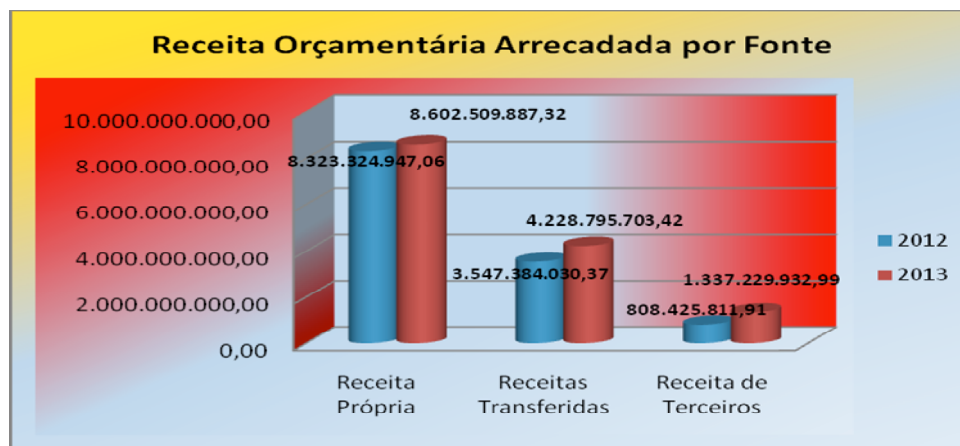
**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

### 2.2.2. Receita Orçamentária Arrecadada por Fonte

As receitas próprias, já efetuadas as deduções, demonstradas no quadro e gráfico a seguir, apresentam um crescimento na ordem de **12,71%** em relação as do exercício anterior, enquanto que as receitas oriundas de transferências e as receitas de terceiros arrecadadas no exercício demonstram percentuais superiores de **7,43%** e **233,69%**, respectivamente.

ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS	EXERCÍCIO-2012 (R\$)	EXERCÍCIO-2013 (R\$)	(2012/2011) %
<b>RECEITAS PRÓPRIAS</b>	<b>8.323.324.947,06</b>	<b>8.620.509.887,32</b>	5,57
<b>Tributária Bruta</b>	<b>7.178.537.706,94</b>	<b>8.082.887.123,78</b>	12,60
Deduções para o Fundeb - ICMS	(992.787.787,33)	(1.113.860.337,80)	12,20
Deduções para o Fundeb - FPE	(345.761.852,80)	(371.849.878,20)	7,55
Deduções para o Fundeb - IPI	(4.602.185,09)	(4.232.681,79)	(91,97)
Deduções para o Fundeb - LC 87/96	(2.948.049,00)	(2.948.049,00)	0,00
Deduções para o Fundeb - IPVA	(19.751.915,48)	(23.349.916,66)	18,22
Deduções para o Fundeb - ITCMD	(1.068.574,38)	(1.352.179,57)	26,54
Multa de Juro de Mora - IPVA	(984.153,05)	(1.207.033,51)	22,65
Multa de Juro de Mora - ICMS	(4.287.028,93)	(4.388.121,14)	2,36
Multa de Juro de Mora - Dívida Ativa	(576.153,53)	(319.049,54)	(55,38)
Deduções da Receita da Dívida Ativa	(2.091.419,01)	(8.280.061,67)	95,91
<b>Total das Deduções</b>	<b>(1.374.859.118,60)</b>	<b>(1.531.787.308,88)</b>	11,41
<b>Tributária Líquida</b>	<b>2.519.646.358,72</b>	<b>2.069.410.072,42</b>	(82,31)
Contribuições	1.267.814.719,41	1.445.580.077,09	14,02
Patrimonial	247.596.242,38	248.103.183,69	0,20
Industrial	4.812.478,51	2.158.604,15	(44,85)
Serviços	522.748.752,29	154.364.947,36	(29,53)
Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	456.571.031,35	218.978.178,19	(47,96)
Alienação de Bens	20.103.134,78	225.081,94	(1,12)
<b>RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>3.547.384.030,37</b>	<b>4.228.795.703,42</b>	19,21
Transferências Correntes	3.399.162.745,23	4.018.167.370,10	18,21
Transferências de Capital	148.221.285,14	210.628.333,32	42,10
<b>RECEITAS DE TERCEIROS</b>	<b>808.425.811,91</b>	<b>1.337.229.932,99</b>	65,41
Operações de Crédito	772.175.359,02	962.016.703,03	24,58
Outras Receitas de Capital	35.876.554,31	375.110.480,26	945,56
Amortização de Empréstimos	373.898,58	102.749,70	(27,48)
<b>RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>285.293.911,12</b>	<b>346.095.803,32</b>	21,31
Contribuições	246.118.678,08	295.920.432,39	20,23
Patrimonial	2.165.886,46	1.713.938,09	79,13
Industrial	8.879.758,92	12.793.969,50	44,08
Outras Receitas Correntes	28.129.587,63	35.667.463,34	26,80
<b>TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>12.964.428.700,46</b>	<b>14.532.631.327,05</b>	12,10

Fonte: AFI/SEFAZ - Anexo -10 e Balanço Geral do Estado 2013





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

### 2.2.3. Execução da Receita

Sinteticamente, a participação percentual de cada fonte de receita no total arrecadado está demonstrada no quadro a seguir:

<b>PARTICIPAÇÃO POR FONTE DE RECEITA</b>		
<b>F O N T E</b>	<b>V A L O R (R\$)</b>	<b>%</b>
<b>TOTAL DA RECEITA BRUTA</b>	<b>16.064.418.635,93</b>	<b>110,54</b>
Receita Tributária	8.082.887.123,78	55,62
Receita de Contribuições	1.445.580.077,09	9,95
Receita Patrimonial	248.103.183,69	1,71
Receita Industrial	2.158.604,15	0,01
Receita de Serviços	154.364.947,36	1,06
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Transferências Correntes	4.018.167.370,10	27,65
Outras Receitas Correntes	218.978.178,19	1,51
Operações de Crédito	962.016.703,03	6,62
Alienação de Bens	225.081,94	0,00
Amortização de Empréstimos	102.749,70	0,00
Transferências de Capital	210.628.333,32	1,45
Outras Receitas de Capital	375.110.480,26	2,58
Receita Intraorçamentária	346.095.803,32	2,38
<b>DEDUÇÕES DE RECEITAS</b>	<b>(1.531.787.308,88)</b>	<b>-10,54</b>
Dedução para o FUNDEB – ICMS	(1.113.860.337,80)	-7,66
Dedução para o FUNDEB – FPE	(371.849.878,20)	-2,56
Dedução para o FUNDEB – IPI	(4.232.681,79)	-0,03
Dedução para o FUNDEB – LC nº 87/96	(2.948.049,00)	-0,02
IPVA	(23.349.916,66)	-0,16
ITCMD	(1.352.179,57)	-0,01
Multas e Juros de Mora – IPVA	(1.207.033,51)	-0,01
Multas e Juros de Mora – ICMS	(4.388.121,14)	-0,03
Multas e Juros de Mora – Dívida Ativa	(319.049,54)	-0,00
Dedução da Receita da Dívida Ativa	(8.280.061,67)	-0,06
<b>TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>14.532.631.327,05</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado / 2013

### 2.2.4. Resumo da Execução Orçamentária

O quadro a seguir demonstra a síntese da execução orçamentária do exercício, incluídos os destaques orçamentários, extraídos do Balanço Orçamentário, às fls. 319, e dos Demonstrativos da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 01, às fls. 99, evidenciando a existência de um **déficit** na execução orçamentária na ordem de R\$ 36.894.597,34.

<b>Itens</b>	<b>E S P E C I F I C A Ç Õ E S</b>	<b>Valor</b>
<b>1</b>	<b>ORÇAMENTO INICIAL</b>	<b>12.985.098.000,00</b>
<b>2</b>	<b>CRÉDITOS ADICIONAIS</b>	<b>9.643.408.145,57</b>
3	Crédito Especial	634.509,71
4	Créditos Suplementares	6.897.061.110,76
5	Alterações de QDD	2.745.712.525,10
<b>6</b>	<b>ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES (-)</b>	<b>(6.834.605.132,86)</b>
7	Créditos Especiais	0,00
8	Créditos Orçamentários e Suplementares	4.088.892.607,76
9	Reduções de QDD	2.745.712.525,10
<b>10</b>	<b>MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS</b>	<b>0,00</b>
11	Destaques Recebidos	3.063.093.651,63
12	Destaques Concedidos (-)	-3.063.093.651,63
<b>13</b>	<b>CRÉDITOS AUTORIZADOS (1+2-6)</b>	<b>15.793.901.012,71</b>
<b>14</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS (-)</b>	<b>-14.569.525.924,39</b>
<b>15</b>	<b>CRÉDITOS DISPONÍVEIS (13-14)</b>	<b>1.224.375.088,32</b>
16	RECEITA ARRECADADA (Realizada)	14.532.631.327,05
<b>17</b>	<b>Déficit da Execução Orçamentária (16-14)</b>	<b>(36.894.597,34)</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado / Sistema AFI/SEFAZ/ Exeorc. 2013



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

### 3. DA DESPESA

#### 3.1. Fixação da Despesa

As despesas orçamentárias constituem o conjunto dos gastos públicos autorizados por intermédio do orçamento ou de créditos adicionais, devendo evidenciar a política econômico-financeira e os programas de Governo destinados a satisfazer as necessidades da comunidade.

#### **DESPESA FIXADA (2012/2013) ADMINISTRAÇÃO DIRETA/ INDIRETA**

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA	DESPESA FIXADA			
	LOA/2012 (a)	Part. %	LOA/2013 (b)	Part. %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.063.985.000,00</b>	<b>81,37</b>	<b>10.375.997.000,00</b>	<b>79,91</b>
Pessoal e Encargos Sociais	4.748.636.000,00	42,63	4.926.910.000,00	37,94
Juros e Encargos da Dívida Interna / Externa	236.900.000,00	2,13	202.330.000,00	1,56
Outras Despesas Correntes	4.078.449.000,00	36,61	5.246.757.000,00	40,41
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.777.541.000,00</b>	<b>15,96</b>	<b>2.155.498.000,00</b>	<b>16,60</b>
Investimentos	1.243.677.000,00	11,16	1.572.589.000,00	12,11
Inversões Financeiras	3.169.000,00	0,03	31.059.000,00	0,24
Amortização da Dívida	530.695.000,00	4,76	551.850.000,00	4,25
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA RPPS</b>	<b>297.884.000,00</b>	<b>2,67</b>	<b>453.603.000,00</b>	<b>3,49</b>
Reserva de Contingência	-	-	214.435.000,00	1,65
Reserva de Contingência RPPS	-	-	239.168.000,00	1,84
<b>T O T A L</b>	<b>11.139.410.000,00</b>	<b>100,00</b>	<b>12.985.098.000,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Lei Orçamentária Anual – LOA – 2013

A despesa fixada por funções de governo, nos orçamentos de 2012 e 2013 da Administração Direta e Indireta, é apresentada no quadro a seguir:

#### **DESPESA FIXADA POR FUNÇÕES NOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

ADMINISTRAÇÃO DIRETA e INDIRETA								
FUNÇÃO	FIXADA /LOA / 2012		TOTAL	%	FIXADA / LOA / 2013		TOTAL	%
	FISCAL	SEGURIDAD E SOCIAL			FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL		
Legislativa	299.161.000	61.104.000	360.265.000	3,23	328.916.000	63.106.000	392.022.000	3,02
Judiciária	324.436.000	99.200.000	423.636.000	3,80	371.715.000	91.000.000	462.715.000	3,56
Essencial à Justiça	168.246.000	39.350.000	207.596.000	1,86	185.447.000	40.890.000	226.337.000	1,74
Administração	565.571.527	600.000	566.171.527	5,08	675.723.800	-	675.723.800	5,20
Segurança Pública	858.398.938	-	858.398.938	7,71	1.008.524.000	-	1.006.524.000	7,75
Assistência Social	-	102.445.000	102.445.000	0,92	-	117.132.000	117.132.000	0,90
Previdência Social	-	647.840.000	647.840.000	5,82	-	940.234.000	940.234.000	7,24
Saúde	-	1.751.531.000	1.751.531.000	15,72	-	2.035.566.000	2.035.566.000	15,68
Trabalho	10.940.000	-	10.940.000	0,10	12.632.000	-	12.632.000	0,10
Educação	1.735.028.000	-	1.735.028.000	15,58	1.871.406.000	-	1.871.406.000	14,41
Cultura	82.963.000	-	82.963.000	0,74	122.651.000	-	122.651.000	0,94
Direitos da Cidadania	153.432.000	-	153.432.000	1,38	180.813.000	-	180.813.000	1,39
Urbanismo	202.030.973	-	202.030.973	1,81	361.137.200	-	361.137.200	2,78
Habitação	113.799.000	-	113.790.000	1,02	76.091.000	-	76.091.000	0,59
Saneamento	35.724.500	-	35.724.500	0,32	124.754.000	-	124.754.000	0,96
Gestão Ambiental	59.167.000	-	59.167.000	0,53	71.275.000	-	71.275.000	0,55
Ciência e Tecnologia	93.703.000	-	93.703.000	0,84	103.592.000	-	103.592.000	0,80
Agricultura	85.896.000	-	85.896.000	0,77	104.596.000	-	104.596.000	0,81
Organização Agrária	13.745.000	-	13.745.000	0,12	22.185.000	-	22.185.000	0,17
Comércio e Serviços	32.341.000	-	32.341.000	0,29	35.530.000	-	35.530.000	0,27
Comunicações	62.008.000	-	62.008.000	0,56	92.633.000	-	92.633.000	0,71
Energia	1.500.000	-	1.500.000	0,01	1.500.000	-	1.500.000	0,01
Transporte	418.039.000	-	418.039.000	3,75	304.747.000	-	304.747.000	2,35
Desporto e Lazer	176.315.000	-	176.315.000	1,58	381.435.000	-	381.435.000	2,94
Encargos Especiais	2.647.011.062	-	2.647.011.062	23,76	2.808.264.000	-	2.808.264.000	21,63
Reserva de Contingência	297.884.000	-	297.884.000	2,67	214.435.000	239.168.000	453.603.000	3,49
Total Geral da Despesa	8.437.340.000	2.702.070.000	11.139.410.000	100,00	9.458.002.000	3.527.096.000	12.985.098.000	100,00

Fonte: Lei Orçamentária – LOA – 2012 / 2013



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**3.1.1. Estrutura Administrativa do Estado**

A Lei nº 3.845, de 26/12/2012 (D.O.E. 26/12/2012), levando em conta a estrutura administrativa do Estado, fixou recursos para o exercício de 2013, nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da Administração Pública Estadual, da seguinte forma:

**RECURSOS ORÇAMENTADOS PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

ÓRGÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	DOTAÇÃO INICIAL
<b>PODER LEGISLATIVO</b>			
01101-Assembleia Legislativa – ALE	205.136.000	14.000.000	219.136.000
02101-Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE	123.782.000	49.106.000	172.888.000
<b>Subtotal</b>	<b>328.918.000</b>	<b>63.106.000</b>	<b>392.024.000</b>
<b>MINISTÉRIO PÚBLICO</b>			
03101-Procuradoria Geral de Justiça – PGJ	149.732.000	40.890.000	190.622.000
<b>Subtotal</b>	<b>149.732.000</b>	<b>40.890.000</b>	<b>190.622.000</b>
<b>PODER JUDICIÁRIO</b>			
04101-Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – TJ	335.734.000	91.000.000	426.734.000
<b>Subtotal</b>	<b>335.734.000</b>	<b>91.000.000</b>	<b>426.734.000</b>
<b>PODER EXECUTIVO</b>			
11101-Casa Civil	32.069.000	-	32.069.000
11102-Secretaria de Governo – SEGOV	42.191.000	-	42.191.000
11103-Procuradoria Geral do Estado do Amazonas – PGE	34.586.000	-	34.586.000
11104-Ouvidoria Geral do Estado – OUVCON	13.610.000	-	13.610.000
11106-Agência de Comunicação Social – AGECOM	63.834.000	-	63.834.000
11107-Escritório de Representação do Governo em São Paulo	1.853.000	-	1.853.000
11108-Casa Militar	51.409.000	-	51.409.000
11109-Controladoria Geral do Estado - CGE	3.840.000	-	3.840.000
11113-Comissão Geral de Licitação – CGL	6.854.000	-	6.854.000
11115-Secretaria Exec. do Conselho de Desenv. Sust. da Região Metropolitana de Manaus	71.621.000	-	71.621.000
11116-Secretaria de Estado de Representação do Governo em Brasília	3.397.000	-	3.397.000
11117-Unidade Gestora do Projeto Copa	2.690.000	-	2.690.000
12101-Secretaria Executiva do Governo da Vice-Governadoria	1.966.000	-	1.966.000
13101-Secretaria de Estado de Administração e Gestão – SEAD	103.927.000	-	103.927.000
14101-Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ / Coordenadoria de Administração	306.447.000	-	306.447.000
14103-Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ / Encargos Gerais do Estado	2.789.377.000	-	2.789.377.000
16101-Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN	82.304.000	-	82.304.000





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**RECURSOS ORÇAMENTADOS PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

Continua

ÓRGÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	DOTAÇÃO INICIAL
18101-Secretaria de Estado da Produção Rural – SEPROR	49.688.000	-	49.688.000
19101-Secretaria de Estado de Política Fundiária – SPF	15.836.000	-	15.836.000
20101-Secretaria de Estado de Cultura – SEC	122.651.000	-	122.651.000
21101-Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUS	84.303.000	-	84.303.000
21102-Complexo Penitenciário “Anísio Jobim”	3.036.000	-	3.036.000
21103-Cadeia Pública Desembargador “Raimundo Vidal Pessoa”	3.744.000	-	3.744.000
21104-Penitenciária Feminina de Manaus	2.554.000	-	2.554.000
21105-Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	1.830.000	-	1.830.000
21106-Casa do Albergado de Manaus	1.846.000	-	1.846.000
21107-Secretaria Executiva Adjunta	7.645.000	-	7.645.000
21108-Departamento do Programa Estadual de Proteção ao Consumidor – PROCON	2.491.000	-	2.491.000
22101-Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP	146.618.000	-	146.618.000
22102-Polícia Civil do Estado do Amazonas	233.959.000	-	233.959.000
22103-Polícia Militar do Estado do Amazonas	525.612.000	-	525.612.000
22104-Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas – CBMAM	48.502.000	-	48.502.000
22106-Subcomando de Ações de Defesa Civil – SUBCOMADEC	1.510.000	-	1.510.000
24101-Defensoria Pública do Estado do Amazonas	40.096.000	-	40.096.000
25101-Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA	542.651.000	-	542.651.000
25102-Unidade de Gerenc. do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – UGPI	198.529.000	-	198.529.000
26101-Secretaria de Estado do Trabalho – SETRAB	12.632.000	-	12.632.000
27101-Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer – SEJEL	372.769.000	-	372.769.000
28101-Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC	1.448.676.000	-	1.448.676.000
30101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS	53.249.000	-	53.249.000
31101-Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania – SEAS	-	29.060.000	29.060.000
32101-Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECT	5.059.000	-	5.059.000
33101-Secretaria de Est. de Articulação de Política Púb. aos Mov. Sociais e Populares - SEARP	5.717.000	-	5.717.000
34101-Secretaria de Estado p/os Povos Indígenas – SEPI	7.642.000	-	7.642.000
35101-Secretaria de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos	3.470.000	-	3.470.000
36101-Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEPED	-	13.485.000	13.485.000
99999-Reserva de Contingência	214.435.000	-	214.435.000
<b>Subtotal</b>	<b>7.768.725.000</b>	<b>42.545.000</b>	<b>7.811.270.000</b>
<b>Total</b>	<b>8.583.109.000</b>	<b>237.541.000</b>	<b>8.820.650.000</b>

Fonte: Lei Orçamentária Anual / 2013



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
 Comissão das Contas do Governador

**RECURSOS ORÇAMENTADOS PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

ENTIDADES	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	DOTAÇÃO INICIAL
<b>AUTARQUIAS</b>			
11206-Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IMPEAM	15.200.000	-	15.200.000
16201-Junta Comercial do Estado do Amazonas – JUCEA	9.556.000	-	9.556.000
16202-Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amazonas – IPEM	2.943.000	-	2.943.000
18201-Instituto de Desenv. Agropecuário e Florestal Sustentável do Est. do Amazonas – IDAM	40.094.000	-	40.094.000
18202-Agências de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas - ADAF	14.842.000	-	14.842.000
19201-Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM	6.350.000	-	6.350.000
22201-Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas – DETRAN	49.200.000	-	49.200.000
25201-Agência Reguladora dos Serv. Públicos Concedidos do Estado do Amazonas – ARSAM	8.169.000	-	8.169.000
25202-Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB	80.600.000	-	80.600.000
25203-Superintendência de Navegação, Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas – SNPH	8.488.000	-	8.488.000
30201-Instituto de Proteção Ambiental do Estado – IPAAM	22.171.000	-	22.171.000
32202-Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM	77.919.000	-	77.919.000
<b>Subtotal</b>	<b>335.532.000</b>	<b>-</b>	<b>335.532.000</b>
<b>EMPRESAS</b>			
16508-Empresa Estadual de Turismo do Amazonas - AMAZONASTUR	4.000.000	-	4.000.000
<b>Subtotal</b>	<b>4.000.000</b>	<b>-</b>	<b>4.000.000</b>
<b>FUNDAÇÕES</b>			
11303-Fundação Televisão e Rádio Cultura do Amazonas – FUNTEC	17.070.000	-	17.070.000
13301-Fundação AMAZONPREV	1.000	1.179.402.000	1.179.403.000
17301-Fundação Centro de Controle de Oncologia – FCECON	-	1.520.000	1.520.000
17302-Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas – FHEMOAM	-	4.000.000	4.000.000
17303-Fundação de Dermatologia Tropical e Venereologia “Alfredo da Matta” – FUAM	-	1.010.000	1.010.000
17304-Fundação de Medicina Tropical do Amazonas – FMT / AM	-	15.000	15.000
17305-Fundação Hospital “Adriano Jorge” – FHAJ	-	20.000	20.000
17306-Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas – FVS / AM.	-	80.000	80.000
27301-Fundação Vila Olímpica “Danilo Duarte de Mattos Areosa” – FVO	8.667.000	-	8.667.000
30301-Fundação Estadual dos Povos Indígenas – FEPI / AM	-	-	-
32301-Fundação Universidade do Estado do Amazonas – F U E A	305.410.000	-	305.410.000
32302-Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM	98.534.000	-	98.534.000
<b>Subtotal</b>	<b>429.682.000</b>	<b>1.186.047.000</b>	<b>1.615.729.000</b>
<b>FUNDOS</b>			
03701-Fundo de Apoio do Ministério Público do Estado do Amazonas – FAMPEAM	1.010.000	-	1.010.000
04701-Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – FUNETJ	9.500.000	-	9.500.000
04702-Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário – FUNJEAM	26.500.000	-	26.500.000
11704-Fundo Especial da Região Metropolitana de Manaus	188.000	-	188.000
11705-Fundo de Promoção Social – FPS	754.000	-	754.000
11706-Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado	120.000	-	120.000
14701-Fundo para Financiamento da Modernização Fazendária do Estado do Amazonas	10.000.000	-	10.000.000
17701-Fundo Estadual de Saúde – FES	261.000	2.028.921.000	2.029.182.000
21701-Fundo Penitenciário do Estado do Amazonas – FUPEAM	931.000	-	931.000
21702-Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FUNDECON	554.000	-	554.000
21703-Fundo Estadual Antidrogas – FEAD	60.000	-	60.000
22701-Fundo de Reserva p/ Ações de Inteligência – FRAI	1.200.000	-	1.200.000
24701-Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amazonas – FUNDEP	4.000.000	-	4.000.000
25701-Fundo Estadual de Habitação – FEH	10.998.000	-	10.998.000
28701-Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica	39.403.000	-	39.403.000
30701-Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA	200.000	-	200.000
31701-Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS	-	72.204.000	72.204.000
31702-Fundo Estadual da Criança e do Adolescente – FECA	-	2.383.000	2.383.000
<b>Subtotal</b>	<b>105.679.000</b>	<b>2.103.508.000</b>	<b>2.209.187.000</b>
<b>Total</b>	<b>874.893.000</b>	<b>3.289.555.000</b>	<b>4.164.448.000</b>
<b>ESFERAS DE GOVERNO</b>	<b>FISCAL</b>	<b>SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>8.583.109.000</b>	<b>237.541.000</b>	<b>8.820.650.000</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>874.893.000</b>	<b>3.289.555.000</b>	<b>4.164.448.000</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>9.458.002.000</b>	<b>3.527.096.000</b>	<b>12.985.098.000</b>

Fonte: Lei Orçamentária Anual / 2013





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

### ***3.1.2. Instrumentos da Execução Orçamentária***

#### ***3.1.2.1. Destaque de Crédito Orçamentário***

O Decreto nº 24.634, de 16 de novembro de 2004, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 2004, disciplinou, a partir daquele exercício, que:

*“Art. 1º: A descentralização de crédito orçamentário entre os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta, que envolva recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos fiscal e da seguridade social, objetivando a realização de programas ou ações, será efetivada através de destaque de crédito orçamentário, nos termos deste Decreto, observada a legislação pertinente”. (grifamos)*

O destaque de crédito orçamentário é uma operação descentralizadora de crédito orçamentário, em que uma unidade orçamentária disponibiliza para outra unidade orçamentária ou gestora a competência de utilização dos recursos que lhes foram concedidos. A sua operacionalidade é efetuada da seguinte forma:

**Concedente** → órgão da Administração Pública estadual, direta e indireta, responsável pela descentralização dos créditos orçamentários, através de destaque;

**Executor** → órgão da Administração Pública estadual, direta e indireta, com a qual o concedente pactua a execução de programa, projeto ou atividade.

### ***3.2. Execução da Despesa***

#### ***3.2.1. Abertura de Créditos Adicionais***

##### ***3.2.1.1. Créditos Suplementares***

A abertura de Créditos Adicionais Suplementares é o mecanismo legal e administrativo utilizado regularmente em toda a Administração Pública. Este procedimento tem como base o § 8º do art. 165 da Constituição da República e no inciso I, do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/1964.

O Poder Executivo abriu Créditos Suplementares no montante de **R\$ 4.088.892.607,76** (Quatro bilhões, oitenta e oito milhões, oitocentos e noventa e dois mil, seiscentos e sete reais e setenta e seis centavos), correspondente a anulação parcial de dotações orçamentárias, o que representa **31,49%** da Despesa Inicial. Portanto, foi cumprida a determinação contida na Lei de Responsabilidade Fiscal e nos artigos 4º, 5º e inciso I do art. 8º, da Lei Orçamentária Anual-LOA (Lei nº 3.845, de 26/12/2012).



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

<b>QUADRO CONSOLIDADO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIAS</b>				
<b>Período de Janeiro a Dezembro de 2013</b>				
<b>Itens</b>	<b>Especificações</b>	<b>Adm. Direta</b>	<b>Adm. Indireta</b>	<b>Total</b>
<b>1</b>	<b>ORÇAMENTO INICIAL</b>	<b>8.606.215.000,00</b>	<b>4.378.883.000,00</b>	<b>12.985.098.000,00</b>
<b>2</b>	<b>SUPLEMENTAÇÕES</b>	<b>7.441.638.824,86</b>	<b>2.201.769.320,71</b>	<b>9.643.408.145,57</b>
3	Crédito Especial Aberto	134.509,71	500.000,00	634.509,71
4	Suplementações de Dotações	5.277.963.411,43	1.619.097.699,33	6.897.061.110,76
5	Alteração de QDD	2.163.540.903,72	582.171.621,38	2.745.712.525,10
<b>6</b>	<b>ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES (-)</b>	<b>-5.288.644.955,29</b>	<b>-1.545.960.177,57</b>	<b>-6.834.605.132,86</b>
7	Créditos Especiais	0,00	0,00	0,00
8	Créditos Orçamentários e Suplementares	3.125.104.051,57	963.788.556,19	4.088.892.607,76
9	Redução de QDD	2.163.540.903,72	582.171.621,38	2.745.712.525,10
<b>10</b>	<b>MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS</b>	<b>1.688.765.427,00</b>	<b>-1.688.765.427,00</b>	<b>0,00</b>
11	Destaques Recebidos	2.463.248.999,56	599.844.652,07	3.063.093.651,63
12	Destaques Concedidos (-)	-774.483.572,56	-2.288.610.079,07	-3.063.093.651,63
<b>13</b>	<b>CRÉDITO AUTORIZADO (1+2-6-10)</b>	<b>12.447.974.296,57</b>	<b>3.345.926.716,14</b>	<b>15.793.901.012,71</b>
<b>14</b>	<b>DESPESA EMPENHADA (-)</b>	<b>-11.785.966.645,69</b>	<b>-2.783.559.278,70</b>	<b>-14.569.525.924,39</b>
<b>15</b>	<b>CRÉDITOS DISPONÍVEIS (13-14)</b>	<b>662.007.650,88</b>	<b>562.367.437,44</b>	<b>1.224.375.088,32</b>
<b>16</b>	<b>RECEITA ARRECADADA (REALIZADA)</b>	<b>13.158.070.577,07</b>	<b>1.374.560.749,98</b>	<b>14.532.631.327,05</b>
<b>17</b>	<b>Déficit da Execução Orçamentária (16-14)</b>	<b>1.372.103.931,38</b>	<b>-1.408.998.528,72</b>	<b>-36.894.597,34</b>

FONTE: LOA 2013/Sistema AFI/SEFAZ/Rel\_Execorc.

**CRÉDITOS SUPLEMENTARES (§ 1º, inc. I, II, III e IV, do art. 43, da Lei nº 4.320/64)**

<b>RECURSOS UTILIZADOS</b>	<b>VALOR</b>
Superávit Financeiro	1.220.316.662,60
Excesso de Arrecadação	1.357.835.137,37
Anulação	4.088.892.607,76
Operação de Crédito	230.016.703,03
<b>SUPLEMENTAÇÃO/ T O T A L</b>	<b>6.897.061.110,76</b>

A anulação de dotações representou a maior fonte de recursos utilizados para abertura de Créditos Suplementares, atingindo o montante de **R\$ 4.088.892.607,76** (Quatro bilhões, oitenta e oito mil, oitocentos e noventa e dois mil, seiscentos e sete reais e setenta e seis centavos).

**3.2.1.2. Créditos Especiais**

Os Créditos Especiais abertos no exercício atingiram o montante de **R\$ 634.509,71** (Seiscentos e trinta e quatro mil, quinhentos e nove reais e setenta e um centavos), representando 0,01% do total dos Créditos Adicionais abertos, conforme dados a seguir:

**CRÉDITOS ESPECIAS (§ 1º, inc. II e III do Art. 43 da Lei nº 4.320/64)**

<b>RECURSOS UTILIZADOS</b>	<b>VALOR</b>
a) Anulação de Dotações	634.509,71
<b>SUPLEMENTAÇÃO/ T O T A L</b>	<b>634.509,71</b>

Na sequência, relacionam-se os créditos especiais abertos no exercício de 2013.

**Autorização:** Lei nº 3.868, de 19 de março de 2013 - Publicada no DOE de 19/03/2013.

**Objetivo:** Autoriza o Chefe do Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial no Valor de R\$ 134.509,71 (Cento e trinta e quatro mil, quinhentos e nove reais e setenta e um centavos), no Orçamento Fiscal vigente da Administração Direta para atender à programação do Tribunal de Contas do Estado – TCE.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**Autorização:** Lei nº 3.892, de 06 de junho de 2013 - publicada no DOE de 13/06/2013.

**Objetivo:** Autoriza o Chefe do Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial no Valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), no Orçamento fiscal vigente da Administração Indireta para atender à programação e criação do Fundo Estadual de Regularização Fundiária – FERF

### 3.2.2. Despesa Autorizada

O resultado da abertura dos créditos adicionais, combinado com a movimentação de créditos - destaques recebidos e concedidos apurados no período de janeiro a dezembro de 2013 estão demonstrados no quadro abaixo:

DEMONSTRATIVO DE CRÉDITOS INICIAIS E ADICIONAIS		
ITENS	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL APURADO
1	ORÇAMENTO INICIAL	12.985.098.000,00
2	CRÉDITOS ADICIONAIS	9.643.408.145,57
3	Crédito Especial	634.509,71
4	Créditos Suplementares	6.897.061.110,76
5	Alterações de QDD	2.745.712.525,10
6	ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES ( - )	6.834.605.132,86
7	Créditos Orçamentários e Suplementares	4.088.892.607,76
8	Reduções de QDD	2.745.712.525,10
9	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS	0,00
10	Destaques Recebidos	3.063.093.651,63
11	Destaques Concedidos ( - )	3.063.093.651,63
12	CRÉDITO AUTORIZADO (1+2-6)	15.793.901.012,71
ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO AO INICIAL (%)		21,63%

Fonte: CONGOV/TCE- 2013 e Sistema AFI/SEFAZ/DOE

O demonstrativo revela que o valor autorizado para o exercício financeiro de 2013, na ordem de R\$ 15.793.901.012,71, representa um aumento de 21,63% em relação ao total fixado e previsto no orçamento, na importância de R\$ 12.985.098.000,00.

### 3.2.3. Despesa Empenhada

O demonstrativo e os anexos 1 e 2, a seguir, especificam as despesas empenhadas por categorias econômicas e grupos, bem como as despesas autorizadas e as efetivamente realizadas pelas Unidades Orçamentárias da Administração Direta e Indireta.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA EMPENHADA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS E GRUPOS DE DESPESAS					
CATEGORIAS ECONÔMICAS E GRUPOS DE DESPESAS	ADMINISTRAÇÃO				
	DIRETA	%	INDIRETA	%	DESPESAS EXECUTADAS
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.249.401.903,09</b>	<b>78,48</b>	<b>2.460.624.143,62</b>	<b>88,40</b>	<b>11.710.026.046,71</b>
Pessoal e Encargos Sociais	3.798.727.313,39	32,24	1.535.905.495,36	55,18	5.334.632.808,75
Juros e Encargos da Dívida	191.362.648,53	1,62	3.057.461,37	0,11	194.420.109,90
Outras Despesas Correntes	5.259.311.941,17	44,62	921.661.186,89	33,11	6.180.973.128,06
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.536.564.742,60</b>	<b>21,52</b>	<b>322.935.135,08</b>	<b>11,60</b>	<b>2.859.499.877,68</b>
Investimentos	2.085.136.472,28	17,69	321.241.929,49	11,54	2.406.378.401,77
Inversões Financeiras	82.943.681,34	0,70	0,00	0,00	82.943.681,34
Amortização da Dívida	368.484.588,98	3,13	1.693.205,59	0,06	370.177.794,57
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>11.785.966.645,69</b>	<b>100,00</b>	<b>2.783.559.278,70</b>	<b>100,00</b>	<b>14.569.525.924,39</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado / 2013



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Resumidamente as despesas correntes e de capital do Governo Estadual foram executadas conforme demonstração no quadro a seguir:

CLASSIFICAÇÃO	Valor em Real		Diferença
	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA EMPENHADA	
Despesas Correntes	11.979.765.536,66	11.710.026.046,71	279.739.489,95
Despesas de Capital	3.573.219.662,29	2.859.499.877,68	713.719.784,61
Reserva de Contingência	240.915.813,76	0,00	240.915.813,76
<b>Total</b>	<b>15.793.901.012,71</b>	<b>14.569.525.924,39</b>	<b>1.224.375.088,32</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado / 2012

Com base nos valores constantes do quadro anterior, observa-se que, do total autorizado para as Despesas Correntes e de Capital, foram empenhados respectivamente 97,75% e 80,03%. Verificando-se, portanto, a supremacia das despesas correntes sobre as de capital.

## ANEXO I

### DESPESA AUTORIZADA / EMPENHADA / DISPONÍVEL (ADMINISTRAÇÃO DIRETA)

ÓRGÃO/UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Autorizada	Empenhada	Bloqueado	Disponível
<b>Poder Legislativo</b>				
01101-Assembleia Legislativa – ALE	222.753.022,89	222.442.202,67	-	310.820,22
02101-Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE	165.302.034,84	165.270.504,17	-	31.530,67
<b>Subtotal</b>	<b>388.055.057,73</b>	<b>387.712.706,84</b>	<b>-</b>	<b>342.350,89</b>
<b>Ministério Público</b>				
03101-Procuradoria Geral de Justiça – PGJ	195.239.370,19	194.506.766,18	-	732.604,01
<b>Subtotal</b>	<b>195.239.370,19</b>	<b>194.506.766,18</b>	<b>-</b>	<b>732.604,01</b>
<b>Poder Judiciário</b>				
04101-Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – TJ	474.493.320,66	473.223.163,31	-	1270.157,35
<b>Subtotal</b>	<b>474.493.320,66</b>	<b>473.223.163,31</b>	<b>-</b>	<b>1270.157,35</b>
<b>Poder Executivo</b>				
11101-Casa Civil	31.691.850,06	31.652.016,23	-	39.833,83
11102-Secretaria de Governo – SEGOV	42.214.191,64	41.819.161,47	-	395.030,17
11103-Procuradoria Geral do Estado do Amazonas – PGE	34.675.736,32	34.645.272,74	-	30.463,58
11104-Ouvidoria Geral do Estado – OUVCON	17.809.757,99	16.459.218,47	-	1.350.539,52
11105-Escritório de Representação do Governo em Brasília	-	-	-	-
11106-Agência de Comunicação Social – AGECOM	56.892.890,16	56.667.510,65	-	225.379,51
11107-Escritório de Representação do Governo em São Paulo	2.045.800,00	1.814.772,64	-	231.027,36
11108-Casa Militar	96.898.658,08	95.340.872,74	-	1.557.785,34
11109-Controladoria Geral do Estado – CGE	3.917.095,24	3.784.561,54	-	132.533,70
11113-Comissão Geral de Licitação – CGL	8.162.801,45	8.072.060,82	-	90.740,63
11115-Secretaria de Estado de Desenv. Metropolitana de Manaus – SDRM	88.051.524,00	85.853.665,51	-	2.197.858,49
11116-Secretaria de Estado de Representação do Governo em Brasília	3.582.417,94	3.310.591,65	-	271.826,29
11117-Unidade Gestora do Projeto COPA – UGP COPA	2.463.026,88	2.463.026,88	-	0,00
12101-Secretaria Executiva da Vice-Governadoria	1.783.117,26	1.783.117,26	-	0,00
13101-Secretaria de Estado de Administração, Recursos Humanos e Previdência – SEAD	107.703.956,84	107.628.453,12	-	75.503,72
14101-Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ / Coordenadoria de Administração	294.066.205,76	292.961.351,37	-	1.104.854,39
14103-Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ / Encargos Gerais do Estado	2.768.228.791,51	2.727.592.682,07	-	40.636.109,44



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**ANEXO I**

**DESPESA AUTORIZADA / EMPENHADA / DISPONÍVEL (ADMINISTRAÇÃO DIRETA)**

Continua

ÓRGÃO / UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Autorizada	Empenhada	Bloqueado	Disponível
16101-Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN	136.092.058,00	115.553.675,27	-	20.538.382,73
17101-Secretaria de Estado de Saúde – SUSAM	1.432.659.979,89	1.432.659.979,89	-	0,00
17102-Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro	1.987.887,47	1.987.887,47	-	0,00
17103-Policlínica Governador Gilberto Mestrinho – PAM CENTRO	8.051.685,59	8.051.685,59	-	0,00
17104-Policlínica PAM – CODAJÁS	8.068.857,02	8.068.857,02	-	0,00
17105-Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha	1.774.281,37	1.774.281,37	-	0,00
17106-Hospital de Isolamento Chapot Prevost	7.536.175,15	7.536.175,15	-	0,00
17107-Pronto Socorro 28 de Agosto	47.196.982,10	47.196.982,10	-	0,00
17109-Instituto de Saúde da Criança do Amazonas – ICAM	11.217.161,27	11.217.161,27	-	0,00
17110-Pronto Socorro da Criança ZONA SUL – PSC	14.909.992,40	14.909.992,40	-	0,00
17111-Maternidade Balbina Mestrinho	11.453.787,79	11.453.787,79	-	0,00
17113-Hospital e Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado	52.768.151,13	52.768.151,13	-	0,00
17115-Hospital e Pronto Socorro da Criança – ZONA OESTE	14.120.715,31	14.120.715,31	-	0,00
17116-Maternidade de Referência da Zona Leste de Manaus – Ana Braga	22.603.584,92	22.603.584,92	-	0,00
17117-Hospital e Pronto Socorro da Criança – ZONA LESTE	5.142.074,85	5.142.074,85	-	0,00
17118-Policlínica Zeno Lanzine	932.133,94	932.133,94	-	0,00
17119-Policlínica João dos Santos Braga	383.653,68	383.653,68	-	0,00
17120-Maternidade Dona Nazira Daou – CAMI II	3.327.538,45	3.327.538,45	-	0,00
17121-Maternidade Azilda Marreiro	5.079.787,21	5.079.787,21	-	0,00
17122-Maternidade Alvorada – CAMI I	6.206.281,03	6.206.281,03	-	0,00
17123-Serviço de Pronto Atendimento – Coroado	2.700.922,49	2.700.922,49	-	0,00
17124-Serviço de Pronto Atendimento e Policlínica Dr. José de Jesus Lins de Albuquerque	2.919.527,86	2.919.527,86	-	0,00
17125-Serviço de Pronto Atendimento e Hospital Dr. Aristóteles Platão Bezerra de Araújo	32.071.816,94	32.071.816,94	-	0,00
17126-Serviço de Pronto Atendimento – Eliameme Rodrigues Mady	4.553.675,64	4.553.675,64	-	0,00
17127-Serviço de Pronto Atendimento – Zona Sul	1.810.663,35	1.810.663,35	-	0,00
17128-Serviço de Pronto Atendimento – Alvorada	1.999.273,75	1.999.273,75	-	0,00
17129-Serviço de Pronto Atendimento – Joventina Dias	2.970.304,73	2.970.304,73	-	0,00
17130-Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas – CEMA	128.870.965,02	128.870.965,02	-	0,00
17131-Serviço de Pronto Atendimento São Raimundo	2.160.801,55	2.160.801,55	-	0,00
17132-Serviço de Pronto Atendimento “Danilo Correa”	3.819.983,12	3.819.983,12	-	0,00
17133-Instituto da Mulher	15.538.586,08	15.538.586,08	-	0,00
18101-Secretaria de Estado da Produção Rural – SEPROR	88.361.674,09	70.110.355,29	-	18.251.318,80
19101-Secretaria de Estado de Política Fundiária – SPF	61.580.061,01	59.550.317,35	-	2.029.743,66
20101-Secretaria de Estado da Cultura – SEC	158.448.918,07	150.693.859,43	-	7.755.058,64
21101-Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUS	179.889.365,10	151.042.316,65	-	28.847.048,45
21102-Complexo Penitenciário “Anísio Jobim”	3.214.777,73	3.206.770,73	-	8.007,00
21103-Cadeia Pública Desembargador “Raimundo Vidal Pessoa”	4.234.748,31	3.837.347,73	-	397.400,58
21104-Penitenciária Feminina	1.727.628,72	1.727.628,72	-	0,00
21105-Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	1.743.011,59	1.743.011,59	-	0,00
21106-Casa do Albergado de Manaus	1.976.322,61	1.972.344,13	-	3.978,48
21107-Secretaria Executiva Adjunta – SEA	11.480.694,36	8.862.689,79	-	2.618.004,57
21108-Departamento do Programa Estadual de Proteção ao Consumidor – PROCON	2.446.848,32	2.430.901,88	-	15.946,44
22101-Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP	203.215.496,99	157.937.329,31	-	45.278.167,68
22102-Polícia Civil do Estado do Amazonas – PC	296.951.664,20	296.200.496,89	-	751.167,31
22103-Polícia Militar do Estado do Amazonas – PMAM	592.230.444,85	590.136.857,79	-	2.093.587,06
22104-Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas – CBMAM	51.055.077,67	50.523.632,85	-	531.444,82
22106-Subcomando de Ações de Defesa Civil – SUBCOMADEC	13.494.834,13	12.771.953,62	-	722.880,51
24101-Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE / AM	37.172.947,48	36.688.039,95	-	484.907,53



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**ANEXO I**

**DESPESA AUTORIZADA / EMPENHADA / DISPONÍVEL (ADMINISTRAÇÃO DIRETA)**

Continua

ÓRGÃO / UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Autorizada	Empenhada	Bloqueado	Disponível
25101-Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA	1.835.406.719,12	1.443.628.170,02	-	391.778.549,10
25102-Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - UGPI	257.430.706,30	247.692.915,07	-	9.737.791,23
26101-Secretaria de Estado do Trabalho – SETRAB	16.457.946,57	13.518.953,19	-	2.938.993,38
27101-Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer – SEJEL	62.605.753,29	45.531.478,21	-	17.074.275,08
28101-Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC	1.805.247.608,22	1.776.469.960,47	-	28.777.647,75
30101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS	86.347.510,72	48.984.069,58	-	37.363.441,14
31101-Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS	45.630.117,83	40.974.855,93	-	4.655.261,90
32101-Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECTI	6.906.056,27	4.071.152,69	-	2.834.903,58
33101-Secretaria de Est. Artic. De Política Mov. Soc. Populares – SEARP	12.854.521,70	3.379.205,99	-	9.475.315,71
34101-Secretaria de Estado p/os Povos Indígenas – SEIND	10.770.954,13	4.316.822,33	-	6.454.131,80
35101-Secretaria de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos – SEMGRH	3.314.873,82	2.961.205,51	-	353.668,31
36101-Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEDPD	21.095.369,84	17.320.125,14	-	3.775.244,70
<b>Subtotal</b>	<b>11.424.409.763,27</b>	<b>10.730.524.009,36</b>	<b>-</b>	<b>693.885.753,91</b>
<b>T o t a l</b>	<b>12.482.197.511,84</b>	<b>11.785.966.645,69</b>	<b>-</b>	<b>696.230.866,15</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado / 2013

**ANEXO 2**

**DESPESAS AUTORIZADAS / EMPENHADAS / DISPONÍVEIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)**

ÓRGÃO/UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Autorizada	Empenhada	Bloqueado	Disponível
<b>AUTARQUIAS</b>				
11206-Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IMPEAM	15.488.058,40	14.279.814,22	-	1.208.244,18
16201-Junta Comercial do Amazonas – JUCEA	10.039.966,29	9.969.478,56	-	70.487,73
16202-Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amazonas – IPEM	2.941.924,77	2.941.924,77	-	0,00
18201-Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas – IDAM	73.423.187,82	70.335.169,45	-	3.088.018,37
18202-Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF	7.502.503,56	6.907.967,55	-	594.536,01
19201-Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM	10.293.809,41	9.277.328,87	-	1.016.480,54
22201-Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN	55.842.530,87	53.206.695,45	-	2.635.835,42
25201-Agência Reguladora dos Serviços Púb. Concedidos do Estado do Amazonas – ARSAM	8.341.757,60	7.535.860,27	-	805.897,33
25202-Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB	171.476.241,05	153.647.984,37	-	17.828.256,68
25203-Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH	7.654.371,21	7.335.055,99	-	319.315,22
30201-Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM	28.407.725,46	26.841.859,51	-	1.565.865,95
32202-Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM	87.350.784,49	86.445.382,99	-	905.401,50
<b>Subtotal</b>	<b>478.762.860,93</b>	<b>448.724.522,00</b>	<b>-</b>	<b>30.038.338,93</b>
<b>FUNDAÇÕES PÚBLICAS</b>				
11303-Fundação Televisão e Rádio Cultura do Amazonas – FUNTEC	13.553.711,26	13.338.501,60	-	215.209,66
13301-Fundação Amazonprev	1.331.654.454,08	1.088.192.898,71	-	243.461.555,37
17301-Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas – FCECON	70.057.507,80	67.934.682,79	-	2.122.825,01
17302-Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas – FHMOAM	56.268.392,06	51.882.847,49	-	4.385.544,57
17303-Fundação de Dermatologia Tropical e Venereologia “Alfredo da Matta” – FUAM	23.154.303,98	21.771.700,50	-	1.382.603,48
17304-Fundação de Medicina Tropical “DR. HEITOR VIEIRA DOURADO”- FMT / AM	72.096.277,23	71.357.727,98	-	738.549,25
17305-Fundação Hospital Adriano Jorge – FHAJ	63.393.518,98	63.351.518,98	-	42.000,00
17306-Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas – FVS/AM.	83.227.963,32	83.168.755,43	-	59.207,89
27301-Fundação Vila Olímpica “Danilo de Mattos Areosa” – FVO	7.699.096,55	7.451.445,85	-	247.650,70
30301-Fundação Estadual dos Povos Indígenas – FEPI / AM			-	
32301-Fundação Universidade do Estado do Amazonas – UEA	307.147.291,90	257.169.467,12	-	49.977.824,78
32302-Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM	94.267.118,77	75.325.276,77	-	18.941.841,30
<b>Subtotal</b>	<b>2.122.519.635,93</b>	<b>1.800.944.823,22</b>	<b>-</b>	<b>321.574.812,71</b>
<b>EMPRESAS</b>				
16508-Empresa Estadual do Turismo do Amazonas – AMAZONASTUR	36.686.745,84	35.362.988,61	-	1.323.757,23
25501-Companhia de Saneamento do Amazonas S/A. – COSAMA	13.486.503,64	13.486.503,64	-	0,00
30501-Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS	50.122.595,78	50.122.595,78	-	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>100.295.845,26</b>	<b>98.972.088,03</b>	<b>-</b>	<b>1.323.757,23</b>
<b>FUNDOS ESPECIAIS</b>				
03701-Fundo de Apoio do Ministério Público do Amazonas – FAMP	9.660.385,00	3.841.425,62	-	5.818.959,38
04701-Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – FUNETJ	7.310.517,72	3.952.542,82	-	3.257.974,90
04702-Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário – FUNJEAM	29.886.917,58	24.199.882,22	-	5.687.035,36
11703-Fundo de Desenvolvimento Humano do Estado do Amazonas – FDH / AM			-	





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**Comissão das Contas do Governador**

11704-Fundo Especial da Região Metropolitana de Manaus	0,00	0,00	-	0,00
11705-Fundo de Promoção Social – FPS	5.802.169,97	5.537.341,05	-	264.828,92
11706-Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado – FEPGE	638.800,00	104.817,35	-	533.982,65
14701-Fundo para Financiamento da Modernização Fazendária do Estado do Amazonas	6.629.182,01	3.146.537,54	-	3.482.644,47
17701-Fundo Estadual da Saúde – FES	326.222.836,35	180.352.014,67	-	145.870.821,68
19702-Fundo Estadual de Regularização Fundiária – FERF	500.000,00	5.542,74	-	494.457,26
21701-Fundo Penitenciário do Estado do Amazonas – FUPEAM	1.000.038,59	944.517,00	-	55.521,59
21702-Fundo Estadual de Defesa ao Consumidor – FUNDECON	2.500.000,00	1.494.670,10	-	1.005.329,90
21703-Fundo Estadual Antidroga – FEAD	81.350,00	0,00	-	81.350,00
22701-Fundo de Reserva para as Ações de Inteligência – FUNRAI	620.621,25	587.109,50	-	33.511,75
24701-Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amazonas	7.304.543,38	4.848.584,61	-	2.455.958,77
25701-Fundo Estadual de Habitação – FEH	110.291.282,04	109.559.291,85	-	731.990,19
28701-Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica	13.176.295,92	13.147.425,32	-	28.870,60
30701-Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMÁ	521.008,00	0,00	-	521.008,00
31701-Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS	80.715.922,51	79.300.329,97	-	1.415.592,54
31702-Fundo Estadual da Criança e do Adolescente – FECA	3.927.770,77	3.895.813,09	-	31.957,68
<b>Subtotal</b>	<b>606.789.641,09</b>	<b>434.917.845,45</b>	<b>-</b>	<b>171.871.795,64</b>
<b>99999-Reserva de Contingência</b>	<b>15.793.901.012,71</b>	<b>14.569.525.924,39</b>	<b>-</b>	<b>1.224.375.088,32</b>
<b>T o t a l</b>	<b>19.102.268.995,22</b>	<b>17.353.085.203,09</b>	<b>-</b>	<b>1.749.183.792,13</b>
<b>TOTAL GERAL (DIRETA/INDIRETA)</b>	<b>31.584.466.507,07</b>	<b>29.139.051.848,78</b>		<b>2.445.414.658,29</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado/2013

No comparativo geral das previsões orçamentárias das despesas e suas realizações, por tipo de administração, o Governo Estadual obteve o seguinte resultado:

Despesas		Administração Direta	Administração Indireta					TOTAL
			Autarquias	Fundações	Empresas	Fundos Especiais	Reserva de Contingência	
1	Autorizada Final	12.482.197.511,85	478.762.860,93	2.122.519.635,23	100.295.845,26	606.789.641,09	15.793.901.012,71	31.584.466.507,76
2	Empenhado	11.785.966.645,69	448.724.522,00	1.800.944.823,22	98.972.088,03	434.917.845,45	14.569.525.924,39	29.139.051.848,78
1-2	Economia Orcamentária	696.230.866,16	30.038.338,93	321.574.812,01	1.323.757,23	171.871.795,64	1.224.375.088,32	2.445.414.658,29

Com relação às despesas efetuadas pelos Órgãos da Administração Pública, por Função, os valores alcançados foram obtidos mediante cálculo que engloba todas as Fontes de Recursos

**3.2.3.1. Despesas Empenhadas pelas Unidades Gestoras por Função**

FUNÇÃO	ÓRGÃO	VALOR	%
<b>01 - Legislativa</b>	01000 - Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALE	222.442.202,67	1,53
	02000 - Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE	165.264.910,52	1,13
	13301 – Fundação AMAZONPREV	5.673.890,63	0,04
	32301 - Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA	72.556,78	0,00
	Subtotal	<b>393.453.560,60</b>	<b>2,70</b>
<b>02 - Judiciária</b>	04000 - Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJ	473.201.667,93	3,25
	04701 - Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - FUNETJ	3.952.542,82	0,03
	04702 - Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário - FUNJEAM	24.199.882,22	0,17
	Subtotal	<b>501.354.092,97</b>	<b>3,45</b>
<b>03 - Essencial à Justiça</b>	03000 - Procuradoria Geral de Justiça - PGJ	194.506.766,18	1,34
	03701 - Fundo de Apoio do Ministério Público do Amazonas - FAMP	3.841.425,62	0,02
	11000 - Governadoria	34.645.272,74	0,24
	11706 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado - FEPGE	104.817,35	0,00
	Subtotal	<b>233.098.281,89</b>	<b>1,60</b>
<b>04 - Administração</b>	11000 - Governadoria	193.715.043,95	1,33
	12000 - Vice-Governadoria	1.783.117,26	0,01
	13000 - Secretaria de Estado de Administração e Gestão - SEAD	107.628.453,12	0,74
	14000 - Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ	292.961.351,37	2,01
	14701 - Fundo para Financiamento da Modernização Fazendária - FFMF	3.146.537,54	0,02
	16000 - Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN	96.699.628,33	0,66
	25000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA	27.830.855,07	0,19
	25201 - Agência Reguladora dos Serv. Púb. Concedidos do Est. do Amazonas - ARSAM	7.535.860,27	0,05
	25501 - Companhia de Saneamento do Amazonas S/A - COSAMA	142.058,42	0,00
	32202 - Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM	379.608,80	0,00
	Subtotal	<b>731.822.514,13</b>	<b>5,01</b>



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Continua

FUNÇÃO	ÓRGÃO	VALOR	%
06 - Segurança Pública	22000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP	1.107.111.568,48	7,60
	22201 - Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN	52.917.794,08	0,36
	22701 - Fundo de Reserva p/as Ações de Inteligência - FRAI	587.109,50	0,00
	25000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA	23.357.375,70	0,16
	25202 - Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB	548.390,00	0,00
	32202 - Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM	4.290.855,72	0,03
	32301 - Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA	1.976.763,84	0,01
	Subtotal	1.190.789.857,32	8,16
08 - Assistência Social	25000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA	3.977.462,84	0,03
	31000 - Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania - SEAS	40.974.855,93	0,28
	31701 - Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	71.300.329,97	0,49
	31702 - Fundo Estadual da Criança e do Adolescente - FECA	3.895.813,09	0,03
	32301 - Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA	119.863,50	0,00
	36000 - Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPED	17.320.125,14	0,11
	Subtotal	137.588.450,47	0,94
09 - Previdência Social	13301 - Fundação Amazonprev	1.082.519.008,08	7,43
	32202 - Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM	77.610,26	0,00
	Subtotal	1.082.596.618,34	7,43
10 - Saúde	17000 - Secretaria de Estado de Saúde - SUSAM	1.854.837.231,10	12,73
	17301 - Fundação Centro de Controle Oncologia do Estado do Amazonas - FCECON	67.934.682,79	0,47
	17302 - Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHMOAM	51.873.187,74	0,36
	17303 - Fundação Dermatologia Tropical Venerologia Alfredo da Matta - FUAM	21.771.700,50	0,15
	17304 - Fundação de Medicina Tropical do Amazonas - FMT/AM.	71.290.551,13	0,49
	17305 - Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ	63.345.754,24	0,43
	17306 - Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas - FVS	83.168.755,43	0,57
	17701 - Fundo Estadual da Saúde - FES	180.352.014,67	1,24
	25000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA	4.099.033,24	0,03
	25202 - Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB	706.736,50	0,00
	32202 - Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM	2.641.769,71	0,02
	32301 - Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA	346.820,94	0,00
	Subtotal	2.402.368.237,99	16,49
11 - Trabalho	26000 - Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB	13.518.953,19	0,09
	Subtotal	13.518.953,19	0,09
12 - Educação	22000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP	458.701,98	0,00
	25000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA	46.451.418,67	0,32
	25202 - Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB	1.995.320,61	0,01
	28000 - Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino - SEDUC	1.776.469.960,47	12,20
	28701 - Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica	13.147.425,32	0,09
	30501 - Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS	37.088.977,25	0,25
	31701 - Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	8.000.000,00	0,05
	32202 - Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM	79.000.087,02	0,55
	32301 - Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA	254.404.224,55	1,75
	Subtotal	2.217.016.115,87	15,22
13 - Cultura	20000 - Secretaria de Estado de Cultura - SEC	150.693.859,43	1,03
	25000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA	50.278.124,69	0,35
	Subtotal	200.971.984,12	1,38
14 - Direitos da Cidadania	11000 - Governadoria	16.459.218,47	0,11
	11705 - Fundo de Promoção Social - FPS	5.537.341,05	0,05
	21000 - Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUS	174.823.011,22	1,20
	21701 - Fundo Penitenciário do Estado do Amazonas - FUPEAM	944.517,00	0,01
	21702 - Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDECON	1.494.670,10	0,01
	24000 - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE-AM	36.688.039,95	0,25
	24701 - Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amazonas - FUNDEP	4.848.584,61	0,03
	32202 - Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM	55.451,48	0,00
	33000 - Secretaria de Estado Articuladora de Política Públ. Mov. Social Popular - SEARP	3.379.205,99	0,02
	34000 - Secretaria de Estado p/os Povos Indígenas - SEIND	4.316.822,33	0,03
	Subtotal	248.546.862,20	1,71





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Continua

FUNÇÃO	ÓRGÃO	VALOR	%
<b>15 - Urbanismo</b>	11000 - Governadoria	79.677.938,42	0,55
	25000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA	710.649.659,56	4,88
	25202 - Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB	19.355.228,33	0,13
	25701 - Fundo Estadual de Habitação - FEH	<u>68.256.953,91</u>	<u>0,47</u>
	Subtotal	<b>877.939.780,22</b>	<b>6,03</b>
<b>16 - Habitação</b>	25202 - Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB	<u>85.614.473,98</u>	0,59
	Subtotal	<b>85.614.473,98</b>	<b>0,59</b>
<b>17 - Saneamento</b>	25000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA	83.910.558,57	0,58
	25202 - Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB	513.441,50	0,00
	25501 - Companhia de Saneamento do Amazonas S/A - COSAMA	13.303.445,22	0,09
	25701 - Fundo Estadual de Habitação - FEH	<u>41.302.337,94</u>	<u>0,28</u>
	Subtotal	<b>139.029.783,23</b>	<b>0,95</b>
<b>18 - Gestão Ambiental</b>	19201 - Instituto de Terras do Amazonas - ITEAM	811.050,42	0,01
	30000 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS	47.484.069,58	0,33
	30201 - Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM	26.840.833,20	0,18
	30501 - Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS	152.396,18	0,00
	35000 - Secretaria de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos - SEMGRI	<u>2.961.205,51</u>	<u>0,02</u>
	Subtotal	<b>78.249.554,89</b>	<b>0,54</b>
<b>19 - Ciência e Tecnologia</b>	17304 - Fundação de Medicina Tropical "Dr. Heitor Vieira Dourado"	19.274,00	0,00
	32000 - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECTI	4.071.152,69	0,03
	32301 - Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA	214.000,00	0,00
	32302 - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM	<u>71.781.023,59</u>	<u>0,49</u>
	Subtotal	<b>76.085.450,28</b>	<b>0,52</b>
<b>20 - Agricultura</b>	18000 - Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR	70.110.355,29	0,48
	18201 - Instituto de Desenv. Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas - IDAM	70.307.784,99	0,48
	18202 - Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas - ADAF	6.907.967,55	0,05
	30501 - Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS	2.688.460,62	0,02
	32302 - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM	<u>3.544.253,18</u>	<u>0,02</u>
	Subtotal	<b>153.558.821,63</b>	<b>1,05</b>
<b>21 - Organização Agrária</b>	19000 - Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF	59.550.317,35	0,41
	19201 - Institutos de Terras do Amazonas - ITEAM	8.466.278,45	0,06
	19702 - Fundo Estadual de Regularização Fundiária - FERF	<u>5.542,74</u>	<u>0,00</u>
	Subtotal	<b>68.022.138,54</b>	<b>0,47</b>
<b>22 - Comércio e Serviço</b>	16201 - Junta Comercial do Estado do Amazonas - JUCEA	6.347.838,45	0,05
	16202 - Instituto de Pesos e Medidas - IPEM	2.941.924,77	0,02
	16508 - Empresa Estadual de Turismo do Amazonas - AMAZONASTUR	35.362.988,61	0,24
	30501 - Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS	<u>10.192.761,73</u>	<u>0,07</u>
	Subtotal	<b>54.845.513,56</b>	<b>0,38</b>
<b>23 - Comunicação</b>	11000 - Governadoria	56.667.510,65	0,39
	11206 - Imprensa Oficial do Estado do Amazonas - IMPEAM	14.279.814,22	0,10
	11303 - Fundação Televisão e Rádio Cultural do Amazonas - FUNTEC	8.883.319,37	0,06
	25000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA	<u>232.278,00</u>	<u>0,00</u>
	Subtotal	<b>80.062.922,24</b>	<b>0,55</b>
<b>24 - Transporte</b>	11000 - Governadoria	717.747,11	0,00
	25000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA	275.688.513,73	1,90
	25202 - Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB	23.013.963,47	0,16
	25203 - Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH	<u>7.335.055,99</u>	<u>0,05</u>
	Subtotal	<b>306.755.280,30</b>	<b>2,11</b>
<b>25 - Desporto e Lazer</b>	25000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA	456.756.210,62	3,14
	25202 - Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB	5.434.198,00	0,04
	27000 - Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer - SEJEL	45.531.478,21	0,31
	27301 - Fundação Vila Olímpica "Danilo de Mattos Areosa" - FVO	<u>7.451.445,85</u>	<u>0,05</u>
	Subtotal	<b>515.173.332,68</b>	<b>3,54</b>

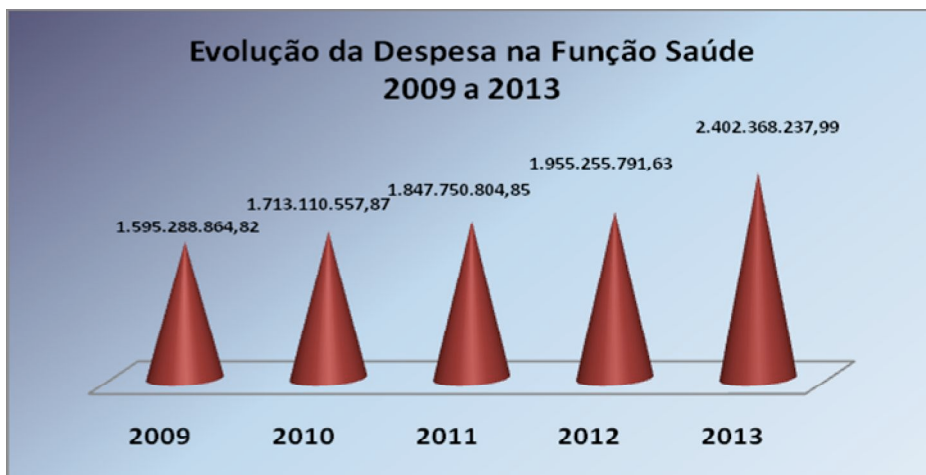
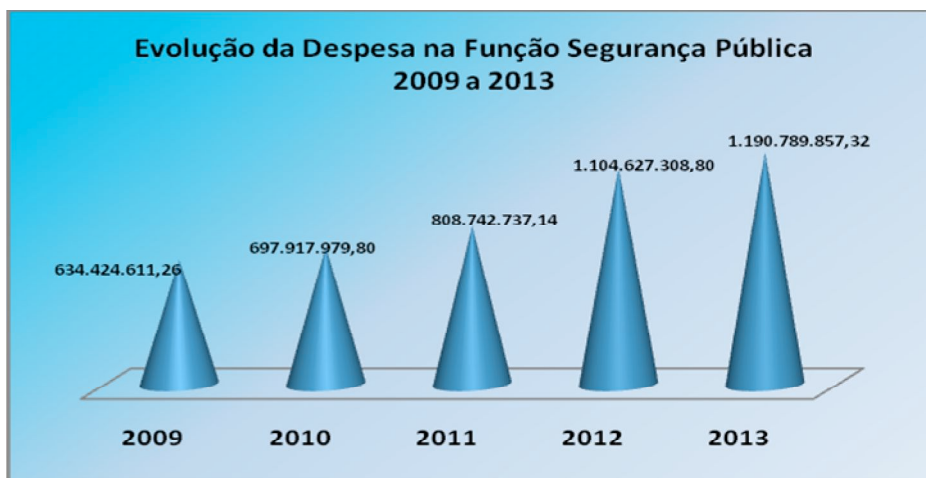


**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Continua

FUNÇÃO	ÓRGÃO	VALOR	%
<b>26 - Encargos Especiais</b>	02000 - Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE	5.593,65	0,00
	04000 - Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJAM	21.495,38	0,00
	11303 - Fundação Televisão e Rádio Cultura do Amazonas - FUNTEC	4.455.182,23	0,03
	14000 - Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ	2.727.592.682,07	18,72
	16000 - Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN	18.854.046,94	0,14
	16201 - Junta Comercial do Estado do Amazonas - JUCEA	3.621.640,11	0,02
	17302 - Fundação Hospitalar Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHMOAM	9.659,75	0,00
	17304 - Fundação de Medicina Tropical do Amazonas - FMT/AM.	47.902,85	0,00
	17305 - Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ	5.764,74	0,00
	18201 - Instituto de Desenv. Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas - IDAM	27.384,46	0,00
	22201 - Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN	288.901,37	0,00
	25000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA	8.089.594,40	0,06
	25202 - Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB	16.466.231,98	0,11
	25501 - Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA	41.000,00	0,00
	30000 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS	1.500.000,00	0,01
	30201 - Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM	1.026,31	0,00
	32301 - Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA	35.237,51	0,00
	Subtotal	<b>2.781.063.343,75</b>	<b>19,09</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>14.569.525.924,39</b>	<b>100,00</b>

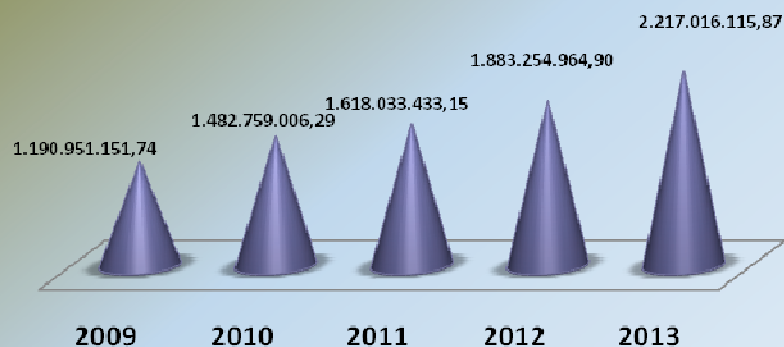
Fonte: Balanço Geral do Estado / 2013



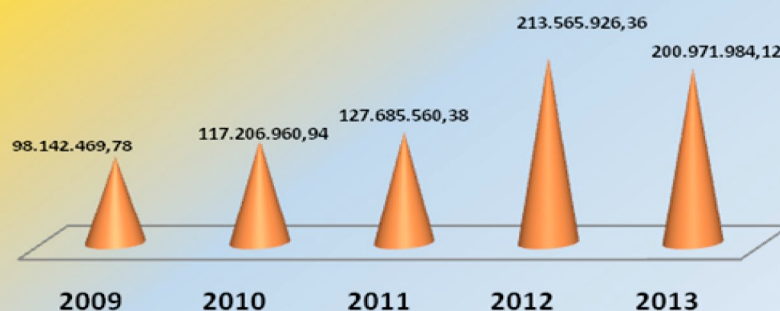


**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

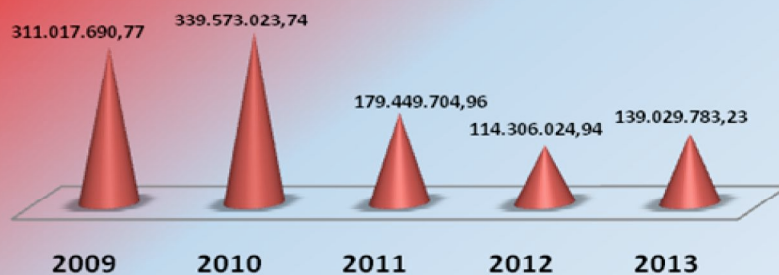
**Evolução da Despesa na Função Educação  
2009 a 2013**



**Evolução da Despesa na Função Cultura  
2009 a 2013**

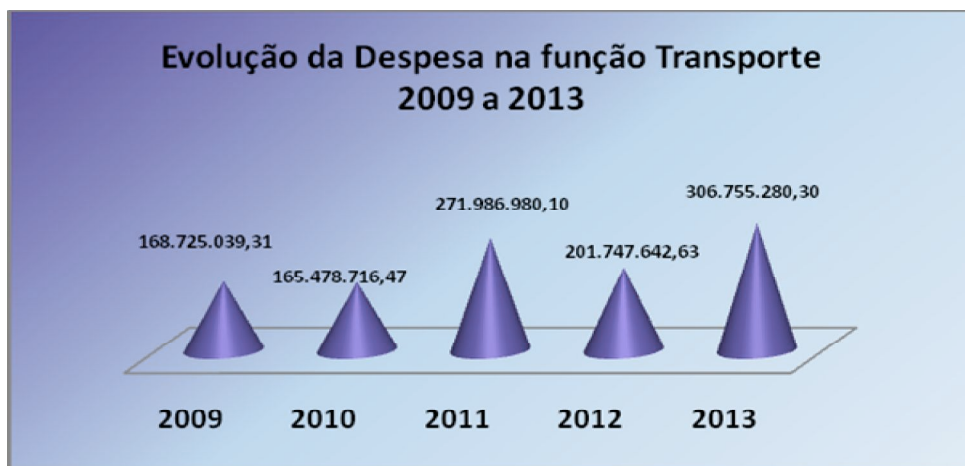


**Evolução da Despesa na Função Saneamento  
2009 a 2013**

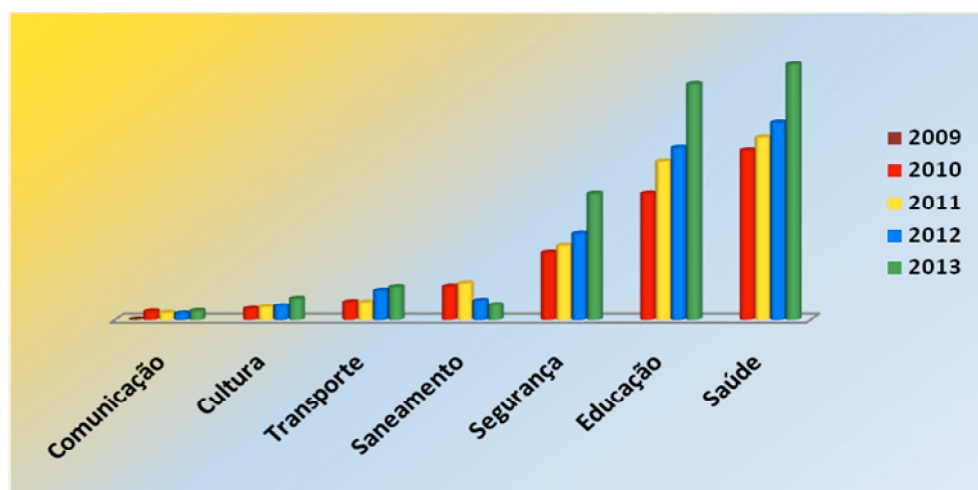




**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador



**REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO GERAL DA DESPESA NAS FUNÇÕES  
ACIMA DEMONSTRADAS, NO PERÍODO DE 2009 A 2013.**





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**3.2.3.2. Relação dos 100 maiores destinatários dos recursos do orçamento do Estado**

Nº	Credor	Empenhado	Pago	Saldo a Pagar
1	CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ SA	529.673.907,40	522.359.068,36	7.314.839,04
2	BANCO DO BRASIL S A	458.162.195,47	458.162.195,47	0,00
3	FUNDAÇÃO AMAZONPREV	331.328.142,13	323.596.667,47	7.731.474,66
4	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL / INSS	160.453.982,12	153.196.872,33	7.257.109,79
5	CONSTRUTORA ETAM LTDA	146.182.408,78	27.221.508,19	118.960.900,59
6	PRODAM PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS SA	105.286.774,38	81.661.997,67	23.624.776,71
7	MINISTERIO DA FAZENDA	100.924.901,18	100.924.901,18	0,00
8	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	90.238.039,98	90.238.039,98	0,00
9	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	85.602.289,93	76.571.119,60	9.031.170,33
10	BIOPLUS COM E REP DE MEDIC COSM E PERFUMARIA LTDA	85.581.445,22	79.918.159,92	5.663.285,30
11	AUXILIO AGENC. DE REC. HUMANOS E SERV. LTDA	80.758.618,04	80.721.295,29	37.322,75
12	S H ENGENHARIA E CONSTRUÇOES	66.508.013,68	50.926.870,97	15.581.142,71
13	FUNDO GARANTIDOR DE PARCERIA PUBLICO PRIVADO-EGPPP	60.000.000,00	60.000.000,00	0,00
14	AGENCIA AMAZONENSE DE DESENV. CULTURAL - AADC	58.868.012,72	58.868.012,72	0,00
15	VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA	58.329.191,49	47.395.175,84	10.934.015,65
16	P R CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA	55.268.394,67	54.507.862,27	760.532,40
17	FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUC. RIO SOLIMÕES-UNISOL	53.341.421,44	47.104.641,32	6.236.780,12
18	PROSAM PROGRAMAS SOCIAIS DA AMAZONIA	50.130.748,95	50.130.748,95	0,00
19	RICO TAXI AEREO LTDA	49.095.799,80	48.284.359,80	811.440,00
20	DELTA CONSTRUÇOES SA	48.073.921,68	33.032.075,15	15.041.846,53
21	MARIUA CONSTRUÇÕES LTDA	45.922.923,09	26.924.172,55	18.998.750,54
22	M C W CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA	45.697.068,70	41.000.900,01	4.696.168,69
23	SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S A	45.478.046,21	43.518.992,23	1.959.053,98
24	ICEA/INST DE CIRURGIA DO EST DO AMAZONAS S/S LT	45.427.591,65	45.349.467,98	78.123,67
25	ALIANCA SERVIÇOS DE EDIF E TRANSPORTE LTDA	44.653.069,51	30.214.899,71	14.438.169,80
26	CONSTRUTORA SOMA LTDA	43.940.570,51	40.703.021,61	3.237.548,90
27	LAGHI ENGENHARIA LTDA	43.342.335,69	38.830.591,12	4.511.744,57
28	INSTITUTO MED DE CLIN E PED DO EST DO AMAZONAS S/S	41.917.291,87	41.148.984,20	768.307,67
29	RIPASA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	40.102.598,53	14.337.165,76	25.765.432,77
30	INSTITUTO DOS ANESTESIOLOGISTAS DO AMAZONAS S/S LTDA	39.541.654,57	39.459.802,79	81.851,78
31	COOPERATIVA DOS GINECOLOGISTAS E OBSTETRAS DO AMAZ	37.475.878,24	37.475.878,24	0,00
32	PETROBRAS DISTRIBUIDORA SA	37.404.875,13	35.872.913,17	1.531.961,96
33	TARUMA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA	35.273.053,01	30.934.028,64	4.339.024,37
34	INSTITUTO DE TERAPIA INTENSIVA DO ESTADO DO AMAZONAS S/S LTDA	34.228.981,43	34.228.981,43	0,00
35	M DE S HARB	32.731.114,17	32.549.211,10	181.903,07
36	IMPERIO CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA	32.150.801,01	22.975.030,91	9.175.770,10
37	COOPENURE COOP DE TRAB DOS ENFERMEIROS DE URGENC E	31.141.885,72	30.653.968,33	487.917,39
38	SILVIO CORREIA TAPAJOS & CIA LTDA EPP	30.609.963,97	29.234.610,37	1.375.353,60
39	VILA ENGENHARIA LTDA	30.116.791,93	28.005.014,01	2.111.777,92
40	EDEC ENGENHARIA CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA	29.378.312,06	2.648.872,11	26.729.439,95
41	EGUS CONSULT ENGENHARIA E PROJETOS LTDA	29.299.626,85	28.197.193,17	1.102.433,68
42	COOPENFINT COOPERAT DOS ENFERMEIROS INTENSIVISTAS	28.277.621,82	28.107.962,22	169.659,60
43	COOPANEO COOP PEDIATRICA DE ASSITENCIA NEONATAL DO	28.181.508,60	28.181.508,60	0,00
44	J M SERVICOS PROF CONSTR E COM LTDA	27.650.387,36	27.345.535,81	304.851,55
45	MIKITOS IND E COM DE GEN ALIM DO AMAZONAS LTDA	27.155.421,73	13.975.901,63	13.179.520,10
46	CONSERGE CONSTRUCAO E SERVICOS GERAIS LTDA	26.632.901,01	24.161.940,43	2.470.960,58
47	B R S PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMP E CONSERV LTDA	26.243.190,00	22.770.963,30	3.472.226,70
48	UATUMA EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA	25.873.842,82	24.028.267,46	1.845.575,36
49	ITO-AM INSTITUTO DE TRAUMATO-ORT DO AM SOC SIMPLES	25.396.647,83	25.396.647,83	0,00
50	SOCIEDADE DOS PEDIATRAS DO EST DO AMAZONAS S S LTD	24.598.357,20	24.598.357,20	0,00
51	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOM ADALBERTO	24.502.719,39	24.142.719,39	360.000,00
52	CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA	23.774.198,50	8.589.382,24	15.184.816,26
53	DIRECIONAL ENGENHARIA S/SA	23.341.093,45	23.341.093,45	0,00
54	GRAFISA GRAFICA E EDITORA LTDA	23.151.370,24	16.820.719,20	6.330.651,04
55	COTRAP CONSTRUTORA E TRANSPORTADORA PIONEIRO LTDA	22.848.716,71	22.848.716,71	0,00
56	KPK CONSTRUÇÕES LTDA	21.889.247,11	21.335.642,57	553.604,54
57	GBR COMPONENTES DA AMAZONIA LTDA	21.254.077,00	37.200,00	21.216.877,00
58	COSTA RICA SERVICOS TECNICOS LTDA	20.580.481,91	16.670.767,32	3.909.714,59
59	DANI COM E REP E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA	20.433.766,11	19.142.576,98	1.291.189,13
60	MENE E PORTELLA PUBLICIDADE LTDA	20.182.633,37	20.008.046,16	174.587,21
61	MENS SANA COM IMPORT E REPRESENTAÇÃO LTDA	19.883.420,20	19.883.420,20	0,00
62	TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇOES LTDA	19.592.620,97	18.562.782,63	1.029.838,34
63	JOBAST PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS LTDA	19.473.751,11	16.154.656,77	3.319.094,34
64	GLOBALSERVICE VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES L	19.408.506,02	17.752.431,36	1.656.074,66
65	MANAUS AEROTAXI LTDA	19.031.826,42	18.026.161,60	1.005.664,82
66	COMPANHIA DE DESENVOLV. DO EST DO AMAZONAS CIAMA	18.960.024,72	18.960.024,72	0,00
67	EMBRAC CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA	18.692.093,46	18.610.340,40	81.753,06
68	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	18.673.749,45	17.878.221,74	795.527,71
69	COOPERCLIN AM COOPERATIVA DE CLINICA MEDICA DO AMA	18.647.193,79	18.527.697,82	119.495,97
70	KINTAW DESIGN E PUBLICIDADE LTDA	18.196.764,52	17.547.071,77	649.692,75
71	CONSTRUIR INDUSTRIA DE CERAMICA E CONST. LTDA	18.119.959,18	13.963.824,98	4.156.134,20
72	AGENCIA AMAZON DE DESEN ECONOMICO E SOCIAL- AADES	17.799.716,12	17.776.436,12	23.280,00
73	CONSTRUTORA PROGRESSO LTDA	17.408.108,68	2.529.635,34	14.878.473,34
74	INSTITUTO AMAZONIA	16.942.145,25	15.621.997,00	1.320.148,25
75	MEGA FOODS ALIMENTACAO E SERVICOS LTDA	16.533.070,77	3.020.233,50	13.512.837,27
76	CLINICA RENAL DE MANAUS LTDA	15.945.470,82	14.391.934,70	1.553.536,12
77	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF	15.942.102,30	14.970.792,43	971.309,87





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

78	FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL MURAKI	15.825.617,43	15.219.797,13	605.820,30
79	IIN TECNOLOGIAS LTDA	15.728.565,08	12.068.040,08	3.660.525,00
80	JURUA ESTALEIRO E NAVEGAÇÃO LTDA	15.617.109,41	10.662.187,06	4.954.922,35
81	JULIO BANDEIRA DE MELO FILHO	15.517.500,00	15.517.500,00	0,00
82	PAFIL ENGENHARIA LTDA EPP	15.168.573,90	13.066.285,28	2.102.288,62
83	G H MACARIO BENTO	14.866.854,80	14.866.854,80	0,00
84	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA	14.751.754,32	12.148.987,16	2.602.767,16
85	MEDICOM COM DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA EPP	14.445.955,23	14.112.580,28	333.374,95
86	CONSTRUTORA AMAZONIDAS LTDA	14.372.145,77	14.372.145,77	0,00
87	IMPrensa OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS	14.330.010,50	11.706.638,86	2.623.371,64
88	UMANIZZARE GESTAO PRISIONAL E SERVICOS LTDA	14.211.610,61	14.211.610,61	0,00
89	CASTELINHO REFEICOES LTDA	14.200.522,67	14.008.319,36	192.203,31
90	PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUA	14.046.630,55	14.036.691,42	9.939,13
91	AMAZONIA CONSTRUÇÕES ENGENHARIA E COMERCIO LTDA	13.570.191,36	9.698.181,67	3.872.009,69
92	TOTAL SAUDE SERVIÇOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA	13.044.800,31	12.801.065,98	243.734,33
93	HOSPITAL SANTA JULIA	12.938.027,35	9.570.629,43	3.367.397,92
94	FUNDAÇÃO SÃO JORGE	12.934.958,97	12.934.958,97	0,00
95	EMBRATEL EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S	12.881.233,48	11.226.108,11	1.655.125,37
96	FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR	12.815.020,27	12.815.020,27	0,00
97	CONSTRUTORA AMAZON LTDA	12.626.895,40	6.804.082,14	5.822.813,26
98	W N COMERCIO IMPORTACAO E REPRESENTACOES LTDA	12.479.230,08	11.116.718,82	1.362.511,26
99	J NASSER ENGENHARIA LTDA	12.233.570,30	7.526.386,63	4.707.183,67
100	TAPAJOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.192.156,24	9.813.637,35	2.378.518,89
<b>Total Geral</b>		<b>4.561.660.282,88</b>	<b>4.055.071.310,68</b>	<b>506.588.972,20</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado 2013

### 3.2.3.3. Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado - Precatórios

As sentenças judiciais transitadas em julgado, também conhecidas por precatórios, são formalizações de requisições de pagamentos realizados pelo Presidente do Tribunal, que proferiu a decisão exequenda contra a Fazenda Pública (União, Estados membros, Distrito Federal e Municípios), por conta da dotação consignada ao Poder Judiciário. É a forma de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública. Ao contrário dos títulos, os precatórios não possuem poder executório, isto quer dizer que, mesmo que vencidos, os precatórios não podem ser executados pelo credor, por já serem oriundos de execução de sentença.

Ao término da execução judicial, o juiz, a pedido do credor e de posse do parecer favorável do Ministério Público, emite expediente ao presidente do Tribunal ao qual se vincula, requerendo pagamento do débito. As requisições recebidas no Tribunal até o dia 1º de julho são autuadas como Precatórios, sendo atualizadas na mesma data e incluídas na proposta orçamentária do ano seguinte.

A legislação que regula a execução dos precatórios judiciais reside na Constituição da República - art. 100, §§ 1º, 2º e 3º - com redação dada pela Emenda Constitucional nº 30/2000, bem como nos artigos 78 e 86 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) art. 730 do Código Civil, e na Lei Estadual nº 2.748/2002.

Quanto ao pagamento, está facultado ao Poder Público dividir em até 10 parcelas anuais, nos termos do art. 78 do ADCT da Constituição da República/1988, em consonância com o que estabelece a Emenda Constitucional nº 30/2000. Nesse aspecto, após liberada a quantia pela Fazenda Pública estadual, o Tribunal efetua o pagamento, com prioridade aos precatórios de créditos alimentícios, depois, os créditos comuns, na ordem cronológica de apresentação.

Em 2013, segundo dados colhidos junto à Secretaria de Estado da Fazenda/AM, houve registro de 90 processos de sentenças judiciais, que totalizaram pagamento bruto na ordem de R\$ 10.321.483,04 (Dez milhões, trezentos e vinte e um mil, quatrocentos e oitenta e trez reais e quatro centavos).



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

A SEFAZ informa também que a Procuradoria Geral do Estado, o Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal de Justiça foram comunicados dos pagamentos realizados, referentes aos Precatórios da Administração Direta, bem como daqueles que não foram objeto de precatórios, consoante o que dispõe a Lei Estadual nº 2.748/2002, sobre as Requisições de Pequenos Valores.

Da comparação com o exercício anterior, verifica-se que o saldo de precatórios aumentou de R\$ 6.492.880,77 para R\$ 10.321.483,04, correspondendo a um acréscimo de 58,97%.

PRECATÓRIOS PAGOS EM 2013						
Ordem	INTERESSADO	PROCESSO	JURISDIÇÃO	CNPJ / CPF	Valor	DATA DO PAGAMENTO
PRECATÓRIO PREFERENCIAL						
1	CELSO ROBERTO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	2011.007081-2	TJAM-4ª VFPE	-	24.765,35	12/07/2013
2	ANA LUIZA DOS ANJOS DA SILVA	0000833-16.2012.8.04.0000	TJAM	001.463.152-00	40.680,00	23/09/2013
3	MARI GENI BARROS DOS SANTOS	0000833-16.2012.8.04.0000	TJAM	017.848.702-34	40.680,00	23/09/2013
4	MARIA GERSY ALVES SERRÃO	0000833-16.2012.8.04.0000	TJAM	041.377.792-87	40.680,00	23/09/2013
5	DIRE ABREU DO NASCIMENTO	0000833-16.2012.8.04.0000	TJAM	130.522.332-20	40.680,00	23/09/2013
6	MARIA DE NAZARE BRAULE PINTO DE MELO	0000833-16.2012.8.04.0000	TJAM	182.484.622-34	40.680,00	23/09/2013
7	MARIA DOMINGAS GOMES LARANJEIRA	0003026-67.2013.8.04.0000	TJAM	025.609.412-87	40.680,00	29/10/2013
8	SILVIA MARIA ABENSUR SANTOS	0003026-67.2013.8.04.0000	TJAM	309.810.262-49	40.680,00	29/10/2013
9	ILMAR FARIA SIQUEIRA	0003026-67.2013.8.04.0000	TJAM	468.198.867-72	40.680,00	29/10/2013
10	MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA FREITAS	0003026-67.2013.8.04.0000	TJAM	069.979.962-72	40.680,00	29/10/2013
11	JOSE RICARDO VIEIRA TRINDADE	0003026-67.2013.8.04.0000	TJAM	077.140.322-15	40.680,00	29/10/2013
12	MARTHA MAFRA GONZALEZ (****)	2012.001222-2	TJAM-1ª VFPE	193.684.612-87	16.064,93	04/12/2013
SUBTOTAL					447.630,28	-

PRECATÓRIOS DE NATUREZA ALIMENTÍCIA						
1	BETY SUELLY LOPES	2011.003394-8	TJAM	047.624.102-25	10.568,35	03/05/2013
2	JORGE FRANCO PALHETA	2011.003393-1	TJAM	053.341.012-68	53.492,31	03/05/2013
3	ANDRE CLAUDIO MARQUES	2011.003867-0	TJAM	854.037.412-91	29.862,89	27/05/2013
4	MARIA DE NAZARE PERIRA DA SILVA	2011.003919-1	TJAM	068.331.142-68	51.605,17	27/05/2013
5	ADEMAR ARAUJO DA SILVA	2011.003392-4	TJAM	001.819.192-49	222.915,82	27/05/2013
6	JOSE BENIGNO MAIA DOS SANTOS PALMERIO	00444/2011	TRT-4ªVTM	111.388.582-34	25.662,55	27/05/2013
7	ALIVAN BARRONCAS ROGERIO	2011.003966-5	TJAM	005.565.302-25	76.013,30	27/05/2013
8	IRACY BENJAMIM AS E SILVA	2011.004414-7	TJAM	041.456.152-04	965.637,05	27/05/2013
9	MARIA DA CONCEICAO MESTRINHO MORAES	2011.004415-4	TJAM	200.165.142-20	59.098,95	27/05/2013
10	LUCIMAR DOS SANTOS COSTA	2011.004420-2	TJAM	002.565.212-34	59.098,95	27/05/2013
11	RODOLFO JOSE MOTTA VIEIRA (*)	2011.004917-8	TJAM-1ª VFPE	380.371.448-87	15.196,22	16/08/2013
12	CHARLES BELCHEIEUR (*)	2011.005153-7	TJAM	133.902.872-72	307.159,95	16/08/2013
13	WAGNERLEYDE RODRIGUES DE MORAES (*)	2011.005212-0	TJAM	650.458.902-4	27.305,03	16/08/2013
14	FRANCISCO MONTEIRO FILHO (*)	2011.005228-5	TJAM-3ª VFPE	320.066.402-91	183.739,36	16/08/2013
15	ELIZABETH MARTINS NUNES (**)	351-0004/2011	TRT-14ªVTM	201.720.792-68	18.009,73	20/08/2013
16	EULER ESTEVES RIBEIRO (*)	2011.006318-5	TJAM	-	24.978,97	20/08/2013
17	RAIMUNDA NONATA DAS CHAGAS ARANTES (**)	00729/2011	TRT-2ªVTM	-	51.970,15	20/08/2013
18	ANTONIO DAS GRAÇAS QUEIROZ DE MIRANDA (*)	2011.006805-1	TJAM	041.170.852-04	141.706,00	20/08/2013
19	MARIA DE LOURDES TELES DE PAULA (*)	2011.006892-7	TJAM	-	196.809,73	20/08/2013
20	EUNICE OLIVEIRA BARROSO (*)	2011.006894-1	TJAM	-	196.809,73	20/08/2013
21	ZEYNA GORAYEB SUCUPIRA (*)	2011.003791-5	TJAM-4ª VFPE	769.619.247-72	71.765,29	20/08/2013
22	OTAVIANO ANTONIO KRISCHANA DA SILVA (*)	2011.002523-3	TJAM-4ª VFPE	-	54.568,04	20/08/2013
23	MARIA DAS GRAÇAS COSTA BRINGEL (*)	2011.002523-3	TJAM-4ª VFPE	-	75.152,13	20/08/2013
24	ARLELIA GUSMAO DUTRA (*)	2011.002523-3	TJAM-4ª VFPE	-	76.962,13	20/08/2013
25	CLEUNICE DE LIMA DUTRA (inventariante Célia R. Chaves) (*)	2011.007081-2	TJAM-4ª VFPE	-	177.196,30	20/08/2013
26	MARIA DOS REMEDIOS VARELA DE OLIVEIRA (*)	2011.006891-0	TJAM	-	331.898,07	20/08/2013
27	SYLVIA HELENA FELIZARDO CORDEIRO (*)	2011.007417-1	TJAM	041.420.552-91	60.279,82	20/08/2013
28	ERNESTO LOURENÇO JUNIOR	00895/2011	TRT-18ªVTM	130.724.042-91	16.361,45	20/08/2013
29	CHIXARO CAVALCANTI & ARANTES ADVOGADOS (*)	2011.007411-9	TJAM-2ª VFPE	03939843/0001-46	711.524,72	20/08/2013
30	FRANCISCA HERMOGENES PINHEIRO DE FRANCA	00932/2011	TRT-2ªVTM	239.205.642-00	12.623,09	10/10/2013
31	MARIA JOSE CARVALHO DA COSTA	00402/2008	TRT-13ªVTM	474.726.342-04	22.570,16	10/10/2013
32	FRANCISCO CARLOS DE BRITO LIMA	2012.000595-9	TJAM	070.493.902-91	35.768,71	10/10/2013
33	ALEXSANDRO DOUGLAS BATISTA VIEIRA (Rep. por LEIDA DE S. BATISTA)	2012.000531-3	TJAM-1ª VFPE	-	93.888,43	10/10/2013
34	MARIA SERAFIM DA SILVA	2012.000504-5	TJAM-4ª VFPE	640.896.142-87	136.066,40	31/10/2013
35	JADSON ALVES LIMA	2012.000504-5	TJAM-4ª VFPE	241.273.292-20	13.606,64	31/10/2013
36	EDSON RUI DE OLIVEIRA SANTOS	2012.000656-6	TJAM-3ª VFPE	009.540.627-10	130.678,95	31/10/2013
37	PAULA ANGELA FRANCINETE DE SOUZA NEVES	22089-2000-012-11-00-3 (01214/2011)	TRT-12ªVTM	193.121.482-49	16.750,70	31/10/2013
38	MANOEL DO CARMO CHAVES NETO	2012.000911-5	TJAM	000.749.692-34	25.740,54	31/10/2013
39	MANOEL FRANCISCO SILVA DOS SANTOS (****)	2012.001086-4	TJAM	336.918.862-72	25.054,28	31/10/2013
40	WALKIRIA CUNHA DA SILVA	2010.003257-2	TJAM	062.577.552-04	23.428,55	31/10/2013
41	GERALDO PEREIRA DA SILVA	2012.001222-2	TJAM-1ª VFPE	313.190.332-53	80.233,40	31/10/2013
42	ANTONIO APOLONIO RIBEIRO	00008/2012	TRT-7ªVTM	405.440.872-91	20.906,71	31/10/2013
43	OTAVIA COELHO DE ARAUJO	03777/2007-012-11-00 (00001/2012)	TRT-12ªVTM	345.803.442-00	19.930,62	31/10/2013
44	MARIA DO SOCORRO RODRIGUES	01163/2001-005-11-00	TRT-5ªVTM	-	19.098,59	29/11/2013
45	NAZARE BRAGA DA SILVA	08060/1996-012-11-00	TRT-12ªVTM	-	24.260,62	29/11/2013
46	PAULO EVANGELISTA VENTURA	0000877-35.2012.8.04.0000	TJAM	379.363.444-20	63.350,73	29/11/2013
47	THEREZINHA DE JESUS LEAO PEREIRA	0000882-57.2012.8.04.0000	TJAM	310.357.522-04	576.873,93	29/11/2013
48	DENISE ASSIS DA ROCHA	0000882-57.2012.8.04.0000	TJAM	011.944.702-97	576.873,91	29/11/2013
49	CARLOS ALBERTO DE SOUZA DE OLIVEIRA	0000730-09.2012.8.04.0000	TJAM-2ª VFPE	317.460.712-49	172.359,17	02/12/2013
50	ANTONIO ALVES PEREIRA	0000730-09.2012.8.04.0000	TJAM-2ª VFPE	011.105.780-91	14.489,47	02/12/2013
51	RAIMUNDO MARTINS DE ARAUJO	0000832-31.2012.8.04.0000	TJAM	053.807.902-91	159.378,52	02/12/2013
52	RAIMUNDO ASSEM	0000832-31.2012.8.04.0000	TJAM	013.542.562-04	272.809,60	02/12/2013



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS  
Comissão das Contas do Governador

53	MARIA GENI BARROS DOS SANTOS	0000833-16.2012.8.04.0000	TJAM	017.848.702-34	170.777,12	02/12/2013
54	ANA LUZIA DOS ANJOS DA SILVA	0000833-16.2012.8.04.0000	TJAM	001.463.152-00	170.777,12	02/12/2013
55	MARIA GERSY ALVES SERRÃO	0000833-16.2012.8.04.0000	TJAM	041.377.792-87	123.832,44	02/12/2013
56	MARIA DE NAZARE BRAULE PINTO DE MELO	0000833-16.2012.8.04.0000	TJAM	182.482.622-34	108.649,83	02/12/2013
57	DIRCE ABREU DO NASCIMENTO	0000833-16.2012.8.04.0000	TJAM	130.522.332-20	108.649,83	02/12/2013
58	ANTONIO IVAN OLIMPIO DA SILVA	0000833-16.2012.8.04.0000	TJAM	065.283.172-91	218.549,72	02/12/2013
SUBTOTAL					7.731.315,95	-

PRECATÓRIOS DE NATUREZA COMUM						
1	JOSE HENRIQUE MONTEIRO DOS REIS	2011.003967-2	TJAM-1ª VFPE	-	74.344,70	13/12/2013
2	REAL COMERCIO DE PETROLEO LTDA (***)	2012.000655-9	TJAM-1ª VFPE	04.470.027/0001-07	13.449,95	13/12/2013
3	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	31127-22.2012.4.01.9198	TRF 5ª VF-AM	29.979.036/0010-31	169.896,68	13/12/2013
4	ALEXANDRE FRANCISCO FERREIRA DE MORAES	31127-22.2012.4.01.9198	TRF 5ª VF-AM	157.952.008-16	3.397,93	13/12/2013
SUBTOTAL					261.089,46	-

SALDOS REMANESCENTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						
1	LUIZ MACARIO PEREIRA DO LAGO	2009.003328-8	TJAM	000.670.912-53	490,14	29/01/2013
2	RAIMUNDA NONATA BRANDAO SIMOES	2007.001734-3	TJAM-4ª VFPE	-	163.297,52	08/02/2013
3	LUCIA MARIA PINTO FERREIRA (*)	2007.001753-2	TJAM	140.321.392-53	1.365.516,75	22/07/2013
4	XEROX DO BRASIL LTDA (*)	2008.003629-8	TJAM	-	240.208,04	15/08/2013
5	IMPORTADORA NOVA OLINDA (*)	2009.003202-8	TJAM	04407219/0111-60	52.010,87	15/08/2013
6	ESNIDER COELHO DE OLIVEIRA JUNIOR	2007.002284-9	TJAM	-	45.667,37	23/08/2013
7	SONIA MARIA FILARD DE SOUZA	2009.003153-8	TJAM-4ª VFPE	111.212.972-34	4.018,05	01/10/2013
8	MARIA DAS GRAÇAS ARAUJO CABRAL E CASTRO	2010.001615-2	TJAM-4ª VFPE	-	84,69	08/10/2013
9	MARIA DO CARMO FARIAS PAMPOLHA	2010.001615-2	TJAM-4ª VFPE	-	216,21	08/10/2013
10	DEMOSTHENES RAIMUNDO DE QUEIROZ BUZAGLO	2010.001615-2	TJAM-4ª VFPE	002.032.382-49	540,24	08/10/2013
11	ANCILA NUNES OLIVEIRA DE ARAUJO	2010.001615-2	TJAM-4ª VFPE	-	865,04	08/10/2013
12	JOSE AMAZONAS RAMOS DE LIMA	2010.001615-2	TJAM-4ª VFPE	-	695,17	08/10/2013
13	ALFREDO ASSANTE DIAS	2010.001615-2	TJAM-4ª VFPE	-	385,06	08/10/2013
14	ANDRE CLAUDIO MARQUES	2011.003867-0	TJAM	854.037.412-91	2.392,20	18/10/2013
15	AFONSO HENRIQUE DA SILVA	2007.004070-6	TJAM	011.273.142-20	3.011,24	11/11/2013
16	ANTONIO CARLOS LIMA DA SILVA	0003648-25.2008.8.04.0000	TJAM-1ª VFPE	-	2.048,76	05/12/2013
SUBTOTAL					1.881.447,35	-

TOTAL GERAL		10.321.483,04	
RESUMO DOS VALORES PAGOS REF. SENTENÇAS JUDICIAIS - 2013:			
PRECATÓRIOS	10;321.483,04		
RPV's	714.210,31		
DEPÓSITOS JUDICIAIS	-		
BLOQ.JUDICIAIS(REG. CONTÁBIL)	12.443,20		
TOTAL	R\$ 11.048.136,55	Corresponde a 77,80% do valor orçado para sentença judicial em 2013 (R\$ 14.200.000,00)	
Obs: Neste total não estão computadas as sentenças judiciais originárias do extinto BEA (atualmente sob a responsabilidade do BRADESCO), cobertas pelo Fundo de Contingência, cujo valor em 2013 foi de R\$ 213.973,52.			
(*) Valor bruto pago sem retenção. O Tribunal de Justiça calculou as retenções e devolveu os valores à SEFAZ para recolhimento.			
(**) Valor bruto pago sem retenção, incluindo as obrigações patronais. As retenções foram recolhidas pelas respectivas Varas do Trabalho.			
(***) Valor Total inclui o valor de R\$ 30,51, referente à Custas Processuais.			
(****) Valor líquido com a compensação de R\$ 77,99 referente à débitos de IPVA.			
(***** ) Pagamento Preferencial de Precatório Orçado para o ano de 2014.			
Obs: A PGE, o TRT, o TRF e o TJAM foram comunicados da efetivação dos pagamentos de sentenças judiciais.			

## 4. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

### LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17/03/1964

*“Art. 101. Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo os Anexos 12, 13, 14, e 15 e os quadros demonstrativos constantes dos Anexos 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17.”*

Os Demonstrativos Contábeis, segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade, devem ser extraídos dos livros, registros e documentos que compõem o sistema contábil, guardando observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e, ainda, propiciando o suficiente entendimento do que cumpre demonstrar.





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

### 4.1. Balanço Orçamentário

**LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17/03/1964**

*“Art. 102. O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.”*

A execução Orçamentária do exercício evidenciou um Déficit de R\$ 36.894.597,34, resultante dos recursos arrecadados, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário Anexo – 12, às fls. 337.

<b>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</b>							
<b>RECEITA</b>				<b>DESPESA</b>			
<b>Título</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Diferença</b>	<b>Título</b>	<b>Fixação</b>	<b>Execução</b>	<b>Diferença</b>
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (1)	12.985.098.000,00	14.532.631.327,05	1.547.533.327,05	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (1)	15.793.901.012,71	11.506.434.579,76	-4.287.466.432,95
RECEITAS CORRENTES	13.193.039.000,00	14.170.239.484,36	977.200.484,36	Crédito Orçamentário	15.793.901.012,71	11.506.434.579,76	-4.287.466.432,95
Receita Tributária	7.589.900.000,00	8.082.887.123,78	492.987.123,78	Créditos Orçamentários Suplementares	15.793.266.503,00	11.506.429.037,02	-286.837.465,98
Receita de Contribuições	1.293.000.000,00	1.445.580.077,09	152.580.077,09	Créditos Especiais	634.509,71	5.542,74	-628.966,97
Receita Patrimonial	231.428.000,00	248.103.183,69	16.675.183,69	-	-	-	-
Receita Industrial	200.000,00	2.158.604,15	1.958.604,15	-	-	-	-
Receita de Serviços	133.455.000,00	154.364.947,36	20.909.947,36	-	-	-	-
Transferências Correntes	3.853.426.000,00	4.018.167.370,10	164.741.370,10	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	91.630.000,00	218.978.178,19	127.348.178,19	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	984.504.000,00	1.548.083.348,25	563.579.348,25	-	-	-	-
Operações de Crédito	732.000.000,00	962.016.703,03	230.016.703,03	-	-	-	-
Alienação de Bens	500.000,00	225.081,94	-274.918,06	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	400.000,00	102.749,70	-297.250,30	-	-	-	-
Transferências de Capital	225.004.000,00	210.628.333,32	-14.375.666,68	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	26.600.000,00	375.110.480,26	348.510.480,26	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	2281.540.000,00	346.095.803,32	64.555.803,32	-	-	-	-
Receitas de Contribuições – Intraorçamentária	234.040.000,00	295.920.432,39	61.880.432,39	-	-	-	-
Receita Patrimonial – Intraorçamentária	500.000,00	1.713.938,09	1.213.938,09	-	-	-	-
Receita Industrial – Intraorçamentária	15.000.000,00	12.793.969,50	-2.206.030,50	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes – Intraorçamentária	32.000.000,00	35.667.463,34	3.667.463,34	-	-	-	-
DEDUÇÃO DA RECEITA	-1.473.985.000,00	-1.531.787.308,88	-57.802.308,88	-	-	-	-
Dedução da Receita	-1.473.985.000,00	-1.531.787.308,88	-57.802.308,88	-	-	-	-
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (2)	0,00	0,00	0,00	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO (2)	0,00	3.063.091.344,63	3.063.091.344,63
Recursos Recebidos	2.911.703.000,00	6.399.737.342,32	3.488.034.342,32	Movimentação de Créd. – Destaques	0,00	3.063.091.344,63	3.063.091.344,63
Do Tesouro	2.911.703.000,00	4.162.662.139,28	1.250.959.139,28	Destaque Recebido	3.063.093.651,63	3.063.091.344,63	-2.307,00
Do Destaque	0,00	2.237.075.203,04	2.237.075.203,04	Destaque Concedido	-3.063.093.651,63	0,00	3.063.093.651,63
Recursos Concedidos / Devolvidos	-2.911.703.000,00	-6.399.737.342,32	-3.488.034.342,32	-	-	-	-
Do Tesouro	-2.911.703.000,00	-4.162.662.139,28	-1.250.959.139,28	-	-	-	-
Do Destaque	0,00	-2.237.075.203,04	-2.237.075.203,04	-	-	-	-
TOTAL (1 + 2)	12.985.098.000,00	14.532.631.327,05	1.547.533.327,05	TOTAL (1 + 2)	15.793.901.012,71	14.569.525.924,39	-1.224.375.088,32
Déficit Total:	2.808.803.012,71	36.894.597,34	-2.771.908.415,37	Superávit Total:	0,00	0,00	0,00
TOTAL	15.793.901.012,71	14.569.525.924,39	-1.224.375.088,32	TOTAL	15.793.901.012,71	14.569.525.924,39	-1.224.375.088,32

Fonte: Balanço Geral do Estado / 2013.

Sinteticamente, a execução orçamentária da receita e da despesa apresenta-se conforme os valores abaixo demonstrados:

<b>DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>			
<b>RECEITA</b>			
<b>Títulos</b>	<b>Adm. Direta</b>	<b>Adm. Indireta</b>	<b>T o t a l</b>
<b>Previsão (A)</b>	11.760.353.000,00	1.224.745.000,00	12.985.098.000,00
<b>Execução (B)</b>	13.158.070.577,07	1.374.560.749,98	14.532.631.327,05
<b>Diferenças (B-A)</b>	1.397.717.577,07	149.815.749,98	1.547.533.327,05



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

DESPESA			
Títulos	Adm. Direta	Adm. Indireta	T o t a l
<b>Autorização (A)</b>	12.477.780.343,64	3.316.120.669,07	15.793.901.012,71
<b>Execução (B)</b>	11.785.966.645,69	2.783.559.278,70	14.569.525.924,39
<b>Diferenças (B-A)</b>	(691.813.697,95)	(532.561.390,37)	(1.224.375.088,32)

Fonte: Anexo 10 e 11 - AFI

A análise das tabelas acima permite a avaliação segregada da participação da Administração Direta e Indireta, nos esforços da arrecadação das receitas, bem como na destinação dos Recursos do Estado do Amazonas.

#### ***4.1.1. Excesso da Arrecadação***

Comparando a Receita Prevista para o exercício, no valor de R\$ 12.985.098.000,00, com a efetivamente arrecadada, de R\$ 14.532.631.327,05, apura-se um excesso de arrecadação na ordem de R\$ 1.547.533.327,05, correspondente a 21,63%.

#### ***4.1.2. Economia Orçamentária***

No tocante à despesa, apurou-se uma economia orçamentária de R\$ 1.224.375.088,32, resultante da parcela de créditos orçamentários autorizados, porém não utilizados.

#### ***4.1.3. Déficit das Previsões***

Comparando-se as receitas previstas na Lei Orçamentária, no total de R\$ 12.985.098.000,00, com as alterações orçamentárias efetuadas, na ordem de R\$ 15.793.901.012,71, verifica-se um déficit das previsões de R\$ 2.808.803.012,71 ao final do exercício de 2013.

Este resultado é decorrente das modificações do Orçamento Inicial, geradas pelas alterações orçamentárias, mediante abertura de créditos adicionais pelo excesso de arrecadação e pelo superávit financeiro do exercício anterior.

#### ***4.1.4. Déficit da Execução Orçamentária***

O Resultado da execução orçamentária do exercício, correspondente à Administração Direta e Indireta, apresentou um deficit de R\$ 36.894.597,34.

### ***4.2. Balanço Financeiro***

#### **LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17/03/1964**

**“Art. 103.** O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.”



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

#### **4.2.1. Programação Financeira**

A Lei nº 4.320/1964, em seu art. 47, disciplina que, imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, devem os Poderes estabelecer quadro de cotas trimestrais da despesa que cada Unidade Orçamentária fica autorizada a utilizar, podendo, ainda, as quotas serem bimestrais e/ou mensais. O art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), determina que até 30 dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo deve estabelecer a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso.

O Cronograma de Desembolso Mensal para o exercício de 2013 foi estabelecido pelo Poder Executivo por meio do Decreto nº 33.097, de 10 de janeiro de 2013, e publicado na edição do Diário Oficial do Estado na mesma data.

#### **4.2.2. Movimentação Financeira**

Os resultados das operações financeiras, conjugados com os saldos oriundos do exercício anterior e os que foram transferidos para o exercício seguinte, estão demonstrados no Balanço Financeiro, às fls. 340/341, elaborado na forma do Anexo nº 13, da Lei Federal nº 4.320/1964.

O movimento financeiro do exercício de 2013 pode ser assim representado:

<b>RECEITAS</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>1. SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>3.420.325.682,99</b>
<b>2. RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA</b>	<b>16.064.418.635,93</b>
Receitas Correntes	14.170.239.484,36
Receitas de Capital	1.548.083.348,25
Receitas Correntes Intraorçamentárias	346.095.803,32
<b>3. DEDUÇÃO DA RECEITA (-)</b>	<b>(1.531.787.308,88)</b>
<b>4. RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA (2-3)</b>	<b>14.532.631.327,05</b>
<b>5. RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>9.426.481.199,69</b>
<b>6. INTERFERÊNCIAS ATIVAS</b>	<b>25.241.665.358,78</b>
<b>TOTAL DA RECEITA (1+ 4+ 5+ 6)</b>	<b>52.621.103.568,51</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>VALOR</b>
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	14.569.525.924,39
DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	9.076.186.426,73
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	25.321.247.050,53
<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>3.654.144.166,86</b>
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>52.621.103.568,51</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado – 2013

Para se chegar ao valor do saldo do exercício atual, que é de **R\$ 3.654.144.166,86**, efetuaram-se as seguintes operações: (Saldo do exercício anterior: R\$ 3.420.325.682,99 + (Receita Orçamentária Líquida) – (Despesa Orçamentária: R\$ 36.894.597,34 + (Receita Extraorçamentária) – (Despesa Extraorçamentária): R\$ 350.294.772,96 + (Interferências Ativas) – (Interferências Passivas): R\$ 79.581.691,75.

#### **4.2.3. Síntese do Resultado do Balanço Financeiro**

Apresenta-se, no quadro seguinte, uma síntese do resultado do Balanço Financeiro consolidado do Estado, dos exercícios de 2012 e 2013.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

O Resultado financeiro apurado em 2013 (diferença entre o somatório das receitas orçamentárias, extraorçamentárias e interferências ativas e o somatório das despesas orçamentárias, extraorçamentárias e interferências passivas) foi positivo em **R\$ 233 milhões**, conforme demonstrado no quadro seguinte. O mesmo Resultado pode ser obtido por meio da diferença entre as disponibilidades, ou seja, o saldo para o exercício menos o saldo do exercício anterior (R\$ 3.654.144.144.166,86 - R\$ 3.420.325.682,99 = R\$ 233.818.483,87).

**DEMONSTRATIVO DO BALANÇO FINANCEIRO**

R\$ 1.000,00

<b>FONTE</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>Var. em %</b>
1. Receita Orçamentária	12.964.429	14.532.631	12,10
2. Receita Extraorçamentária	8.256.507	9.426.481	14,17
3. Interferências Ativas	22.414.030	25.241.665	12,62
4. Despesa Orçamentária	12.159.259	14.569.526	19,82
5. Despesa Extraorçamentária	8.052.012	9.076.186	12,72
6. Interferências Passivas	21.764.082	25.321.247	16,34
7. Saldo do Exercício Anterior	1.760.712	3.420.326	94,26
8. Saldo para o Exercício Seguinte	3.420.326	3.654.144	6,84
<b>9. Resultado Financeiro ((1+2+3) – (4+5+6))</b>	<b>1.659.613</b>	<b>233.818</b>	<b>(85,91)</b>

No Balanço Financeiro, na receita e despesa, estão lançados os saldos financeiros disponíveis. Os valores oriundos do exercício anterior, no total de R\$ 3.420.325.682,99, conferem com os que foram registrados no Balanço Patrimonial do exercício de 2012, e as importâncias transferidas para o exercício seguinte, na ordem R\$ 3.654.144.166,86, estão registradas no ativo financeiro do Balanço Patrimonial do exercício de 2013, assim como estão lançados no Relatório de Saldos Bancários da Administração Direta (R\$ 1.951.779.695,29) e Indireta (R\$ 1.702.364.471,57), às fls. 343 a 371.

• Valor Registrado no Balanço Financeiro	Fls. 340/341	<u>R\$ 3.654.144.166,86</u>
• Relatório dos Saldos Bancários Adm. Direta	Fls. 343/357	(+) R\$ 1.951.779.695,29
• Relatório dos Saldos Bancários Adm. Indireta	Fls. 358/371	(+) <u>R\$ 1.702.364.471,57</u>
• Relatório dos Saldos Bancários do Estado		(=) R\$ 3.654.144.166,86

**4.2.4. Movimentação dos Restos a Pagar**

As inscrições consolidadas em Restos a Pagar (processados e não processados), são advindas do saldo do exercício anterior na ordem de R\$ 68.002.559,88, que somado às inscrições do exercício no valor de R\$ 996.993.551,03, representam o montante de **R\$ 1.064.996.110,91**. Esses valores estão expressos nos demonstrativos seguintes, evidenciados também, no Demonstrativo da Dívida Flutuante - Anexo 17, constantes às fls. 601.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
ÓRGÃO/UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Restos a Pagar			
	Processados	%	Não Processados	%
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	<b>3.542.219,85</b>	<b>1,98</b>	<b>21.385.806,38</b>	<b>2,41</b>
01101 – Assembleia Legislativa – ALE	3.541.754,05	1,98	3.310.035,83	0,37
02101 – Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE	465,80	0,00	18.075.770,55	2,04
<b>MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>25.261,08</b>	<b>0,01</b>	<b>3.406.937,01</b>	<b>0,38</b>
03101 – Procuradoria Geral de Justiça – PGJ	25.261,08	0,01	3.406.937,01	0,38
<b>PODER JUDICIÁRIO</b>	<b>20.019,80</b>	<b>0,01</b>	<b>1.806.095,28</b>	<b>0,20</b>
04101 – Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – TJ	20.019,80	0,01	1.806.095,28	0,20
<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>136.643.047,81</b>	<b>76,39</b>	<b>740.215.764,93</b>	<b>83,54</b>
11101 – Casa Civil – CC	456.671,45	0,25	525.430,51	0,06
11102 – Secretaria de Governo – SEGOV	0,00	0,00	0,00	0,00
11103 – Procuradoria Geral do Estado do Amazonas – PGE	152.596,23	0,08	2.712,00	0,00
11104 – Ouvidoria Geral do Estado – OUVCON	295.332,96	0,16	578.411,58	0,07
11106 – Agência de Comunicação Social – AGECOM	2.245.126,51	1,26	5.769,17	0,00
11107 – Escritório de Representação do Governo em São Paulo	11.075,28	0,01	13.484,88	0,00
11108 – Casa Militar	156.896,75	0,09	814.456,54	0,09
11109 – Controladoria Geral do Estado – CGE	49.834,84	0,03	0,00	0,00
11113 – Comissão Geral de Licitação – CGL	296.127,68	0,17	74.313,27	0,01
11115 – Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus	865.561,78	0,48	398.864,11	0,05
11116 – Secretaria de Estado de Representação do Governo em Brasília	20.084,04	0,01	0,00	0,00
11117 – Unidade Gestora do Projeto Copa – UGP COPA	38.832,26	0,02	0,00	0,00
12101 – Secretaria Executiva da Vice-Governadoria	17.134,33	0,01	0,00	0,00
13101 – Secretaria de Estado de Administração e Gestão – SEAD	398.483,66	0,22	3.655.270,66	0,41
14101 – Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ / Coordenadoria de Administração	4.106.489,92	2,30	3.947.814,38	0,45
14103 – Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ / Encargos Gerais do Estado	1.813.565,72	1,01	0,00	0,00
16101 – Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN	389.112,90	0,22	251.345,88	0,03
17101 – Secretaria de Estado de Saúde – SUSAM	20.741.072,12	11,59	61.599.109,97	6,95
17102 – Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro – CPER	334.804,01	0,19	73.478,40	0,01
17103 – Policlínica Governador Gilberto Mestrinho	497.272,27	0,28	394.029,32	0,04
17104 – Policlínica PAN – CODAJÁS	389.158,76	0,22	723.768,61	0,08
17105 – Hospital Geral Geraldo da Rocha – HGGR	15.897,54	0,01	24.716,24	0,00
17106 – Hospital de Isolamento Chapot Prevost – HICP	161.212,58	0,09	40.999,45	0,00
17107 – Pronto Socorro 28 de Agosto	1.759.325,15	0,98	503.506,95	0,06
17109 – Instituto de Saúde da Criança do Amazonas – ICAM	594.157,19	0,33	364.982,56	0,04
17110 – Pronto Socorro da Criança Zona Sul – PSC	614.540,73	0,34	159.941,25	0,02
17111 – Maternidade Balbina Mestrinho – MBM	593.723,30	0,33	364.999,38	0,04
17113 – Hospital e Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado	920.074,33	0,51	1.002.257,29	0,11
17115 – Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Oeste	59.122,56	0,03	119.568,11	0,01
17116 – Maternidade de Referência da Zona Leste de Manaus – ANA BRAGA	781.775,00	0,44	1.555.995,59	0,18
17117 – Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Leste	271.455,47	0,15	271.817,00	0,03
17118 – Policlínica Zeno Lanzine	0,00	0,00	12.144,28	0,00
17119 – Policlínica João dos Santos Braga	49.683,03	0,03	6.181,02	0,00
17120 – Maternidade Dona Nazira Daou – CAMI II	242.686,43	0,14	58.997,92	0,01
17121 – Maternidade Azilda Marreiro	185.264,46	0,10	144.342,44	0,02
17122 – Maternidade Alvorada – CAMI I	86.861,92	0,05	1.972,33	0,00
17123 – Serviço de Pronto Atendimento – Coroadó	101.758,66	0,06	118.337,66	0,01
17124 – Serviço de Pronto Atendimento e Policlínica Dr. José de Jesus L. de Albuquerque	17.299,97	0,01	143.847,17	0,02
17125 – Serviço de Pronto Atendimento e Hospital Dr. Aristóteles Platão Bezerra de Araújo	307.737,76	0,17	1.568.447,83	0,18
17126 – Serviço de Pronto Atendimento Eliameme Rodrigues Mady	189.674,90	0,11	43.857,89	0,00
17127 – Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul	7.089,62	0,00	50.676,98	0,01
17128 – Serviço de Pronto Atendimento – Alvorada	31.918,87	0,02	78.874,56	0,01
17129 – Serviço de Pronto Atendimento – Joventina Dias	38.649,94	0,02	19.857,49	0,00
17130 – Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas – CEMA	2.052.882,23	1,15	19.196.168,28	2,17
17131 – Serviço de Pronto Atendimento “São Raimundo”	385.226,16	0,22	137.220,85	0,02
17132 – Serviço de Pronto Atendimento “Danilo Correia”	46.088,61	0,03	145.829,38	0,02
17133 – Instituto da Mulher	652.911,22	0,36	43.287,80	0,00



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**Comissão das Contas do Governador**

18101 – Secretaria de Estado de Produção Rural – SEPROR	2.980.083,93	1,67	8.497.124,07	0,96
19101 – Secretaria de Estado de Política Fundiária – SPF	109.292,43	0,06	99.551,19	0,01
20101 – Secretaria de Estado da Cultura – SEC	662.638,87	0,37	5.172.527,89	0,58
21101 – Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUS	1.480.054,40	0,83	4.165.389,59	0,47
21102 – Complexo Penitenciário Anísio Jobim – CPAJ	15.685,07	0,01	0,00	0,00
21103 – Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa	33.349,11	0,02	0,00	0,00
21104 – Penitenciária Feminina de Manaus – PFM	9.178,52	0,01	0,00	0,00
21105 – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – HCTP	18.227,12	0,01	0,00	0,00
21106 – Casa do Albergado – CA	2.497,49	0,00	0,00	0,00
21107 – Secretaria Executiva Adjunta – SEA	120.075,41	0,07	113.589,65	0,01
21108 – Departamento do Programa Estadual de Proteção ao Consumidor – PROCON	12.532,15	0,01	39.000,00	0,00
22101 – Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP	15.631.125,89	8,74	11.983.881,40	1,35
22102 – Polícia Civil do Estado do Amazonas – PC/AM	268.942,41	0,15	913.352,18	0,10
22103 – Polícia Militar do Estado do Amazonas – PM/AM	657.607,64	0,37	1.809.827,97	0,20
22104 – Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas – CBMAM	255.291,40	0,14	2.227.737,64	0,25
22106 – Subcomando de Ações de Defesa Civil – SUBCOMADEC	7.464,66	0,00	0,00	0,00
24101 – Defensoria Pública do Estado do Amazonas – DPE / AM	56.134,58	0,03	59.968,44	0,01
25101 – Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA	18.986.341,69	10,61	228.996.147,72	25,85
25102 – Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – UGPI	515.651,18	0,29	2.991.026,88	0,34
26101 – Secretaria de Estado do Trabalho – SETRAB	194.754,83	0,11	197.563,97	0,02
27101 – Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer – SEJEL	544.023,53	0,30	1.696.038,93	0,19
28101 – Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC	46.972.450,87	26,26	350.379.964,48	39,54
30101 – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS	2.765.766,05	1,55	16.801.010,64	1,90
31101 – Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS	147.574,94	0,08	4.175.382,03	0,47
32101 – Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECT	94.526,19	0,05	6.362,77	0,00
33101 – Secretaria de Estado Articuladora de Política Pública Mov Soc Popul – SEARP	50.451,04	0,03	164.136,95	0,02
34101 – Secretaria de Estado p/os Povos Indígenas – SEIND	108.563,44	0,06	351.407,58	0,04
35101 – Secretaria de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos – SEMGRH	45.771,86	0,03	0,00	0,00
36101 – Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEDPD	454.740,01	0,25	137.685,98	0,02
<b>TOTAL GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>140.230.548,54</b>	<b>78,39</b>	<b>766.814.603,60</b>	<b>86,54</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado/2013

<b>ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>				
<b>ENTIDADE/UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>Restos a Pagar</b>			
	<b>Processados</b>	<b>%</b>	<b>Não Processados</b>	<b>%</b>
<b>Autarquias</b>	<b>5.046.466,16</b>	<b>2,82</b>	<b>10.564.431,94</b>	<b>1,19</b>
11206 – Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IMPEAM	30.409,36	0,02	26.544,62	0,00
16201 – Junta Comercial do Estado do Amazonas – JUCEA	139.089,80	0,08	867.339,75	0,10
16202 – Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amazonas – IPEM	26.729,93	0,01	0,00	0,00
18201 – Instituto de Desenvol. Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM	105.196,76	0,06	3.852.840,00	0,43
18202 – Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF	57.723,19	0,03	39.853,70	0,00
19201 – Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM	204.466,64	0,11	9.596,73	0,00
22201 – Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN	1.645.684,13	0,92	1.071.080,28	0,12
25201 – Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas – ARSAM	159.669,70	0,09	73.008,44	0,01
25202 – Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB	1.481.643,62	0,83	1.040.787,20	0,12
25203 – Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH	300.740,24	0,17	37.116,34	0,00
30201 – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM	278.250,00	0,16	391.333,51	0,05
32202 – Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM	616.862,79	0,34	3.154.931,37	0,36
<b>Fundações Públicas</b>	<b>15.590.516,77</b>	<b>8,72</b>	<b>61.861.433,46</b>	<b>6,98</b>
11303 – Fundação Televisão e Rádio Cultura do Amazonas – FUNTEC	201.054,51	0,11	31.598,65	0,00
13301 – Fundação AMAZONPREV	0,00	0,00	1.133.847,60	0,13
17301 – Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas – FCECON	2.265.390,75	1,27	4.665.872,54	0,53
17302 – Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas – FHEMOAM	1.369.746,56	0,77	3.224.966,52	0,36
17303 – Fundação de Dermatologia Tropical e Venereologia “Alfredo da Matta” – FUAM	253.752,51	0,14	941.546,88	0,11
17304 – Fundação de Medicina Tropical “Doutor Heitor Vieira Dourado” – FMT / AM	2.025.837,34	1,13	6.407.655,66	0,72
17305 – Fundação Hospital Adriano Jorge – FHAJ	1.156.864,47	0,65	6.688.132,09	0,75
17306 – Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas – FVS/-AM	498.318,84	0,28	7.155.333,02	0,81
27301 – Fundação Vila Olímpica “Danilo de Mattos Areosa” – FVO	100.694,68	0,06	64.962,41	0,01
32301 – Fundação Universidade do Estado do Amazonas – UEA	6.816.697,39	3,81	31.101.398,81	3,51
32302 – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM	902.159,72	0,50	446.119,28	0,05





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

<b>Empresas</b>	<b>4.555.100,61</b>	<b>2,55</b>	<b>5.003.690,90</b>	<b>0,57</b>
16508 – Empresa Estadual do Turismo do Amazonas – AMAZONASTUR	2.182.836,56	1,22	1.735.319,83	0,20
25501 – Companhia de Saneamento do Amazonas S/A. – COSAMA	0,00	0,00	375.991,54	0,04
30501 – Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS	2.372.264,05	1,33	2.892.379,53	0,33
<b>Fundos Especiais</b>	<b>13.463.359,06</b>	<b>7,52</b>	<b>41.865.959,87</b>	<b>4,72</b>
03701 – Fundo de Apoio do Ministério Público do Amazonas – FAMP	0,00	0,00	2.742.475,04	0,31
04701 – Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – FUNETJ	0,00	0,00	2.179,17	0,00
04702 – Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário – FUNJEAM	260,00	0,00	1.310.219,56	0,15
11703 – Fundo de Desenvolvimento Humano do Estado do Amazonas – FDHAM	0,00	0,00	0,00	0,00
11704 – Fundo Especial da Região Metropolitana de Manaus	0,00	0,00	0,00	0,00
11705 – Fundo de Promoção Social	0,00	0,00	1.716.820,70	0,19
11706 – Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado	26.283,64	0,01	35.425,52	0,00
14701 – Fundo para Financiamento da Modernização Fazendária do Estado do Amazonas – FFM	229.364,58	0,13	913.236,51	0,10
17701 – Fundo Estadual de Saúde – FES	1.870.491,52	1,05	29.638.841,24	3,35
21701 – Fundo Penitenciário do Estado do Amazonas – FUPEAM	43.548,10	0,02	0,00	0,00
21702 – Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FUNDECON	4.184,60	0,00	456.050,70	0,05
21703 – Fundo Estadual Antidroga – FEAD	1.100,00	0,00	0,00	0,00
22701 – Fundo de Reserva para as Ações de Inteligência – FRAI	28.130,95	0,02	3.503,07	0,00
24701 – Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amazonas – FUNDEPE	168.491,61	0,09	1.313.621,89	0,15
25701 – Fundo Estadual de Habitação – FEH	721.990,08	0,40	70.018,54	0,01
28701 – Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica	8.831.497,10	4,94	10.000,08	0,00
31701 – Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS	1.528.741,55	0,85	3.055.855,77	0,34
31702 – Fundo Estadual da Criança e do Adolescente – FECA	9.275,33	0,01	597.712,08	0,07
<b>Total Geral da Administração Indireta</b>	<b>38.655.442,60</b>	<b>21,61</b>	<b>119.295.516,16</b>	<b>13,46</b>
<b>Total Geral</b>	<b>178.885.991,14</b>	<b>100,00</b>	<b>886.110.119,77</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema AFI-SEFAZ//Demonstrativo de Restos a Pagar-2013

COMPOSIÇÃO DO SALDO DA CONTA RESTOS A PAGAR						
Restos a Pagar 2013	Administração Direta	Administração Indireta				Total
		Autarquias	Fundações	Empresas	Fundos Especiais	
<b>Processados</b>	<b>136.643.047,81</b>	<b>5.046.466,16</b>	<b>15.590.516,77</b>	<b>4.555.100,61</b>	<b>13.463.359,06</b>	<b>175.298.490,41</b>
<b>Não Processados</b>	<b>740.215.764,93</b>	<b>10.564.431,94</b>	<b>61.861.433,46</b>	<b>5.003.690,90</b>	<b>41.865.959,87</b>	<b>886.110.119,77</b>
<b>Total</b>	<b>907.045.152,14</b>	<b>15.610.898,10</b>	<b>77.451.950,23</b>	<b>9.558.791,51</b>	<b>55.329.318,93</b>	<b>1.064.996.110,91</b>

#### 4.2.5. Disponibilidade Financeira nos Termos da LRF

Destaca-se que a regra estabelecida no artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, foi obedecida pelo Chefe Poder Executivo do Estado Amazonas-AM, visto que as suas disponibilidades de caixa para o exercício seguinte (2014), na ordem de **R\$ 3.654.144.166,86**, são suficientes para arcar com os pagamentos da totalidade dos Restos a Pagar inscritos no final do exercício financeiro de 2013, ficando ainda um saldo positivo na ordem de **R\$ 2.657.150.615,83**, para cumprir os demais compromissos da Dívida Flutuante (item 5.2.2.1), no valor de R\$ 472.760.210,72.

Demonstrativo dos Restos a Pagar e Disponibilidade	
Discriminação	Poder Executivo
1. Disponibilidade Financeira – Bancos	3.654.144.166,86
2. Restos a Pagar – Processados	(159.326.049,04)
3. Restos a Pagar – Não Processados	(837.667.501,99)
<b>Saldo Excedente Total (1-2-3 = SE)</b>	<b>2.657.150.615,83</b>





Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS  
Comissão das Contas do Governador

## 5. BALANÇO PATRIMONIAL

**LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17/03/1964**

“Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

- I. Ativo Financeiro;
- II. Ativo Permanente;
- III. Passivo Financeiro;
- IV. Passivo Permanente, e
- V. Saldo Patrimonial.”

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação evidenciadas pelas seções de ativo e passivo, que retratam na data do encerramento do exercício, os bens, direitos e obrigações, conforme demonstra o Anexo -14, constante às fls. 590/591.

A situação patrimonial do Estado no exercício demonstrada na sequência apresentou acréscimo significativo no disponível, passando de R\$ 3.420.325.682,99 em 2012 para R\$ 3.654.144.166,86 em 2013.

R\$ Mil

DEMONSTRATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL			
FONTE	2012	2013	Variação %
1. Ativo Financeiro	3.632.674	3.868.042	6,48
1.1. Disponível	3.420.325	3.654.144	6,84
2. Bens e Valor em Circulação	53.401	245.619	359,95
3. Realizável a LP	2.480.156	2.586.727	4,30
4. Ativo Permanente	5.436.086	6.464.156	18,91
5. Ativo Compensado	14.329.875	14.321.966	(0,06)
<b>6. Total Ativo(1+2+3+4+5)</b>	<b>25.932.194</b>	<b>27.486.511</b>	<b>5,99</b>
7. Passivo Financeiro	1.251.840	1.469.754	17,41
8. Exigível a LP	4.822.427	5.854.411	21,40
9. Passivo Compensado	14.329.875	14.321.966	(0,06)
10. Passivo Real	20.404.143	21.646.131	6,09
<b>Saldo Patrimonial (6-10)</b>	<b>5.528.051</b>	<b>9.840.379</b>	<b>5,65</b>

Fonte: Sistema AFI-SEFAZ e Balanço Geral-2013



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

### **5.1. Demonstrativo Patrimonial Financeiro**

**LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17/03/1964**

**“Art. 105. (...)**

**§ 1º.** O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

**§ 3º.** O Passivo Financeiro compreenderá os compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.”

A composição do patrimônio financeiro e a respectiva situação líquida positiva, no valor de R\$ 2.643.906.945,02, estão assim demonstradas:

<b>DEMONSTRATIVO PATRIMONIAL FINANCEIRO</b>		
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>Parcial (R\$)</b>	<b>Total</b>
Disponível	3.654.144.166,86	4.113.660.706,77
Créditos em Circulação	213.897.980,55	
Bens e Valores em Circulação	245.618.559,36	
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>		
Depósitos	404.757.650,84	1.469.753.761,75
Obrigações por Empenho	1.064.996.110,91	
<b>ATIVO FINANCEIRO POSITIVO</b>		<b>2.643.906.945,02</b>

#### **5.1.1. Variação do Patrimônio Financeiro**

O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários que indicam quais recursos o Estado possui no âmbito da Administração Estadual para cumprir seus compromissos de curto prazo. O saldo do Ativo financeiro apurado em 2013 foi da ordem de R\$ 4.113.660.706,77, representando o percentual de 50,96 % do Total do Ativo, e apresentou aumento de 11,60 % em relação ao exercício anterior, que fora de R\$ 3.686.075.495,86, conforme demonstrativo seguinte:

<b>VARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO</b>			
<b>GRUPO PATRIMONIAL</b>	<b>SALDO ANTERIOR- 2012</b>	<b>SALDO APURADO - 2013</b>	<b>VARIAÇÃO</b>
1. Ativo Financeiro	3.686.075.495,86	4.113.660.706,77	427.585.210,91
2. Passivo Financeiro	1.251.840.354,57	1.469.753.761,75	217.913.407,18
<b>Saldo Patrimonial Financeiro (1-2)</b>	<b>2.434.235.141,29</b>	<b>2.643.906.945,02</b>	<b>209.671.803,73</b>

A Variação do Patrimônio Financeiro do exercício 2013, espelhada acima, indica que o Estado apresenta um Índice de Liquidez Corrente Favorável de **R\$ 2,79**, isto quer dizer que para cada R\$ 1,00 real de obrigações assumidas, o Governo do Estado tem R\$ 2,79 para arcar com suas dívidas contraídas, evidenciando assim uma boa liquidez financeira.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Este resultado demonstra que os recursos disponíveis do Estado são superiores as suas dívidas de curto prazo em R\$ 2,6 bilhões.

### 5.1.2. Créditos em Circulação

As contas que compõem os Créditos em Circulação deste balanço são as seguintes:

<b>CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO</b>	
<b>CONTAS</b>	<b>Valor</b>
<b>CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>212.399.787,17</b>
<b>CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER</b>	<b>212.399.787,17</b>
Crédito por Alienação	238.701,09
Créditos a Receber – Intra	18.920.467,90
Créditos a Receber – Inter-União	14.070.712,50
Créditos a Receber – Inter-Municípios	790.000,00
<b>OUTROS CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>178.379.905,68</b>
<b>DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>1.174.180,06</b>
Diversos Responsáveis	1.152.011,53
Outras Responsáveis	22.168,53
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>123.476,01</b>
Salário Família	30.336,31
Salário Maternidade	93.139,70
<b>VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEL</b>	<b>200.537,31</b>
<b>OUTROS VALORES EM TRÂNSITO</b>	<b>200.537,31</b>
Tarifas Bancárias – BRADESCO	336,68
Títulos CVS (RESGATE)	200.200,63
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>213.897.980,55</b>

Fonte: Sistema AFI/Sefaz – 2013 / Balanaliiti

Os créditos a receber constituem a maior parcela dos Créditos em Circulação, no montante de R\$ 212.399.787,17, que corresponde a 99,30% do total.

Em Devedores por Entidades e Agentes são contabilizados valores de desfalques, desvios e outros, cujos processos administrativos estão pendentes de solução, no valor total de R\$ 1.174.180,06 - Diversos Responsáveis, que representa um percentual de 0,55% do total dos Créditos em Circulação.

### 5.2. Demonstrativo Patrimonial Permanente

**LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17/03/1964**

**“Art. 105. (...)**

**§ 2º.** O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

**§ 4º.** O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização para amortização ou resgate.”

Se confrontados os componentes positivos com os negativos do Patrimônio Permanente, obtêm-se uma situação líquida positiva no valor de R\$ **3.193.472.065,65**, demonstrada a seguir:



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

TÍTULOS	PARCIAL	TOTAL
<b>ATIVO PERMANENTE</b>		<b>9.047.883.354,42</b>
Dívida Ativa	2.141.857.963,04	
Financiamentos	83.456.034,68	
Outros Créditos	300.065.130,35	
Investimentos Imobiliários – RPPS	61.347.946,43	
Participações Societárias	484.337.909,55	
Participação no Capital de Empresas	116.110,58	
Outros Investimentos Permanentes	60.000.000,00	
Bens Imóveis	4.326.272.335,67	
Bens Móveis	1.596.919.070,59	
Depreciação, Amortização e Exaustão	(6.489.146,47)	
<b>PASSIVO PERMANENTE</b>		<b>5.854.411.288,77</b>
Dívida Fundada Interna	2.974.238.736,53	
Dívida Fundada Externa	1.654.315.627,70	
Parcelamento INSS	33.069.992,53	
Parcelamento PASEP	5.838.174,98	
Obrigações a Longo Prazo	9.240.329,14	
Provisões matemáticas previdenciárias	1.177.708.427,89	
<b>ATIVO PERMANENTE POSITIVO (AP-PP)</b>		<b>3.193.472.065,65</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado – 2013

### 5.2.1. Dívida Ativa

A Dívida Ativa compreende os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, exigível pelo transcurso do prazo para os seus pagamentos após a apuração de sua liquidez e certeza. A Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública proveniente de obrigação legal relativa a tributos com os respectivos adicionais e multas.

Na Dívida Ativa estão registrados valores referentes aos devedores (pessoa física e jurídica) inscritos a partir do ano 1980 até 2013, que apresenta um crédito a receber em favor do Estado no total de R\$ 2.141.857.963,04, conforme registrado Realizável a Longo Prazo do Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2013 (fls. 590/591).

Para constar, segue a relação dos 100 (cem) maiores devedores inscritos na Dívida Ativa, cujo total perfaz R\$ 1.227.489.316,16.

Nº	INSCRIÇÃO	RAZAO SOCIAL	Valor do Débito
1	04215609-2	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S	290.192.842,93
2	04105626-4	PETROLEO BRASILEIRO S/A- PETROBRAS	185.024.068,18
3	04135384-6	EL PASO AMAZONAS ENERGIA LTDA	99.995.212,53
4	04107529-3	IBREL S A	29.188.166,90
5	04175371-2	COSMOS COMPONENTES S A	23.553.583,72
6	06300264-7	VULCAPLAST INDUSTRIA DA AMAZONIA LT	35.289.909,12
7	04138274-9	EL PASO RIO NEGRO ENERGIA LTDA	33.113.082,05
8	04150861-0	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A	28.746.043,21
9	04155999-1	RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	41.747.825,29
10	04900776-9	CERVEJARIAS KAISER BRASIL S A	24.396.868,15
11	06200028-4	IGB ELETRONICA S A	30.391.752,13
12	06300376-7	NEW PLASTIC INDUSTRIA DE PLASTICOS	23.988.104,68
13	04900975-3	AVON COSMETICOS LTDA	20.486.354,76



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

Comissão das Contas do Governador

14	04169689-1	COSFARMA PRODUTOS COSMETICOS E FARM	13.128.672,89
15	04158738-3	S MONTEIRO LTDA	20.258.627,78
16	04900695-9	CERVEJARIAS KAISER NORDESTE SA	10.136.021,94
17	04100181-8	SONORA INDUSTRIAL SA	13.933.370,88
18	06300133-0	COSMOSPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE	17.401.225,25
19	04170183-6	ITAUTINGA AGRO INDUSTRIAL S A	15.982.656,41
20	04188426-4	IBF DA AMAZONIA IMPRESSOS DE SEGURA	13.082.664,62
21	04214269-5	BREITENER ENERGETICA S/A	8.122.423,16
22	04150433-0	SHARP DO BRASIL S A IND EQUIP ELETR	9.287.761,67
23	07000644-0	BKY ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA	6.156.468,57
24	04116536-5	MASTERBATCH INDUSTRIA E COMERCIO DA	8.107.421,20
25	04193249-8	TRANSBRASIL S A LINHAS AEREAS	5.843.565,96
26	04128733-9	CTCELL COMUNICACOES E ELETRONICA LT	7.782.150,65
27	99169367-1	EVALDO ELIAS BORGES	5.756.355,02
28	04190278-5	FRAHM COMPONENTES DA AMAZONIA S A	5.438.305,95
29	06200123-0	BRINQUEDOS ESTRELA INDUSTRIA E COME	5.183.078,20
30	99035385-0	FIRMINO PINTO DE OLIVEIRA	4.962.922,87
31	99422712-4	COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL	4.059.345,73
32	06200356-9	JUTAI 661 EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	3.960.635,51
33	04143509-5	CIJ COMERCIO E IMPORTADORA JAPIIM L	3.774.723,98
34	04163786-0	CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRAS	3.696.469,81
35	04100813-8	CB SUPERMERCADOS DA AMAZONIA S/A	3.592.320,87
36	04141131-5	ENCONTRO DAS AGUAS DISTRIBUIDORA LT	3.551.633,29
37	04188741-7	CIA AMAZONENSE DE PRODUTOS LACTEOS	5.414.930,42
38	04126363-4	DIST EQUATORIAL DE PRODUTOS DE PETR	3.487.121,81
39	04136365-5	M S P COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA	3.427.291,17
40	04179310-2	PASSO CERTO LTDA	3.373.729,54
41	04101046-9	AMBEV BRASIL BEBIDAS LTDA	3.364.014,79
42	04109108-6	BOSTON COMERCIO IMPORTACAO E EXPORT	3.319.469,98
43	04150197-7	GENTEK S A INDUSTRIA E COMERCIO	3.245.117,90
44	04134835-4	TIARA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	3.152.730,36
45	04181522-0	AMG COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACA	3.055.675,45
46	04173570-6	COMERCIAL OLIVEIRA AGENCIAMENTO DE	7.683.493,16
47	04165262-2	GETHAL AMAZONAS S/A IND MADEIRA COM	2.998.865,51
48	99190614-4	BPA CONSTRUÇOES E COMERCIO LTDA	2.937.187,37
49	04195080-1	NEAR COMPONENTES P VEICULOS DA AMAZ	2.910.657,68
50	06200239-2	HELIOS DA AMAZONIA INDUSTRIA E COME	2.882.683,53
51	99206968-8	NV INDUSTRIA COMERCIO E CONSTRUCAO	2.880.252,56
52	04179555-5	SAX DISTRIBUICAO E PLANEJ DE TRANSP	4.608.039,87
53	04156050-7	TELEMAR NORTE LESTE S A	2.798.998,60
54	99119226-5	SEBASTIAO RODRIGUES MACIEL	2.715.269,29
55	06200063-2	YOMASA DA AMAZONIA LTDA	2.666.214,51
56	04146920-8	MGRC DA AMAZONIA LTDA	2.562.145,17
57	07000933-3	UMEX IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	2.545.660,91
58	04135687-0	L M COMPONENTES ELETRONICOS LTDA	2.537.074,20
59	04121618-0	MODERN DA AMAZONIA IND E COM LTDA	2.443.220,46
60	04110580-0	MERCADINHO CENTRAL LTDA	2.441.321,56
61	04182460-1	CRISTINA COMPONENTES ELETRONICOS LT	2.429.465,25
62	04175450-6	MOLEX BRASIL LTDA	2.380.148,05
63	99179711-6	TEPLAN CONSTRUTORA IND. E COM. LTDA	2.375.194,73
64	04167705-6	CIA AGRO INDUSTRIAL DE MONTE ALEGRE	2.359.985,23
65	04150239-6	SEMP TOSHIBA AMAZONAS S A	2.314.701,22
66	04128622-7	JUTY COM E IND E PRESTACAO DE SERVI	2.272.898,55
67	04400422-2	AGGREKO BRASIL ENERGIA LTDA	2.260.341,36
68	07000584-2	IMPORTADORA FINESSE LTDA	4.387.438,14
69	04116536-5	MASTERBATCH INDUSTRIA E COMERCIO DA	2.256.057,79
70	04122447-7	SEMILOG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA	2.241.993,49
71	07001088-9	KEEP ER COMERCIO E SERVICO DE BENS	2.223.171,48
72	04148205-0	AMAZONAS COMERCIO DE FRIOS LTDA	4.010.214,82
73	04135698-5	ALFRA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTA	2.215.640,52
74	04122274-1	DAPROL DISTRIBUIDORA AMAZONICA DE P	2.183.266,27
75	04190303-0	FRIGORIFICO CRATEUS LTDA	2.160.237,29
76	04123697-1	HIDROMAC IMPORTACAO E EXPORTACAO LT	2.110.845,51
77	04137390-1	COMERCIAL HIPER LTDA	2.106.059,13
78	06200213-9	CR ZONGSHEN FABRICADORA DE VEICULOS	2.087.343,65
79	04149222-6	RR INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS E REMA	2.062.985,60
80	04193368-0	EUCATUR EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE T	2.058.278,51
81	07000667-9	TRITON IMPORTACOES E EXPORTACOES	2.023.721,98
82	06200512-0	NACIONAL FILMES DA AMAZONIA INDUSTR	2.018.248,02
83	07000385-8	COOPERDISC INDUSTRIA DE TECNOLOGIA	3.864.884,77
84	06200463-8	DISTRIBUIDORA BRINGEL LTDA	1.953.533,91



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

Comissão das Contas do Governador

85	04103393-0	VEGATRONIC PARTICIPACOES E COMERCIO	1.948.211,39
86	04163752-6	LOJA DA BORRACHA LTDA	1.882.140,73
87	04190574-1	MULLER REPRESENTACOES COMERCIAIS LT	1.852.997,86
88	04107197-2	T S N DISTRIBUIDORA LTDA	1.838.893,91
89	04900671-1	AMERICAN VIRGINIA IND E COM IMP E E	1.832.662,48
90	04116396-6	SASIMA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	1.829.053,80
91	04147331-0	REFRIPET INDUSTRIA COMERCIO LTDA	1.798.678,58
92	07000879-5	F DOS SANTOS IMPORTACOES	3.440.745,86
93	04101148-1	PERNAMBUCANAS INDUSTRIA E COMERCIO	1.773.459,64
94	04138238-2	R C DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA	1.769.011,25
95	06200521-9	GARINNI MOTORS INDUSTRIA DE VEICULO	1.756.482,16
96	04157242-4	MASA DA AMAZONIA LTDA	1.747.362,03
97	04176117-0	TOJO DA AMAZONIA LTDA	1.741.797,03
98	04175104-3	JOEL SANTOS DE LIMA	1.735.088,31
99	04123993-8	VISAO DISTRIBUIDORA LTDA	1.713.856,67
100	04132890-6	SCARLAT COMERCIO REPRESENTACOES IMP	1.708.417,53
<b>Total dos 100 Maiores Devedores</b>			<b>1.227.489.316,16</b>

Fonte: SEFAZ

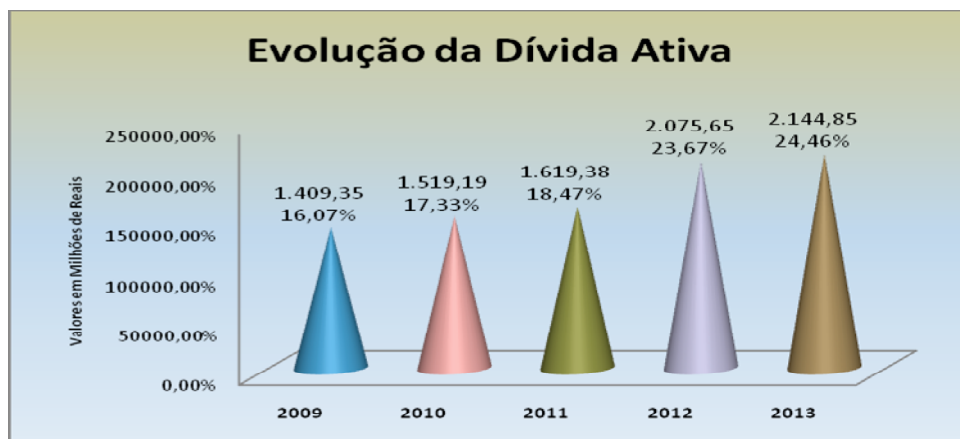
Oportuno destacar que os 100 maiores devedores inscritos na Dívida Ativa do Estado representam o percentual de 57,31% do total da dívida. A tabela a seguir apresenta a evolução da Dívida Ativa.

A evolução da Dívida Ativa nos três últimos exercícios se mostra da seguinte forma: R\$ Mil

<b>MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA EM VALORES NOMINAIS - 2011 a 2013</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>(+) Saldo Anterior da Dívida Ativa</b>	<b>1.519.191.525,89</b>	<b>1.619.388.830,73</b>	<b>2.075.653.484,77</b>
(-) Cobrança da Dívida – Arrecadação	7.909.844,79	19.956.502,73	61.299.266,40
<b>(+) Registros (Inscrição da Dívida Ativa)</b>	<b>57.711.309,88</b>	<b>470.322.440,49</b>	<b>445.128.165,86</b>
<b>(+) Ajuste de Exercício Anterior</b>	<b>81.626.250,58</b>	<b>70.873.343,30</b>	<b>-261.733.026,40</b>
(-) Valores Recuperados – Adjudicação	2.323.026,06	122.240,00	104.640,94
(-) Baixa de Certificado da Dívida Ativa - CDA	28.907.384,77	39.304.791,71	55.786.753,85
(-) Renúncia Fiscal	0,00	25.547.595,31	0,00
<b>SALDO</b>	<b>1.619.388.830,73</b>	<b>2.075.653.484,77</b>	<b>2.141.857.963,04</b>

Fonte: Balanços do Estado - 2011 a 2013

Registre-se que a importância de R\$ 61.299.266,40 refere-se à Arrecadação da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária, originária da cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços-ICMS, Imposto sobre Produtos de Veículos Automotores-IPVA, Custas Judiciais Não Tributárias, as Multas e Juros. Importa ressaltar ainda que, a Arrecadação da Dívida Ativa Tributária e não Tributária, não se incluem os valores recuperados através de adjudicação.







**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

### 5.2.2. Dívida Pública - Flutuante e Fundada

Constituem a Dívida Pública do Estado: a Dívida Fundada ou consolidada (interna e externa) e a Dívida Flutuante ou Administrativa. Enquanto estas são os compromissos de curto prazo representando 23,95% do total, aquelas são compostas por obrigações de médio e longo prazo e representam 76,05% desse total, sendo oriundas de contratos dentre os quais destacamos: refinanciamento de dívidas do Estado com a União e os contratos no âmbito dos programas, PROSAMIM, Zona Franca Verde, Pró-Saneamento, Abastecimento de Água de Manaus, Pró-Moradia, Projeto Minha Casa Minha Vida, Construção da Arena da Amazônia e PROINVESTE.

A Dívida Consolidada no Estado do Amazonas apresentou um saldo, em 31/12/2013, de R\$ 6.137 bilhões, conforme demonstrado, sinteticamente, na tabela 01.

Tabela - 01

R\$ Mil

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA PÚBLICA				
DÍVIDA	VALOR		%	
	2012	2013	Participação	Variação
Fundada Interna	2.821.061	3.013.147	49,10	6,81
Fundada Externa	1.056.912	1.654.316	26,95	56,52
Flutuante	1.251.840	1.469.754	23,95	17,41
<b>Total</b>	<b>5.129.813</b>	<b>6.137.217</b>	<b>100,00</b>	<b>19,64</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI – Balanço Geral do Estado: 2013

A Dívida Fundada, no total de R\$ 4.667 bilhões, representa 22,59% do limite global de 2 (duas) vezes a receita corrente líquida, que em 2013 totalizou R\$ 20.659 bilhões, estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40, art. 3º inciso I, deixando o Estado bastante confortável em relação à legislação, com referência ao grau de endividamento acima explicitado.

No Exercício Financeiro de 2013, houve um acréscimo de 19,64% no total do estoque da Dívida Pública, em relação ao exercício de 2012. Esse fato é reflexo, principalmente das novas operações de crédito recebidas em 2013 que totalizaram R\$ 962 milhões, e um acréscimo na dívida flutuante de R\$ 218 milhões.

#### 5.2.2.1. Dívida Flutuante

Conforme o art. 92 da Lei Federal nº. 4.320/1964, a dívida flutuante compreende os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria, os quais estão demonstrados à fls. 601.

A Dívida Flutuante apresentou a seguinte movimentação no exercício:

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE EXERCÍCIO DE 2012				
Títulos	Saldo Anterior	Inscrição	Baixa	Saldo p/ Exerc. Seguinte
<b>CONSIGNAÇÕES</b>	<b>190.597.671,77</b>	<b>1.769.430.548,82</b>	<b>1.751.774.549,51</b>	<b>208.253.671,08</b>
Consignações	190.597.671,77	1.769.430.548,82	1.751.774.549,51	208.253.671,08
<b>DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS</b>	<b>159.405.34,62</b>	<b>6.403.186.298,99</b>	<b>6.366.087.663,85</b>	<b>196.503.979,76</b>
Diversas Origens	145.327.824,78	6.395.400.298,99	6.364.087.663,85	176.640.459,92
Outras Obrigações	14.077.519,84	7.786.000,00	2.000.000,00	19.863.519,84
<b>Subtotal</b>	<b>350.003.016,39</b>	<b>8.172.616.847,81</b>	<b>8.117.862.213,36</b>	<b>404.757.650,84</b>
<b>Restos a Pagar Exercícios Anteriores</b>	<b>901.837.338,18</b>	<b>7.026.442,52</b>	<b>840.861.220,82</b>	<b>68.002.559,88</b>
Processados	175.383.977,96	7.026.442,52	162.850.478,38	19.559.942,10
Não Processados	726.453.360,22	0,00	678.010.742,44	48.442.617,78
<b>RESTOS A PAGAR DE 2012</b>	<b>0,00</b>	<b>996.993.551,03</b>	<b>0,00</b>	<b>996.993.551,03</b>
Processados	0,00	159.326.049,04	0,00	159.326.049,04
Não Processados	0,00	837.667.501,99	0,00	837.667.501,99
<b>Subtotal</b>	<b>901.837.338,18</b>	<b>1.004.019.993,55</b>	<b>840.861.220,82</b>	<b>1.064.996.110,91</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1.251.840.354,57</b>	<b>9.176.636.841,36</b>	<b>8.958.723.434,18</b>	<b>1.469.753.761,75</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado /2013 - Anexo 17





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

A Dívida Flutuante na ordem de R\$ 1.469.753.761,75 apresentou crescimento de 17,41% em relação ao exercício de 2012 e representa **23,95%** do total da dívida do Estado, e por se tratar de compromissos de curto prazo, é o fator que mais compromete a liquidez do Estado, sendo R\$ 996.993.551,03 referentes a Restos a Pagar, R\$ 208.253.671,08 de Consignações e R\$ 176.640.459,92 de Depósitos de Diversas Origens.

#### 5.2.2.2. Dívida Fundada - Interna e Externa

Conforme o art. 98 da Lei Federal nº. 4.320/1964, a dívida fundada (interna e externa) compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídas para atender o desequilíbrio orçamentário ou financiamento de obras e serviços públicos, os quais estão demonstrados às fls. 597/599.

Analisando a Dívida Fundada ao longo dos anos, percebe-se que o valor nominal de 2013 se mantém relativamente estável face a Receita Corrente Líquida de 45,18%, pois o Estado apresenta uma relação ligeiramente maior da dívida versus receitas correntes líquida de 2012 de 40,16%, conforme tabela -2.

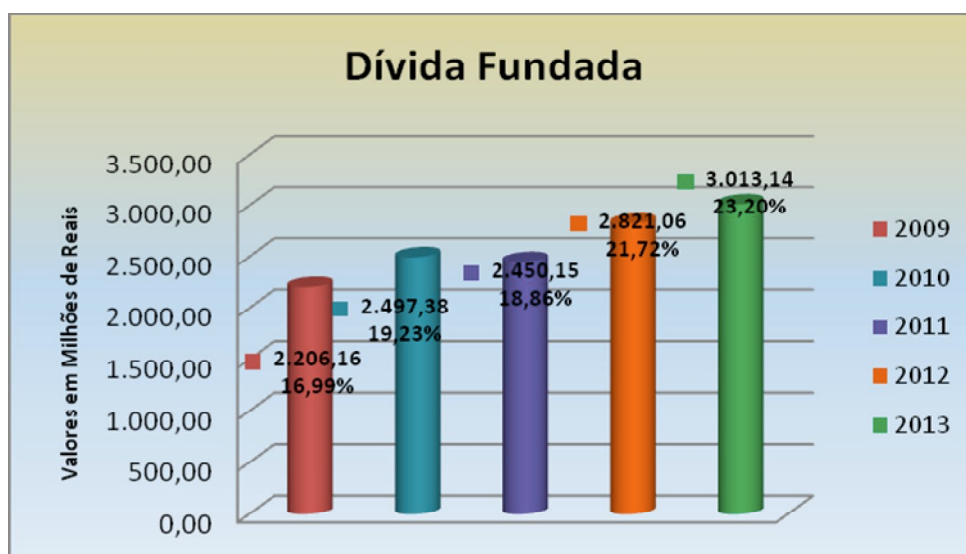
Tabela - 2

R\$ Mil

COMPARATIVO DA DÍVIDA FUNDADA X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA					
DÍVIDA	2009	2010	2011	2012	2013
Interna	2.206.162	2.497.385	2.450.158	2.821.061	3.013.147
Externa	572.067	691.132	852.032	1.056.912	1.654.316
<b>TOTAL</b>	<b>2.778.229</b>	<b>3.188.517</b>	<b>3.302.190</b>	<b>3.877.973</b>	<b>4.667.463</b>
RCL do Exercício	6.161.491	7.407.732	8.515.352	9.655.316	10.329.762
Div. Fundada / RCL (%)	45,09	43,04	38,78	40,16	45,18

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI / Balanço Geral do Estado / 2013

O Gráfico abaixo demonstra a evolução da Dívida Fundada nos últimos cinco anos:





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**a) Dívida Fundada Interna**

Os empréstimos internos constituem uma das fontes utilizadas pelo Governo na captação de recursos. Em 2013, a movimentação desses compromissos está expresso no demonstrativo da Dívida Fundada Interna - Anexo 16, às fls. 597, o qual reflete a movimentação no exercício, cujo resumo é o seguinte:

<b>DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA – 2013</b>	
<b>Especificação</b>	<b>Valor</b>
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>2.817.522.451,79</b>
Acréscimo (Operação de Créditos)	493.035.107,36
Reajuste (Resultado das Variações Ativas e Passivas)	33.445.406,01
Baixa (Amortização)	(332.704.741,29)
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>3.011.298.223,87</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado - 2013

No exercício de 2013, foi incorporada, ao saldo da Dívida Fundada Interna a importância de R\$ 493.035.107,36, referente aos reajustes dos seguintes Contratos:

<b>ACRÉSCIMO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA - OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>			
<b>Nº Contrato</b>	<b>Especificação</b>	<b>Reajuste</b>	
		<b>Oper. Crédito</b>	<b>Encampação</b>
20/2013-9	PROINFRA	250.000.000,00	
10.2.1734-1	BNDES - ARENA DA AMAZÔNIA	128.772.719,24	
12.2.0312.1	BNDES – DUPLICAÇÃO AM 070	18.072.794,28	
18365.720248/2013-40	PARCELAMENTO DE INSS – ALE e TJAM		11.400.465,40
229.005-87	Conj. Habitacional p/Servidores	4.093.823,26	
0331.490-25	Conj. Hab. Meu Orgulho 1ª Etapa (PMCMV 1)	476.069,99	
0339.629-57/10	Conj. Hab. Meu Orgulho 2ª Etapa (PMCMV 2)	12.338.950,28	
408907-99	COBERTURA DA ARENA DA AMAZÔNIA	67.880.284,91	
<b>Subtotal</b>		<b>481.634.641,96</b>	<b>11.400.465,40</b>
<b>T O T A L</b>		<b>493.035.107,36</b>	

Fonte: Balanço Geral do Estado - 2013

**b) Dívida Fundada Externa**

Compreende as obrigações decorrentes de empréstimos contratados fora do país com autorização legislativa específica ou por meio da Lei Orçamentária, observadas as disposições dos artigos 165, § 8º, e 167, inciso III, da Constituição da República.

O Demonstrativo da Dívida Fundada Externa, às fls. 597, reflete a movimentação no exercício de 2013, cujo resumo é o seguinte:

<b>DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA – 2013</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
<b>Saldo exercício anterior</b>	<b>1.056.911.758,40</b>
Acréscimo (Operação de Créditos)	480.382.061,07
Reajuste (Resultado das Variações Ativas e Passivas)	152.801.655,89
Baixa (Resgate)	(35.779.847,69)
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>1.654.315.627,70</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado - 2013



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Nesse contexto, é prudente destacar ainda que foi incorporado, no exercício de 2013, R\$ 480.382.061,07 na Dívida Fundada Externa para aplicação no Projeto Zona Franca Verde, bem como no Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM/FIN.SUPLEMENTAR, PROSAMIM/2.BID, PROSAMIM/3BID e PROCONFIS, nos termos dos contratos firmados entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o Governo do Estado, conforme tabela abaixo:

ACRÉSCIMO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA - OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Nº CONTRATO	ESPECIFICAÇÕES	ACRÉSCIMO
LN 7513-OC-BR	PROJETO ZONA FRANCA VERDE	4.705.364,36
2165/OC-BR	PROSAMIM FIN. SUPLEMENTAR	4.740.000,00
2006/OC-BR	PROSAMIM- 2BID	13.950.882,82
2676/OC-BR	PROSAMIM -3BID,	70.309.813,89
3139/OC-BR	PROCONFIS	386.676.000,00
TOTAL		480.382.061,07

### 5.2.3. Investimentos

No título Investimentos, encontra-se registrada a participação do Estado no capital das Sociedades de Economia Mista, como acionista majoritário nas estaduais, e minoritário nas demais, conforme Demonstrativo das Ações do Estado, às fls. 603.

No exercício sob análise, o Estado do Amazonas contribuiu com R\$ 23.687.490,39 para o aumento do capital social das seguintes empresas:

INCORPORAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL NO EXERCÍCIO	
ESPECIFICAÇÕES	VALOR
Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA	5.511.076,40
Processamento de Dados do Amazonas – PRODAM	10.130.733,67
Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS	1.489.794,26
Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA	5.048.774,20
Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS	1.500.000,00
TIM Participações S/A	7.111,86
TOTAL	23.687.490,39

Os valores das ações, incorporados no exercício, correspondem a 4,64% do saldo das ações pertencentes ao Estado, no total de R\$ 484.337.909,55.

### 5.2.4. Bens Móveis e Imóveis

As contas Móveis e Imóveis registram os bens permanentes e os de uso especial que, em relação ao exercício anterior, tiveram um aumento de 10,91% e 22,31%, respectivamente, como demonstrado adiante:

Contas	Ano 2012 (a)	Ano 2013 (b)	% (b/a)
Bens Móveis	1.439.841.551,00	1.596.919.070,59	10,91
Bens Imóveis	3.539.539.479,66	4.329.272.335,67	22,31
Total	4.979.381.030,66	5.926.191.406,26	19,01

Fonte: Balanço Geral do Estado -2013



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

## 6. SALDO PATRIMONIAL

O Estado do Amazonas apresentou, no exercício de 2013, um Resultado Patrimonial Positivo de R\$ 312.328.279,21, apresentado na tabela 2, elevando o saldo patrimonial acumulado para R\$ 5.840.379.010,67, com variação positiva a 2012 de 5,65%, apurado no Balanço Patrimonial, demonstrado na tabela 1.

Tabela - 1

<b>SALDO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO</b>	
<b>TÍTULOS</b>	<b>VALOR</b>
<b>ATIVO REAL (A)</b>	<b>27.486.510.536,99</b>
Financeiro	3.868.042.147,41
Realizável a Longo Prazo	2.586.727.074,50
Ativo Permanente	6.464.156.279,92
Ativo Compensado	14.321.966.475,80
<b>PASSIVO REAL (B)</b>	<b>21.646.131.526,32</b>
Financeiro	1.469.753.761,75
Exigível a Longo Prazo	5.854.411.288,77
Passivo Compensado	14.321.966.475,80
<b>SALDO PATRIMONIAL (A - B)</b>	<b>5.840.379.010,67</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado - 2012

Tabela - 2

<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO</b>	
<b>TÍTULOS</b>	<b>Valor</b>
Situação Líquida em 2012 (A)	5.528.050.631,46
Situação Líquida em 2013 (B)	5.840.379.010,67
<b>Acréscimo do Ativo Real Líquido (B - A)</b>	<b>312.328.379,21</b>

Fonte: Balanço Patrimonial do Estado – 2012/2013

O acréscimo do Ativo Real Líquido identifica a supremacia do Ativo (bens e direitos) sobre o Passivo (obrigações com terceiros), revelando a existência de um Patrimônio Líquido Positivo na ordem de R\$ 312.328.379,21.

Na tabela 3, apresenta-se a evolução do saldo patrimonial acumulado, de 2009 a 2013, evidenciando resultados positivos nos últimos cinco exercícios, com variação nominal de 2013 ante 2009 de 68,21%, ou 2.368 bilhões, que representa a soma dos resultados dos exercícios de 2009 a 2013.

Tabela - 3

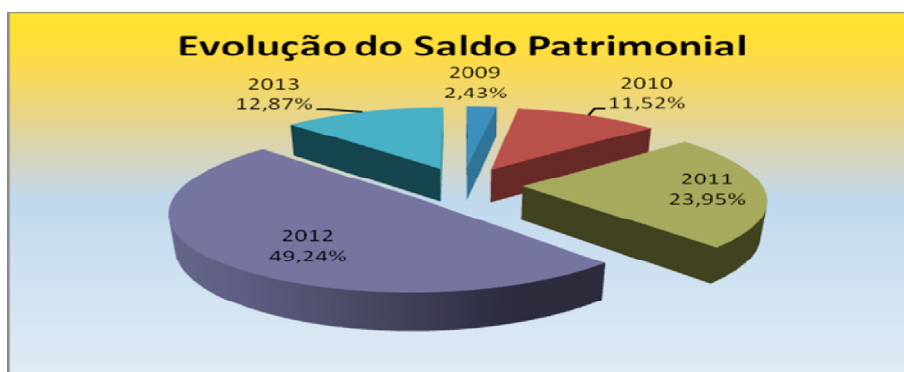
R\$ Mil

<b>RESULTADO / SALDO PATRIMONIAL - 2009 a 2013</b>			
<b>EXERCÍCIO</b>	<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>SALDO PATRIMONIAL ACUMULADO</b>	<b>Variação %</b>
2009	58.891	3.472.062	1,70
2010	279.561	3.751.623	7,45
2011	581.350	4.332.972	13,42
2012	1.195.078	5.528.051	21,62
2013	312.328	5.840.379	5,35
<b>VARIAÇÃO NOMINAL - R\$ 2.368 BILHÕES</b>			

Fonte: Balanço Geral / 2013



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador



### 6.1. Demonstrativo das Variações Patrimoniais

**LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17/03/1964**

“Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais, a seguir especificado, apresenta um Superávit Patrimonial de R\$ 312.328,379,21 aumentando o Ativo Real Líquido apurado em 2012, de R\$ 5.528.050.631,46 para 5.840.379.010,67, no exercício de 2013.

DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DO EXERCÍCIO	
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valor
<b>ATIVAS</b>	
Receita Orçamentária	16.064.418.635,93
Dedução da Receita	(1.531.787.308,88)
Mutações Patrimoniais	1.171.188.168,22
<b>TOTAL</b>	<b>15.703.819.495,27</b>
<b>PASSIVAS</b>	
Despesas Orçamentárias	14.569.525.924,39
Mutações Patrimoniais	1.026.152.354,69
Resultado Parcial Positivo	108.141.216,19
<b>TOTAL</b>	<b>15.703.819.495,27</b>
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valor
<b>ATIVAS</b>	
Incorporação de Saldos	254.809,40
Bens Imóveis	237.605.834,96
Bens Móveis	53.791.167,65
Bens de Estoque	208.752.987,51
Títulos e Valores	4.017.288,05
Dívida Ativa	446.814.939,31
Devedores / Entidades e Agentes	40.400,00
Outros Créditos	76.858.791,54
Valorização de Títulos e Valores do RPPS	877.186,16
Variação Monetária Dívida Fundada	137.660.406,60
Desincorporação de Passivo – Dívida Interna	40,68
Desincorporação de Passivo – Outras Obrigações	86.793,39
Desincorporação de Passivo - Cancelamento de Restos a Pagar	135.693.718,60
Reversão das Provisões Matemáticas Previdenciárias	95.179.567.827,14
Transferência Financeira Recebida	4.301.538.648,81
Movimentação Intergestora	20.931.738.462,27
<b>TOTAL</b>	<b>121.715.299.302,07</b>



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

<b>PASSIVAS</b>	
Incorporação de Saldos	3.536.878,23
Bens Imóveis	95.371.879,71
Bens Móveis e	15.996.773,08
Depreciação de Bens	2.133.601,59
Bens de Estoque	16.535.552,66
Baixa de Valores Investimentos	2.698.929,90
Créditos a Receber	1.595.036,49
Dívida Ativa	319.311.194,64
Devedores, Entidades e Agentes	284.651,84
Provisões p/ Perdas em Investimentos	60.188.433,36
Desvalorização de Títulos e Valores	294.542,01
Incorporações / Atualização da Dívida	335.310.993,03
Obrigações a Longo Prazo	11.502.928,36
Provisões Matemáticas Previdenciárias	95.413.062.667,38
Transferência Financeira Concedida	4.301.538.648,81
Movimentação Intergestora	20.931.738.462,27
Despesas Antecipadas	957,98
Agentes Arrecadores – Exercício Anterior	400,00
Incorporações de Obrigações	9.607,70
<b>TOTAL</b>	<b>121.511.112.139,05</b>
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA</b>	
Resultado Positivo da Execução Orçamentária	108.141.216,19
Resultado Positivo Independente da Execução Orçamentária	204.187.163,02
<b>RESULTADO PATRIMONIAL - SUPERÁVIT VERIFICADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>312.328.379,21</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado - 2012 (Anexo 15)

Nota: Incorporação de Saldos, passivos de R\$ 3.536.878,23, representa Incorporação do saldo financeiro –Amazonprev.

## 7. PATRIMÔNIO DO ESTADO

No decorrer dos anos, o Governo do Estado ainda não aprimorou o controle do patrimônio da administração pública para a devida atualização dos registros, considerando que os Bens Móveis e Imóveis foram registrados pelos valores correntes, à época de sua aquisição ou construção. Daí se entende, que o valor do Imobilizado, apresentado no Balanço Patrimonial, na ordem de R\$ 5.919.702.259,79, não reflete a realidade. Exemplo disso é o Patrimônio Permanente do Estado, que está demonstrado somente pelo valor histórico, às fls. 590/591, apresentando a cifra de R\$ 6.464.156.279,92, dividido em:

<b>ATIVO PERMANENTE DO EXERCÍCIO</b>				
<b>Especificação</b>	<b>2012 (R\$)</b>	<b>2013 (R\$)</b>	<b>Acréscimo (R\$)</b>	<b>%</b>
Investimentos (Ações)	461.061.071,75	544.454.020,13	83.392.948,38	8,09
Imobilizado (Bens Móveis e Imóveis)	4.975.025.485,78	5.919.702.259,79	944.676.774,01	8,99
<b>TOTAL</b>	<b>5.436.086.557,53</b>	<b>6.464.156.279,92</b>	<b>1.028.069722,39</b>	<b>8,91</b>

Fonte : Balanço Patrimonial/2013

De acordo como o Balanço Patrimonial apresentado em 31/12/2013, o Ativo permanente totalizou R\$ 6.464.156.279,92, resultante dos investimentos (participações societárias e capital de empresas) e imobilizado (aquisição de bens tangíveis tais como: máquinas, equipamentos, edifícios, terrenos, obras e outros).

Segundo o item 4.5 do Relatório do Balanço Geral da Contas do Governador, está registrado que a depreciação dos Bens Móveis no exercício de 2013 foi implementada observando a NBC T 16.9



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

- Depreciação, Amortização e Exaustão, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/08 e a macrofunção 020330, emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, adotada pelo Estado como metodologia de cálculo seguindo o método linear de cotas constantes que considera a Vida Útil e Valor Residual de cada bem. Na Fundação AMAZONPREV, a depreciação dos Bens Móveis segue o método de taxas fiscais (Tabela da Receita Federal) e, para os Bens Imóveis, a metodologia linear de cotas definida pelo Ministério da Previdência Social.

O procedimento foi aplicado inicialmente na Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ para os Bens Móveis adquiridos e/ou incorporados a partir de 2010 foram incluídas no processo 23 (Vinte e três) Unidades Gestoras até o exercício de 2013 totalizando uma depreciação acumulada de R\$ 6 milhões, conforme demonstrados na tabela abaixo:

<b>Demonstrativo de Depreciação de Bens Móveis e Imóveis</b>		<b>R\$ Mil</b>
<b>Depreciação</b>	<b>Depreciação Acumulada - 2012</b>	<b>Depreciação Acumulada - 2013</b>
Bens Móveis	4.111	5.998
Bens Imóveis	244	491
<b>Total</b>	<b>4.355</b>	<b>6.489</b>

Fonte : Balanço Geral do Estado - 2013

## 8. PROGRAMAS DE GOVERNO

O Programa de Governo consiste em um instrumento capaz de organizar determinada ação governamental, a fim de que se concretizem os objetivos pretendidos, mediante a mensuração por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual. A Lei nº 3.778, de 18/07/2012 (LDO), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013, determina as metas e prioridades da Administração Pública Estadual, de forma regionalizada, compatíveis com o Plano Plurianual do Estado do Amazonas, aprovado pela Lei nº 3.696, de 23/12/2011, para o quadriênio 2012/2015.

De acordo com dados levantados junto aos relatórios emitidos pelo Sistema de Auditoria Financeira Integrada-AFI/SEFAZ, o quadro abaixo espelha o orçamento e a execução dos Programas de Governo contidos no Plano Plurianual - PPA 2012/2015, (Lei 3.696, de 23/12/2011) e as alterações introduzidas pela Lei 3.844, de 21/12/2012 para o exercício financeiro de 2013, destacando as **metas** e **prioridades** da Administração Pública do Estado do Amazonas, expresso no art. 2º da Lei nº 3.778, de 18/07/2012-LDO e sua execução até 31/12/2013.

Nº	PROGRAMAS	Previsto - PPA 2012/2015 Lei 3.696/2011 (a)	Alteração - PPA 2012/2015 Lei 3.844/2012 (b)	Empenhado Até 31/12/2013 (c)	% c/b
01	0001 - PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO Órgão Responsável: Governo do Estado do Amazonas Órgãos Participantes: AMAZONPREV, GOVERNO-AM, PGJ, FUNDPGE, CASA CIVIL, SEGOV, PGE, OGE, AGECON, ERGSP, FES, SEPROR, IDAM, ITEAM, SEC, SEJUS, COMPAJ, CPDRVP, PFM, HCTP, CAM, SEXAD, PROCON, SSP, PCAM, CBMAM, DETRAN, DPE, SEINFRA, UGPI, ARSAM, SUHAB, SNPH, CASA MILITAR, CGE, CGL, SRMM, SERGB, UGP COPA, IMPEAM, FUNTEC, GVG, SEAD, SEFAZ, SEPLAN, JUCEA, IPEM-AM, SETRAB, SEJEL, FVO, SEDUC, FEICMEB, SDS, IPAAM, SEAS, SECT, CETAM, UEA, FAPEAM, SEARP, SEIND, SEMGRH, SEPED, ADAF. Objetivo: Prover os Órgãos da Administração Estadual dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos. / Público-alvo: Órgãos do Governo do Estado.	15.463.437.473,00	15.801.380.859,00	4.135.425.963,42	26,17





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Continua

Nº	PROGRAMAS	Previsto - PPA 2012/2015 Lei 3.696/2011 (a)	Alteração - PPA 2012/2015 Lei 3.844/2012 (b)	Empenhado Até 31/12/2013 (c)	% c/b
02	0002 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO ESTADO Órgão Responsável: Governo do Estado do Amazonas. Órgãos Participantes: AMAZONPREV, GOVERNO-AM, ALE, TCE, PGJ, TJ. Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos do Estado, seus pensionistas e dependentes. Público-alvo: Servidores Públicos Estaduais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.	836.310.047,00	3.763.643.231,00	1.225.091.648,71	32,55
03	0003 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS Órgão Responsável: Governo do Estado do Amazonas Órgãos Participantes: AMAZONPREV, GOVERNO-AM, ALE, TCE, PGJ, TJ, FES, IDAM, ITEAM, DETRAN, SEINFRA, ARSAM, SUHAB, SNPH, IMPEAM, FUNTEC, SEFAZ-EG, SEPLAN, JUCEA, IPEM-AM, FVO.SDS, IPAAM, CETAM, UEA, FAPEAM, ADAF. Objetivo: Realizar o pagamento de sentenças judiciais. / Público-alvo: Credores do Estado.	43.299.721,00	94.135.911,00	31.512.097,39	33,48
04	0004 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÃO) Órgão Responsável: Governo do Estado do Amazonas Órgãos Participantes: GOVERNO-AM, SUHAB, SEFAZ-EG. Objetivo: Cumprir obrigações com o pagamento da dívida interna e externa. / Público-alvo: Credores Especiais.	3.562.410.050,00	3.472.235.050,00	564.597.904,47	16,26
05	0025 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA ESTADUAL Órgão Responsável: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Órgãos Participantes: TJ, FUNETJ, FUNJEAM. Objetivo: Garantir ao cidadão amazonense pleno exercício do direito por meio dos serviços jurisdicionais. Público-alvo: População do Estado do Amazonas.	1.490.579.326,00	1.504.894.426,00	412.483.247,99	27,41
06	0056 - CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS Órgão Responsável: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas Órgãos Participantes: TCE. Objetivo: Exercer as atribuições constitucionais de fiscalização dos gastos públicos, visando a assegurar a boa e regular aplicação dos recursos que a sociedade coloca à disposição do Estado. Público-alvo: Órgãos públicos da esfera Estadual e Municipal sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado.	563.442.595,00	584.005.261,00	125.857.425,84	21,55
07	1408 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DAS EMPRESAS ESTATAIS Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Planej. e Desenv. Econômico Participantes: SEINFRA, SEPLAN, SDS. Objetivo: Transferir recursos que não irão compor a participação societária do Governo do Estado nas empresas estatais. Público-alvo: Empresas Estatais.	45.658.963,00	38.350.358,00	28.443.641,34	74,17
08	2003 - AMAZONAS CULTURAL Órgãos Responsável: Secretaria de Estado da Cultura Órgão Participante: SEC. Objetivo: Promover o resgate e a preservação da identidade cultural do Estado do Amazonas bem como a restauração, preservação, conservação e defesa do patrimônio histórico, arquitetônico, documental e da cultura popular. Público-alvo: Artistas, intelectuais, pesquisadores, estudantes, técnicos ligados à área cultural, prestadores de serviços de apoio e visitantes.	277.862.613,00	-	178.833.664,08	64,36
09	3006 - AMAZONAS INDÍGENA Órgão Responsável: Secretaria de Estado para os Povos Indígenas Órgãos Participantes: SEC, SEIND. Objetivo: Promover, incentivar e disseminar o etno desenvolvimento dos povos indígenas do Amazonas. Público-alvo: População indígena do Estado do Amazonas.	10.785.047,00	12.268.090,00	1.007.647,32	8,21
10	3074 - DEFESA JURÍDICA DO ESTADO Órgão Responsável: Governadoria Órgão Participante: FUNDPGE, PGE. Objetivo: Garantir a defesa judicial e extrajudicial dos interesses estatais. Público-alvo: Entes da administração Direta, Autárquica e Fundacional do Governo do Estado do Amazonas.	1.322.940,00	2.013.680,00	967.042,42	48,02
11	3127 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Política Fundiária Órgãos Participantes: SPFI, ITEAM. Objetivo: Planejar, monitorar e avaliar a implementação da política de gestão territorial: criar assentamentos e promover a reg. fundiária. Público-alvo: Administração pública e parceiros de programas e projetos de desenv. territorial; famílias carentes e/ou sob risco social; ocupantes de terras públicas ou privadas em geral.	11.673.921,00	19.238.921,00	55.274.187,69	287,30
12	3135 - PROJETO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DO AM. - Z. FRANCA Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Órgãos Participantes: SEGOV, SEPLAN, AFEAM, CIAMA, SEDUC, SDS, ADS, SEARP. Objetivo: Executar políticas regionais integradas para reverter diversos aspectos negativos que interferem na melhoria das condições de vida da população do Estado. / Público-alvo: População do Estado do Amazonas.	704.165.493,00	637.926.774,00	91.889.849,79	14,40
13	3166 - PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Infraestrutura Órgãos Participantes: SEINFRA, UGPI, FEH, IPAAM, Objetivo: Melhorar as condições de moradia da população residente na área do entorno dos igarapés de Manaus. Público-alvo: População residente na área do entorno dos igarapés de Manaus.	808.995.512,00	889.369.512,00	371.549.176,81	41,78
14	3168 - CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Administração e Gestão Órgãos Participantes: SEGOV, AGECOM, SEPROR, IDAM, SPFI, ITEAM, SEC, SSP, SEINFRA, UGPI, SUHAB, CGE, CGL, SRMM, GVG, SEAD, SEFAZ, FFMF, SEPLAN, SEJEL, FVO, SDS, IPAAM, SEIND. Objetivo: Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Governo do Estado com a capacitação e valorização de seus servidores. / Público-alvo: Servidor público estadual.	8.139.561,00	7.627.038,00	884.839,54	11,60
15	3170 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: GERENCIAMENTO DOS ENCARGOS GERAIS DO ESTADO Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Fazenda Órgãos Participantes: SEFAZ-EG. Objetivo: Realizar transferência de recursos, restituições e indenizações. / Público-alvo: Credores Governo do Estado.	3.433.450.916,00	547.798.016,00	102.867.417,12	18,78
16	3172 - AMAZONAS EMPREENDEDOR Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Trabalho Órgãos Participantes: JUCEA, AFEAM, SETRAB. Objetivo: Estimular o empreendedorismo através da geração de novas oportunidades de ocupações produtivas, apoiando micro e pequeno empresário, suas cooperativas e formas associativas de produção, bem como oportunizar emprego e trabalho à população economicamente ativa, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no Amazonas Público-alvo: Micro e pequenos empresários, cooperativas e artesãos, inclusive a população economicamente ativa do Est.	206.653.310,00	193.703.310,00	6.795.725,52	3,51



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Continua

Nº	PROGRAMAS	Previsto - PPA 2012/2015 Lei 3.696/2011 (a)	Alteração - PPA 2012/2015 Lei 3.844/2012 (b)	Empenhado Até 31/12/2013 (c)	% c/b
17	3179 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Fazenda Órgãos Participantes: SEFAZ-EG. Objetivo: Realizar transferências constitucionais legais para os municípios. / Público-alvo: Prefeituras Municipais.	7.803.279.432,00	7.867.012.432,00	2.053.642.283,43	26,10
18	3192 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Administração e Gestão Órgãos Participantes: SEAD. Objetivo: Conceder pagamento de auxílio-funeral à família do servidor falecido na atividade, ou ainda a terceiros para custear despesas com funeral. Público-alvo: Família do servidor falecido na atividade, aposentado, ou ainda a terceiros para custear despesas com funeral.	2.566.915,00	-	0,00	0,00
19	3198 - HABITAÇÃO Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Infraestrutura Órgãos Participantes: SEINFRA, SUHAB. Objetivo: Reduzir o déficit habitacional no Estado do Amazonas e oferecer condições dignas de moradia para a população de baixa renda e sob risco social. Público-alvo: População de baixa renda e sob o risco social, e servidores públicos.	375.013.958,00	322.257.958,00	62.666.113,83	19,45
20	3214 - DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS Órgão Responsável: GOVERNADORIA Órgãos Participantes: SEINFRA, SRMM, FRMM Objetivo: Realizar o Planejamento Integrado e contribuir para o Desenv. Econômico e Social da Região Metropolitana de Manaus, pautado pela sustentabilidade ambiental. Público-alvo: População dos municípios que integram a Região Metropolitana e grupos empresariais.	251.755.503,00	246.635.053,00	207.374.703,06	84,08
21	3223 - MANAUS 2014 - A COPA DA AMAZÔNIA Órgão Responsável: GOVERNADORIA Órgãos Participantes: FES, IDAM, SEC, SSP, PCAM, PMAM, CBMAM, SUBCOMANDEC, DETRAN, SEINFRA, SRMM, UGP COPA, FRMM, SEPLAN, SEJEL, FVO, FEAS. Objetivo: Promover ações que possibilitem a realização da COPA 2014, na cidade de Manaus, com base nos requerimentos estabelecidos pela FIFA (Federation International de Football Association) e CBF (Confederação Brasileira de Futebol), contemplando os aspectos de infraestrutura, segurança física e lógica, tecnologia da informação, controle e monitoramento, sustentabilidade, acessibilidade, entre outros. / Público-alvo: População em geral.	1.013.947.876,00	960.829.710,00	499.447.381,63	51,98
22	3227 - GESTÃO DOS REC. MINERAIS, ÓLEO E GÁS, DA GEODIVERSIDADE E DOS RECURSOS HÍDRICOS Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos Órgãos Participantes: CIGAS, SEMGRH. Objetivo: Promover, estabelecer e implementar a política estadual de Mineração, de Óleo e Gás, da Geodiversidade e dos Recursos Hídricos. Público Alvo: Produtores rurais, extrativistas, populações indígenas e tradicionais, ribeirinhos, empresários, empreendedores, investidores, associações, cooperativas, instituições governamentais, pesquisadores, ONGs e sociedade em geral.	65.312.905,00	192.303.238,00	411.321,41	0,21
23	3229 - GESTÃO E SERVIÇOS AO ESTADO Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenv. Econômico Órgãos Participantes: FUNDPGE, CASA CIVIL, SEGOV, AGECON, IDAM, SEINFRA, ARSAM, SUHAB, SNPH, CASA MILITAR, CGE, CGL, SERGB, IMPEAM, SEAD, SEFAZ, FFMF, SEPLAN, IPAM-AM, PRODAM, AMAZONASTUR. Objetivo: Realizar a gestão dos serv. ofertados pelo Estado, visando à melhoria na capacidade de gestão a planejamento do mesmo, a fim de assegurar eficiência, eficácia e transparência nas ações públicas. Público-alvo: Órgão da Administração Pública Estadual, seus poderes e, consequentemente a sociedade amazonense.	828.368.014,00	894.840.079,00	285.007.676,23	31,85
24	3231 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO SUS Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde Órgãos Participante: FUAM, FES Objetivo: Promover o fortalecimento e a consolidação do SUS/AM; fortalecer a participação e o controle social em processo de gestão; capacitar recursos humanos; desenvolver ações de planejamento, controle e avaliação, auditoria, ouvidoria e assessorar os municípios em ações relacionadas a gestão. Público-Alvo: População usuária do SUS no Estado do Amazonas	8.839.199,00	20.778.448,00	6.457.208,01	31,08
25	3234 - DESENVOLVIMENTO E GARANTIA DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça Órgãos Participantes: PGJ, FAMP Objetivo: Dotar a instituição dos recursos humanos, estrutura física e organizacional, a fim de garantir a efetiva defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Público-alvo: Procuradoria-Geral da Justiça, Membros, Servidores e Sociedade do Estado do Amazonas.	137.410.518,00	126.885.018,00	17.333.833,89	13,66
26	3235 - AMAZONAS SOCIAL Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania Órgãos Participantes: OGE, FPS, SEPLAN, SEJEL, SEDUC, SEAS, FEAS, FECA, SEARP, SEPED Objetivo: Promover à redução da pobreza, a inclusão social e a promoção da cidadania, tendo como base a emancipação da família articulando todos os atores sociais públicos e privados. Público-Alvo: Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos (famílias e indivíduos).	394.154.981,00	476.245.672,00	138.387.060,27	29,06
27	3237 - GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania Órgãos Participantes: SEAS, FEAS, SEPED Objetivo: Assegurar a Gestão da Assistência Social como Política Pública amplamente consolidada e compartilhada, com vistas a prover maior eficácia e efetividade nas atuações específicas e Intersectoriais, em prol da garantia de direitos e cidadania aos usuários da Rede de Atendimento Sócio assistencial. Público-Alvo: Gestores Estaduais e Municipais, Conselheiros, Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social e usuários da Rede Estadual de Serviços Socioassistenciais.	7.412.560,00	7.958.560,00	4.144.941,16	52,08
28	3238 - POLÍTICA E GESTÃO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO AMAZONAS Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Inovação Órgãos Participantes: SECT Objetivo: Criar políticas públicas voltadas ao fornecimento do sistema local de ciência, tecnologia e inovação do Estado e planejamento, implantação, avaliação e controle dos programas e ações desta área voltados ao desenvolvimento socioeconômico regional. Público-alvo: Sistema Estadual de Ciências e Tecnologia e Inovação Tecnológica-CT&I, órgãos da administração pública estadual e setor produtivo/empresarial.	2.547.014,00	2.787.302,00	184.347,61	6,61
29	3239 - AMAZONAS 2020 Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Infraestrutura. Órgãos Participantes: DETRAN, SEINFRA, ARSAM, SNPH, COSAMA. Objetivo: Preparar o Estado do Amazonas para atingir o ano de 2020 com avanços Sociais e Estruturais apropriados ao desenvolvimento econômico e qualidade de vida da Sociedade. / Público-alvo: População do Estado do Amazonas.	1.690.172.806,00	1.696.916.010,00	670.406.480,14	39,51



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Continua

Nº	PROGRAMAS	Previsto - PPA 2012/2015 Lei 3.696/2011 (a)	Alteração - PPA 2012/2015 Lei 3.844/2012 (b)	Empenhado Até 31/12/2013 (c)	% c/b
30	3242 - ELIMINAÇÃO DA HANSENIASE E TRATAMENTO DAS DOENÇAS DERMATOLÓGICAS E DST/HIV Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde Órgãos Participantes: FUAM, FES Objetivo: Diagnosticar e tratar com a máxima resolutividade as doenças dermatológicas e sexualmente transmissíveis, bem como coordenar as ações para a eliminação da hanseníase no Estado do Amazonas. Público-Alvo: Pessoas com Hanseníase, doenças dermatológicas e doenças sexualmente transmissíveis.	436.815,00	2.938.411,00	617.920,47	21,03
31	3243 - ASSISTÊNCIA A PACIENTE PORTADORES DE DOENÇAS TROPICAIS E INFECCIOSAS Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde Órgãos Participantes: FMT, FES. Objetivo: Promover atendimento aos pacientes do Estado do Amazonas acometidos por doenças tropicais e infecciosas. / Público-alvo: População do Estado do Amazonas.	32.988.926,00	45.381.175,00	13.556.915,30	29,87
32	3244 - FOMENTO E APOIO À INICIATIVA DE PESQUISAS CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E INOVAÇÃO NO ESTADO DO AMAPAZ Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia Órgão Participante: FAPEAM Objetivo: Fomentar e apoiar processos de desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, por meio de ações e projetos voltados para o custeio e investimento da pesquisa, formação de recursos humanos, inovação no setor produtivo, melhoria de infraestrutura, divisão do conhecimento científico tecnológico e intercâmbio de cooperação nacional e internacional, que atendam áreas de interesse estratégico para o desenvolvimento do Estado do Amapaz. Público-alvo: Estudantes; Pesquisadores; Escolas de Ensino Fundamental e Médio; Instituições de Ensino Superior; Institutos de Pesquisa; Tecnologia e Inovação; Cooperativas e Associações; Setor Produtivo; Organizações Governamentais e Não-Governamentais do Estado do Amapaz e Parceiros Nacionais e Internacionais.	383.547.912,00	384.134.165,00	67.240.579,22	17,50
33	3246 - EDUCAÇÃO SUPERIOR Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Inovação Órgão participante: UEA Objetivo: Formar profissionais de ensino superior em todas as áreas do conhecimento puro e aplicado e atuar como núcleo de inteligência geradora da política desenvolvimentista do Estado. Público-alvo: Comunidade amazônica que busque os ensinamentos e conhecimentos oferecidos pela UEA.	770.603.156,00	745.561.956,00	140.002.553,29	18,78
34	3247 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos Órgãos Participantes: SEJUS, PROCON, FUNDECON, FEAD Objetivo: Exercer a competência legal atribuída ao Estado, para assegurar a promoção de ações de políticas pub. de Direito Humanos, de defesa do Cons. e de Tratamento e Reinserção Social dos presos. Público-Alvo: Presos, população economicamente carente, consumidores e sociedade em geral.	4.440.024,00	5.814.024,00	2.545.688,57	43,79
35	3248 - MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Órgão Responsável: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Órgãos Participantes: SDS, IPAAM, FEMA. Objetivo: Formular, coordenar e articular a política estadual de meio ambiente e desenv. sustentável do Estado do Amazonas. Público-alvo: Produtores florestais e extrativistas, populações tradicionais, ribeirinhos, empresários, empreendedores, associações, cooperativas, instituições governamentais, ONGs, e sociedade em geral.	78.553.683,00	95.804.393,00	40.433.054,62	42,20
36	3249 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLOGIA Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia e Inovação Órgão Participante: CETAM Objetivo: Promover a oferta de Educação Profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico, e de inclusão digital, com o intuito de elevar a empregabilidade e renda dos cidadãos nos vários segmentos do Estado do Amazonas. Promover estudos, projetos, pesquisa aplicada, bens e serviços de natureza técnica, dentre os quais concursos e processos seletivos em função das demandas sociais relacionadas à atividade interna da instituição e de instituições públicas e privadas. Público-alvo: População do Estado do Amazonas.	200.502.127,00	199.139.627,00	49.059.957,86	24,64
37	3256 - HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Saúde Órgãos Participante: HEMOAM, FES Objetivo: Garantir a execução das políticas públicas relacionadas à Hemoterapia e Hematologia, por meio da obtenção de autossuficiência na distribuição de sangue e seus produtos com qualidade e segurança transfusional, Descentralizar o diagnóstico e tratamentos das doenças hematológicas benignas para a rede básica e para o interior do Estado. Fortalecer a política de treinamento em recursos visando ao desenvolvimento técnico-científico e da gestão administrativa institucional contribuindo para a execução adequada e eficiente dos recursos público destinados a saúde. Desenvolver o ensino e a pesquisa com foco em linhas de pesquisa voltadas a Hematologia, Hemoterapia e Gestão. Público-Alvo: População do Estado do Amazonas.	26.115.133,00	26.804.760,00	8.963.486,65	33,44
38	3257 - TELECOMUNICAÇÃO E RADIODIFUSÃO PARA CULTURA E ENSINO A DISTÂNCIA Órgão Responsável: Governadoria Órgão Participante: FUNTEC Objetivo: Modernizar e expandir a Televisão e Rádio Cultura do Amazonas, de forma a torná-la o principal meio de difusão de eventos culturais e informações de interesse público; Implantar plataforma tecnológica de educação e de medicina a distância. Público-Alvo: A Sociedade em geral	11.099.417,00	11.531.517,00	1.385.132,88	12,01
39	3258 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde. Órgão Participante: FES Objetivo: Reestruturar a Assistência Farmacêutica e garantir a população o acesso à assistência farmacêutica nos diversos níveis da atenção à saúde, observando as especificidades e as prioridades regionais definidas nas instâncias gestoras do SUS e adotando medidas que favoreçam a redução dos custos e dos preços. Público-alvo: População usuários do SUS do Estado.	693.943.154,00	678.242.055,00	224.456.503,86	33,09
40	3259 - GESTÃO ADMINISTRATIVA FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA Órgão responsável: Secretaria de Estado da Fazenda Órgãos Participantes: SEFAZ, FFMF. Objetivo: Realizar a arrecadação dos tributos estaduais de forma eficiente e eficaz, desenvolvendo processos de inovação que assegurem a maximização da receita do Estado, bem como gerenciar os recursos orçamentários e financeiros, buscando o equilíbrio das contas públicas, normalizando e efetuando a contabilidade geral do Estado. Público-alvo: Contribuintes, órgãos da adm. pública estadual, seus poderes e, consequentemente, a sociedade amazonense.	43.246.857,00	46.287.111,00	6.919.175,41	14,95
41	3260 - SISTEMA PENITENCIÁRIO Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos Órgãos Participantes: SEJUS, COMPAJ, CPDRVP, PFM, CHTP, CAM, SEXAD, FUPEAM Objetivo: Prover as unidades prisionais de condições físicas estruturais adequadas ao custodiamento dos internos do sistema penitenciário reintegrando o apenado judicial ao convívio social, utilizando e aplicando os recursos jurídicos, laborais, educativos e profissionalizantes, direcionada às condições de cada regime de pena. Público-Alvo: População carcerária	41.380.244,00	38.884.044,00	23.245.569,63	59,78



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Continua

Nº	PROGRAMAS	Previsto - PPA 2012/2015 Lei 3.696/2011 (a)	Alteração - PPA 2012/2015 Lei 3.844/2012 (b)	Empenhado Até 31/12/2013 (c)	% c/b
42	3261 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE ONCOLÓGICA Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Saúde Órgãos Participantes: FES, FCECON. Objetivo: Diminuir a incidência e a mortalidade de pessoas com câncer no Estado do Amazonas. Público-alvo: População do Estado do Amazonas.	9.959.674,00	31.898.493,00	8.433.497,05	26,44
43	3262 - RONDA NO BAIRRO Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Segurança Pública Órgãos Participantes: SSP, PCAM, PMAM, CBMAM, SEARP Objetivo: Implantar uma política de segurança pública com foco no cidadão, aperfeiçoando a prevenção e a repressão qualificada nas condutas ofensivas à sociedade através da compatibilização territorial de atuação, integração, modernização organizacional e tecnologia, construção e reforma de infraestrutura, reaparelhamento, interação, inclusão e capacitação de recursos humanos, desenvolvimento de metodologia de policiamento comunitário, bem como ações estratégicas dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Amazonas. Público-Alvo: Instituições do Sistema de Segurança e a sociedade amazonense.	109.884.360,00	158.986.000,00	115.168.498,30	72,44
44	3263 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Segurança Pública Órgãos Participantes: SSP, PCAM, PMAM, CBMAM, DETRAN Objetivo: Promover o gerenciamento da segurança por meio das técnicas de gestão, seguindo uma perspectiva democrática e cidadã, e com rigorosa observância dos direitos humanos, contribuindo com a melhoria e o avanço das atividades de Segurança Pública. / Público-Alvo: Instituições do Sistema de Segurança Pública	211.360.115,00	176.132.885,00	68.863.274,87	39,10
45	3264 - ATUAÇÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Segurança Pública Órgãos Participantes: SSP, PCAM, PMAM, CBMAM, SUBCOMANDEC, DETRAN, FRAI Objetivo: Integrar as ações das atividades desenvolvidas pelo sistema de Segurança Pública, com vistas à promoção da melhoria na qualidade de vida da população do Estado do Amazonas. Público-Alvo: Instituições do Sistema de Segurança Pública	142.142.990,00	160.576.667,00	67.309.977,93	41,92
46	3266 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos Órgãos Participantes: SEJUS, COMPAJ, CPDRVP, PFM, HCTP, CAM, SEXAD Objetivo: Melhorar a resolutividade e ampliar a cobertura da assistência ambulatorial e hospitalar no Estado. Público-Alvo: População carcerária	208.019.576,00	225.404.776,00	120.996.968,18	53,68
47	3267 - INVESTIMENTO EM SAÚDE Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Saúde Órgãos Participantes: HEMOAM, FUAM, FHAJ, FVS, FES, FCECON Objetivo: Melhorar a resolutividade e ampliar a cobertura da assistência ambulatorial e hospitalar no Estado. Público-Alvo: População atendida no Estado.	208.305.336,00	234.590.417,00	174.691.236,17	74,47
48	3269 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DA DEFESA E DA CIDADANIA Órgão Responsável: Defensoria Pública do Estado do Amazonas Órgãos Participantes: DPE, FDPE Objetivo: Assegurar assistência Jurídica e extrajudicial, integral e gratuita, ao cidadão juridicamente necessitado do Estado do Amazonas. Público-Alvo: População do Estado.	18.441.402,00	17.616.798,00	6.325.451,05	35,91
49	3271 - MAIS JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer Órgãos Participantes: SEJEL, FVO Objetivo: Estimular o desenvolvimento e a prática do esporte e do lazer no Estado do Amazonas. Público-Alvo: Atletas de base, atletas e para-atletas de profissionais, estudantes, portadores de necessidades especiais, idosos, grupo de etnias e a comunidade em geral.	49.900.275,00	62.490.919,00	48.530.407,89	77,66
50	3274 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde Órgãos Participantes: FVS, FES Objetivo: Buscar a melhoria da qualidade de vida da população do Estado do Amazonas, por meio da promoção e proteção à saúde, mediante ações integradas das vigilâncias epidemiológica, sanitária, ambiental e laboratorial, bem como o controle de doenças e agravos, incluindo educação, capacitação, pesquisa e ações interinstitucionais. Público-Alvo: População do Estado do Amazonas	50.788.972,00	51.098.273,00	22.825.085,13	44,67
51	3275 - ATENÇÃO EM TRAUMATO-ORTOPEDIA E OUTRAS ESPECIALIDADES Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde Órgão Participante: FES Objetivo: Promover assistência no âmbito da saúde, com ênfase em Traumatologia-Ortopedia, Fisioterapia, ao Ensino e Pesquisa, nas áreas Clínicas, Cirúrgicas e de Apoio ao Diagnóstico. Público-Alvo: População usuária do Sistema Único de Saúde(SUS), oriundos de demanda espontânea e referenciada.	22.332.155,00	25.840.452,00	9.724.689,51	37,63
52	3276 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO Órgão Responsável: Secretaria do Estado de Saúde Órgão Participante: FES Objetivo: Garantir o atendimento de média e alta complexidade na assistência à saúde para a população do Estado do Amazonas em nível ambulatorial, internação hospitalar, apoio diagnóstico e terapêutico. Público-Alvo: População do Estado do Amazonas	2.759.715.044,00	2.580.623.026,00	915.287.223,60	35,47
53	3277 - AMAZONAS RURAL Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Produção Rural Órgãos Participantes: SEPROR, IDAM, ITEAM, ADAF Objetivo: Fomentar melhores condições de vida aos homens e mulheres do campo, com a criação de novas oportunidades de trabalho e renda, mediante arranjos produtivos sustentáveis, assegurando condições necessárias à produção e seu escoamento, comercialização, agregação de valor aos produtos da agricultura familiar. Prestar serviços de assistência técnica, extensão rural, florestal e assessoria técnica, social e ambiental para promoção do desenvolvimento rural sustentável. Público-alvo: Agricultores familiares, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, aquicultores, assentados da reforma agrária, indígenas, jovens e mulheres rurais, produtores, criadores e suas organizações.	144.935.213,00	148.900.923,00	100.780.027,60	67,68
54	3278 - PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DO INTERIOR DO AMAZONAS Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Infraestrutura Órgãos Participantes: SEINFRA, FEH Objetivo: Melhorar as condições de moradia e de vida da população residente nas áreas de entorno dos igarapés de todo Estado do Amazonas. Público-alvo: População residente na área do entorno dos igarapés do Interior do Estado do Amazonas.	237.301.000,00	223.071.000,00	607.637,08	0,27



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Continua

Nº	PROGRAMAS	Previsto - PPA 2012/2015 Lei 3.696/2011 (a)	Alteração - PPA 2012/2015 Lei 3.844/2012 (b)	Empenhado Até 31/12/2013 (c)	% c/b
55	3282 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA Órgão Responsável: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Órgão Participante: ALE Objetivo: Desenvolver as atividades legiferantes com efetividade, eficiência, eficácia e transparência, informando e promovendo a participação da sociedade na consolidação de uma legislação clara e uma fiscalização atuante. Público-alvo: População do Estado do Amazonas.	845.731.569,00	839.309.569,00	218.320.394,58	26,01
56	3283 - EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino Órgãos Participantes: SEDUC, FEICMEB Objetivo: Garantir o acesso da população à educação básica de qualidade, respeitando a diversidade. Público-alvo: Alunos, professores, outros profissionais de educação e sociedade civil.	2.087.196.968,00	1.812.434.968,00	450.918.884,37	24,88
57	3284 - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE E GESTÃO DE POLÍTICAS ESTRATÉGICAS E TRANSVERSAIS Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde Órgão Participante: FES Objetivo: Implementar a Política de Atenção Primária em Saúde, priorizando a Estratégia Saúde da Família como estratégia prioritária da organização da atenção à saúde, e ainda, coordenar e monitorar o processo de operacionalização das políticas Estratégicas e Transversais do SUS no âmbito do Estado, com vistas a ampliação do acesso equitativo e humanizado aos serviços de saúde a partir da Atenção Primária. Público-Alvo: Usuário do SUS no Estado do Amazonas	8.552.101,00	11.000.647,00	1.308.783,75	11,90
58	3285 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino Órgãos Participantes: SEDUC Objetivo: Prover os Órgão de recursos financeiros e administrativos para a manutenção da educação básica. Público-alvo: Alunos professores e demais servidores da área de Educação.	1.086.879.180,00	734.585.585,00	340.011.782,10	46,29
59	3286 - AMAZONAS SAÚDE ITINERANTE Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Saúde Órgão Participante: FES Objetivo: Atender demanda de cirurgia e consultas especializadas no interior Público-Alvo: População usuária do SUS no Estado do Amazonas.	9.882.240,00	21.688.627,00	8.648.366,66	35,45
60	3287 - PROGRAMA DE APOIO GESTÃO DA FUNDAÇÃO AMAZONPREV Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Administração e Gestão Órgãos Participantes: ALE, SEAD Objetivo: Promover a sustentabilidade orçamentária da Gestão Fundação Amazonprev Público-Alvo: Agentes Públicos	0,00	94.234.063,00	33.402.370,69	35,45
61	9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA Órgão Responsável: Reserva de Contingência. Órgão Participante: RESERVA. Objetivo: Garantir os valores legais destinados à Reserva de Contingência. Público-alvo: Órgão do Governo do Estado.	1.198.938.613,00	1.892.913.693,00	0,00	0,00
<b>T O T A L</b>		51.746.093.400,00	52.167.960.936,00	14.569.525.924,39	27,78

FONTE: PPA 2012/2015/Sistema AFI/SEFAZ: Rel - Anexo - 07

No exercício sob análise, destacamos os **Programa 3214 – DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS** (Público-Alvo: População dos Municípios que integram a Região Metropolitana e Grupos Empresariais; **Programas 3271 – MAIS JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER** (Público-Alvo: Atletas de base, atletas e para-atletas de profissionais, estudantes, portadores de necessidades especiais, idosos, grupo de etnias e a comunidade em geral); **Programas 3267 – INVESTIMENTO EM SAÚDE** (Público-Alvo: População atendida no Estado); e **3262 - RONDA NO BAIRRO** (Público-Alvo: Instituições do Sistema de Segurança e a Sociedade Amazonense), cuja execução alcançou índice de aplicabilidade no percentual de **84,08%, 77,66, 74,47 e 72,44%** dos valores revisados no **PPA-2012/2015** (Lei nº 3.844/2012), no montante de **R\$ 246.635.053,00; R\$ 62.490.919,00; R\$ 234.590.417,00 e R\$ 158.986.000,00**, respectivamente, enquanto, que os Programas de Governo **0001 - APOIO ADMINISTRATIVO** e **0002 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO ESTADO** (Público-Alvo: Órgãos do Governo e Servidores Públicos Estaduais Efetivos, Inativos e Pensionistas) tiveram índice de aplicação nos percentuais de **23,58% e 28,87%**, fato que os caracterizam como os programas mais executados pelo volume de recursos empregados no exercício de 2013, na ordem de **R\$ 4.135.425.963,42 e R\$ 1.225.091.648,71**, respectivamente.





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Por outro lado, destaque negativo para os **Programas 3227 - GESTÃO DOS RECURSOS MINERAIS, ÓLEO E GÁS, DA GEODIVERSIDADE E DOS RECURSOS HÍDRICOS** e **3278 - PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DO INTERIOR DO AMAZONAS** que apresentam baixos índices de aplicabilidade, na ordem respectiva de **0,21%** e **0,27%**, a despeito de seu grau de importância para o interior do Estado do Amazonas.

É de singular importância registrar que apenas o **Programa 3192 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**, de responsabilidade da Secretaria de Estado de Administração e Gestão-SEAD, previsto no PPA para o quadriênio de 2012/2015, na ordem de **R\$ 2.566.915,00**, tendo como objeto conceder pagamento de auxílio funeral à família de servidor falecido na atividade, ou ainda a terceiros para custear despesas com funeral, não apresenta registro de aplicação de recursos no decorrer do exercício de 2013.

Na sequência, apresentar-se-á uma síntese do desempenho dos principais programas executados pelo Governo do Amazonas, de acordo com as metas e prioridades estabelecidas pela Administração Pública do Estado no Anexo IX, da Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei nº3.845/2012).

## **ÁREA TEMÁTICA - EDUCAÇÃO**

Para melhor entendimento dos programas e das ações realizadas na área de Educação, foi encaminhado Ofício nº 07/2014-CONGOV/TCE à Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino, solicitando informações acerca do resultado alcançado na execução dos Programas 3283 - Educação Básica de Qualidade e 3285 - Gestão e Manutenção da Educação Básica, respondido por meio do Ofício nº 402/2014/GSE-SEDUC.

O Governo do Estado do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC, com o intuito de garantir o acesso da população à Educação Básica de qualidade, de forma igualitária aos municípios do Amazonas, vem trabalhando ações estratégicas da Secretaria, alinhadas aos compromissos do governo.

A SEDUC planeja e implementa políticas públicas de educação, utilizando instrumentos de gestão tais como: Programas, Projetos, Ações e Atividades, de forma integrados e interagidos. Estes estão assim estruturados: Gestão e Manutenção da Educação Básica, Educação Básica de Qualidade, Apoio Administrativo, Projeto de Desenvolvimento Regional do Estado do Amazonas – Zona Franca Verde, como meio de realizar suas atividades, segundo o modelo educacional, inclusivo, democrático e gratuito, conforme o Plano Estadual de Educação, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Com a expansão da oferta e demanda, foi necessária a criação de novas salas de aula do Ensino Presencial com Mediação Tecnológica, tanto na área rural da capital quanto nas áreas rurais dos municípios interioranos, bem como a aquisição e instalação de novas antenas e kits tecnológicos, para atender a capacidade de transmissão de aulas ao vivo, através do **Centro de Mídias de Educação do Amazonas**. Esse modelo de ensino consolida a meta governamental de oportunizar os sonhos pertinentes aos estudantes da Educação Básica, rompendo as peculiaridades geográficas do Amazonas.





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

O **Ensino Presencial com Mediação Tecnológica** atende **2.400 Comunidades**, com **1.800 salas de aula**, totalizando **38.000 vagas**, nos **62 municípios** do Amazonas. Desse total, **29.000 são estudantes do Ensino Médio; 7.000 do Ensino Fundamental e 2.000 estudantes** na modalidade de **Educação de Jovens e Adultos**. Nesse contexto, cumprem-se as diretrizes da inclusão, da permanência e da continuidade dos estudos, assim como a alimentação e o transporte escolar.

As ações educativas do Centro de Mídias de Educação do Amazonas demonstram eficácia, através dos índices educacionais alcançados e do reconhecimento por intermédio de prêmios recebidos como: quatro prêmios e-Learning Brasil (2008/2009/2010/2011); um prêmio de Inclusão Digital, na categoria especial educação da Revista A Rede (2009); outro em Tecnologia Social, da Fundação Banco do Brasil (2011); mais três prêmios internacionais, sendo dois na Espanha, e um no Qatar (2009), na área de inovação tecnológica na Educação e mais dois Prêmios Learning & Performance Brasil 2012/2013.

Em 2013, o Centro de Mídias ampliou e diversificou seu atendimento veiculando as aulas dos Projetos: Oficina Interdisciplinar de Língua Portuguesa e Matemática, intitulada, REVIVER CONHECIMENTOS, 194 turmas, em 50 municípios; Espanhol Básico, 446 turmas em 54 municípios; Aulão para o ENEM, em escolas estaduais da capital e do interior do Estado e o Curso Básico de Libras na capital e em 10 municípios.

Ainda neste ano, a Secretaria Executiva Adjunta do Interior realizou, por meio da plataforma, num processo de videoconferência, as entrevistas para selecionar os gestores que atuam nas escolas estaduais dos seguintes municípios: Benjamin Constant, Borba, Carauari, Eirunepé, Itacoatiara, Japurá, Manicoré, Silves e Tefé. Também, ocorreram transmissões, pela plataforma, de cursos, campanhas, palestras, encontros, cursos de pós graduação, oferecendo oportunidades para outras instituições governamentais.

#### **QUADRO I – SÍNTESE DO Nº DE ALUNOS ATENDIDOS PELO CENTRO DE MÍDIAS**

<b>NÍVEL / MODALIDADE</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
ENSINO MÉDIO	19.151	22.697	29.000
ENSINO FUNDAMENTAL	3.736	5.500	7.000
ED. DE JOVENS E ADULTOS	-	1.204	2.000
<b>TOTAL</b>	<b>22.887</b>	<b>29.401</b>	<b>38.000</b>

#### **RESULTADOS DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA SEDUC GESTÃO E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

As atividades do Programa Gestão e Manutenção da Educação Básica visam oferecer materiais necessários às escolas estaduais para o desenvolvimento de trabalhos educacionais, para garantir a continuidade dos serviços ofertados pela rede. Atualmente são atendidas **568 escolas**, sendo: **117 dos anos iniciais e 58 dos anos finais** do ensino fundamental; **51** do ensino médio; **302** escolas que atendem **todos os níveis de ensino**; **40** Escolas de **Tempo Integral** (**23** na capital e **17** no interior) beneficiando **18.219 alunos** em todo o Estado.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

O Governo do Estado, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tem estabelecido como uma de suas prioridades a ampliação do número de **Escolas de Tempo Integral** com a intenção de melhorar a qualidade do ensino, oportunizando ao aluno sua permanência de tempo na escola, favorecendo seu desenvolvimento integral por meio de reforço acadêmico, bem como de outras tarefas complementares diversificadas.

Em 2013, o referido Programa, atendeu **493.853 alunos** da Rede Estadual de Ensino, sendo beneficiados com a distribuição de livros didáticos, kits escolares, fardamento e merenda escolar para o Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Inclusiva.

O Relatório de Insumos apresenta como resultado os quantitativos necessários ao efetivo funcionamento da rede estadual de ensino (capital e interior), que foram enviados para as escolas em forma de kit conforme o quadro a seguir:

**QUADRO 02 – DISTRIBUIÇÃO DE INSUMOS – 2011 A 2013**

ESPECIFICAÇÃO	2011	2012	2013
<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>			
Alunos beneficiados com refeições nas Escolas de Tempo Integral;	9.050	9.995	13.793
Alunos beneficiados pela Merenda escolar/PREME capital e interior;	178.963	303.075	314.739
Kits escolares para alunos – Ensino Fundamental;	232.735	288.985	281.409
Kits didáticos para professores - Ensino Fundamental;	10.418	10.400	12.408
Distribuição de fardamento para alunos - Ensino Fundamental; (Itens)	-	584.000	562.818
Alunos beneficiados com fardamento escolar - Ensino Fundamental;	-	292.000	281.409
Kits escolares para alunos - Educação Especial;	416	416	458
Kits didáticos para professores - Educação Especial;	69	69	76
Distribuição de fardamento para alunos – Educação Especial; (Itens)	-	832	1.374
Alunos beneficiados com fardamento escolar - Educação Especial;	-	416	458
Kits escolares para alunos - Educação de Jovens e Adultos;	48.020	48.020	52.822
Kits didáticos para professores – Educação de Jovens e Adultos;	1.013	1.013	1.114
Distribuição de fardamento para alunos – Ed. de Jov. e Adultos; (Itens)	-	96.040	105.644
Alunos beneficiados com fardamento escolar – Ed. de Jovens e Adultos;	-	48.020	46.992
Kits de material esportivo para atender escolas;	27.956	20.000	50.201
Distribuição de livros didáticos para aluno da reserva técnica do PNLD	102.383	143.055	109.257
<b>ENSINO MÉDIO</b>			
Alunos beneficiados com refeições nas Escolas de Tempo Integral;	2.545	2.887	5.261
Alunos beneficiados pela Merenda escolar/PREME capital e interior;	93.039	170.383	175.92
Kits escolares para alunos – Ensino Médio	164.000	178.104	95.000
Kits didático para professores – Ensino Médio;	7.406	7.406	8.710
Distribuição de fardamento para alunos - Ensino Médio; (Itens)	-	354.188	190.000
Alunos beneficiados com fardamento escolar – Ensino Médio;	-	177.094	130.591
Distribuição de livros didáticos - Ens. Médio e EJA	128.780	131.854	137.632

Podemos ainda citar a implementação do “**Estudo para a Otimização do Acesso e Atendimento Escolar da Rede Estadual de Ensino**” para 2014, que visa aperfeiçoar o atendimento escolar da rede estadual de ensino, sistematizando o planejamento dos insumos que são oferecidos para os alunos, professores e escolas, a cada ano letivo. Este planejamento teve início no 2º semestre do ano



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

corrente, pelos departamentos responsáveis da distribuição dos insumos. Após a conclusão da estimativa de insumo, elabora-se o relatório e o repassa ao setor competente para aquisição e distribuição desses materiais para o ano letivo posterior. Com este planejamento a SEDUC pretende minimizar as aquisições inadequadas, reduzindo os custos para o atendimento escolar. Com a disposição desses insumos, antes do início de cada ano letivo, objetiva-se o progresso do funcionamento das escolas estaduais do Amazonas e o avanço pela qualidade de ensino oferecido.

No ano de 2013, foram coletadas informações educacionais a respeito de escolas, alunos, docentes e turmas, através do **Censo Escolar da Educação Básica**, que é uma atividade realizada em âmbito nacional pelo Ministério da Educação em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados. O período de coleta foi de 29 de maio a 7 de novembro de 2013. Seu principal objetivo é subsidiar a elaboração de análises, diagnósticos e o planejamento do sistema educacional do Estado. Este procedimento favorece conhecer melhor a oferta e a situação da educação nas redes públicas e privadas, as quais registram suas demandas no Censo Escolar. Estas instituições educacionais podem participar dos projetos do Governo Federal, das avaliações nacionais como ENEM, Prova Brasil e das estaduais como o SADEAM. Foram recenseadas em 2013: 5.583 escolas públicas e privadas; 1.204.317 matrículas do ensino regular e EJA; 9.639 matrículas da educação especial; 192.918 matrículas em turmas de atividade complementar (contra-turno); 3.536 matrículas em atendimento educacional especializado.

Dentre as principais ações de maior impacto desta pasta, podemos citar:

- O lançamento do **Portal Educacional**, [www.portaleducacional.seduc.am.gov.br](http://www.portaleducacional.seduc.am.gov.br), como uma ferramenta de comunicação aos estudantes da rede pública estadual e seus familiares, permitindo o acesso às informações escolares de interesse particular, tais como: histórico escolar, boletins e horários de aulas via internet, sem a necessidade de requisitar às instituições de ensino. Com esta nova ferramenta de interação com a sociedade, a Secretaria de Educação pretende desburocratizar o acesso às informações de interesse dos alunos, contribuindo para uma maior participação das famílias no cotidiano escolar, por meio da socialização de informações.

- Implantação do **Projeto “Rede de Letras!”**, beneficiando **274,7 mil alunos do 1º ao 9º anos** do ensino fundamental com a distribuição de **809.972 livros paradidáticos**, buscando aguçar entre os estudantes e até mesmo entre os demais membros da família dos alunos, o hábito e o gosto pela leitura. Para garantir que os resultados sejam alcançados, da distribuição das obras, a SEDUC capacitou cada professor de Língua Portuguesa, para eles terem ferramentas para trabalhar o conteúdo dos livros com os alunos, organizando um espaço escolar propício à prática da leitura.

- Realização de **Processo Seletivo** por meio de concorrência (avaliação), para o **Curso de Mestrado**, dando continuidade à política de qualificação dos educadores, disponibilizando **50 vagas para o Curso de Mestrado beneficiando** assim, **50 professores** de rede estadual de ensino. Este Curso está sendo oferecido pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais com todos os custos da turma **financiados pelo Estado**.

- Implantação do **Sistema Escolar Integrado de Vigilância do Amazonas – SEIVAM**, objetivando inibir as ações de vandalismo e coibir as ações de violência, furtos e demais diligências detectadas no espaço escolar. O SEIVAM funciona como um Centro de Comando de Operações de Segurança. Sua estrutura é composta por um sistema de monitoramento remoto, controle de acesso, agente de portaria. Unidades Móveis de resposta e um Call Center. A Central de Monitoramento acompanha as Escolas da rede estadual 24 horas por dia através de sistemas de alarme e vídeo-monitoramento remotos que em caso de ocorrência, acionam imediatamente, a Central que despacha



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

unidades moveis de resposta(equipes de segurança, Polícia Civil, Polícia Militar, SAMU e etc) específicas para cada tipo de ocorrência.

- A realização dos exames de Suplência para **35.759 candidatos** jovens e adultos, sendo **10.469 candidatos do ensino fundamental** e **25.290 do ensino médio**. O **Sistema de Avaliação Eletrônico – SAE** ou prova supletiva eletrônica, mediada por computador e baseada nos serviços da internet, cujo objetivo é oferecer aos jovens e adultos a regularização funcional e/ou escolar, a fim de proporcionar-lhes uma melhor qualidade de vida.

- Concretização dos Jogos Estudantis do Amazonas – **JEA’S** e os Jogos das Escolas Estaduais – **JEEST**, com a participação de **23.720 estudantes** em diversas modalidades esportivas.

- Fez-se cumprir a **Formação Pedagógica** do componente curricular “**Educação Física e Desporto Escolar**” envolvendo **660 participantes**, sendo 480 professores na capital e 180 no interior do Estado.

- Efetivação de **aquisição e distribuição de 50.201 itens de material esportivo**, beneficiando os alunos do Núcleo do Projeto Jovem Cidadão, Anexos Indígenas e das **559 escolas** da rede pública de ensino.

## **EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE**

O programa **Educação Básica de Qualidade** tem como finalidade garantir o acesso da população amazonense à Educação e conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade escolar.

Com objetivo de diagnosticar e analisar seu desempenho educacional, a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino implantou uma pesquisa de avaliação, SADEAM – Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas, que permite a construção de indicadores educacionais do Amazonas, para o acompanhamento da evolução dos processos de melhoria e o planejamento das ações futuras.

A Secretaria de Educação tem como objetivo dar continuidade às ações de análise dos resultados de desempenho no campo educacional, por meio do Sistema de Avaliação de Desempenho da Educação do Amazonas. Em 2013, realiza a sua 6ª edição do **SADEAM**. A meta é atingir **168.745 estudantes** da rede estadual, contemplando níveis e etapas de ensino na capital e interior. Essa avaliação resulta no Índice de Desempenho Educacional do Amazonas – **IDEAM**.

O quadro abaixo apresenta a série histórica dos resultados dos anos anteriores em consonância com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - **IDEB**, observado no quadro 04.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**QUADRO 04 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO AMAZONAS – IDEAM**

Unidade da Federação	Nível / Etapas de Ensino	2008	2009	2010	2011	2012
Amazonas	Fundamental Séries Iniciais	3,5	-	4,3	-	4,7
	Fundamental Séries Finais	2,9	-	3,5	-	3,7
	Ensino Médio	2,2	3,7	3,6	4,0	3,9

**QUADRO 05 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB**

Unidade da Federação	Nível / Etapas de Ensino	2007	2009	2011
Brasil	Fundamental Séries Iniciais	4,2	4,6	5,1
	Fundamental Séries Finais	3,8	4,0	3,9
	Ensino Médio	3,5	3,6	3,4
Norte	Fundamental Séries Iniciais	3,4	3,8	4,5
	Fundamental Séries Finais	3,4	3,6	3,6
	Ensino Médio	2,9	3,3	3,1
Amazonas	Fundamental Séries iniciais	3,6	3,9	4,8
	Fundamental Séries Finais	3,3	3,5	3,9
	Ensino Médio	2,9	3,3	3,4

Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DPGF/GAD

O **Prêmio de Gestão Escolar** visa estimular os gestores das escolas públicas a desenvolverem um processo de auto-avaliação da gestão, a fim de promover uma reflexão coletiva sobre as dimensões da gestão escolar, além de ser mais uma ferramenta de diagnóstico da realidade e (re) planejamento de novas ações.

No ano de 2013, o **Prêmio Gestão Escolar no Amazonas**, contou com a participação de 167 escolas inscritas, sendo 119 escolas estaduais (capital e interior) e 48 escolas municipais (capital e interior). Foram classificadas 5 escolas conforme relação abaixo:

- 1º lugar: Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima (Itacoatiara);
- 2º lugar: Escola Municipal Desembargador Candido Honório Ferreira (Manaus);
- 3º lugar: Escola Municipal Madre Tereza de Calcutá (Manaus);
- 4º lugar: CMEI Abelhinha (Manaus);
- 5º lugar: CMEI Wilson Mota (Manaus).

A Secretaria de Educação do Estado homenageou as cinco gestoras com uma placa de reconhecimento na qualidade da gestão que foram entregues, no lançamento do Programa Amazonas Alfabetizado versão 2013, com a presença do Governador, Vice Governador, Secretário de Educação e representante da Secretaria de Educação do Município de Manaus. Ainda receberam o certificado e as escolas de 2º ao 5º lugar receberam passagens para assistir a cerimônia de premiação das escolas destaques estaduais (1º lugar), em Brasília.

A Escola Destaque Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima, de Itacoatiara, (1º lugar), recebeu em Brasília do Secretário Estadual de Educação o certificado do CONSED que também premiou as vencedoras 2013 com o intercâmbio aos Estados Unidos da América no período de 09 a 29 de outubro de 2013.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Por considerar de grande importância o estímulo às Escolas e aos Profissionais que se dedicam por melhores resultados da educação, o Governo do Estado do Amazonas e a Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino premiará as escolas que alcançaram as metas estabelecidas no **Sistema de Avaliação do Desempenho da Educação do Amazonas – SADEAM**, com o **Prêmio Escola de Valor**, onde cada escola recebeu **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, por nível de ensino para investir na própria escola. Nesta premiação, 76 escolas atingiram a meta estabelecida dos anos iniciais do Ensino Fundamental, 34 escolas dos anos finais do Ensino Fundamental e 37 escolas do Ensino Médio.

Além disso, houve a premiação de 62 **escolas** que receberam o **14º salário** e destas, 35 **escolas** também receberam o **15º salário**. Foram premiadas as 20 escolas que apresentaram os maiores crescimentos absolutos em cada nível de ensino, incluindo a Educação de Jovens e Adultos - EJA. Esta premiação é uma forma de reconhecimento do trabalho realizado pelas escolas e pelos profissionais da educação da rede estadual de ensino, na capital e interior.

Outra ação importante a destacar, a qual contribui para a melhoria e o crescimento educacional do Amazonas, destaca-se o **Projeto Eureka** que visa contribuir com os avanços no ensino e na aprendizagem na área do conhecimento de Ciências, por meio da metodologia da investigação. Reúne diversos componentes (materiais, portal, formação, assessoramento) que em conjunto, criam um ambiente estimulante e investigativo na sala de aula.

Neste ano, o Projeto **Eureka** atende **62.096 alunos** do ensino fundamental, em **175 escolas** da rede estadual de ensino da capital.

**QUADRO 6 - ATENDIMENTO DO PROJETO EUREKA – 2012 E 2013**

Nível / Etapas de Ensino	2012	2013
Fundamental Séries Iniciais	43.110	24.821
Fundamental Séries Finais	19.990	44.452
TOTAL GERAL	<b>63.100</b>	<b>62.096</b>

Fonte: SEDUC/DEPPE/GENF

Outra ação importante a destacar, como atividade significativa de 2013 foi a adesão de **155.438 estudantes** ao **Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM**, de **300 escolas estaduais**, envolvendo professores e técnicos da Educação. A preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio, através da aplicação de Simulados beneficiou **70.000 estudantes finalistas do ensino médio**.

Dentre outras ações relevantes para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem destacamos também:

- Oficinas de: **Língua Portuguesa para docentes do Ensino Médio**, atendendo **98 escolas** e **504 professores** na capital, a fim de analisar os itens prioritários em que os alunos demonstraram dificuldade na aplicação das avaliações do SADEAM- 2012.





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

- **Matemática**, empregando a construção de sólidos geométricos para professores de Matemática, atingindo um total de 369 professores na capital, e uma média de 1.000 professores no interior, via Centro de Mídias.

- **Aulão para o ENEM** com a expectativa de atingir o maior número de alunos da 3ª Série do Ensino Médio inscrito no ENEM, as aulas foram realizadas via Centro de Mídias, aos sábados nas disciplinas de Língua Portuguesa, Química, Física e Matemática.

- **Realização de Simulados para 70.000 alunos** da 3ª série do ensino médio, sendo 27.500 da capital e 42.500 alunos do interior do Estado.

- PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - ofereceu **810 vagas** em cursos técnicos, em parcerias com outras instituições sendo: IFAM: 480; SENAC: 40 e SENAI: 190.

Neste ano, em parceria com o MEC, com o intuito de fomentar **propostas curriculares inovadoras nas escolas** do ensino médio, a SEDUC, implantou o **Ensino Médio Inovador**, em **14 escolas** na capital e **27 escolas** no interior, atendendo **36.815 alunos**.

Considerando que, em 2013, os alunos das escolas da rede estadual de ensino estão sendo avaliados por meio da Prova Brasil e SADEAM, a Secretaria realizou ações que visam contribuir para a melhoria dos indicadores educacionais, entre essas ações, podemos citar a participação de **302 professores nas Oficinas pedagógicas** para os docentes do 5º ano do ensino fundamental, em Conteúdo e Metodologia do Ensino da Matemática e da Língua Portuguesa.

Destaca-se ainda, o **Projeto Criando Oportunidades - Reforço Escolar**, que tem como objetivo acompanhar, no contra turno, os alunos com dificuldades de aprendizagem, ampliando o seu tempo na escola, oportunizando-o atividades de aprendizagem diversificadas.

Este Projeto visa despertar nos alunos o interesse pela leitura e a escrita, desenvolvendo as habilidades de interpretar e cálculos matemáticos, promovendo a auto-estima do educando, auxiliando na construção da auto-imagem crítica e criativa sobreposta a de fracasso escolar.

#### **QUADRO 7 – PROJETO REFORÇO ESCOLAR – 2011 A 2013**

<b>ANO</b>	<b>MUNICÍPIOS BENEFICIADOS</b>	<b>Nº DE ESTAGIÁRIOS</b>	<b>Nº DE ESCOLAS</b>	<b>Nº DE ALUNOS</b>
<b>2011</b>	14	128	90	200
<b>2012</b>	14	367	184	9.175
<b>2013</b>	25	492	208	9.380
<b>TOTAL</b>	53	987	492	18.755

Fonte: SEDUC/DEPPE/GENF

Neste período que antecede a realização da Copa do Mundo de Futebol da FIFA, da qual Manaus é uma das cidades-sede, o Governo do Estado lançou o Projeto “**Amazonas Bilíngue**” que oferece cursos gratuitos de Inglês para 958 estudantes da rede pública de ensino. Coordenado pela SEDUC, o Amazonas Bilíngue é voltado para alunos do 1º ano do ensino médio tem por objetivo capacitar profissionais que possam, no futuro, atuar no arco do turismo ou e no Pólo Industrial de Manaus.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Este curso tem a duração de dois anos, com carga horária de 200 horas-aula que contemplará 20 participantes - com as melhores proficiências – com um intercâmbio de 15 dias no Canadá, para aprimoramento da oralidade na língua estrangeira.

Outra ação realizada pela Secretaria refere-se à Política de Valorização e à Formação do Profissional de Educação, com a formação inicial e continuada dos servidores da educação da capital e interior, nas diversas áreas do conhecimento.

A SEDUC oferece cursos de formação inicial e continuada a todos os docentes e não docentes do sistema estadual de ensino, visando a melhoria de sua prática educativa. A busca de parcerias são significativas na formação de seus docentes e na melhoria dos indicadores educacionais. Por isso, os projetos realizados em parceria com o Ministério da Educação, no ano de 2012, foram executados como ações provenientes dessas parcerias que se destinam à garantia dos recursos para o aperfeiçoamento dos profissionais da educação e consequente inovações de suas práticas pedagógicas, didáticas e tecnológicas, bem como na área administrativa.

Nesta ação de valorização do profissional de educação, a SEDUC ao oferecer formação a seus docentes, envidou esforços na busca de parcerias que muito contribuíram para o melhoramento de seus indicadores. Listamos aqui, alguns projetos de formação realizados em parceria com o **MEC/UFAM/UEA/IFAM:**

- **PARFOR** nos cursos de formação inicial em nível de 1ª e 2ª Graduação das Licenciaturas Plenas em Língua Portuguesa, Matemática, Química, Física, Pedagogia, Biologia, Língua Inglesa, atendendo **6.000 professores nos 62** municípios com a inscrição pela Plataforma Freire.
- **PROINFO INTEGRADO** nos cursos de Educação Digital, Tecnologia na Educação, Elaboração de Projetos, TIC's Tecnológicos, Tecnologia Digital para **1.200 profissionais** na área da educação nos municípios de **Manaus, Amaturá, Silves, Anori, Barcelos, Guajará, Borba, São Sebastião do Uatumã, Nova Olinda do Norte, Boa Vista do Ramos, Benjamin Constant, Parintins e Urucurituba.**
- **PROFUNCIONÁRIO: Formação Continuada para 2.700 funcionários da educação de serviços de apoio escolar do Estado** cursos técnicos de Secretaria Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos e Infraestrutura escolar para nos municípios de Anori, Benjamim Constant, Autazes, Coari, Itacoatiara, Lábrea, Maués, Manicoré, Parintins, Tabatinga e Manaus;
- **Programa Nacional TV ESCOLA canal da educação: Formação Continuada** foram atendidos **600 professores e 1.850 estudantes** da Rede Estadual com estudos pela TV Escola, em 4 municípios;
- **Programa Nacional SALTO PARA O FUTURO: Formação Continuada** atendendo **800 professores** nos cursos de integração da TV Escola, com o uso de diferentes mídias nos municípios de Itapiranga, Rio Preto da Eva, Urucará e Manaus;
- **Formação Continuada de 40 horas para 720 professores** da Rede Estadual nos cursos de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Projeto Político Pedagógico e Planejamento e Avaliação nos municípios de **Uarini, Maraã, Nhamundá, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Boa Vista do Ramos e Amaturá;**



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

- **Programa Nacional PROGESTÃO – On line e Semi Presencial** para gestores, pedagogos e coordenadores pedagógicos com **200 participantes em 08 municípios**; (Tabatinga, Benjamin Constant, Maués, Urucará, Itacoatiara, S. Sebastião do Uatumã, Presidente Figueiredo, R. P da Eva...)
- **Programa Formação pela Escola: Formação Continuada** atendendo **1.800 profissionais** da educação em **26 municípios**;
- **Mídias como Ferramentas: Formação Continuada** capacitou **6.395** cursistas, em Tic's Tecnológicos, com 40 horas, beneficiando **10 municípios**;
- **Programa Federal Escola de Gestores: Curso de Especialização em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica** para **500 gestores e professores** da rede estadual, em **11 municípios**: **Manaus, Fonte Boa, Envira, Borba, Pauini, Lábrea, Urucará, Benjamin Constant, Caapiranga, Carauari e Barreirinha, em parceria com O MEC/UFAM/SEDUC/SEMED.**

O Programa de formação para professores indígenas, enquanto professores-pesquisadores de seu próprio universo cultural tem sido um desafio para esta Secretaria, possibilitando-lhes condições para gerir seus processos próprios de aprendizagem, fortalecimento da identidade étnica de seus membros e propiciando-lhes uma convivência equilibrada com a sociedade envolvente.

No ano de 2013 o Projeto Pirayawara, que é voltado para formação específica de **docentes indígenas**, atendeu com  **cursos de formação inicial, 1.311 professores** de 31 municípios e **33 etnias** diferentes para atuarem nas comunidades indígenas, beneficiando 45.042 mil alunos. Registramos ainda, o atendimento de **600 alunos com Ensino Médio Profissionalizante**, em 5 municípios e 12 aldeias indígenas do Estado do Amazonas.

O curso de formação continuada, **Construção da Matriz Curricular Específica e Diferenciada**, beneficiou 700 profissionais na área da educação em 14 municípios beneficiando 6.969 alunos indígenas. Esta ação visa assegurar condições de acesso e de permanência na escola à população escolarizável para o ensino fundamental nas áreas indígenas, garantindo uma educação diferenciada, específica, intercultural, bilíngüe e de qualidade que responda aos anseios desses povos.

A SEDUC em 2013, por meio do **Programa Professor na Era Digital e Programa de Tecnologias Educacionais do Amazonas – PROTEAM**, em parceria com o Governo Federal, adquiriu **6.480 tablets educacionais** para Professores do Ensino Médio da rede estadual de ensino. Lembramos que tanto a fabricação, quanto a configuração dos componentes em pauta foram desenvolvidos para atender às especificidades do fazer do profissional da educação, com softwares e programas educativos. Até este momento, a Secretaria realizou a entrega de 804 tablets e há previsão de entrega de mais **5.313 tablets** para os profissionais da educação em todo o Estado.

O sucesso dos investimentos na qualificação dos recursos humanos, são refletidos na qualidade dos serviços ofertados à sociedade e nos resultados positivos de avaliação do ensino público no Estado.

Destaca-se, também, o lançamento do **Programa “Amazonas Alfabetizado”** coordenado por esta Secretaria, beneficiando 16.000 jovens e adultos, acima de 15 anos, em 28 municípios do Estado. No biênio 2013/2014, a meta da SEDUC é alfabetizar 57.596 alunos, distribuídos nos 62 municípios amazonenses.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Salienta-se também, a aprovação do **Novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR, dos Servidores da SEDUC**, como instrumento que assegura melhorias salariais aos profissionais concursados da rede pública estadual de educação do Amazonas. Instituído em 2004, até então o PCCR nunca tinha sido revisado, o que tornava inviável sua efetiva aplicação em prol dos Trabalhadores da Educação.

A revisão do PCCR é uma conquista da categoria e, com esta decisão, o Governo do Estado corrige um déficit histórico, buscando valorizar os profissionais da educação com a merecida garantia de benefícios reais assegurados para o momento atual e aposentadoria. A partir da revisão do PCCR os servidores técnicos administrativos possuirão Carreira, usufruindo de acréscimos salariais por tempo de serviço.

Com a finalidade de expandir o acesso escolar aos estudantes da educação básica e melhorar as condições de oferta à demanda escolar, a Secretaria vem implementando ações efetivas na rede física das escolas com reformas, climatizações, construções e de reformas de quadras poliesportivas com espaços multiuso.

**QUADRO 8- DADOS DAS INTERVENÇÕES DE ENGENHARIA – 2013**

ESPECIFICAÇÃO		Contratos Vigentes	Em tramitação na CGL ou Homologando no Gabinete.	Projetos prontos, aguardando dotação orçamentária
		2013	2013	2013
<b>C A P I T A L</b>	Reformas e Ampliações	3	1	-
	Construção de CETI	1	1	3
	Construção de Escolas	2	10	-
	Construção de Quadras	1	-	20
	Reforma	22	2	-
<b>SUB-TOTAL (Capital)</b>		<b>29</b>	<b>14</b>	<b>23</b>
<b>I N T E R I O R</b>	Reforma e Ampliação	8	-	-
	Construção de CETI	9	2	11
	Construção de Escolas	2	5	18
	Construção de Quadras	1	-	60
	Reforma	21	15	-
<b>SUB-TOTAL (Interior)</b>		<b>41</b>	<b>22</b>	<b>89</b>

Total de Obras de Contratos Vigentes	70
Total de Obras Tramitando	36
<b>Total Geral</b>	<b>106</b>

Total Investido em Contratações	R\$ 196.924.665,77
Total Investido em Tramitação	R\$ 105.510.945,12
<b>*Total de Investimento</b>	<b>R\$ 302.435.610,89</b>

Fonte: SEDUC/DEINFRA



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

\*O valor exposto não conta com a adição de valores dos projetos prontos e sem dotação orçamentária.

### **APOIO ADMINISTRATIVO**

Programa **Apoio Administrativo** objetiva prover o órgão dos meios administrativos necessários à implementação e à gestão de seus programas finalísticos, bem como, custear despesas administrativas que visem à manutenção da unidade, para o pleno funcionamento da mesma.

Neste ano, registramos também o atendimento a **40.141 alunos** do ensino fundamental, médio e tecnológico, de 48 municípios beneficiados com **serviço de transporte escolar** da rede estadual de ensino.

### **DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PROJETO ZONA FRANCA VERDE**

O Projeto Zona Franca Verde, vem implementando políticas de desenvolvimento sustentável, para minorar as desigualdades inter-regionais, valorizar e promover o homem do interior, contribuindo assim, para a redução do êxodo rural e a consequente interiorização do desenvolvimento econômico e social no Estado.

Esta Secretaria fez aquisição de gêneros alimentícios para o **Programa de Merenda Escolar Regionalizada – PREME**, em benefício de **502.435 estudantes**, como também fez a compra total de **50.000** carteiras escolares padronizadas, sendo **43.338 distribuídas na capital e 6.312 no interior** do estado.

### **ATENDIMENTO DA MERENDA ESCOLAR POR PROGRAMAS – 2013**

PROGRAMA	NIVEL DE ENSINO	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL		MUNI CIPIOS
		ESCOLA	ALUNO	ESCOLA	ALUNO	ESCOLA	ALUNO	
PNAE	Fundamental e Médio	220	242.809	345	259.626	565	502.435	62
PEJA	Fundamental e Médio	35	12.454	177	20.192	212	32.646	60
PREME	Fundamental e médio	220	242.809	345	259.626	565	502.435	62
PNAP	PRÉ- ESCOLA	3	24	3	26	6	50	4
PNAC	CRECHE	1	24	---	---	1	24	1
PNAI	Fundamental e médio	---	---	16	7.339	10	7.339	6
Mais Educação	FUNDAMENTAL	120	21.105	146	21.579	266	44.684	41
Ensino Tecnológico	Fundamental e médio	31	1.237	724	25.583	755	26.820	60
PRO JOVEM	Fundamental e médio	---	---	14	2.724	14	2.724	10

Portanto, a Secretaria Estadual de Educação e Qualidade do Ensino, não mediu esforços durante o ano escolar para cumprir as metas e as diretrizes educacionais estabelecidas no Plano Estadual de Educação, em consonância com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

## **ANEXOS**

### **METAS E PRIORIDADES PARA O ANO DE 2014**

A SEDUC manterá em 2014 a sua atuação focada na prestação de uma educação pública de qualidade e com ações focadas nos alunos da rede estadual. Para isso suas ações estão organizadas em torno de quatro áreas fundamentais:

- 1) Ações para o desenvolvimento da rede escolar
- 2) Ações para o desenvolvimento pedagógico
- 3) Ações para a valorização do servidor
- 4) Ações para o fortalecimento da gestão da Secretaria

Todas as ações previstas nesses campos estão alinhadas com a estratégia macro da Secretaria e com os compromissos do Governo do Amazonas.

#### **Ações para o desenvolvimento da rede escolar**

Essas ações são focadas no desenvolvimento da estrutura física das escolas possibilitando aos alunos da rede estadual acesso a uma infraestrutura cada vez mais preparada para apoiar o processo de ensino-aprendizagem. As ações previstas para 2014 são:

1. Expansão do ensino de tempo integral com a Construção de 25 Centros de Educação de Tempo Integral
2. Expansão física da sede do Centro de Mídias
3. Aquisição de 400 estações de recepção do Centro de Mídias para a expansão do ensino mediado por tecnologia
4. Expansão da rede de educação com a construção de 20 escolas regulares de 12 salas
5. Adequação de espaços com a reforma de 30 escolas já existentes
6. Entrega de 22 ônibus escolares
7. Distribuição de tablets com fins educacionais para professores do ensino médio e alunos do ensino médio
8. Distribuição de lousas digitais para garantir que cada escola possua no mínimo um equipamento.
9. Aumento dos recursos de informática disponibilizados nas escolas com:
  - a. Ampliação de serviço de internet e conexão com o centro de mídias nas escolas da capital e do interior

#### **Ações para o desenvolvimento pedagógico**

As ações de cunho pedagógico da Secretaria visam aperfeiçoar continuamente o processo de aprendizagem nas escolas através de projetos que gerem grande impacto positivo para os alunos e que permitem o desenvolvimento das habilidades do corpo docente. Nesse sentido a Secretaria planeja para 2014:

- a) Expandir o Projeto Reforço Escolar e o Projeto Avançar (Correção de fluxo)
- b) Implementar o Projeto Rede de Letras para o Ensino Médio
- c) Expandir o Sistema Eletrônico de Avaliação – SEA
- d) Expandir o Ensino Médio Inovador para 100 escolas
- e) Expandir do Projeto Amazonas Alfabetizado
- f) Iniciar o processo de revisão da estrutura curricular





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

- g) Firmar e implementar parcerias pedagógicas com as prefeituras para o desenvolvimento de ações conjuntas que tragam resultados para a rede pública como um todo

### **Ações para valorização do servidor**

Para a SEDUC, o servidor da educação é o elemento chave de toda a operação e por isso o reconhecimento e a compensação adequada pelo seu trabalho são prioridades. Com esse foco estão previstas para 2014 as seguintes ações:

- a) Programa de especialização para mais de 6.000 servidores
- b) Lançar edital para contratação via concurso de mais de 5.000 servidores para a Secretaria
- c) Revisar o Estatuto do Magistério do Estado do Amazonas

### **Ações para o fortalecimento da gestão da Secretaria**

A gestão da Secretaria é o alicerce para todas as ações de desenvolvimento da educação discutidas até esse ponto. Por esse motivo a Secretaria está empenhada em realizar mudanças que garantam o bom funcionamento dos processos permitindo um melhor atendimento aos alunos e à comunidade como um todo. Dentre essas ações estão previstas para 2014:

- a) Estabelecer a remodelagem de macroprocessos da sede da Seduc
- b) Expandir o SIGEAM através do desenho de novos módulos, implantação e treinamento.
- c) Implantar novos critérios para seleção e avaliação de gestores escolares e consequente criação de um Banco de Gestores.
- d) Construir de forma colaborativa entre as diversas instâncias da secretaria o manual de gestão da SEDUC
- e) Implantar a ouvidoria para atendimento à comunidade em geral

## **ÁREA TEMÁTICA - SAÚDE**

Por força do Ofício nº 09/2014-CONGOV, solicitaram-se informações acerca dos resultados alcançados na execução das metas previstas no Programas de Governo voltados às Ações e Serviços Públicos de Saúde no Estado do Amazonas executados no exercício financeiro de 2013, previstos no Plano Plurianual para o quadriênio de 2012/2015. A Secretaria de Estado de Saúde, em resposta ao pedido deste Tribunal, enviou o Ofício nº 1901/2014-GSU-SUSAM, cujo pontos principais seguem transcritos:

Para a demonstração da execução orçamentária, foram utilizados dados migrados do Sistema AFI, da SEFAZ/AM.

### **PROGRAMA 0001 - APOIO ADMINISTRATIVO**

O objetivo deste programa é prover os órgãos da administração estadual com os meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 0001**

AÇÃO	META FÍSICA ANUAL		RECURSO ORÇAMENTÁRIO		%
	PROGRAMADO	REALIZADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	
2001 - Administração da Unidade	Administrar a SUSAM e as 06 Fundações de Saúde	Administrada a SUSAM e as 06 Fundações	140.303.515,51	137.497.678,16	98,0
2003 - Remuneração de Pessoal Ativo do Estado e Encargos Sociais	Remunerar 24.043 servidores e empregados e Encargos Sociais	Remunerados 23.045 servidores e empregados	822.052.920,96	821.957.347,32	99,9
2004 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Fornecer auxílio-alimentação a 5.133 servidores e empregados	Beneficiados 4.984 servidores e empregados	15.785.045,97	15.354.192,45	97,3
2005 - Remuneração do Pessoal Ativo (militares) do Estado e Encargos Sociais	Remunerar o Pessoal Ativo (militares) do Estado e Encargos Sociais	Meta não realizada	0,00	0,00	-
2087 - Administração de Serviços de Energia Elétrica, Água e Esgoto e Telefonia	Administrar nas 37 unidades gestoras dos serviços de energia elétrica, água e esgoto e telefonia (fixa e móvel).	Administrada 37 unidades gestoras	33.610.673,33	32.151.919,95	95,7
<b>TOTAL DO PROGRAMA APOIO ADMINISTRATIVO</b>			<b>1.011.752.155,77</b>	<b>1.006.961.137,88</b>	<b>99,5</b>

Fonte: Sefaz/AM, Susam, Fundações de Saúde

O Programa Apoio Administrativo empenhou a importância de R\$ 1.006.961.137,88 (um bilhão, seis milhões, novecentos e sessenta e um mil, cento e trinta e sete reais, oitenta e oito centavos) alcançando o percentual de execução de 99,5%. A despesa empenhada total apresenta uma variação de 3,19% acima do que foi executado em 2012.

**Principais Atividades Desenvolvidas no Programa 0001**

Neste Programa são realizadas as ações: manutenção das 37 unidades gestoras e diversas unidades administrativas, com despesas de cunho especificamente administrativas, inclusive as contas públicas; fornecimento de auxílio-alimentação; remuneração e encargos sociais aos servidores e empregados públicos estaduais, além da valorização dos seus colaboradores com o enquadramento de todos os trabalhadores efetivos da Susam e das seis fundações vinculadas que atuam na capital e no interior no plano de cargos, carreira e remuneração (PCCR). O Comitê de Desprecarização do Trabalho e a Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS estão melhorando o relacionamento dos servidores com os gestores, promovendo um diálogo cada vez mais democrático.

**PROGRAMA 3223 – MANAUS 2014: A COPA DA AMAZÔNIA**

O objetivo deste Programa é promover ações que possibilitem a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 na cidade de Manaus, com base nos requerimentos estabelecidos pela FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*) e CBF (Confederação Brasileira de Futebol), contemplando os aspectos de infraestrutura, segurança física e lógica, tecnologia da informação, controle e monitoramento, sustentabilidade, acessibilidade, entre outros.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 3223 – JANEIRO-DEZEMBRO 2013**

AÇÃO	META FÍSICA ANUAL		RECURSO ORÇAMENTÁRIO		%
	PROGRAMADO	REALIZADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	
1201 - Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014	Capacitar 200 profissionais de saúde para a Copa do Mundo 2014 em Manaus.	Capacitados 75 profissionais.	0,00	0,00	-
1306 - Copa Saudável - Vigilância em Saúde	Implementar 01 plano de ação de vigilância em saúde durante a Copa do Mundo 2014 em Manaus.	Implementado 01 plano de ação.	949.168,11	436.183,95	46,0
1307 - Operacionalização do Serviço de Atenção à Saúde do Viajante/Turista	Instalar 01 clínica de atendimento ao turista na FMT-HVD e 02 centros de informação ao turista em locais estratégicos.	Meta não realizada.	0,00	0,00	-
1309 - Implementação da Qualidade da Atenção às Urgências e Emergências	Implantar salas de estabilização e o acolhimento com classificação de risco em 16 unidades de urgência e emergência do Estado	Implantadas salas de estabilização e o acolhimento com classificação de risco em 03 unidades de urgência e emergência do Estado.	0,00	0,00	-
<b>TOTAL DO PROGRAMA MANAUS 2014 – A COPA DA AMAZÔNIA</b>			<b>949.168,11</b>	<b>436.183,95</b>	<b>46,0</b>

Fonte: Sefaz/AM, Susam, Fundações de Saúde

O Programa Manaus 2014: A Copa da Amazônia empenhou em 2013 a importância de R\$ 436.183,95 (quatrocentos e trinta e seis mil, cento e oitenta e três reais, noventa e cinco centavos) sendo este valor executado na ação *Copa Saudável - Vigilância em Saúde* com a aquisição de equipamentos e material laboratorial para estruturação do Lacen. As ações 1201 e 1309 apresentam apenas execução física, sendo a financeira executada na ação 2240 - Manutenção da Rede de Urgência e Emergência do Programa 3276 - Atenção à Saúde da População, ficando para o exercício de 2014 a execução financeira correta em suas respectivas ações. A ação 1307 foi reprogramada para o próximo exercício. A despesa empenhada neste programa alcançou o percentual de execução de 46%.

**PROGRAMA 3231 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO SUS**

O objetivo do Programa é promover o fortalecimento da gestão estadual do SUS/Amazonas visando a implementação e a execução das políticas do SUS.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
 Comissão das Contas do Governador

**EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 3231 – JANEIRO-DEZEMBRO 2013**

AÇÃO	META FÍSICA ANUAL		RECURSO ORÇAMENTÁRIO		%
	PROGRAMADO	REALIZADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	
1206 - Realização de Concurso Público para SUSAM e Fundações	Realizar concurso público para o preenchimento de 11.646 cargos na SUSAM e Fundações, pelo qual serão preenchidos 5.532 em 2014.	Meta não realizada.	0,00	0,00	-
2028 - Fortalecimento da Comissão Intergestores Bipartite/AM e Comissão Intergestores Regional	Operacionalizar as ações das 10 comissões Intergestores, sendo 01 CIB e 09 CIR.	Operacionalizadas as ações das 10 comissões Intergestores.	634.653,35	161.990,70	25,5
2031 - Realização de Estudos e Pesquisas em Saúde	Realizar 03 estudos e pesquisas.	Contratação de Consultoria para realização de estudo/pesquisa de viabilidade da PPP; e Convênio firmado com o Cosems/AM.	1.234.613,43	978.426,31	79,2
2073 - Implementação das Ações de Auditoria	Realizar 20 auditorias no âmbito do Sistema Estadual de Saúde.	Realizadas 18 auditorias.	472.227,09	120.306,35	25,5
2095 - Implementação das Ações de Ouvidoria	Implantar 19 ouvidorias do SUS na rede estadual.	Implantadas 18 ouvidorias.	406.276,88	125.429,59	30,9
2110 - Apoio ao Processo de Descentralização da Gestão	Realizar 10 atividades para adesão ao contrato de ação pública de saúde (COAP).	Realizadas 05 atividades.	608.628,76	160.007,08	26,3
2187 - Desenvolvimento das Ações de Educação Permanente em Saúde	Desenvolver ações de capacitação e treinamento para 1.200 profissionais e trabalhadores do SUS, através da Política de Educação Permanente em Saúde e do PROFAPS.	Capacitados 1.212 profissionais e trabalhadores do SUS.	7.713.221,74	3.860.421,07	50,0
2189 - Operacionalização do Cartão SUS e Prontuário Eletrônico	Fornecer 1 milhão de unidades de cartão SUS aos usuários.	Meta não realizada.	100.791,80	0,00	0,0
2502 - Apoio as Redes de Atenção à Saúde no Alto Solimões: Projeto QualiSUS-Rede	Apoiar 09 municípios da região do Alto Solimões na implantação de duas redes de atenção à saúde (cegonha, urgência e emergência).	Apoiado 09 municípios da região do Alto Solimões.	943.218,61	241.092,00	25,6
2505 - Apoio ao Funcionamento do Consórcio de Saúde	Apoiar 01 consórcio na regional do Alto Solimões.	Meta não realizada.	0,00	0,00	-
2506 - Apoio ao Fortalecimento do Controle Social e Participação Popular	Operacionalização das atividades de controle social e manutenção do CES/AM.	Realizadas 39 atividades de controle social e manutenção do CES/AM.	449.304,45	163.991,66	36,5
2508 - Implementação do Sistema de Planejamento da Saúde e Monitoramento da Gestão do SUS do Amazonas	Elaborar, monitorar e avaliar os instrumentos de Planejamento da Saúde do Estado e realizar apoio técnico aos 62 municípios no desenvolvimento das ferramentas de planejamento.	Elaborado e monitorado os instrumentos de Planejamento e realizado apoio técnico aos 62 municípios.	2.458.264,49	645.543,25	26,3
<b>TOTAL DO PROGRAMA APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO SUS</b>			<b>15.021.200,60</b>	<b>6.457.208,01</b>	<b>43,0</b>

Fonte: Sefaz/AM, Susam, Fundações de Saúde

O Programa Aperfeiçoamento da Gestão do SUS apresentou em 2013 a despesa empenhada de R\$ 6.457.208,01 (seis milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais, um centavo) alcançando o percentual de execução de 43%, sendo que das suas doze ações apenas três não apresentaram execução, foram reprogramadas para 2014.

**Principais Atividades Desenvolvidas no Programa 3231**

- Autorizado o Concurso Público da SUSAM para preenchimento de 11.646 vagas nas unidades de saúde da rede estadual na capital, interior e nas fundações;
- Em 2013 mais cinco Comissões Intergestores Regionais foram implantadas nas regionais de saúde: região do Purus, região do Triângulo, região do Baixo Amazonas, região do Juruá e região do Rio Madeira, totalizando nove regionais implantadas. Isso proporcionou maior participação dos municípios no processo de organização do SUS e a conformação das Redes de Atenção à Saúde, visando à integralidade da assistência e a equidade, buscando superar as iniquidades regionais, por meio da efetivação de um planejamento regional integrado, com definição clara das responsabilidades sanitárias dos entes federativos;
- Celebração de contrato entre o Governo do Amazonas por intermédio da Susam e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), visando a prestação de serviços de realização de estudos técnicos para viabilidade de instauração de PPP (Parceria Pública Privada) para instalação e operação do Hospital Universitário, localizado no Campus Universitário da Cidade Universitária, no município de Iranduba, e do Centro de Diagnóstico, em Manaus;



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

- Implantadas 18 serviços de ouvidoria do SUS, sendo 01 central e 17 nas unidades estaduais de saúde: Policlínica Gilberto Mestrinho, Policlínica Codajás, FMT-HVD, FHEMOAM, FUAM, FVS/AM, HPS 28 de Agosto, HPS João Lúcio, HPSC Zona Sul, HUGV, ICAM, Maternidade Nazira Daou, Maternidade Ana Braga, Maternidade Balbina Mestrinho, Maternidade Alvorada e Instituto da Mulher. Estes serviços oferecem ao usuário do SUS canais diretos onde possa fazer sua manifestação, exercendo seu direito de cidadania. Todas as unidades têm equipes capacitadas periodicamente pela coordenação da Rede Estadual e recebem visitas técnicas para o devido monitoramento do serviço;
- No apoio ao processo de descentralização da gestão foram realizadas: reuniões de sensibilização do Decreto 7.508/11 e Lei Complementar 141/12 para conselheiros estaduais de saúde; representantes dos órgãos de controle externo e população em vulnerabilidade; Publicação da cartilha do Decreto 7.508/2011; Seminário de Acolhimento de Gestores Municipais de Saúde, reunindo prefeitos e secretários de saúde, diretores de hospitais do interior e gerentes de Atenção Básica dos 62 municípios do Amazonas, representantes do MS, de órgãos de controle interno e externo, gestores de unidades de saúde da rede estadual e representantes do controle social;
- Na política de educação permanente foram capacitados 1.212 profissionais e trabalhadores do SUS em diversas áreas da saúde, em parceria com a Secretaria de Estado de Administração e Gestão – SEAD, o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas/Escola Técnica do SUS (Cetam/ETSUS), Fundação Oswaldo Cruz na Amazônia (Fiocruz), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e Hospital Sírio Libanês;
- O CES/AM realizou 39 atividades de controle social, como o deslocamento de instrutores e apoio técnico aos municípios, visando capacitação de Conselheiros Municipais de Saúde do Amazonas – CMS/AM; realização da Plenária de Conselhos de Saúde do Amazonas, com a participação de 32 CMS/AM, discutindo avanços e estratégias de fortalecimento dos conselhos no interior do Estado; capacitação para Conselheiros e pessoas ligadas aos Movimentos Sociais em 04 municípios, seguindo o Plano de Educação Permanente para o Controle Social, totalizando 72 pessoas capacitadas no período; realização de assessoramento local em CMS; monitorização da alimentação do SIACS; validação de 02 CMS para recebimento de equipamentos do Programa de Inclusão Digital e mais 15 CMS para receberem doação de TV com ponto de assinatura da empresa Oi, através do Termo de Anuência entre Oi/Anatel e Ministério da Saúde; convocação da “II Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora” e formação das comissões para organização da mesma;
- Na implementação do sistema de planejamento da saúde e monitoramento da gestão do SUS no Amazonas foram realizadas: 02 oficinas de trabalho para avaliação e revisão da PPI Estadual; participação em eventos em Brasília para atualização da PPI Estadual; continuação do Curso de Especialização em Planejamento e Orçamento Público em Saúde para 41 profissionais pela Fiocruz/AM; apoio técnico aos municípios na construção dos instrumentos de planejamento; capacitação de profissionais para utilização da ferramenta SargSus para apoiar os municípios na elaboração dos relatórios anuais de gestão municipais, monitoramento e avaliação dos instrumentos de planejamento do SUS e instrumentos governamentais da gestão estadual.

**PROGRAMA 3242 – ELIMINAÇÃO DA HANSENÍASE E TRATAMENTO DAS DOENÇAS DERMATOLÓGICAS E DST/HIV**

O objetivo deste Programa, de competência da FUAM, é diagnosticar e tratar com a máxima resolutividade as doenças dermatológicas de interesse sanitário e sexualmente transmissíveis, bem como coordenar as ações para a eliminação da hanseníase no Estado do Amazonas e desenvolver o ensino e a pesquisa nestas áreas.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 3242 – JANEIRO-DEZEMBRO 2013**

AÇÃO	META FÍSICA ANUAL		RECURSO ORÇAMENTÁRIO		%
	PROGRAMADO	REALIZADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	
2065 - Inovação Científica e Tecnológica	Publicar 14 artigos científicos.	Publicados 14 artigos científicos.	21.866,86	17.366,86	79,4
2068 - Monitoramento do Programa de Eliminação da Hanseníase	Monitorar 30 municípios nas ações de controle da hanseníase.	Monitorados 37 municípios.	285.376,12	239.550,00	83,9
2069 - Resolutividade Diagnóstica e Terapêutica	Realizar 140.000 procedimentos.	Realizados 262.445 procedimentos.	434.568,59	361.003,61	83,1
<b>TOTAL DO PROGRAMA ELIMINAÇÃO DA HANSENIASE E TRATAMENTO DAS DOENÇAS DERMATOLÓGICAS E DST/HIV</b>			<b>741.811,57</b>	<b>617.920,47</b>	<b>83,3</b>

Fonte: Sefaz/AM, Fundação Alfredo da Matta

A execução da meta física e dos recursos financeiros das ações do programa Eliminação da Hanseníase e Tratamento das Doenças Dermatológicas e DST/HIV foram muito boas em 2013, sendo empenhado R\$ 617.920,47 (seiscentos e dezessete mil, novecentos e vinte reais, quarenta e sete centavos) alcançando o percentual de execução de 83,3%.

**Principais Atividades Desenvolvidas no Programa 3242**

- No processo de monitoramento e avaliação do Programa de Eliminação da Hanseníase e Tratamento das Doenças Dermatológicas e DST/HIV, a FUAM esteve presente em 37 municípios do interior, intensificando o monitoramento do programa. Os subprodutos das visitas ao interior traduzem-se em mais de 3.407 exames dermatológicos, 1.857 consultas médicas sendo detectados 86 casos novos de pessoas com hanseníase.

- A FUAM é a mais nova integrante da Rede Universitária de Telemedicina (RUTE), grupo que interliga mais de 300 instituições de todo Brasil, entre hospitais universitários e instituições de ensino e pesquisa na área da saúde para o compartilhamento de dados, informações e serviços de telemedicina. O projeto, que conta ainda com o apoio da Fundação Novartis, garantiu a implantação de tecnologia que permite ensino, pesquisa e assistência médica à distância. A ideia de capacitar os profissionais do interior do Estado visa descentralizar a triagem e o diagnóstico dermatológico em comunidades ribeirinhas, fortalecendo o Programa de Controle da Hanseníase.

**PROGRAMA 3243 – ASSISTÊNCIA A PACIENTES PORTADORES DE DOENÇAS TROPICAIS E INFECCIOSAS**

O objetivo deste Programa, de competência da FMT/HVD, é promover atendimentos aos pacientes acometidos por doenças tropicais e infecciosas no Amazonas, bem como desenvolver o ensino e a pesquisa ligados nestas áreas.

**EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 3243 – JANEIRO-DEZEMBRO 2013**

AÇÃO	META FÍSICA ANUAL		RECURSO ORÇAMENTÁRIO		%
	PROGRAMADO	REALIZADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	
2066 - Promoção de Eventos Ligados às Doenças Tropicais e Infecciosas	Realizar 36 eventos ligados às doenças tropicais e infecciosas.	Realizados 20 eventos.	165.000,00	165.000,00	100
2075 - Atenção a Saúde das Pessoas Vivendo com HIV/AIDS e Outras DST's	Realizar o atendimento de 19.808 pacientes acometidos com HIV/AIDS e outras DST's.	Atendidas 41.116 pessoas.	3.938.798,12	3.352.698,41	85,1
2076 - Operacionalização dos Laboratórios de Pesquisa da FMT-HVD	Realizar 1.448.000 exames laboratoriais frente às doenças tropicais e infecciosas.	Realizados 1.021.482 exames laboratoriais.	0,00	0,00	-
2486 - Atendimento ao Portador de Doenças Tropicais e Infecciosas	Realizar o atendimento de 380.000 pacientes acometidos doenças tropicais e infecciosas.	Atendidas 311.413 pacientes.	11.246.021,65	10.039.216,89	89,3
<b>TOTAL DO PROGRAMA ASSISTÊNCIA A PACIENTES PORTADORES DE DTI's</b>			<b>15.349.819,77</b>	<b>13.556.915,30</b>	<b>88,3</b>

Fonte: Sefaz/AM, FMT-HVD





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

O Programa Assistência a Pacientes Portadores de Doenças Tropicais e Infecciosas apresentou um bom desempenho na execução das metas físicas e financeiras, alcançando 88,3% de execução, sendo empenhada a importância de R\$ 13.556.915,30 (treze milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, novecentos e quinze reais, trinta centavos). A ação 2076 teve execução da meta física, porém, não apresentou execução financeira em virtude do destaque concedido pelo FES ter se dado em outra ação.

### **Principais Atividades Desenvolvidas no Programa 3243**

Foram realizados 311.413 atendimentos a pessoas acometidas com doenças infecciosas e parasitárias; 41.116 atendimentos de pessoas vivendo com HIV/AIDS e outras DST e 1.021.482 exames laboratoriais aos pacientes atendidos na Fundação. Também, foi realizada a implantação do novo teste de Tuberculose; implantação de teste rápido para Hepatite B, C e Sífilis; manutenção da certificação ISO e na área do Ensino e Pesquisa, foram realizados 20 eventos.

### **PROGRAMA 3256 – HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA**

O objetivo deste Programa, de competência da FHEMOAM é garantir a execução das políticas públicas relacionadas à Hemoterapia e Hematologia, por meio da obtenção de autossuficiência na distribuição de sangue e seus produtos, com qualidade e segurança transfusional, descentralizar o diagnóstico e tratamento das doenças hematológicas benignas para a rede básica e para o interior do Estado e desenvolver o ensino e a pesquisa com foco em linhas de pesquisa voltadas a Hematologia, Hemoterapia e Gestão.

#### **EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 3256 – JANEIRO-DEZEMBRO 2013**

AÇÃO	META FÍSICA ANUAL		RECURSO ORÇAMENTÁRIO		%
	PROGRAMADO	REALIZADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	
2084 - Operacionalização das Atividades em Hemoterapia	Realizar 750.000 procedimentos em hemoterapia.	Realizados 803.128 procedimentos.	6.856.707,62	5.967.081,49	87,0
2085 - Operacionalização das Atividades de Ensino e Pesquisa	Realizar 05 eventos em hemoterapia e hematologia.	Realizados 16 eventos.	2.940.448,47	2.928.716,42	99,6
2461 - Operacionalização das Atividades em Hematologia	Realizar 830.305 procedimentos em hematologia.	Realizados 885.055 procedimentos.	126.187,43	67.688,74	53,6
<b>TOTAL DO PROGRAMA HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA</b>			<b>9.923.343,52</b>	<b>8.963.486,65</b>	<b>90,3</b>

Fonte: Sefaz/AM, FHEMOAM

O Programa Hemoterapia e Hematologia empenhou a importância de R\$ 8.963.486,65 (oito milhões, novecentos e sessenta e três mil, quatrocentos e oitenta e seis reais, sessenta e cinco centavos) com um percentual de execução de 90,3%, representando um desempenho muito bom na execução da meta física e financeira em 2013.

### **Principais Atividades Desenvolvidas no Programa 3256**

- Na assistência foram realizados 803.128 procedimentos em hemoterapia, 885.055 procedimentos em hematologia e na área de Ensino e Pesquisa foram realizados 16 eventos;
- O Laboratório de Triagem Neonatal ampliou o “Teste do Pezinho”, para detecção de novas doenças raras em recém-nascidos;
- Iniciado em maio de 2013 o Curso de Pós-Graduação para formar especialistas, no Amazonas, em Saúde Coletiva, com Concentração em Gestão de Sistemas de Saúde, com ênfase em serviços de Hemoterapia, em parceria com a Coordenação Geral do Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde – MS;



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

- Cadastrados projetos junto ao MS oriundos de Emenda Parlamentar para construção de 06 hemonúcleos no interior do Estado;
- Iniciado a implantação do Padrão ISBT 128 começando pelas mudanças no *layout* na identificação dos tubos (etiquetas) para o acompanhamento a doação de sangue;
- Implantado o Laboratório de Microbiologia e de Genômica; o Mestrado em Ciências Aplicadas à Hematologia; o Programa de Profilaxia Primária e Secundária aos Hemofílicos; o tratamento integral e multidisciplinar aos portadores de anemia crônica e hemofilia; implantada tecnologia de transfusão autóloga intra-operatório e pós-operatório; implementado atendimento hemoterápico a todos os serviços de saúde privados; adquirido uma nova unidade de coleta externa e mais 07 veículos.

### **PROGRAMA 3258 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

O objetivo deste Programa é reestruturar a Assistência Farmacêutica e garantir à população o seu acesso nos diversos níveis da atenção à saúde, observando as especificidades e as prioridades regionais definidas nas instâncias gestoras do SUS, e adotando medidas que favoreçam a redução dos custos e dos preços.

#### **EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 3258 – JANEIRO-DEZEMBRO 2013**

AÇÃO	META FÍSICA ANUAL		RECURSO ORÇAMENTÁRIO		%
	PROGRAMADO	REALIZADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	
2088 - Transferência de Recursos Financeiros à Farmácia Básica nos Municípios	Beneficiar 62 municípios com recursos financeiros para atenção básica.	Beneficiados municípios. 55	4.426.373,86	3.425.915,37	77,4
2089 - Fornecimento de Medicamentos e Insumos para a Rede Assistencial do Estado	Beneficiar 118 unidades de saúde com fornecimento de medicamentos e insumos.	Beneficiadas unidades. 117	196.819.142,55	192.911.015,86	98,0
2090 - Fornecimento de Medicamentos Excepcionais e de Alto Custo	Beneficiar 60.000 pessoas com fornecimento de medicamentos excepcionais e de alto custo.	Beneficiadas pessoas. 71.440	24.204.093,36	24.149.631,52	99,8
2462 - Apoio às Farmácias Populares	Mantiver 06 farmácias populares.	Mantidas 06 farmácias.	3.969.941,11	3.969.941,11	100
<b>TOTAL DO PROGRAMA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA</b>			<b>229.419.550,88</b>	<b>224.456.503,86</b>	<b>97,8</b>

Fonte: Sefaz/AM, FES, CEMA

O Programa Assistência Farmacêutica de competência da Central de Medicamentos do Amazonas – CEMA, e executado também por outras unidades gestoras da saúde, apresentou ótimo desempenho na execução física e financeira das suas ações. O programa teve despesa empenhada de R\$ 224.456.503,86 (duzentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e três reais, oitenta e seis centavos) alcançando um percentual de execução de 97,8%.

#### **Principais Atividades Desenvolvidas no Programa 3258**

Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se: participação nos planos emergenciais de atendimento aos municípios atingidos pela enchente e vazante dos rios e nas ações de socorro realizadas pelo Governo do Estado em parceria com as Forças Armadas, com o Programa Amazonas Saúde Itinerante, Ação Cívica e Social, Correio Aéreo Nacional, barcos Pronto Atendimento Itinerante, Expedicionário da Saúde e Asas do Socorro. Foram beneficiados 55 municípios com recursos financeiros da atenção básica; mantidas 117 unidades de saúde com medicamentos e produtos para saúde; 71.440 pessoas foram assistidas com medicamentos excepcionais e de alto custo; mantidas 06 farmácias populares; abastecimento dos programas Saúde em Casa, Projeto Governo Cidadão, Banco de Olhos e Coordenação de Transplantes.

### **PROGRAMA 3261 – ASSISTÊNCIA À SAÚDE ONCOLÓGICA**

O objetivo deste Programa, de competência da FCECON é executar as políticas estaduais de saúde no campo da oncologia, bem como o desenvolvimento do ensino e a pesquisa voltada a área da oncologia.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 3261 – JANEIRO-DEZEMBRO 2013**

AÇÃO	META FÍSICA ANUAL		RECURSO ORÇAMENTÁRIO		%
	PROGRAMADO	REALIZADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	
2134 - Desenvolvimento de Atividades Educativas, Preventivas e de Detecção Precoce do Câncer	Realizar 06 campanhas educativas preventivas e de detecção precoce do câncer.	Realizada 07 campanhas.	92.638,28	45.074,52	48,7
2137 - Tratamento e Controle do Câncer	Atender 82.500 pacientes no tratamento do câncer.	Atendidos 77.961 pacientes.	9.088.998,09	7.886.140,30	86,8
2467 - Realização de Atividades de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	Desenvolver 35 projetos de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico.	Desenvolvidos 40 projetos.	257.076,11	223.601,03	87,0
2487 - Atendimento à População Indígena em Oncologia	Atender 272 indígenas em oncologia.	Atendidos 589 indígenas.	373.189,99	278.681,20	74,7
<b>TOTAL DO PROGRAMA ASSISTÊNCIA À SAÚDE ONCOLÓGICA</b>			<b>9.811.902,47</b>	<b>8.433.497,05</b>	<b>94,0</b>

Fonte: Sefaz/AM, FCECON

O Programa Assistência à Saúde Oncológica apresentou um ótimo desempenho na sua execução financeira com despesa empenhada de R\$ 8.433.497,05 (oito milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e sete reais, cinco centavos) e percentual de execução de 94%, sendo que as suas quatro ações foram muito bem desenvolvidas em relação à meta física e financeira de 2013.

**Principais Atividades Desenvolvidas no Programa 3261**

Foram realizadas 07 campanhas educativas preventivas e de detecção precoce do câncer; ministrado 42 palestras educativas sobre fatores externos de risco do câncer (atendendo um público de 2.688 pessoas); distribuídos 17.249 kits contendo materiais educativos sobre o tema citado; treinados cerca de 50 profissionais dos prestadores de serviço do SUS/AM para implantação do Sistema de Informação em Câncer – Siscan (sistema que será de uso obrigatório a partir do mês de julho por exigência do MS); realizados 77.961 atendimentos para pacientes com tratamento de câncer; desenvolvidos 40 projetos de ensino e pesquisa; atendidos 589 indígenas em oncologia: consultas médicas, cirurgias, exames, tratamento oncológico e terapia da dor, cuidados paliativos e outros serviços necessários ao diagnóstico e tratamento do paciente.

**PROGRAMA 3267 – INVESTIMENTO EM SAÚDE**

O objetivo deste Programa é melhorar a resolutividade e ampliar a cobertura da assistência ambulatorial e hospitalar no Estado, considerando a conformação das redes de atenção, planos regionais e necessidades da população.

**EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 3267 – JANEIRO-DEZEMBRO 2013**

AÇÃO	META FÍSICA ANUAL		RECURSO ORÇAMENTÁRIO		%
	PROGRAMADO	REALIZADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	
1219 - Construção da Nova Sede da SUSAM	Executar 30% da construção da sede da SUSAM.	Meta não realizada.	0,00	0,00	-
1220 - Construção do Hospital Pronto-Socorro da Zona Norte	Executar 30% da construção do HPS da Zona Norte.	Projeto PPP.	0,00	0,00	-
1221 - Implantação do Centro de Reabilitação para Dependentes Químicos	Executar 100% da construção do Centro de Reabilitação.	Executado 80%.	4.342.901,22	4.342.901,22	100
1238 - Construção e Ampliação da Estrutura Física da Saúde e de Gestão na Capital	Construir/ampliar 04 unidades de saúde na capital.	Construídas/ampliadas 16 unidades .	64.830.235,73	54.532.834,42	84,1
1239 - Construção e Ampliação da Estrutura Física da	Construir/ampliar 04 unidades de	Construídas/ampliadas	26.318.954,46	18.991.833,24	



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**Comissão das Contas do Governador**

Saúde e de Gestão no Interior	saúde no interior.	17 unidades.			72,2
-------------------------------	--------------------	--------------	--	--	------

AÇÃO	META FÍSICA ANUAL		RECURSO ORÇAMENTÁRIO		%
	PROGRAMADO	REALIZADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	
1240 - Reforma e Adequação da Estrutura Física da Saúde e de Gestão na Capital	Reformar/adequar 07 unidades de saúde na capital.	Reformadas 03 unidades.	2.155.562,36	1.089.694,36	50,6
1241 - Reforma e Adequação da Estrutura Física da Saúde e de Gestão no Interior	Reformar/adequar 09 unidades de saúde no interior.	Reformadas 05 unidades.	3.149.765,96	3.084.582,68	97,9
1247 - Implantação do SAMU	Beneficiar 04 regionais de saúde.	Beneficiada 01 regional.	60.067,24	0,00	0,0
1250 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente no Interior	Equipar unidades de saúde no interior.	Equipadas 65 unidades hospitalares.	28.801.644,31	18.342.179,23	63,7
1251 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente na Capital	Equipar unidades de saúde na capital.	Equipadas 62 unidades.	68.723.963,57	39.779.549,23	57,9
1253 - Aquisição de Ambulâncias Terrestre e Fluvial nos Municípios	Aquisição de 50 ambulâncias/ambulanchas.	Adquiridos 99 ambulâncias e 45 ambulanchas.	15.249.850,00	14.208.850,00	93,2
1255 - Co-financiamento para Reestruturação da Atenção Primária de Saúde no Estado	Contemplar os 62 municípios do Amazonas.	Meta não realizada.	0,00	0,00	-
1269 - Implantação da Central Estadual de Transplantes	Implantar a Nova Central Estadual de Transplantes.	Meta não realizada.	242.008,76	0,00	0,0
2214 - Co-financiamento para Fortalecimento da Regionalização	Beneficiar as 09 regionais de saúde.	Meta não realizada.	0,00	0,00	-
2215 - Apoio a Implementação de Convênios e Parcerias com o Estado	Firmar 32 convênios.	Firmados 20 convênios.	20.980.453,27	18.278.905,18	87,1
2242 - Revitalização do Parque Tecnológico da Saúde	Equipar a Sede Administrativa da SUSAM de materiais de informática.	Meta não realizada.	0,00	0,00	-
2503 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para os municípios do Alto Solimões: Projeto QualiSUS-Rede	Adquirir 882 equipamentos para o Alto Solimões.	Adquiridos 911 equipamentos.	3.565.000,00	2.039.906,61	57,2
2504 - Reforma e Adequação de Unidades de Saúde no Alto Solimões: Projeto QualiSUS-Rede	Reformar e adequar 12 unidades no Alto Solimões.	Executada na ação 1239.	0,00	0,00	-
<b>TOTAL DO PROGRAMA INVESTIMENTO EM SAÚDE</b>			<b>238.420.406,88</b>	<b>174.691.236,17</b>	<b>73,3</b>

Fonte: Sefaz/AM, Susam

O programa Investimento em Saúde apresentou em 2013, despesa empenhada na importância de R\$ 174.691.236,17 (cento e setenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e um mil, duzentos e trinta e seis reais, dezessete centavos) alcançando o percentual de execução de 73,3%. As ações que não apresentaram execução financeira têm as seguintes justificativas: a ação 1247 teve recursos financeiros realizados nas ações 1239 e 1253, alguns projetos estão em fase de elaboração, em procedimento licitatório, outros aguardando celebração de contrato ou revisões de documentações necessárias e alguns estão com processo em andamento ou fase de projeto PPP (Parceria Pública Privada).

### **Principais Atividades Desenvolvidas no Programa 3267**

- A Susam tem investido na ampliação da rede de serviços, considerando a adesão do Estado aos projetos de implantação de redes de atenção à saúde do Governo Federal, entre elas Rede Cegonha, de Urgências e Emergências, Psicossocial, Doenças Crônicas e Pessoas com Deficiência, dando prioridade para as Regionais do Alto Solimões e da Metropolitana Ampliada, (Médio Amazonas, Rio Negro e Solimões, Entorno de Manaus, Alto Rio Negro e Alto Solimões) totalizando 35 municípios do interior do Estado e a capital Manaus, iniciando com a elaboração do Plano Estadual da Rede de Urgência e Emergência e Plano Estadual da Rede Cegonha;
- Implantado o Comitê Gestor de Urgência e Emergência do Estado do Amazonas e aprovado o Plano da RUE, onde estão incluídas a proposta de qualificação da rede e a criação do SAMU Amazonas nas quatro Regiões de Saúde prioritárias, contemplando duas Centrais de Regulação



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

das Urgências, 35 unidades de suporte básico terrestre, 41 unidades de suporte fluvial, quatro unidades de aeromédico, 14 salas de estabilização e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Tipo I;

- O Estado captou recursos das redes, por meio de projetos conveniados com o MS para a realização de obras de ampliação e reforma das unidades de urgência e emergência e maternidades do estado na capital e no interior; além da ampliação, habilitação ou qualificação de leitos;

- Reforma/adequação e ampliação de imóvel para implantação do Centro de Reabilitação em Dependência Química, situado no Km-53 da rodovia AM-010;

- Foi inaugurado na FMT-HVD o Ambulatório de Doenças Infecciosas e Parasitárias, totalmente equipado com tecnologias avançadas. Destaca-se ainda a aquisição de um micro-ônibus equipado com dois consultórios médicos para dar suporte ao atendimento de pessoas vivendo com HIV/AIDS;

- Na capital os investimentos foram: construção e ampliação da FMT-HVD, FCECON, UPA Cidade Nova, UPA Campos Sales, UPA Petrópolis, Maternidade Balbina Mestrinho, Hospital Geraldo da Rocha, HPS João Lúcio, PSC Zona Leste, PSC Zona Oeste, HUFM, SRT Lar Rosa Blaya, CEMA, CAPS Silvério Tundis, UBS Viver Melhor na Santa Etelvina e a Sede da Susam; Reforma e adequação da FHMOAM, Policlínica Zeno Lanzini e Farmácia Popular da Cidade Nova;

- O Hospital Francisca Mendes está sendo reestruturado para ser transformado em Fundação Hospital do Coração do Amazonas, para realizar cirurgias cardíacas em adultos e crianças e, também transplantes de coração;

- Adequação de uma área no Centro Cirúrgico da FCECON a qual viabilizará a montagem da primeira Sala Inteligente da Região Norte, que receberá equipamentos de ponta para a realização de cirurgias minimamente invasivas (vídeo laparoscopia) e terá capacidade de transmissão dos procedimentos aos acadêmicos a partir da telemedicina;

- No interior os investimentos foram: construção e ampliação das unidades de saúde dos municípios de Itapiranga, Humaitá, Codajás, Coari, Manaquiri, Caapiranga, Tabatinga, Silves, São Paulo de Olivença, São Gabriel da Cachoeira, Eirunepé, Envira, Iranduba, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Careiro da Várzea; reforma e adequação nos hospitais dos municípios do Careiro, Careiro Castanho, Itamarati, Novo Aripuanã, Manaquiri, e UBS em Fonte Boa;

- A Susam em parceria com o Ministério da Saúde e municípios está implantando o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), que irá abranger toda a região do Alto Solimões formada por nove municípios. Cada município está recebendo ambulância e ambulanchas para assegurar o transporte de pacientes e o acesso das comunidades ribeirinhas ao serviço. Foi implantada em Tabatinga a Central de Regulação do SAMU Regional do Alto Solimões no complexo UPA e Maternidade Celina Villacrez Ruiz que atenderá 24hs recebendo chamadas pelo 192. Foram treinadas as equipes de condutores socorristas e técnicos de enfermagem que atuarão no SAMU do Alto Solimões;

- Foram equipadas 65 unidades hospitalares, além de unidades básicas de saúde no interior, e na capital foram equipadas 62 unidades;

- Foram adequadas salas para o exame de mamografia no interior. Dos 61 municípios, 11 já foram contemplados em 2012, juntamente com o Barco PAI. Os técnicos estão sendo treinados no Cetam, por meio de convênio com a Susam. Também serão instalados novos aparelhos de ultrassonografia nos 61 municípios e os técnicos serão treinados para operar o equipamento;

- Foram adquiridos 991 equipamentos, sendo 255 equipamentos médicos, 116 aparelhos de ar-condicionado, 96 equipamentos áudio-visuais (aparelho de dvd, televisão, tela de





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

projeção e projetor de vídeo), 14 motores rabeta e 430 materiais permanentes para atender as necessidades dos municípios do Alto Solimões e distritos especiais;

- Foram adquiridas 99 ambulâncias e 45 ambulanchas, totalizando 144 veículos. Já foram beneficiados no interior: 36 municípios com ambulâncias e 33 municípios com ambulanchas, na capital foi beneficiada a Maternidade Balbina Mestrinho com 1 ambulância;

- Foram entregues 09 veículos do tipo pick-up, 218 motocicletas, 12 semirreboques, 29 equipamentos de termonebulização (UBVs costais) e 17 motores de popa de 15 e 40 HPs, 52 grupos geradores, 58 microscópios bacteriológicos, 4 freezer, 12 furadeiras e 07 motores tipo rabeta e 78 pulverizadores, entre outros equipamentos para fortalecer e reforçar as ações de Vigilância em Saúde, principalmente o combate à Malária e à Dengue, aos municípios do interior do Estado;

- Concluído o projeto executivo para a construção do Hospital do Sangue;

- Elaboração de vários projetos para construção: Centro Especializado em Reabilitação CER-IV; adequação de área para implantação do Centro Especializado em Reabilitação CER-III a ser implantado na Policlínica Codajás; adequações das maternidades da capital e interior para o programa de parto humanizado (Rede Cegonha) do Governo Federal; adequações da urgência e emergência dos hospitais da capital (porta de entrada); hospital de Manacapuru que irá atender a região de saúde Rio Negro e Solimões.

### **PROGRAMA 3274 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

O objetivo deste Programa, de competência da FVS/AM é buscar a melhoria da qualidade de vida da população do Amazonas, por meio da promoção e proteção à saúde, mediante ações integradas das vigilâncias epidemiológica, sanitária, ambiental e laboratorial, bem como o controle de doenças e agravos, incluindo educação, capacitação, pesquisa e ações interinstitucionais.

#### **EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 3274 – JANEIRO-DEZEMBRO 2013**

AÇÃO	META FÍSICA ANUAL		RECURSO ORÇAMENTÁRIO		%
	PROGRAMADO	REALIZADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	
2163 - Operacionalização das Ações de Vigilância Epidemiológica	Vacinar 240.629 crianças.	Aplicadas 197.857 doses de vacina	16.607.312,37	11.770.577,70	70,9
2236 - Análise Laboratorial de Interesse em Saúde Pública - LACEN	Realizar 48.700 exames pelo LACEN.	Realizados 25.583 exames	9.592.675,23	5.613.600,61	58,5
2237 - Operacionalização das Ações de Vigilância Ambiental em Saúde	Combater 25.355 casos de malária.	Diagnóstico e tratamento de 75.162 casos de malária	8.476.271,70	4.930.022,41	58,2
2238 - Operacionalização das Ações de Vigilância Sanitária	Realizar 6.800 inspeções sanitárias.	Realizadas 18.677 inspeções sanitárias	1.362.079,28	510.884,41	37,5
2239 - Revitalização dos Sistemas de Informações de Saúde na FVS/AM	Monitorar 62 municípios nos sistemas de informações de saúde.	Monitorados 62 municípios	0,00	0,00	-
<b>TOTAL DO PROGRAMA VIGILÂNCIA EM SAÚDE</b>			<b>36.038.338,58</b>	<b>22.825.085,13</b>	<b>63,3</b>

Fonte: Sefaz/AM, FVS/AM.

O Programa de Vigilância em Saúde, envolvendo a FVS-AM e demais unidades gestoras (FES, FCECON, FMT-HVD, HPS 28 de Agosto, HPS João Lúcio, HPS Platão Araújo, PSC Zona Sul, SPA Joventina Dias e SPA São Raimundo), teve como dotação atualizada R\$ 36.038.338,58 (trinta e seis milhões, trinta e oito mil, trezentos e trinta e oito reais, cinquenta e oito centavos) sendo empenhada a importância total de R\$ 22.825.085,13 (vinte e dois milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, oitenta e cinco reais, treze centavos) com percentual de execução de 63,3%.

Em relação a execução orçamentaria da Fundação de Vigilância em Saúde – FVS/AM no programa 3274 a dotação atualizada apresentou valor de R\$ 19.939.032,48 (dezenove milhões, novecentos e trinta e nove mil, trinta e dois reais, quarenta e oito centavos) sendo empenhado a





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

importância de R\$ 19.922.446,69 (dezenove milhões, novecentos e vinte e dois mil, quatrocentos e quarenta e dois reais, sessenta e nove centavos) alcançando um percentual de 99,9%.

**Principais Atividades Desenvolvidas no Programa 3274**

- Coordenação e execução da campanha de vacinação contra o vírus HPV, para a prevenção do câncer de colo uterino, em parceria com os 62 municípios do Estado, atingindo uma cobertura na 1ª dose de 95,4%, correspondendo 103.245 doses aplicadas e na 2ª dose uma cobertura vacinal de 94%, representando 97.337 doses aplicadas em meninas na faixa etária de 11 a 13 anos de idade;
- Coordenação, assessoramento e monitoramento de execução dos “Planos de Intensificação para o Controle da Malária e da Dengue”, nos 62 municípios do Estado;
- Foram aplicadas 197.857 doses de vacina, com realização das campanhas de vacinação contra a influenza para a população menor de 02 anos e de vacinação contra paralisia infantil, para a população menor de 05 anos;
- Realização do Inquérito Nacional de Prevalência da Esquistossomose e Geohelmintíase em 15 municípios e implantação da 1ª etapa da Campanha Nacional para o tratamento Quimioprofilático das Geohelmintíases, em oito municípios do Estado, em 2013;
- Diagnóstico da situação das ações de Vigilância Sanitária dos Municípios do Estado do Amazonas, sendo priorizados em 2013, a região metropolitana de Manaus e municípios de interesse turístico, para a Copa 2014;
- Coordenação, monitoramento e execução de 18.677 inspeções sanitárias no Estado;
- Coordenação da Câmara Temática de Saúde em Manaus da COPA 2014 e do grupo técnico responsável pela elaboração do “Plano de Contingência na área da saúde”, na operacionalização e acompanhamento das ações estruturantes, visando à promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos, e a atenção à saúde para a Copa de 2014;
- Elaboração do “Boletim Epidemiológico de Vigilância em Saúde” com indicadores de natalidade, morbidade, mortalidade e cobertura vacinal no Estado do Amazonas;
- Implantação da vigilância das doenças e agravos não transmissíveis nos municípios;
- Investigação e busca ativa de óbitos fetais, infantis e de maternos, em mulheres em idade fértil (MIF), em todo o Estado;
- Realização de 25.583 exames pelo LACEN;
- Realização do diagnóstico de filariose linfática em Haitianos;
- Combatidos 54.652 casos de malária;
- Controle e diagnóstico de 75.162 casos novos de malária;
- Implantação e/ou implementação das Comissões de Controle de Infecção Hospitalar em 100% das Unidades Hospitalares de Manaus com leitos de UTI e implantação das Comissões Municipais de Controle de Infecção Hospitalar, em 04 municípios;
- Adesão dos 62 municípios do Amazonas ao Programa do Ministério da Saúde, de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde – PQA/VS.

**PROGRAMA 3275 – ATENÇÃO EM TRAUMATO-ORTOPEDIA E OUTRAS ESPECIALIDADES**



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

O objetivo deste Programa, de competência da FHAJ é promover assistência à saúde em Traumatologia-Ortopedia, outras especialidades médicas e fisioterapia, bem como o desenvolvimento do ensino e pesquisa nas áreas clínicas, cirúrgicas e de apoio ao diagnóstico de interesse do SUS/AM.

**EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 3275 – JANEIRO-DEZEMBRO 2013**

AÇÃO	META FÍSICA ANUAL		RECURSO ORÇAMENTÁRIO		%
	PROGRAMADO	REALIZADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	
2164 - Assistência à Saúde nas Áreas Traumatologia-Ortopedia e Outras Especialidades	Atender 80.000 pacientes nas áreas de Traumatologia-Ortopedia e outras especialidades.	Atendidos 508.881 pacientes	9.221.308,41	7.191.146,12	78,0
2180 - Fornecimento de Órtese e Prótese para Traumatologia-Ortopedia	Dispensar 1.100 materiais de órtese e prótese para o atendimento médico e cirúrgico em Traumatologia-Ortopedia.	Dispensados 1.346 materiais de órtese e prótese	2.767.007,16	2.533.543,39	91,6
2181 - Desenvolvimento de Ensino, Pesquisa e Eventos em Saúde	Capacitar/treinar profissionais, acadêmicos, residentes.	Capacitados 21.483 profissionais, acadêmico, residente.	0,00	0,00	-
<b>TOTAL DO PROGRAMA ATENÇÃO EM TRAUMATO-ORTOPEDIA</b>			<b>11.988.315,57</b>	<b>9.724.689,51</b>	<b>81,1</b>

Fonte: Sefaz/AM, Fundação Hospital Adriano Jorge

O Programa Atenção em Traumatologia-Ortopedia e Outras Especialidades empenhou a importância de R\$ 9.724.689,51 (nove milhões, setecentos e vinte e quatro mil, seiscentos e oitenta e nove reais, cinquenta e um centavos) alcançando percentual de execução de 81,1%. É importante ressaltar que a ações 2181 apresentou meta física e a execução financeira ocorreu na ação 2164.

**Principais Atividades Desenvolvidas no Programa 3275**

- Na assistência foram realizados 508.881 atendimentos nas áreas de Traumatologia-Ortopedia e outras especialidades, dispensado 1.346 materiais de órteses e próteses para cirurgias;
- Capacitados/treinados 21.483 profissionais, acadêmicos e residentes;
- Realizada ações que envolvem o transplante de fígado;
- Continuação das ações para as cirurgias bariátricas em pacientes mórvidos;
- Mutirão de cirurgias em diversas áreas da FHAJ (quadril, coluna, joelho e mão);
- O Governo do Estado do Amazonas em parceria com o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Addad Pinto, realizaram jornada de cirurgias de quadril e coluna na FHAJ;
- Atendimento em pacientes prioritários com deformidades nas mãos com faixa etária de 0 a 17 anos com paralisia e deformidades congênitas e sequelas em acidentados;
- Jornada Científica debatendo temas multidisciplinares como: cardiologia, hepatologia, transplantes e obesidade mórbida com palestrantes oriundos de Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiânia;
- Inauguração da RUTE com avanço na saúde do Amazonas;
- Apresentação de 70 trabalhos de Pesquisas que integram o Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC), em parceria com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Amazonas – Fapeam.

**PROGRAMA 3276 – ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO**

O objetivo deste Programa é garantir o atendimento dos serviços de saúde, voltados para a implementação das redes temáticas – rede de urgência e emergência, rede cegonha, rede psicossocial,



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

Comissão das Contas do Governador

rede de atenção à pessoa com deficiência, rede oncológica e demais Políticas de Atenção Especializada, oportunizando a ampliação do acesso aos serviços de saúde, à assistência integral e humanizada.

**EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 3276 – JANEIRO-DEZEMBRO 2013**

AÇÃO	META FÍSICA ANUAL		RECURSO ORÇAMENTÁRIO		%
	PROGRAMADO	REALIZADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	
2211 - Fornecimento de Órtese, Próteses em Saúde	Beneficiar 4.800 pessoas com órteses e próteses pelo CER III e atender O Programa Viver Melhor.	Beneficiadas 6.322 pessoas pelo CER III e atendido o Programa Viver Melhor	5.253.325,84	4.889.525,05	93,1
2212 - Encaminhamento e Remoção de Pacientes em Tratamento de Saúde Fora de Domicílio	Encaminhar 1.900 pessoas para realizar tratamento de saúde.	Encaminhados 2.296 pacientes	14.339.093,20	14.336.341,23	99,9
2224 - Manutenção da Rede Ambulatorial e Hospitalar de Atenção Especializada	Manter 72 unidades da rede ambulatorial e hospitalar.	Mantidas 72 unidades	151.777.070,80	147.646.651,11	97,3
2226 - Manutenção da Rede Telessaúde	Implementar a Telessaúde em 61 municípios.	Implementado em 61 municípios	1.906.158,84	1.906.158,84	100
2240 - Manutenção da Rede de Urgência e Emergência	Manter 19 unidades da rede de urgência e emergência.	Mantidas 15 unidades	128.428.947,02	117.527.077,76	91,5
2244 - Manutenção da Rede Básica Estadual	Manter 15 unidades da rede básica.	Mantidas 15 unidades	1.560.922,07	109.395,83	7,0
2245 - Manutenção da Rede Materno Infantil	Manter 08 unidades da rede materno infantil.	Mantidas 08 unidades	60.885.725,55	57.271.131,96	94,1
2247 - Manutenção do Serviço de Assistência aos Nefropatas Crônicos	Manter contratos com 04 unidades complementares de serviço de assistência aos nefropatas crônicos.	Mantidos contratos com as 04 unidades complementares	17.207.940,23	14.217.558,69	82,6
2248 - Manutenção do SAMU	Manter o SAMU em 04 regiões prioritárias.	Meta não realizada	0,00	0,00	-
AÇÃO	META FÍSICA ANUAL		RECURSO ORÇAMENTÁRIO		%
	PROGRAMADO	REALIZADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	
2249 - Manutenção do Complexo Regulador do Estado	Manter em funcionamento o Complexo Regulador.	Mantidas 02 unidades: Complexo Regulador do Amazonas e o Complexo Regional de Regulação do Alto Solimões	976.509,39	529.951,28	54,3
2250 - Contratação de Cooperativas/Empresas Assistenciais	Contratar 33 cooperativas/empresas para a prestação de serviço assistencial.	Contratadas 32 cooperativas	464.610.308,36	458.423.288,17	98,7
2251 - Serviços Prestados pela Rede Complementar do SUS	Manter 73 contratos de saúde com a rede complementar do SUS/AM.	Contratadas 65 prestadoras de serviços	79.771.522,44	72.857.189,24	91,3
2282 - Atenção Domiciliar	Realizar 600 atendimentos.	Atendidas 775 pessoas	6.928.654,28	2.576.126,17	37,2
2283 - Operacionalização do Serviço de Remoção Assistencial do Estado	Realizar 300 remoções de urgência com serviço aeromédico de UTI.	Realizadas 586 remoções	18.326.380,56	17.796.834,41	97,1
2284 - Operacionalização do Serviço de Transporte Sanitário	Transportar 250 pacientes para a realização de exames e consultas.	Meta não realizada	0,00	0,00	-
2474 - Transferência de Recursos da Média e Alta Complexidade aos Municípios	Beneficiar 06 municípios com recursos da média e alta complexidade.	Beneficiados 12 municípios	4.717.596,40	3.737.969,00	79,2
2479 - Implementação do Programa Escola Solidária	Atender 17.000 pessoas através de ações intersetoriais.	Atendidas 16.938 pessoas	193.281,58	182.509,60	94,4
2510 - Manutenção da Rede Psicossocial	Manter 04 unidades da rede psicossocial.	Mantidas 02 unidades.	2.626.468,61	1.279.515,26	48,7
<b>TOTAL DO PROGRAMA ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO</b>			<b>959.509.905,17</b>	<b>915.287.223,60</b>	<b>95,4</b>

Fonte: Sefaz/AM, Susam

O Programa Atenção à Saúde da População encerrou o exercício de 2013 com despesa empenhada no valor de R\$ 915.287.223,60 (novecentos e quinze milhões, duzentos e oitenta e sete mil, duzentos e vinte e três reais, sessenta centavos) alcançando o percentual de execução de 95,4%, sendo que das suas dezoito ações apenas duas (2248 e 2284) não apresentaram execução física e financeira.

**Principais Atividades Desenvolvidas no Programa 3276**

- Para atender o Centro Especializado em Reabilitação (CER III), antigo Programa de Atenção Integral ao Deficiente (PAID), foram entregues 68.884 mil órteses e próteses, beneficiando 6.322 usuários da rede estadual de saúde com aparelhos auditivos, óculos, bengalas, cadeiras de roda, órteses ortopédicas, bolsas para estomia urinária e intestinal, entre



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

outros. Esta rede foi contemplada com ônibus especialmente adaptado para a locomoção de pacientes que necessitam realizar atividades nas unidades de saúde. Durante o ano foram realizados 46.246 atendimentos em nove especialidades.

- O Programa Estadual de Atenção às Pessoas com Deficiência – Viver Melhor Habitação e Reabilitação – desenvolvidos pela Seped e Seinfra, em parceria com a Susam, desenvolve atividades com dispensação de kits saúde contendo cadeiras de roda padronizadas, cadeira de banho adulto e infantil, muletas, cama e colchão hospitalar tipo Fowler, colchão caixa de ovo e fraldas infantil e geriátricas. Em 2013 foram distribuídos mais de 1.230 equipamentos e mais de 270 mil fraldas;

- O Tratamento Fora de Domicílio (TFD) disponibiliza aos pacientes e seus acompanhantes todas as passagens aéreas, ida e volta, e a ajuda de custo para garantir acesso a serviços de saúde não disponíveis no Estado do Amazonas, como o transplante de medula óssea, coração, fígado, pulmão, oftalmologia (retina), implante coclear, cirurgia plástica reparadora/queimados (situações mais complexas), cirurgia cardíaca (situações mais complexas) e cirurgia neurológica (situações mais complexas). Foram encaminhados 2.296 pacientes;

- A Susam manteve em funcionamento, 72 unidades da rede ambulatorial e hospitalar, 15 unidades da rede de urgência e emergência, 15 unidades da rede básica, 08 unidades da rede materno infantil, 2 unidades da rede psicossocial, o Complexo Regulador do Amazonas e o Complexo Regional de Regulação do Alto Solimões;

- Iniciou-se o funcionamento da Central de Internação com o propósito de regular a demanda e oferta de leitos hospitalares no Estado do Amazonas. Igualmente à Central Ambulatorial, a Central de Internação constitui-se em mecanismo para facilitar o acesso, bem como a otimização da capacidade instalada no que se refere a leitos. Integram a Central 21 estabelecimentos hospitalares, dentre eles oito maternidades, três fundações, dois hospitais universitários, três hospitais e Pronto-Socorros infantis e três hospitais e Pronto-Socorros adultos que participam com 2.230 leitos cirúrgicos, clínicos, obstétricos e pediátricos. Atualmente, a média diária é de 300 solicitações de internações, com tendência crescente;

- A Susam contratou 33 cooperativas/empresas para a prestação de serviço assistencial;

- Através do Programa Estadual de Telessaúde, o serviço de Telecardiologia já está disponível em todos os 61 municípios do interior do Estado, com a oferta de eletrocardiograma e consultas especializadas (teleconsultas em 17 especialidades médicas) com laudo retornando a partir da análise feita no Hospital Francisca Mendes, na capital. O programa está em expansão no diagnóstico em cardiologia, com a implantação do Programa Tele-Mapa e Tele-Holter, oferecendo exames de Holter e Mapa que auxiliam no diagnóstico de doenças cardíacas nos municípios de Manacapuru, Humaitá, Parintins e Itacoatiara. O Programa de Telessaúde permite também a realização de cursos de capacitação profissional à distância. Incorporou o projeto da Telerradiologia implantado nos 61 municípios a partir de junho de 2013 e realiza a emissão de laudos à distância para exames de mamografia e radiologia, por meio da Central de Telemedicina, para os municípios do Amazonas. Atualmente estão enviando exames os municípios de Parintins, Manacapuru, Maués, Borba e Itacoatiara;

- Através do Serviço de Remoção Assistencial de Urgência do Estado foram removidos 586 pacientes do interior para a capital, em estado crítico, por meio do serviço aeromédico de UTI;

- Com o objetivo de ampliar a oferta de serviços de saúde a Susam contratou 65 prestadores de serviços para ofertar consultas e exames especializados, buscou-se a contratação



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

de mais 4.330 consultas na rede privada para prestar assistência complementar aos pacientes do SUS, nas áreas de neurologia pediátrica, endocrinologia, urologia e proctologia. Também foram contratados o Hospital Beneficente Portuguesa do Amazonas e Nilton Lins, além de manter 13 contratos de serviço de assistência aos nefropatas crônicos em 04 instituições privadas, sendo elas: Clínica Renal de Manaus, Hospital Santa Júlia, Centro de Doenças Renais e a Pronefro;

- Realizados 775 atendimentos domiciliares aos pacientes acamados através de visitas domiciliares e distribuição de medicamentos e produtos para saúde (fraldas, nutrição e outros);
- Realizados 16.938 atendimentos de saúde do Programa Escola Solidária nos eventos do Governo do Estado em parcerias com outras secretarias, com distribuição de medicamentos;
- Na área do transplante de órgãos foram realizadas as seguintes atividades: Acompanhamento domiciliar aos familiares de doadores; acompanhamento das atividades na educação continuada sobre doação e transplantes de órgãos; visita regular às unidades hospitalares notificadoras de potenciais doadores de órgãos para transplantes; capacitação para formação de profissionais na área de transplante; campanhas de conscientização para doação de órgãos; participação dos profissionais da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos do Amazonas (CNCDO) no 1º Fórum Nacional de Banco de Tecidos do Ministério da Saúde; acompanhamento na implantação do serviço de transplante de fígado na Fundação Hospital Adriano Jorge; acompanhamento dos pacientes no pré e pós-transplante de rins e córnea; realizados 17 transplantes de rim com doador falecido, 24 transplantes de rim com doador vivo e 209 transplantes de córnea;
- Aprovado o credenciamento e habilitação do Hospital Santa Júlia como Centro de Assistência de Alta Complexidade (CACON I e II). O Credenciamento do Hospital Santa Júlia em Alta Complexidade na área de Oncologia atende à Legislação da Política Nacional de Atenção Oncológica e pela necessidade de ampliação no Estado da oferta de procedimentos nessa área.

**PROGRAMA 3284 – FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE E GESTÃO DE POLÍTICAS ESTRATÉGICAS E TRANSVERSAIS**

O objetivo deste Programa é qualificar a atenção à saúde no âmbito do SUS/AM, a partir da atenção primária, das políticas estratégicas.

**EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 3284 – JANEIRO-DEZEMBRO 2013**

AÇÃO	META FÍSICA ANUAL		RECURSO ORÇAMENTÁRIO		%
	PROGRAMADO	REALIZADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	
2289 - Apoio a Implementação das Políticas Estratégicas e Transversais	Apoiar os 62 municípios do Amazonas nas políticas estratégicas e transversais.	Apoiados 62 municípios	3.526.550,93	1.036.204,99	29,4
2290 - Apoio ao Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde	Apoiar os 62 municípios do Amazonas nas ações de Atenção Primária em Saúde.	Apoiados 62 municípios	460.821,75	272.578,76	59,2
2475 - Apoio a Implementação das Ações de Humanização	Realizar 20 ações de humanização.	Meta não realizada	0,00	0,00	-
<b>TOTAL DO PROGRAMA FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA</b>			<b>3.987.372,68</b>	<b>1.308.783,75</b>	<b>32,8</b>

Fonte: AFI/SEFAZ, SUSAM.

O Programa Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde e Gestão de Políticas Estratégicas e Transversais apresentou despesa empenhada no valor total de R\$ 1.308.783,75 (um milhão, trezentos e oito mil, setecentos e oitenta e três reais, setenta e cinco centavos) com percentual de execução de





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

32,8%. A execução financeira da ação 2475 foi realizada na ação 2187 - Desenvolvimento das Ações de Educação Permanente em Saúde.

### **Principais Atividades Desenvolvidas no Programa 3284**

No Apoio a Implementação das Políticas Estratégicas e Transversais foram realizadas as seguintes atividades:

- **Saúde Bucal** - Foram realizadas avaliações das ações de saúde bucal na atenção básica nos 62 municípios do Estado. Esse trabalho resultou no credenciamento de novos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), de Laboratórios Regionais de Prótese Dentárias (LRPD) e na expansão das Equipes de Saúde Bucal (ESB) de 322 para 359 equipes em 2013. Quanto à valorização dos profissionais, foi ofertado o Curso de Capacitação da Atenção e Cuidado da Pessoa com Deficiência, em parceria com a UNASUS-UFPE, beneficiando um total de 78 profissionais da Saúde Bucal do Estado, entre Cirurgiões Dentistas, Técnicos em Saúde Bucal (TSB) e Auxiliares de Saúde Bucal (ASB), bem como o Curso Técnico de Nível Médio em Prótese Dentária para 40 profissionais do SUS, em parceria com a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) e a Escola Técnica do Sistema Único de Saúde do Amazonas (ETSUS-AM);

- **Saúde da Criança** – Nesse programa destaca-se a realização do Tele AIDPI Neo (Atenção Integral a Doenças Prevalentes na Infância) no Polo de Telessaúde da UEA, por Teleconferência, para municípios do interior do Estado e a execução de cursos do Programa de Educação em Saúde da Criança (PESC), em parceria com a Seduc e UEA, capacitando trabalhadores da saúde dos 62 municípios. Destaca-se, no PESC, a realização do AIDPI Neonatal (Atenção Integral a Doenças Prevalentes na Infância), cujo objetivo é contribuir com as ações para diminuição da mortalidade materna e neonatal no Estado. No Estado do Amazonas, existem 07 maternidades que são credenciadas como Hospital Amigo da Criança, onde se cumprem os passos para o sucesso do Aleitamento Materno: Instituto da Mulher Dona Lindu, Alvorada, Ana Braga, Azilda Marreiro, Balbina Mestrinho, Nazira Daou, Moura Tapajós e Hospital Vó Mundoca (Borba). A Maternidade Ana Braga recebeu do Ministério da Saúde a certificação como Centro de Referência para Atenção Humanizada ao Recém- Nascido – Método Canguru. O Hospital Vó Mundoca recebeu o prêmio BIBI VOGUE, por desenvolver ações de promoção ao aleitamento materno. A Rede de Bancos de Leite Humano – BLH do Estado é formada por três unidades nas seguintes maternidades: Ana Braga, Azilda Marreiro e Instituto da Mulher Dona Lindu. Foi realizada a Semana Mundial de Aleitamento Materno, que ocorre simultaneamente em mais de 150 países, cujo objetivo principal é chamar atenção de nutrízes e da sociedade de modo geral, para a importância da amamentação como ação de saúde de maior impacto na redução dos índices de mortalidade infantil. Ainda sobre Aleitamento Materno, foi lançado o GIBI “Amamentação sem Piti”, desenvolvido em parceria com o Telessaúde da UEA. O investimento no Programa de Triagem Neonatal, que proporciona diagnóstico precoce de alterações na saúde das crianças, está implantado em todas as maternidades da rede estadual de saúde, disponibilizando os seguintes testes: do pezinho (detecção de doenças congênitas), do coraçãozinho (detecção de cardiopatias congênitas), da orelhinha (detecção de perdas auditivas), e em fase implantação, os testes do olhinho (detecção de problemas visual) e da linguinha (detecções de alterações no frênulo lingual);

- **Saúde da Mulher** - Com o objetivo de assegurar a melhoria do parto e do nascimento domiciliar assistido, contribuindo para a redução dos indicadores de mortalidade materna e neonatal, as Parteiras Tradicionais e também Parteiras Indígenas do Alto Solimões, foram capacitadas.





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Esta ação segue recomendação do MS de qualificar o trabalho das parteiras e reconhecer que as mesmas têm função vital em locais onde há dificuldade de acesso. Ao final dos cursos as profissionais recebem cada uma um kit completo, com material e acessórios para auxiliar na realização do parto. A Maternidade Balbina Mestrinho foi escolhida pelo MS a ser credenciada como um dos seis centros regionais de apoio à Rede Cegonha no país;

- **Saúde do Trabalhador e Sistema Prisional** - Oficina para elaboração do Termo de Cooperação Técnica com o MPT com técnicos do CEREST; oficina de reestruturação do Plano Operativo de Saúde no sistema penitenciário nos municípios detentores de unidades prisionais; seminário para discussão de ações de combate à mortalidade materna; inspeção no canteiro de obras na construção do Shopping Ponta Negra; capacitação para Implantação do Núcleo de Saúde do Trabalhador em Atalaia do Norte, Tapauá, Tabatinga e Pauini; conclusão do Plano Operativo de Saúde do Sistema Penitenciário nos municípios com unidades prisionais (Manaus, Itacoatiara, Iranduba e Coari) juntamente com a Secretaria de Justiça do Amazonas;

- **No Apoio ao Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde – APS**, a Susam realizou oficinas de alinhamento com os 62 municípios, após a adesão ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ). Em parceria com MS, está acompanhando os profissionais do Programa de Valorização dos Profissionais na Atenção Básica (PROVAB), supervisionando as atividades do médico nos municípios contemplados. Em 2013, dez municípios foram contemplados com 38 médicos. As equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) que atuam na capital e nos 61 municípios do interior foram capacitadas, para padronizarem procedimentos, intensificar ações e realizar o correto monitoramento e avaliação dos resultados alcançados junto às populações do Estado. A ampliação da cobertura da Estratégia Saúde da Família foi outra prioridade da Susam. Consolidando esse modelo, novas equipes foram credenciadas em parceria com as prefeituras, contribuindo para a expansão da cobertura do programa e dando suporte aos municípios. Realizadas 114 viagens aos municípios do Estado do Amazonas, com o intuito de prestar assessoria técnica especializada em aspectos relacionados ao planejamento, programação, monitoramento e avaliação em saúde, e garantir a implementação das políticas de saúde, mais especificamente da Política Nacional de Atenção Básica. Foram realizadas 22 oficinas, encontros e seminários, alcançando 2.055 profissionais de saúde em todo o Estado, tendo como foco principal transformar as relações anteriormente de supervisão em relações que produzam a democratização e publicização dos processos de gestão e de decisão, fazendo com que estas últimas sejam tomadas a partir da análise e discussão coletiva, promovendo a autonomia de sujeitos e coletivos;

- **No Apoio a Implementação das Ações de Humanização** foram realizadas as atividades: Reunião com a SEAAS Capital para definir estratégias para trabalhar a diretriz acolhimento concomitante com os protocolos de classificação de risco; reunião para discutir proposta de constituir um Núcleo de Humanização na Susam, elaboração do Plano Estadual e Projeto de Acolhimento para as unidades definidas para o ACCR; oficina de trabalho para discutir a gestão da PNH na Susam, definir a agenda de reuniões do coletivo estadual para 2013; oficina para discutir a proposta de capacitação com recurso da Política de Educação Permanente e a realização do Seminário Macrorregional Norte em Manaus; apresentação da PNH para estudantes de medicina - saúde coletiva da Ufam; oficina de trabalho com a coordenadora da PNH na região norte e consultora do Amazonas para iniciar o processo de construção do plano estadual e do projeto para implantação do acolhimento nas unidades definidas para o ACCR; reunião técnica com a consultora da PNH no Amazonas para apresentação da proposta de projeto da Coordenação Nacional da PNH para a Região Norte; reunião do Coletivo Ampliado de Humanização do Amazonas para avaliar as ações realizadas e definir agenda para junho/julho/agosto/setembro de 2013; roda de conversa para finalização da proposta do Plano de Humanização e Projeto de Acolhimento para as unidades de saúde HPS João Lúcio, Platão Araújo e



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

HPS 28 de Agosto; reunião com a SEAS Capital para entrega do Plano de Humanização e Projeto de Acolhimento para as unidades de saúde HPS João Lúcio, Platão Araújo e HPS 28 de Agosto; realização de oficina de trabalho para apoio a proposta de vinculação que garante o atendimento qualificado da gestante à Maternidade Alvorada; realização de roda de conversa com trabalhadores do ICAM para apresentação da Carta dos Direitos do Usuário; apresentação da PNH para gestores de Saúde da Região de Saúde do Triângulo; reunião para definir estratégia para realização da metodologia da Tenda do Conto na Semana de Saúde Mental, especificamente no dia 10/10/13 no Largo de São Sebastião;

- **Programa Mais Médicos** - A Susam em parceria com as prefeituras, tem apoiado os profissionais médicos enviados ao Estado por meio do Programa Mais Médicos, do Governo Federal. Entre as ações de apoio, está o curso de nivelamento, realizado pela FMT-HVD e FVS/AM, com foco nas principais doenças da região, incluindo também orientações específicas aos profissionais que atuarão na área de saúde indígena. Na primeira etapa do programa, o Amazonas recebeu 74 profissionais que foram distribuídos em 28 municípios e cinco Distritos de Saúde Especiais Indígenas (DSEIs) e na segunda etapa vieram mais 113 médicos para atuar em 38 municípios e quatro DSEIs.

### **PROGRAMA 3286 – AMAZONAS SAÚDE ITINERANTE**

O objetivo deste programa é atender os moradores das sedes e zonas rurais dos municípios do interior com a realização de consultas, exames e tratamentos de média complexidade.

#### **EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 3286 – JANEIRO-DEZEMBRO 2013**

AÇÃO	META FÍSICA ANUAL		RECURSO ORÇAMENTÁRIO		%
	PROGRAMADO	REALIZADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	
2291 - Operacionalização da Saúde Itinerante – Amazonas	Realizar 20.000 atendimentos.	Realizados 59.300 atendimentos	11.661.795,84	6.342.650,00	54,4
2480 - Apoio ao Pronto Atendimento Itinerante – PAI	Realizar 460.000 atendimentos.	Realizados 110.000 atendimentos	2.384.702,46	2.305.716,66	96,7
<b>TOTAL DO PROGRAMA AMAZONAS SAÚDE ITINERANTE</b>			<b>14.046.498,30</b>	<b>8.648.366,66</b>	<b>61,6</b>

Fonte: Sefaz/AM, SUSAM.

O Programa Amazonas Saúde Itinerante apresentou em 2013 despesa empenhada no valor de R\$ 8.648.366,66 (oito milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, trezentos e sessenta e seis reais, sessenta e seis centavos) com percentual de execução de 61,6%.

#### **Principais Atividades Desenvolvidas no Programa 3286**

- As ações do Programa Amazonas Saúde Itinerante resultaram na realização de 59,3 mil atendimentos (entre consultas especializadas, cirurgias e dispensação de óculos). Foram realizadas 31,5 mil consultas de oftalmologia; a dispensação de 17,4 mil óculos; 3,3 mil cirurgias de catarata e 1,5 mil cirurgias gerais, além de 5,5 consultas distribuídas em diversas especialidades, como pediatria, ginecologia, cardiologia, urologia, entre outras. Na área de cirurgia geral, três ações realizadas no âmbito do Saúde Itinerante merecem destaque pelo seu alcance social: as jornadas de cirurgias corretivas de lábio leporino realizadas em Barreirinha (em julho), Coari (em outubro) e Parintins (em novembro). Em parceria com instituições como as igrejas Presbiteriana de Manaus e Batista de Parintins, além de organizações não governamentais como a Smile Train, as três jornadas beneficiaram 107 pacientes, entre adultos e crianças, inclusive indígenas, que puderam fazer as cirurgias reparadoras da alteração congênita;

- No apoio ao Pronto Atendimento Itinerante (PAI) foram realizados 110 mil atendimentos de saúde.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

### 1.2.5 Demonstrativo da Utilização dos Recursos pelas Unidades Gestoras - UG

A execução orçamentária da saúde abrangeu todas as 37 unidades gestoras, compreendendo a sede da SUSAM, as 29 unidades de saúde da gestão estadual, as 06 Fundações de Saúde e o FES, além de outros cinco órgãos do Governo do Estado.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR UNIDADE GESTORA – JANEIRO-DEZEMBRO 2013

UNIDADE GESTORA		DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO
17101	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - SUSAM	1.432.659.979,89	1.432.659.979,89	1.371.060.869,92
17102	CENTRO PSIQUIÁTRICO EDUARDO RIBEIRO	1.987.887,47	1.987.887,47	1.914.409,07
17103	POLICLÍNICA GOVERNADOR GILBERTO MESTRINHO	8.051.685,59	8.051.685,59	7.657.656,27
17104	POLICLÍNICA PAM – CODAJAS	8.068.857,02	8.068.857,02	7.345.088,41
17105	HOSPITAL GERAL DR. GERALDO DA ROCHA	1.774.281,37	1.774.281,37	1.749.565,13
17106	HOSPITAL DE ISOLAMENTO CHAPOT PREVOST	7.536.175,15	7.536.175,15	7.495.175,70
17107	PRONTO SOCORRO 28 DE AGOSTO	47.196.982,10	47.196.982,10	46.693.475,15
UNIDADE GESTORA		DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO
17109	INSTITUTO DE SAÚDE DA CRIANÇA DO AMAZONAS – ICAM	11.217.161,27	11.217.161,27	10.852.178,71
17110	PRONTO SOCORRO DA CRIANÇA ZONA SUL - PSC	14.909.992,40	14.909.992,40	14.750.051,15
17111	MATERNIDADE BALBINA MESTRINHO	11.453.787,79	11.453.787,79	11.088.788,41
17113	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DR. JOÃO LÚCIO PEREIRA MACHADO	52.768.151,13	52.768.151,13	51.765.893,84
17115	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA CRIANÇA - ZONA OESTE	14.120.715,31	14.120.715,31	14.001.147,20
17116	MATERNIDADE DE REFERÊNCIA DA ZONA LESTE DE MANAUS - ANA BRAGA	22.603.584,92	22.603.584,92	21.047.589,33
17117	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA CRIANÇA - ZONA LESTE	5.142.074,85	5.142.074,85	4.870.257,85
17118	POLICLÍNICA ZENO LANZINE	932.133,94	932.133,94	919.989,66
17119	POLICLÍNICA JOÃO DOS SANTOS BRAGA	383.653,68	383.653,68	377.472,66
17120	MATERNIDADE DONA NAZIRA DAOU - CAMI II	3.327.538,45	3.327.538,45	3.268.540,53
17121	MATERNIDADE AZILDA MARREIRO	5.079.787,21	5.079.787,21	4.935.444,77
17122	MATERNIDADE ALVORADA - CAMI I	6.206.281,03	6.206.281,03	6.204.308,70
17123	SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTO COROADO	2.700.922,49	2.700.922,49	2.582.584,83
17124	SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTO DR. JOSÉ LINS DE ALBUQUERQUE	2.919.527,86	2.919.527,86	2.775.680,69
17125	SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTO DR. ARISTÓTELES PLATÃO DE ARAÚJO	32.071.816,94	32.071.816,94	30.503.369,11
17126	SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTO ELIAMEME RODRIGUES MADY	4.553.675,64	4.553.675,64	4.509.817,75
17127	SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTO ZONA SUL	1.810.663,35	1.810.663,35	1.759.986,37
17128	SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTO ALVORADA	1.999.273,75	1.999.273,75	1.920.399,19
17129	SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTO JOVENTINA DIAS	2.970.304,73	2.970.304,73	2.950.447,24
17130	CENTRAL DE MEDICAMENTOS DO AMAZONAS – CEMA	128.870.965,02	128.870.965,02	109.674.796,74
17131	SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTO SÃO RAIMUNDO	2.160.801,55	2.160.801,55	2.023.580,70
17132	SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTO DANILO CORREA	3.819.983,12	3.819.983,12	3.674.153,74
17133	INSTITUTO DA MULHER	15.538.586,08	15.538.586,08	15.495.298,28
17301	FUNDAÇÃO CENTRO DE CONTROLE DE ONCOLOGIA	70.057.507,80	67.934.682,79	63.268.810,25
17302	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO AMAZONAS	56.258.732,31	51.873.187,74	48.648.221,22
17303	FUNDAÇÃO DE DERMATOLOGIA TROPICAL E VENERELOGIA ALFREDO DA MATTA	23.154.303,98	21.771.700,50	20.830.153,62
17304	FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DOUTOR HEITOR VIEIRA DOURADO	72.029.100,38	71.290.551,13	64.882.895,47
17305	FUNDAÇÃO HOSPITAL ADRIANO JORGE	63.387.754,24	63.345.754,24	56.657.622,15
17306	FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO ESTADO DO AMAZONAS	83.227.963,32	83.168.755,43	76.013.422,41
17701	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES	326.212.836,35	180.352.014,67	150.713.173,43
25101	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA	4.099.033,24	4.099.033,24	3.961.716,68
25202	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO - SUHAB	706.736,50	706.736,50	706.736,50
32202	CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS - CETAM	2.641.769,71	2.641.769,71	2.590.425,71
32301	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA	346.820,94	346.820,94	208.095,68
<b>TOTAL</b>		<b>2.556.959.789,87</b>	<b>2.402.368.237,99</b>	<b>2.254.349.290,22</b>

Fonte: SEFAZ/AM - Sistema AFI - REL\_EXEORC\_22 emitido em: 12/02/2014



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

## **ÁREA TEMÁTICA - INFRAESTRUTURA**

Para melhor apreciação sobre o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus realizado na área de Infraestrutura, foi encaminhado o Ofício nº 11/2014-CONGOV/TCE à Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – UGPI, solicitando informações a respeito do Programa 3166-PROSAMIM, no que foi respondido por meio do Ofício nº 339/2014-GCE/UGPI, da respectiva unidade gestora, onde se transcreveu os temas fundamentais:

### **PROGRAMA 3166: PROSAMIM**

O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM/BID foi concebido pelo Governo do Estado do Amazonas com o objetivo de contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos habitantes das Bacias dos Educandos e do São Raimundo, cujas ações são financiadas com recursos próprios do Governo do Estado e com recursos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Preliminarmente, é necessário observar que o PROSAMIM/BID se caracteriza como um Programa de obras múltiplas, compreendendo obras de melhoria ambiental, urbanística e habitacional, e atividades voltadas para o desenvolvimento social e comunitário, educação ambiental, reassentamento de famílias carentes, bem como, o Fortalecimento Institucional das entidades públicas envolvidas no Programa, visando a assegurar a sustentabilidade social e institucional dos investimentos.

### **MELHORIAS EFETUADAS DENTRO DOS OBJETIVOS PRETENDIDOS PELO PROGRAMA E O ALCANCE SOCIAL OBTIDO.**

#### **AÇÃO 1084 - Remanejamento**

Em 2013, moradores dos igarapés de Manaus, Mestre Chico, Bittencourt, Quarenta, Cajual e Bacia do São Raimundo foram remanejados ou iniciaram o processo de remanejamento conforme previsto nos planos de reassentamento dos respectivos contratos. O quadro abaixo demonstra o número de remanejamentos realizados em cada área, bem como seus respectivos contratos:

#### **QUADRO DE REMANEJAMENTO 2013**

<b>ETAPA</b>	<b>CONTRATO</b>	<b>IGARAPÉS</b>	<b>REALIZADO</b>
Prosamim Suplementar	2165	Manaus, Bittencourt e Mestre Chico	152
Prosamim 2	2006	Quarenta e Cajual	629
Prosamim 3	2676	Bacia do São Raimundo	1.636
		<b>TOTAL</b>	<b>2.417</b>

#### **Soluções Aplicáveis**

De acordo com os critérios previstos nos planos de reassentamento vigentes em cada contrato, as famílias contempladas pelo Programa fazem opção por uma das seguintes soluções: Indenização em Dinheiro, Casa em Conjunto Habitacional do Governo, Unidade Habitacional construída em solo criado, Bônus Moradia, Auxílio Moradia e Cheque Moradia. A partir da documentação apresentada pelo morador, o setor jurídico de cada escritório da SUHAB emite um parecer indicando a solução aplicável a cada caso.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

A seguir, trazemos o quadro de soluções aplicáveis, onde consta uma breve descrição de cada uma delas, bem como seu público-alvo.

### QUADRO DE SOLUÇÕES APLICÁVEIS

SITUAÇÃO PROPRIETÁRIO E/OU POSSEIRO RESIDENTE	OPÇÃO A Bônus Moradia	OPÇÃO B Unidade Habitacional em Solo Criado	OPÇÃO C Permuta por Cheque Moradia	OPÇÃO D Programa Habitacional do Governo	OPÇÃO E Indenização	OPÇÃO F Auxílio Moradia
Família residente em imóveis cujo valor de avaliação <u>seja inferior à R\$35.000,00.</u>	Permuta da moradia afetada por moradia adquirida no mercado imobiliário local/ regional até o valor de R\$50.000,00.	Permuta da moradia afetada por moradia construída em Solo Criado na área de influência do Igarapé São Raimundo.	Permuta da moradia afetada pelo "Cheque Moradia" no valor de R\$ 35.000,00.	Não se aplica.	Indenização em dinheiro (desaconselhável nesta faixa, mas prevista pela Constituição brasileira).	Não se Aplica.
Família residente em imóveis cujo valor de avaliação <u>seja superior à R\$35.000,00.</u>	Não se aplica.	Permuta da moradia afetada por moradia construída em Solo Criado no Igarapé São Raimundo.	Não se aplica.	Não se aplica.	Indenização em dinheiro, referente ao valor de avaliação do imóvel.	Não se aplica.
Família residente independente do valor do imóvel, já atendida pelo Prosamim ou outro Prog. de Habitação do Governo	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Indenização em dinheiro, referente ao valor de avaliação do imóvel.	Não se aplica.
Família residente na condição de Inquilino ou Cedida, ainda que em situação de co-habitação.	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Inscrição em Programa Habitacional do Governo (famílias com mais de um membro)	Não se aplica.	Para famílias formadas por um membro.
Proprietário da Beneficência Não Residente no Imóvel.	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Indenização em dinheiro, referente ao valor de avaliação do imóvel.	Não se aplica.
Não residente no imóvel e já atendido pelo PROSAMIM ou qualquer outro Prog. de Habitação do Governo.	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Indenização em dinheiro, referente ao valor de avaliação do imóvel.	Não se aplica.

### AÇÃO 1085 - Trabalho de Sustentabilidade Socioambiental

Este trabalho é composto por ações que fortalecem a efetivação dos objetivos do Programa e é pautado em diretrizes que compõem os planos de reassentamento vigentes em cada contrato. Algumas das ações propostas nos planos integram a ferramenta de acompanhamento PMR (Progress Monitoring Report) e fazem parte dos indicadores propostos para medir o alcance social do Programa pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. A seguir, demonstramos as ações realizadas em 2013, de acordo com o previsto no PMR de cada contrato. Depois, quadro demonstrativo das atividades complementares ao reassentamento.

### AÇÕES COMPLEMENTARES AO REASSENTAMENTO REALIZADAS EM 2013

#### (Prosamim Suplementar, Prosamim 2 e Prosamim 3)

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO
Reuniões com o Comitê de Representantes da Comunidade em operação	13
Cursos	13
Visitas Domiciliares	1.998
Reuniões com Agentes de Vizinhaça	08
Atendimento ao Público	8.401
Palestras	38
Oficinas Diversas	135
Atividades com Grupos de Idosos (PROSAMIM ATIVO, PROSAMIM VENCEDORES)	59
Aplicação de pesquisa de satisfação (Parques Residenciais)	





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**Progress Monitoring Report – PMR (Prosamim Suplementar e Prosamim 2)**

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO
P10 – Campanhas de Educação Ambiental e Sanitária Realizadas	96
P11 – Mulheres Capacitadas para o Mercado de Trabalho	156

**Progress Monitoring Report – PMR (Prosamim 3)**

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO
Nº de Oficinas de Educação Ambiental e Sanitária	14
Nº de Pessoas orientadas quanto à coleta e destinação adequada de resíduos	1.542
Nº de Atividades lúdicas para crianças e adolescentes	10
Nº de Palestras nas escolas	29
Nº de Crianças e adolescentes participando das atividades	1.193

Do resultado das pesquisas aplicadas aos moradores dos Parques Residenciais, Manaus, Cachoeirinha, Gilberto Mestrinho, Prof. Jefferson Peres e Mestre Chico, destacamos:

- 1) Perguntado o nível de satisfação em relação à nova moradia? 47% dos entrevistados se declararam muito satisfeitos, 42% satisfeitos, 15% pouco satisfeito e 12% insatisfeito.
- 2) Perguntado: Quais foram as mudanças em sua vida após a saída do Igarapé? 26% declararam que “diminuiu as incidências de doenças na família”, 56% “moram agora em ambiente amplo e arejado” e 18% “conseguiram um emprego e/ou montaram seu próprio negócio”.

A respeito da **AÇÃO 1085 – Sustentabilidade Social**, Institucional através do PROSAMIM no exercício 2013, informo que foi celebrado Termo de Convênio de Cooperação Técnica Nº. 001/2013-UGPI, celebrado em 15 de março de 2013, entre o Estado do Amazonas por intermédio da Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – UGPI, da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas – SEDUC, da Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas – FVS, e o Município de Manaus, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação – SEMED e da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, que tem como objeto de Convênio, a conjugação de recursos técnicos e repasse de equipamento, material de consumo e/ou prestação de serviços entre os Partícipes para a realização de ações e adoção de providências no sentido de estabelecer condições para a implantação do Programa de Controle de Enfermidades Tropicais Desatendidas. O valor global estimado dos bens e do material de consumo que serão doados, assim como dos serviços a serem prestados no presente Convênio corresponde à quantia de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). Por consequência da necessidade de alteração do valor inicial do Projeto, instrumento do Convênio e, em decorrência do valor inicial não corresponder ao valor de mercado para aquisições, fez-se necessário elaborar o Termo Aditivo de Convênio, celebrado em 02 de janeiro de 2014 com o valor global de R\$ 1.671.370,00 (um milhão, seiscentos e setenta e um mil, trezentos e setenta reais), os quais encontram-se anexo a este memorando. As contratações desse Convênio, estão previstas para o exercício de 2014.

Informo ainda que por circunstância do encerramento dos Contratos de Empréstimo 2165/OC-BR e 2006/OC-BR, fez-se necessário o encerramento dos Convênios de Cooperação Técnica pertencentes a estes Contratos, causando assim os Termos de Denúncia dos referidos Convênios. Cito abaixo quadro com informações dos mesmos.





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

## **Relação dos Convênios**

### **PROSAMIM I (CONTRATO Nº 1692/OC-BR) e SUPLEMENTAR (CONTRATO Nº 2165/OC-BR)**

ORGÃO	CONVÊNIO Nº	DATA ASSINATURA	DATA TERMO DE DENÚNCIA	PUBLICAÇÃO	STATUS
<b>SUHAB</b> – SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO AMAZONAS	001/2007	02/01/2007	06/06/2013	DOE 03/07/2013 DOU 04/07/2013	OK
<b>IMPLURB</b> – INSTITUTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO	002/2007	02/01/2007 – 1º T. ADITIVO 11/06/2008	24/04/2013	DOE 28/05/2013 DOU 29/05/2013	OK
<b>CPRM</b> – COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS/SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL	003/2007	02/01/2007	24/04/2013	DOE 28/05/2013 DOU 29/05/2013	OK
<b>SEMOSBH - SEMINF</b> – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	004/2007	02/01/2007 – 1º T. ADITIVO 14/01/2010 – 2º T. ADITIVO 11/05/2010	11/06/2013	DOE 24/06/2013 DOU 26/06/2013	OK
<b>MANAUSTUR – MANAUSCULT</b> – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ARTES	005/2007	02/01/2007 – 1º T. ADITIVO 16/11/2011	24/04/2013	DOE 07/05/2013 DOU 08/05/2013	OK
<b>SEMMA – SEMMAS</b> – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	006/2007	02/01/2007	24/04/2013	DOE 22/05/2013 DOU 24/05/2013	OK
<b>SEMULSP</b> – SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA	007/2007	02/01/2007	24/04/2013	DOE 21/05/2013 DOU 22/05/2013 Retificação DOU 24/05/2013	OK
<b>IPAAM</b> – INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS	008/2007	11/10/2007 – 1º T. ADITIVO 14/10/2010 – 2º T. ADITIVO 09/10/2012	24/04/2013	DOE 22/05/2013 DOU 24/05/2013	OK
<b>ARSAM</b> – AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS	009/2007	13/07/2007	24/04/2013	DOE 22/05/2013 DOU 24/05/2013	OK

### **Relação dos Convênios** **PROSAMIM II (CONTRATO Nº 2006/OC-BR)**

ÓRGÃO	CONVÊNIO Nº	DATA ASSINATURA	DATA TERMO DE DENÚNCIA	PUBLICAÇÃO	STATUS
<b>SUBCOMADEC</b> – SUBCOMANDO DE AÇÕES DE DEFESA CIVIL	001/2011	14/02/2011	06/06/2013	DOE 12/06/2013 DOU 13/06/2013	OK
<b>SEJEL</b> – SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, DESPORTO E LAZER	002/2011	17/02/2011	06/06/2013	DOE 24/06/2013 DOU 26/06/2013	OK
<b>SEMASDH</b> – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	003/2011	23/03/2011	31/07/2013	DOE 15/08/2013 DOU 19/08/2013	OK
<b>SEMTRAD</b> – SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	004/2011	23/03/2011	24/04/2013	DOE 28/05/2013 DOU 29/05/2013	OK
<b>SPF</b> – SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA	005/2011	03/06/2011 – 1º T. ADITIVO 28/08/2012	22/05/2013	DOE 24/06/2013 DOU 26/06/2013	OK

Pelos trabalhos realizados e resultados obtidos concluímos que os alcances sociais do programa foram satisfatoriamente alcançados.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
 Comissão das Contas do Governador

DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS E ADITIVOS FIRMADOS NO EXERCÍCIO DE 2013										
ÓRGÃO CONTRATANTE: UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÊS DE MANAUS - UGPI										
Contrato/Aditivo		Data Pub no D.O.E.	Contrata do	Objeto	Valor Contratado ou Aditivo	Nº/NE/Data	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago	Modalidade nº da Licitação, Dispensa e Inexigibilidade
Nº/Ano	Data da Assinatura e Vigência									
5º T.A. ao C.T. nº. 015/2009	Assinatura: 26/04/2013 Vigência: 25/06/2013	28/05/13	Concremat ENG E TEC S.A.	Prorrogar o prazo de vigência do instrumento contratual por mais 60 (sessenta) dias, nos termos das Cláusulas 2.6 e 2.7.4 das Condições Gerais do Contrato.	-	-	-	-	-	SDP nº. 001/2009-CEL
9º T.A. ao C.T. nº. 024/2009	Assinatura: 26/6/2013 Vigência: 27/02/2014	3/7/13 Errata: 08/7/13	CONST. Andrade Gutierrez S.A.	Alterar a planilha orçamentária integrante do Contrato n.º 024/2009-UGPI em virtude da supressão e acréscimo quantitativo de obras e serviços inicialmente previstos no respectivo objeto contratual, cujas modificações resultaram na alteração do valor original do referido instrumento em mais 21,90% (vinte e uma vírgula noventa por cento), nos termos e condições definidos na Justificativa Técnica e respectiva Planilha Orçamentária atualizada ora anexadas, que passam a ser partes integrantes deste termo aditivo.	R\$ 73.480.404,59	2013NE00202 10/06/2013	12.000.000,00	12.000.000,00	12.000.000,00	LPI nº. 001/2009-CEL
6º T.A. ao C.T. nº. 026/2009	Assinatura: 09/1/2013 Vigência: 09/5/2013	24/01/13	Concremat ENG E TEC S.A.	Prorrogar o prazo de vigência do Contrato em questão por mais 120 (cento e vinte) dias, nos termos do item 3, do Apêndice 1 da GN 2350-7, combinado com o art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, e de acordo com o novo Cronograma.	-	-	-	-	-	SDP nº. 003/2009-CEL
7º T.A. ao C.T. nº. 026/2009	Assinatura: 09/5/2013 Vigência: 08/7/2013	10/07/13	Concremat ENG E TEC S.A.	Prorrogar o prazo de vigência do Contrato em questão por mais 60 (sessenta) dias, nos termos da Cláusula 2.6 e 2.7.4 das Condições gerais do Contrato.	-	-	-	-	-	SDP nº. 003/2009-CEL
4º T.A. ao C.T. nº. 028/2009	Assinatura: 25/1/2013 Vigência: 25/02/2013	26/02/13	QUANTA Consultoria LTDA.	Prorrogar o prazo de vigência do Contrato em questão, assim como alterar a planilha orçamentária do aludido ajuste em virtude da supressão e também do acréscimo da quantidade de serviços inicialmente previstos, sem alteração do valor do referido instrumento.	-	-	-	-	-	SDP nº. 005/2009-CEL
5º T.A. ao C.T. nº. 028/2009	Assinatura: 25/2/2013 Vigência: 24/11/2015	20/03/13	QUANTA Consultoria LTDA.	Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 028/2009-UGPI por mais 33 (trinta e três) meses, de acordo com o Parecer nº. 210/2012-PA/PGE e nos termos da Lei nº. 8.666/93, assim como alterar o valor do referido ajuste em razão do acréscimo quantitativo de seu objeto, no percentual de 22,08%, o que se faz com base na nova Planilha Contratual e no novo Cronograma Físico e Financeiro.	R\$ 13.429.204,25	2013NE00090 25/02/2013	5.993.386,75	3.475.235,20	3.475.235,20	SDP nº. 005/2009-CEL
3º T.A. ao C.T. nº. 032/2009	Assinatura: 12/12/2013 Vigência: 11/07/2014	02/01/14	KPMG AUDIT Independ.	Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 032/2009-UGPI por mais 210 (duzentos e dez) dias, a contar de 13/12/2013, conforme o Relatório de Análise Técnica e os cronogramas atualizados para a nova vigência contratual, nos termos do subitem 8.2, do item 8 do referido ajuste.	-	-	-	-	-	SDP nº. 002/2009-CEL
1º T.A. ao C.T. nº. 001/2010	Assinatura: 27/8/2013 Vigência: 31/10/2013	01/07/13	ENGEVIX ENG. S.A.	Alterar a planilha orçamentária integrante do Contrato nº. 001/2010-UGPI em razão da supressão e também do acréscimo da quantidade de serviços inicialmente previstos, com alteração de valor na ordem de R\$ 3.173.158,70 (três milhões, cento e setenta e três mil, cento e cinquenta e oito reais e setenta centavos), correspondente a um incremento de 12,4522%, o que se faz com base na nova Planilha Contratual ora anexada a este termo aditivo.	R\$ 3.173.158,70	2013NE00216 27/06/2013	3.173.158,70	457.289,48	457.289,48	SDP nº. 006/2009-CEL
2º T.A. ao C.T. nº. 001/2010	Assinatura: 29/10/2013 Vigência: 30/11/2013	07/11/13	ENGEVIX ENG. S.A.	Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 001/2010-UGPI por mais 30 (trinta) dias, a contar de 31/10/2013, assim como alterar a planilha orçamentária integrante do instrumento contratual em razão da supressão e também do acréscimo da quantidade de serviços inicialmente previstos, com alteração de valor na ordem de R\$ 540.671,29 (quinhentos e quarenta mil, seiscentos e setenta e um reais e vinte e nove centavos), correspondente a um incremento de 2,1217177%, o que se faz com base na nova Planilha Contratual.	R\$ 540.671,29	2013NE00312 28/10/2013	540.671,29	-	-	SDP nº. 006/2009-CEL
3º T.A. ao C.T. nº. 001/2010	Assinatura: 29/11/2013 Vigência: 31/01/2014	03/12/13	ENGEVIX ENG. S.A.	Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 001/2010-UGPI até 31/01/2014, a contar da assinatura deste aditivo, assim como alterar a planilha orçamentária integrante do instrumento contratual em razão da supressão e também do acréscimo da quantidade de serviços inicialmente previstos, com alteração de valor na ordem de R\$ 1.641.563,65 (um milhão, seiscentos e quarenta e um mil, quinhentos e sessenta e três reais e sessenta e cinco centavos), correspondente a um incremento de 6,441870959%, o que se faz com base na nova Planilha Contratual.	R\$ 1.641.563,65	2013NE00380 29/11/2013	820.782,00	-	-	SDP nº. 006/2009-CEL
3º T.A. ao C.T. nº. 007/2010	Assinatura: 12/7/2013 Vigência: 31/12/2014	21/08/13	CONST. ANDRADE Gutierrez S.A.	Prorrogar o prazo de vigência do Contrato original por mais 537 (quinhentos e trinta e sete) dias, de acordo com a Justificativa Técnica e o novo cronograma físico-financeiro atualizado.	-	-	-	-	-	LPI nº. 002/2009-CEL
4º T.A. ao C.T. nº. 007/2010	Assinatura: 12/12/2013 Vigência: 31/12/2014	13/12/13	CONST. ANDRADE Gutierrez S.A.	Alterar a planilha orçamentária integrante do Contrato nº 007/2010-UGPI em virtude da supressão e do acréscimo da quantidade de serviços inicialmente previstos no respectivo objeto contratual, assim como da inclusão de outros serviços, nos termos e condições definidos na Justificativa Técnica e respectiva Planilha Orçamentária, cujas modificações não alterarão o valor atual do referido instrumento.	-	-	-	-	-	LPI nº. 002/2009-CEL



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
 Comissão das Contas do Governador

1º T.A. ao C.T. nº. 004/2012	Assinatura: 30/7/2013 Vigência: 28/06/2015	05/08/20 13	CONST. ANDRADE Gutierrez S.A.	Alterar a planilha orçamentária integrante do Contrato n.º 004/2012-UGPI em virtude da supressão quantitativa de obras e serviços inicialmente previstos no respectivo objeto contratual, assim como incluir novas obras e serviços do Parque Rio Negro, cujas modificações resultarão na alteração do valor original do referido instrumento em mais aproximadamente 6,79%, nos termos e condições definidos na Justificativa Técnica, na nova Planilha Orçamentária e no Cronograma Financeiro atualizado.	R\$ 18.834.730,02	2013NE00235 30/07/2013	4.094.506,50	-	-	LPI nº. 001/2011-CEL
Termo de Distrato Unilateral ao C.T. nº. 006/2012	Assinatura: 11/11/2013	19/11/20 13	EDEC - ENG, CONST E COM LTDA.	O presente termo tem por objeto o distrato unilateral do Contrato n.º 006/2012-UGPI, por razões de interesse público, a contar da presente data, com fundamento no artigo 78, inciso XII, c/c o artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93 e, ainda, com o item 59.5, das Condições Gerais do referido Contrato.	-	-	-	-	-	LPN nº. 001/2012 - CEL

## INFORMAÇÕES A RESPEITO DA LOCALIZAÇÃO DAS OBRAS EXECUTADAS NO EXERCÍCIO 2013.

### Contratos da Subcoordenadoria Setorial de Engenharia

#### **CONTRATO DE CONSULTORIA: 028/2009 – UGPI**

**Modalidade de Licitação:** SBQC – Seleção Baseada Qualidade Custo / Políticas do BID

**Contratado:** Quanta Consultoria

**Prazo Contratual:** 29/10/2009 à 24/11/2015

**Valor Global:** R\$ 24.429.300,23

**Objeto:** Prestação de Serviços de Consultoria para Supervisão das Obras, complementares e restantes do PROSAMIM I, Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico e as Obras do PROSAMIM II: Igarapé do Educandos-Quarenta, no trecho da ponte Maués/Avenida Rodrigo Otávio; Igarapé do Cajual e Parque São Raimundo, Manaus-AM.

- **1** – Aditivo de Prazo Contratual por mais 30 dias e Readequação da Planilha Orçamentária em 25/01/13 em virtude da supressão e também do acréscimo da quantidade de serviços inicialmente previstos, sem alteração do valor do referido instrumento.
- **1** – Contratação de Continuidade do Contrato n.º. 028/2009-UGPI por mais 33 meses, de acordo com o Parecer n.º. 210/2012-PA/PGE e nos termos da Lei n.º. 8.666/93, assim como alterar o valor da referida contratação em razão do acréscimo quantitativo de seu objeto, no percentual de 22,08%, o que se faz com base na nova Planilha Contratual e no novo Cronograma Físico e Financeiro, em 25/02/2013.

#### **CONTRATO DE CONSULTORIA: 026/2009 – UGPI**

**Modalidade de Licitação:** SBQC – Seleção Baseada Qualidade Custo / Políticas do BID

**Contratado:** CONCREMAT Engenharia e Tecnologia S.A

**Prazo Contratual:** 13/10/2009 à 08/07/2013

**Valor Global:** R\$ 17.794.938,98

**Objeto:** Elaboração de estudos e planos para a recuperação ambiental e requalificação urbanística da Bacia do São Raimundo e dos projetos executivos do Igarapé do São Raimundo, para o trecho compreendido entre a Avenida Kako Caminha e sua foz no Rio Negro, em Manaus-AM.

- **2** – Aditivos de Prazo Contratual por mais 120 dias em 09/01/2013 e mais 60 dias em 09/05/2013.

#### **CONTRATO DE CONSULTORIA: 015/2009 – UGPI**

**Modalidade de Licitação:** SBQC – Seleção Baseada Qualidade Custo / Políticas do BID



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**Contratado:** CONCREMAT Engenharia e Tecnologia S.A

**Prazo Contratual:** 05/06/2009 à 25/06/2013

**Valor Global:** R\$ 11.638.087,52

**Objeto:** Prestação de serviços de consultoria para elaboração de Projeto Executivo referente às obras de recuperação ambiental e requalificação urbanística, composta pelo Igarapé do Quarenta e respectivas sub-bacias, no trecho compreendido entre a Rua Maués e a Av. Rodrigo Otávio em Manaus-AM.

- 1 – Aditivo de Prazo Contratual por mais 60 dias em 26/04/2013.

**CONTRATO DE OBRA: 024/2009 – UGPI**

**Modalidade de Licitação:** LPI – Licitação Pública Internacional / Políticas do BID

**Contratado:** Construtora Andrade Gutierrez S.A

**Prazo Contratual:** 31/08/2009 à 27/02/2014

**Valor Global:** R\$ 344.406.920,55

**Objeto:** Execução de Obras e Serviços de Recuperação Ambiental e Requalificação Urbanística do Igarapé do Quarenta, no trecho compreendido entre a Rua Maués e a Avenida Rodrigo Otávio, Igarapé do Cajual e Parque São Raimundo.

- 1 – Aditivo de valor em 26/06/2013 em virtude da supressão e acréscimo de quantitativos de obras e serviços inicialmente previstos no respectivo objeto contratual, que após a elaboração dos Projetos Executivos resultaram na alteração do valor original do referido instrumento em mais 21,90% (vinte e um vírgula noventa por cento), nos termos e condições definidos na Justificativa Técnica e respectiva Planilha Orçamentária atualizada ora anexadas, que passam a ser partes integrantes deste termo aditivo.

**Localização e Obras Executadas em 2013:**

- **Interseção Viária entre a Av. Rodrigo Otávio e o Igarapé do Quarenta**

**Localização:** Avenida Rodrigo Otávio junto ao Studio 5

**Status:** Em andamento – Viaduto, Alças Viárias e 3 Pontes

- **Canal e Viário no Igarapé do Quarenta**

**Localização:** Obra Compreendida entre a Ponte da Maués e o Retorno 3

**Status:** Em andamento – Sistema Viário com 6.200m e Macrodrenagem em Canal à Céu Aberto com 3.100m.

- **Quadra Bairro Igarapé Cajual**

**Localização:** Entre a Av. Lourenço Braga e a Rua São Pedro, Bairro Santa Luzia

**Status:** Em andamento – Macrodrenagem em Galeria com 370m, 216 Unidades Habitacionais, Infraestrutura Habitacional/ Urbanização com 32.297 m².

- **Quadra Bairro Igarapé Liberdade**

**Localização:** Entre o Igarapé do Quarenta eixo 200 e Rua São Pedro, Bairro Morro da Liberdade

**Status:** Em andamento – Macrodrenagem em Galeria com 266m, 210 Unidades Habitacionais, Infraestrutura Habitacional/ Urbanização com 22.750 m².

- **Sistema de Esgotamento Sanitário**

**Localização:** Bacia dos Educandos

**Status:** Em andamento a implantação do sistema.

- Em todas as áreas de obras do Igarapé do Quarenta, estão sendo realizados serviços preliminares sendo: Remoção de Palafitas, mudanças de moradores e limpeza e preparação de áreas.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**CONTRATO DE OBRA: 007/2010 – UGPI**

**Modalidade de Licitação:** LPI – Licitação Pública Internacional / Políticas do BID

**Contratado:** Construtora Andrade Gutierrez S.A

**Prazo Contratual:** 15/07/2010 à 31/12/2014

**Valor Global:** R\$ 109.996.730,72

**Objeto:** Execução de obras e serviços suplementares do PROSAMIM I, para recuperação ambiental, requalificação urbanística e saneamento das sub-bacias dos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico.

- 1 – Aditivo de Prazo Contratual por mais 537 dias em 12/07/2013.
- 1 – Readequação em 12/12/2013 em virtude da supressão e do acréscimo da quantidade de serviços inicialmente previstos no respectivo objeto contratual, assim como da inclusão de outros serviços, nos termos e condições definidas na Justificativa Técnica e respectiva Planilha Orçamentária, cujas modificações não alterarão o valor atual do referido instrumento.

**Localização e Obras Executadas em 2013:**

- **Igarapé Manaus**

**Localização:** Trecho entre a Av. Tarumã e a Rua Japurá

**Status:** **Em Conclusão** – Macrodrenagem em Galeria com 185m, Urbanização de 5.340m<sup>2</sup> e 180 m de Rua de Serviço.

- **Igarapé Bittencourt**

**Localização:** Trecho entre a Rua Ajuricaba e Rua Santa Isabel

**Status:** **Concluído** – Urbanização Parque Bittencourt II etapa.

- **Igarapé Mestre Chico**

**Localização:** Trecho entre a Rua Ramos Ferreira e Rua Leonardo Malcher

**Status:** **Em andamento** – Limpeza da área e remoção de palafitas para implantação da Quadra Mestre Chico II.

- **Sistema de Esgotamento Sanitário**

**Localização:** Bacia dos Educandos

**Status:** **Concluído em 2013** – 7,3km de rede de esgoto nos Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico e Estação Elevatória Provisória da Barcelos.

**CONTRATO DE OBRA: 004/2012 – UGPI**

**Modalidade de Licitação:** LPI – Licitação Pública Internacional / Políticas do BID

**Contratado:** Construtora Andrade Gutierrez S.A

**Prazo Contratual:** 29/06/2012 à 28/06/2015

**Valor Global:** R\$ 296.250.408,72

**Objeto:** Execução de Obras a recuperação ambiental, urbanística e habitacional nas áreas de intervenção direta do Prosamim III, situadas na Orla das Margens Esquerda e Direita do Igarapé São Raimundo, no trecho compreendido entre a Ponte Senador Fábio Lucena e o Parque Kako Caminha, em Manaus, Amazonas, Brasil.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

- **1** – Aditivo de valor em 30/07/2013 em virtude da supressão quantitativa de obras e serviços inicialmente previstos no respectivo objeto contratual, assim como incluir novas obras e serviços do Parque Rio Negro, cujas modificações resultarão na alteração do valor original do referido instrumento em mais aproximadamente 6,79%, nos termos e condições definidos na Justificativa Técnica, na nova Planilha Orçamentária e no Cronograma Financeiro atualizado.

**Localização e Obras Executadas em 2013:**

- **Igarapé Belchior**

**Localização:** Situado na Bacia do São Raimundo, limitando-se ao Sul com a rua Ramos Ferreira , ao Norte com a Leonardo Malcher ao Leste com Rua Luis Antony e ao Oeste com a Margem Esquerda do Igarapé São Raimundo.

**Status: Em Andamento:** Macro drenagem em Galeria 276 m e Parque Urbano com 15.000m².

- **Orla Parque Rio Negro**

**Localização:** A Margem Direita da Foz do Igarapé São Raimundo, acompanhando a Margem Esquerda do Rio Negro até os estaleiros.

**Status: Em Andamento:** Muro de contenção, Urbanização da Orla com 710m de extensão.

- **Quadra Bairro São Raimundo**

**Localização:** A margem Direita do Igarapé São Raimundo partindo da Avenida Presidente Dutra até o Beco Sul América.

**Status: Em Andamento:** Macro drenagem em Galeria 280m, 234 Unidades Habitacionais, Infraestrutura Habitacional/ Urbanização com 18968,96m² e 295,81 m de rede de esgoto.

- **Ligação Viária Presidente Dutra**

**Localização:** Entre a Rua 05 de Setembro até a Av. Presidente Dutra.

**Status: Em Andamento:** Ligação Viária 1.800 m.

- **Em todas as áreas de obras do Igarapé São Raimundo, estão sendo realizados serviços preliminares sendo: Arqueologia, Remoção de Palafitas, mudanças de moradores e limpeza e preparação de áreas.**

<b>PROSAMIM SUPLEMENTAR, II E III</b>				
<b>Exercício 2013</b>				
<b>ITEM</b>	<b>AÇÃO</b>	<b>UND</b>	<b>PREVISTO 2013</b>	<b>REALIZADO 2013</b>
Item I – Ação 1083	Canalização e Drenagem dos Igarapés de Manaus	m	1.933,88	1.029,2
Item II – Ação 1084	Urbanização e Saneamento Básico	m2	53.000,00	51.820,51
Item V – Ação 1302	Ligações Sanitárias Intradomiciliares	ligações	376	376





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

## **ÁREA TEMÁTICA - SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA**

Para um diagnóstico sobre os programas e as ações desempenhadas na área de Segurança Pública no decorrer do exercício de 2013, foi encaminhado Ofício nº 10/2014-CONGOV/TCE à Secretaria de Estado de Segurança Pública-SSP, solicitando informações a respeito dos referidos programas de governo, respondido mediante o Ofício nº. 0475/2014-GS/SSP, cujo pontos fundamentais seguem transcritos:

### **Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP – AM**

#### **RELATÓRIO DE METAS 2013**

##### **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DE METAS DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015 Exercício 2013.**

A Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP-AM) apresenta o relatório das atividades do sistema de segurança e defesa social no exercício de 2013, destacando as realizações advindas da transparente aplicação dos recursos financeiros firmados em convênios e programas de governo. Como integrantes do sistema de Segurança Pública, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros e o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) desenvolveram, sob coordenação da SSP-AM, os programas inseridos nas políticas públicas do Governo do Estado.

A Segurança Pública no Amazonas é um sistema integrado para atuar na prevenção, justiça, defesa social, repressão da violência e criminalidade e garantia do livre exercício dos poderes constituídos e a segurança física e patrimonial dos cidadãos, com valorização da interação com a comunidade, sob coordenação da SSP-AM, órgão da administração direta do Poder Executivo.

O Governo do Estado alinha sua política pública de segurança ao esforço nacional para contenção e redução da criminalidade, objetivo que vem sendo alcançado nos últimos três anos como reflexo direto de programas como o Ronda no Bairro, que implantou nova filosofia de policiamento que aproxima as instituições da SSP-AM das comunidades e do cidadão; o Estratégia Estadual de Policiamento de Fronteiras e Divisas (Esfron), programa que adere ao plano nacional de ocupação das fronteiras brasileiras com as polícias estaduais; e os planos sociais Caravana das Escolas e Comunidades, Previne, Proerd, Pró-Vida, Formando Cidadão e Inclusão Digital para Idosos, que trabalham diretamente na cidadania e na prevenção em todas as faixas etárias.

O conjunto de ações do sistema de Segurança Pública do Amazonas está consolidado em metas previstas no Plano Plurianual 2012-2015. O ano de 2013 já trouxe resultados que confirmam tendência de sucesso dos objetivos constantes do Plano Estadual de Segurança Pública na prevenção e controle da violência e criminalidade, com mais de 200 vidas poupadas na comparação com anos anteriores nas estatísticas de vitimização de mortes violentas.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

A transparência, pontualidade e credibilidade das informações prestadas pela SSP-AM ao Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), mereceram destaque nas últimas edições do anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O Estado do Amazonas está entre os primeiros estados do País que mais investiram no setor, melhor aplicaram seus recursos e obtiveram os melhores resultados no combate à criminalidade.

A preocupação do Governo do Estado com a percepção e a satisfação do cidadão amazonense em relação ao desenvolvimento das políticas públicas de segurança é refletida em pesquisas periódicas realizadas por intermédio das secretarias de Segurança Pública (SSP-AM) e do Planejamento (SEPLAN), apontando índices de aceitação do Ronda no Bairro em Manaus que alcançam 90 por cento na avaliação da estrutura e atendimento. Sinalizam essas pesquisas o pleno acolhimento pelo cidadão da filosofia de policiamento comunitário que o programa proporciona e que agora é levada também à região metropolitana da capital e aos 14 principais municípios do Amazonas.

O Governo do Estado, por meio da SSP-AM, fechou o ano de 2013 em plena preparação do sistema de Segurança Pública para a realização da Copa do Mundo 2014 em Manaus, o maior evento esportivo já realizado na região Norte do País. A realização da Copa do Mundo de futebol em Manaus no ano de 2014 é um acontecimento histórico para o Estado do Amazonas, no qual o sistema de Segurança Pública terá papel de relevante importância para o seu sucesso. Desde a confirmação da capital como uma das 12 sedes brasileiras dos jogos que o Governo do Estado trabalha para promover as condições necessárias para a realização de um evento com a qualidade requerida pelo seu porte, o maior da área esportiva.

Por meio da SSP-AM, criou ainda em 2011 uma comissão extraordinária e temporária para preparar o plano de segurança do evento. Desde então, em integração com todos os órgãos envolvidos com a temática, passou-se a realizar exercícios simulados conjuntos, testando a liderança situacional de acordo com possíveis ocorrências em eventos dessa natureza. Três grandes testes foram feitos até o final de 2013, além de usar eventos como o Festival Folclórico de Parintins como teste para as forças de segurança.

O resultado dessa preocupação com a segurança da Copa do Mundo está na criação em 2013 do Planejamento Estratégico Integrado de Segurança para Grandes Eventos, saindo o Amazonas na frente em relação às demais sedes, e transformação da comissão temporária de 2011 na Secretaria-Executiva-Adjunta de Segurança Integrada para Grandes Eventos, dentro da estrutura da SSP-AM.

Na expectativa de conquistar um legado superior a R\$ 100 milhões em obras, equipamentos e tecnologias dos convênios e doações federais, o Governo do Estado também realizou investimentos como contrapartida em ações ligadas à capacitação profissional dos recursos humanos, operações integradas com foco na preparação das forças de segurança e obras de construção e adequação para a Copa do Mundo.

É o caso da construção do prédio do Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICC-R), anexo ao Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS), de onde a SSP-AM, como coordenadora, comandará todas as ações voltadas para a Copa do Mundo, com instalações, equipamentos e tecnologias modernos.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

## **RONDA NO BAIRRO**

**programa 3262**

Principal instrumento da política pública de segurança implantada pelo Governo do Estado a partir de 2011, o programa Ronda no Bairro alcançou em 2013 a consolidação do conceito de policiamento de proximidade com o cidadão, reduzindo a partir de 2012 os índices de criminalidade bem acima da média nacional dos demais estados e da expectativa inicial da SSP-AM.

O sucesso é fruto direto do investimento de R\$ 101.738.179 (cento e um milhões, setecentos e trinta e oito mil e cento e setenta e nove reais) de recursos próprios do Governo do Estado em 2013 para reformar, adequar e construir prédios para acolher com conforto as polícias Militar e Civil e proporcionar atendimento de qualidade ao cidadão nos distritos integrados de Polícia (DIP). Aquisição, locação e manutenção de viaturas e equipamentos, atuação junto às comunidades, realização de operações, apoio sociopsicológico aos servidores, melhoria do sistema de informações e telecomunicações, formação e capacitação de policiais, suprimento de fardamento e equipamentos individuais para atuação dos agentes policiais foram as principais ações executadas pela SSP-AM em 2013.

O braço social do Ronda no Bairro, papel exercido pelos programas de prevenção do sistema de Segurança Pública (**Previne, Proerd, Formando Cidadão, Pró-Vida**), teve papel preponderante na estratégia de reduzir o risco e a vulnerabilidade que atingem, principalmente, crianças e jovens, sobretudo pelo tráfico de entorpecentes.

Ressalte-se, nesse aspecto, a influência negativa que vem da fronteira do Estado do Amazonas com os países líderes mundial de produção de cocaína, que exige dos governos maior atenção e destinação de recursos para melhorar a vigilância contra os crimes comuns nessas regiões.

O programa Ronda no Bairro agrega ações de diversos órgãos do sistema, além das polícias Civil e Militar, na prevenção e repressão da criminalidade. É exemplar o trabalho iniciado em 2013 com o programa **Caravana da Cidadania nas Escolas e Comunidades**, por intermédio da Secretaria-Executiva-Adjunta de Operações da SSP-AM, ferramenta da transversalidade do Governo do Estado para proporcionar assistência social, educação e cidadania a alunos das escolas públicas municipais e estaduais.

Completando no início de 2014 dois anos de atuação em Manaus, o Ronda no Bairro passou a contar com 30 unidades integradas de atuação das polícias Militar e Civil, saindo das 17 que havia até o início de 2011. Todas passaram desde então por obras de reforma ou construção, com moderno padrão de arquitetura que assegura conforto e boas condições de trabalho para os agentes policiais. As obras ficaram a cargo da Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra), com recursos próprios do Governo do Estado.

O plano de reestruturação e reaparelhamento do sistema de Segurança Pública, principalmente para dar conta da ocupação do território de Manaus pelo Ronda no Bairro, com equipes próprias de policiais para cada três quilômetros quadrados, exigiu que os efetivos das instituições fossem recompletados. De 2010 para 2013, a Polícia Militar passou de um quadro de 860 agentes para a cobertura das companhias na capital para 3.377 e atingiu 4.038 policiais no fechamento do ano, após convocação de remanescentes de concurso público anterior.

Igual providência foi feita na Polícia Civil para ocupar as 30 delegacias dos distritos integrados de Polícia (DIP) da capital. O quadro pulou de 690 para 755 policiais, sendo aguardados ainda 100 delegados que em 2013 estavam em formação na academia.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

O recurso de **R\$ 436.267,41** (quatrocentos e trinta e seis mil, duzentos e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos) foi aplicado nos institutos da polícia técnico-científica do sistema de Segurança Pública. Por intermédio dos institutos Médico-Legal (IML), de Criminalística (IC) e de Identificação (II), sob gestão da Polícia Civil, as atividades técnico-científicas resultaram na expedição gratuita ao cidadão de mais de **52 mil certidões e laudos de perícias criminais, médico-legais e datiloscópicas, e 494.848 emissões de carteiras de registro de identidade.**

Importante resultado dos investimentos verificou-se também na produtividade do atendimento da polícia ao cidadão em 2013, com instauração e encaminhamento de 20.712 procedimentos, entre inquéritos e termos circunstanciados de Ocorrência (TCO), um crescimento de 21% ante as 17.096 ações de 2012.

A melhoria da estrutura operacional do sistema de Segurança Pública, notadamente com a implantação do Ronda no Bairro, trouxe também a logística necessária para melhor atuação do aparato policial, significando no ano de 2013 em mais operações de sucesso. Destaque para a atuação integrada dos órgãos da SSP-AM com os parceiros municipais, estaduais e federais.

Nesse aspecto, o Gabinete de Gestão Integrada (GGI) e a Secretaria-Executiva-Adjunta de Grandes Eventos (SEASGE), sob coordenação da SSP-AM, realizaram a gestão conjunta de sucesso em eventos de alto público, como os festivais de Parintins, Manacapuru e Itacoatiara, além daqueles constantes do calendário cultural e esportivo de Manaus, como o Carnaval, Carnaboi, Réveillon e Campeonato Brasileiro de Beach Soccer.

Alcançou boa repercussão na mídia e na sociedade a ação empreendida para cumprimento da ordem judicial de reintegração de posse de terras no município de Iranduba, ao longo da AM 70, considerada a maior já realizada no Estado. Envolvendo questões agrárias, com a presença de cerca de 4 mil que se denominavam indígenas, o sistema de Segurança Pública e seus parceiros das três esferas de governo, retiraram em seis dias todos os invasores das terras, sem que nenhuma pessoa tenha se ferido. Nem um tiro de arma não-lethal sequer foi disparado.

Ressalte-se também igual atuação em outros conflitos parecidos em 2013 nos municípios de Presidente Figueiredo e Parintins, na capital e no sul do Amazonas, na cidade de Lábrea.

O Governo do Estado iniciou ainda em 2013 a implantação do Ronda no Bairro no interior, com a meta de atingir os 14 principais municípios até o final de 2014. Até o encerramento do ano, cinco deles já contavam com o reforço dos efetivos das polícias Militar e Civil, com 46 viaturas quatro rodas e 81 motocicletas.

## **GESTÃO E MANUTENÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**programa 3263**

Exercer uma gestão compartilhada e participativa com as instituições do sistema de Segurança Pública, desde o planejamento até a execução dos programas e convênios, é como a SSP-AM promove a coordenação das atividades, mirando sempre a prestação de serviços de excelência ao cidadão, pautada na observância dos direitos humanos.

O Governo do Estado assumiu compromisso com a sociedade de tratar a Segurança Pública como prioridade da gestão que começou em 2011 e desde lá trabalha para reestruturar o sistema, dando as condições para que se torne moderno e assim se mantenha no desenvolvimento do plano estadual de combate e controle da violência e criminalidade.

Ações foram direcionadas para modernizar e manter o sistema de informações das instituições da SSP-AM, o que consumiu a maior parte dos R\$ 5.705.888 (cinco milhões, setecentos e cinco mil e oitocentos



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

e oitenta e oito reais) destinados para esse setor, que abrange ainda ações para operacionalizar a frota de veículos e prover a alimentação dos servidores e dos animais do Regimento de Polícia Montada e da Companhia Independente de Policiamento com Cães, unidades da Polícia Militar, além da aquisição de medicamentos, equipamentos e materiais para a assistência dos plantéis de equinos e caninos.

As polícias Militar e Civil consumiram mais de R\$ 22 milhões para a manutenção e conservação de seus bens imóveis e pagamento de diárias e contratação de empresa para fornecimento de passagens no ano de 2013.

A SSP-AM realizou ainda ações de despesas para implantar monitoramento por câmeras nos festivais folclóricos de Parintins, Manacapuru e Itacoatiara e serviços de manutenção do sistema na capital, que cobre áreas de concentração comercial, bancárias, escolares, instituições e nas principais vias de entrada e saída da cidade. Recursos também foram empregados na hospedagem e gerenciamento dos sistemas de denúncia e licença de softwares de geoprocessamento e hospedagem do sistema de coleta de informações policiais.

A Polícia Militar destinou R\$ 440 mil para manutenção da creche Infante Tiradentes, projeto de assistência à família do policial. A ação também adquiriu medicamentos, materiais odontológicos e hospitalares, resultando em 42.732 atendimentos.

Para o fornecimento de alimentação pronta por empresa especializada, na capital e nas operações com deslocamento de tropa para o interior, a Polícia Militar realizou despesa superior a R\$ 21 milhões.

## **ATUAÇÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**programa 3264**

O sistema de Segurança Pública do Amazonas há muito já se vale da integração para o planejamento e execução de suas atividades, com destaque para os setores de correição, inteligência e ensino.

A experiência da integração tem proporcionado à SSP-AM melhor gestão e controle das atividades, resultando em sucesso na promoção da paz e tranquilidade do cidadão, além da economia na aplicação dos recursos públicos. Por isso, o plano de atuação integrada para 2013 se dividiu em dez ações para contemplar o reaparelhamento da Segurança Pública com a construção e adequação das unidades policiais, a capacitação e formação de servidores, combate ao narcotráfico, melhoria do quadro funcional, modernização das telecomunicações e dos serviços de inteligência, ensino e correição.

Na área de atuação da Corregedoria-Geral do Sistema de Segurança Pública, o controle e a fiscalização das atividades funcionais e da conduta disciplinar dos profissionais resultaram em 1.172 procedimentos instaurados no ano de 2013.

Por intermédio da Secretaria-Executiva-Adjunta de Inteligência (SEAI), as operações para neutralizar as ações criminosas e fornecer as informações importantes para a execução do plano de segurança foram intensificadas na capital e em municípios do interior do Estado.

SEAI, por meio de convênio com o Governo Federal, está instalando escritórios de inteligência nas bases do plano Estratégia Estadual de Policiamento das Fronteiras e Divisas (ESFRON) em Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

Comissão das Contas do Governador

Também por intermédio de parceria com o Governo Federal, via Ministério da Justiça/SENASP, Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Centro Tecnológico do Amazonas (CETAM) e o programa Ronda no Bairro, diversos cursos de atualização profissional, treinamento de policiais, ensino a distância proporcionaram a qualificação de 3.302 servidores pelo Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública (IESP).

Na área de ensino, a Polícia Civil destinou R\$ 1.080.452,53 (um milhão e oitenta mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e três centavos) para pagamento parcial de bolsa-formação a candidatos aprovados em concurso público e convocados para curso.

A construção do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), a ampliação da Delegacia Especializada em Apuração de Atos Infracionais (DEAAI) e a reforma do Instituto Médico-Legal (IML) são algumas das unidades destinatárias da atenção da SSP-AM para melhoria das estruturas integradas, assim como a renovação do contrato de manutenção de cinco sistemas de telecomunicações, como o de 232 câmeras de monitoramento eletrônico na capital, de serviços de internet, de locação de equipamentos de comunicação e de manutenção preventiva e corretiva de redes, que atendem a todas as instituições da segurança.

Na operacionalização dos programas previstos no Plano Nacional de Segurança Pública, em convênio com o Governo Federal, pelo menos 15 ações foram executadas em 2013, com destaque para a preparação dos policiais para a segurança da Copa do Mundo de 2014 por intermédio do IESP, que teve sua estrutura de ensino ampliada; criação de unidade especializada no combate ao crack; implantação de radiocomunicação via plano ESFRON; início da estruturação das unidades do ESFRON com equipes próprias de agentes do Estado do Amazonas para policiamento, salvamento, perícia e inteligência nos municípios de Tabatinga, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Barcelos, Santa Izabel do Rio Negro, Japurá, Santo Antônio do Içá, Boca do Acre, Guajará e São Gabriel da Cachoeira, Canutama, Nhamundá e Lábrea; reestruturação dos institutos de Criminalística, Identificação e Instituto Médico-Legal, sob gestão da Polícia Civil; reaparelhamento do sistema de estatísticas; aquisição de viaturas para unidades especializadas.

## 9. CONTROLE INTERNO

Os artigos 70 e 74 da Constituição da República estabelecem a relevância funcional do sistema de controle interno:

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA**

*“Art. 70 – A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.*

*(...)*

*Art. 74 – Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:*

*(...)*

*IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.”*

No âmbito do Estado, o Controle Interno é exercido pela Controladoria Geral do Estado (CGE), instituída pela Lei Delegada nº 3, de 09 de junho de 2005, por transformação da Secretaria de Controle Interno, Ética e Transparência prevista no artigo 3º, inciso I, alínea “a”, item 4, da Lei Delegada nº 2, de 14 de abril de 2005.





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Dentre as competências da CGE citamos a importante coordenação do funcionamento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, nos termos da Constituição do Estado do Amazonas, mediante o acompanhamento da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, em apoio ao Controle Externo a cargo da Assembleia Legislativa, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado. Com a aprovação do Regimento Interno da Controladoria Geral do Estado, e por força da Lei Delegada nº 5, de 20 de janeiro de 2005, ficou definida sua área de atuação, estrutura organizacional, competências das unidades e atribuições dos dirigentes.

No exercício em análise, o Relatório de Controle Interno ingressou nesta Corte de Contas em 25/03/2013 por meio do Ofício nº 0191/2013-GCG/CGE. A Corregedoria Geral do Estado-CGE cumpriu o que determina o art. 215 da Resolução nº 04, de 23/05/2002 - Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado.

## **10. GASTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.**

### **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

*“Art. 212 – A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.”*

A Constituição Estadual, em seu art. 200, referendou a aplicação obrigatória em ensino, definida na Constituição da República, estabelecendo ainda no seu § 2º que: “Os recursos estaduais e municipais serão destinados, **exclusivamente, ao ensino público de qualquer grau, ramo ou nível**, mantido pelo Estado ou pelos Municípios, com ênfase para o atendimento das necessidades do ensino obrigatório”.

No art. 69 da Lei nº 9.394, de 20/12/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também está de acordo com o que determina o artigo 212 da Constituição da República, que os Estados aplicarão, no mínimo, 25% da receita de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A Receita resultante de impostos e de transferências, arrecadada no exercício financeiro de 2013, atingiu o montante de **R\$ 8.071.867.542,35** (Oito bilhões, setenta e um milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, quinhentos e quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos), tendo como valor mínimo para aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino a importância de **R\$ 2.017.966.885,59** (Dois bilhões, dezessete milhões, novecentos e sessenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

O Governo do Estado do Amazonas aplicou a cifra de **R\$ 2.020.930.980,20** (Dois bilhões, vinte milhões, novecentos e trinta mil, novecentos e oitenta reais e vinte centavos). Valor equivalente a **25,04%** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino no Estado, representada pela **despesa efetivamente empenhada e realizada**, respeitando os dispositivos constitucionais supracitados, conforme espelhado nos demonstrativos seguintes:



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Demonstrativo das Receitas para cálculo do percentual dos Gastos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no Período de Janeiro a Dezembro de 2012				
ESPECIFICAÇÃO			VALOR (R\$)	
RECEITA TRIBUTÁRIA (I)			8.078.862.244,33	
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS			7.425.753.698,97	
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF			412.829.591,01	
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA			233.518.033,99	
Imposto sobre Transmissão Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD			6.760.920,36	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (II)			1.902.265.784,30	
Fundo de Participação dos Estados - FPE			1.859.249.391,74	
Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI (Exportação)			28.217.879,61	
Impostos/Operações Financeira – IOF (Ouro)			58.267,95	
I C M S - Desoneração - Lei nº 87/96			14.740.245,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES (III)			43.478.701,44	
Multas – ICMS			22.010.426,94	
Juros de Mora - ICMS			7.253.085,51	
Multas – IPVA			9.093.600,14	
Juros de Mora – IPVA			2.989.338,10	
Multas da Receita de Dívida Ativa - (ICMS)			436.072,03	
Juros de Mora da Receita de Dívida Ativa - (ICMS)			1.680.900,28	
Multas da Receita de Dívida Ativa - (IPVA)			7.407,66	
Juros de Mora da Receita de Dívida Ativa - (IPVA)			7.870,78	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA (IV)			55.218.991,75	
Receita da Dívida Ativa – ICMS			55.163.542,65	
Receita da Dívida Ativa – IPVA			55.449,10	
OUTRAS RECEITAS (V)			4,28	
Correção Monetária do ICMS			0,00	
Correção Monetária do IPVA			4,28	
TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (VI) = (I+II+III+IV+V)			10.079.825.726,10	
(-) DEDUÇÕES DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS P/ MUNICÍPIOS (VII)			2.007.958.183,75	
BASE DE CÁLCULO DO PERCENTUAL DO ENSINO (VIII) = (VI-VII)			8.071.867.542,35	
PERCENTUAL MÍNIMO CONSTITUCIONAL PARA APLICAÇÃO EM GASTOS COM A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO				
R\$ 8.071.867.542,35 x 25% = R\$ 2.017.966.885,59				
DESPESA REALIZADA NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO				
ESPECIFICAÇÃO	DESPESA EMPENHADA	%	DESPESA LIQUIDADADA	%
1. Valor Mínimo a ser Aplicado	2.017.966.885,59	25,00	2.017.966.885,59	25,00
2. VALOR APLICADO	2.020.930.980,20	25,04	1.770.539.133,93	21,93
3. Valor Aplicado a Maior (2-1)	2.964.094,61	0,04	(247.427.751,66)	-3,07

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária-Dezembro-2013/AFI/SEFAZ

Observa-se que em 2013, a Receita Tributária sofreu diversas variações, o que influenciou no resultado final, aumentando, em valores nominais, a efetiva aplicação em gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, que foi R\$ 166,4 milhões superior aos gastos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino-MDE do exercício anterior, conforme demonstrado no quadro abaixo.

<b>EVOLUÇÃO DA APLICAÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL EM EDUCAÇÃO</b>				
<b>Exercícios</b>	<b>Receita Resultante de Impostos e Transferências</b>	<b>Mínimo a ser Aplicado 25%</b>	<b>Valor Aplicado</b>	<b>%</b>
<b>2009</b>	4.889.404.684,58	1.222.351.171,15	1.226.119.514,77	25,08
<b>2010</b>	5.915.179.992,87	1.478.794.998,22	1.518.694.450,09	25,05
<b>2011</b>	6.589.058.220,75	1.647.264.555,19	1.648.608.303,20	25,02
<b>2012</b>	7.227.825.732,07	1.806.956.433,02	1.815.024.287,51	25,12
<b>2013</b>	<b>8.071.867.542,35</b>	<b>2.017.966.885,59</b>	2.020.930.980,20	25,04

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária-Dezembro-2013/AFI/SEFAZ



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador



## 11. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB.

LEGISLAÇÃO DO FUNDEB	
<b>Emenda Constitucional Nº 53, de 19/12/ 2006.</b>	Dá nova redação ao Art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
<b>Medida Provisória Nº 339, de 28/12/2006.</b>	Regulamenta o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.
<b>Decreto Nº 6.091, de 24 de abril de 2007.</b>	Define e divulga os parâmetros anuais de operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, para o exercício de 2007.
<b>Lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007.</b>	Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei Nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis Nº 9.242, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.

O retorno do FUNDEB está contabilizado na Receita do Estado como Transferências Multigovernamentais. No exercício financeiro de 2013, o Estado do Amazonas recebeu a importância de **R\$ 1.230.776.632,02**, assim distribuídos:

<b>Transferências de Recursos do FUNDEB</b>	<b>R\$ 980.112.430,25</b>
<b>Transferências de Recursos Complementação da União ao FUNDEB</b>	<b>R\$ 250.664.201,77</b>
<b>Transferências Multigovernamentais</b>	<b>R\$ 1.230.776.632,02</b>

De acordo com a SEFAZ/AM, no exercício de 2013, as vinculações das receitas arrecadadas no Estado para o FUNDEB foram maiores que o retorno do fundo, sendo redistribuída aos 62 Municípios do Amazonas. A diferença entre a contribuição e o retorno que foi de R\$ 551.675 milhões, isto é, 36,02 % do total vinculado, conforme registrado na tabela abaixo, por fonte de recursos.

### Demonstrativo das Receitas Vinculadas por Tributo – FUNDEB

FONTE	REPASSE	RATEIO	PART.	DIFERENÇA	DIF./REP.
	(A)	(B)	%	(A-B)	%
ICMS E ACESSÓRIAS	1.126.840	683.037	69,69	443.803	39,38
IPVA E ACESSÓRIAS	24.564	22.615	2,31	1.949	7,93
ITCMD	1.352	610	0,06	742	54,87
ITR	-	98	0,01	(98)	-
FPE	371.850	171.227	17,47	200.623	53,95
FPM	-	98.117	10,01	(98.117)	-
IPÍ	4.233	2.599	0,27	1.634	38,60
Lei Kandir	2.948	1.810	0,18	1.138	38,60
<b>TOTAL</b>	<b>1.531.787</b>	<b>980.112</b>	<b>100,00</b>	<b>551.675</b>	<b>36,02</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira-AFI/SEFAZ – (Balanço Geral – Tabela 37)



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

O Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção de Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB/AM foi criado por meio do Decreto Legislativo nº 53/2008 e publicado no Diário Oficial do Estado de 22/04/2008.

Com relação aos pagamentos efetuados aos profissionais do magistério da educação básica pública pela Fonte 146-FUNDEB, no exercício de 2013, a tabela apresentada pela Controladoria Geral do Estado - CGE, no seu Relatório, retrata com exatidão tal remuneração:

REMUNERAÇÃO PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO – MESES	ENSINO MÉDIO	ENSINO FUNDAMENTAL	TOTAL (Valores Liquidados)
Janeiro	30.624.230,19	15.326.320,50	45.950.550,69
Fevereiro	32.007.452,49	15.147.796,37	47.155.248,86
Março	31.250.319,30	15.156.879,65	46.407.198,95
Abril	23.190.519,46	11.589.504,91	34.780.024,37
Maiο	21.155.686,53	15.055.620,96	36.211.307,49
Junho	23.865.272,28	37.639.309,09	61.504.581,37
Julho	26.170.935,73	47.019.795,70	73.190.731,43
Agosto	22.913.007,55	37.588.387,91	60.501.395,46
Setembro	20.356.495,52	38.461.702,32	58.818.197,84
Outubro	24.503.676,98	33.996.099,13	58.499.776,11
Novembro	36.493.770,16	57.613.846,24	94.107.616,40
Dezembro	25.320.631,24	85.866.740,71	111.187.371,95
AJUSTE	0,00	15.973.049,43	15.973.049,43
<b>TOTAL</b>	<b>317.851.997,43</b>	<b>426.435.052,92</b>	<b>744.287.050,35</b>

Fonte: Depart. Planejamento e Gestão Financeiro GPGF-SEDUC /Relatório CGE 2013

A legislação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamentada pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, determina em seu **art. 22** que pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. O demonstrativo a seguir detalha a Receita Arrecadada e a Despesa Realizada do FUNDEB no decorrer do exercício financeiro de 2013.

ESPECIFICAÇÃO – FUNDEB	DESPESA LIQUIDADA	%
	VALOR (R\$)	
Receita de Transferências de Recursos do FUNDEB	980.112.430,25	
(+) Receita de Complementação da União ao Fundo	250.664.201,77	
(+) Receita de Aplicações Financeiras Recurso do Fundo	9.365.808,46	
<b>1. (=) Receita Total Proveniente de Recursos do FUNDEB</b>	<b>1.240.142.440,48</b>	
Valor legal mínimo de 60 % a ser aplicado com os profissionais do magistério		60,00 %
(+) Despesas com Ensino Fundamental	473.674.188,27	
(+) Despesas com Ensino Médio	317.851.997,43	
<b>2. (=) Total dos gastos efetuados com os profissionais do magistério</b>	<b>791.526.185,70</b>	
<b>2/1 = PERCENTUAL APLICADO NO EXERCÍCIO DE 2013</b>		<b>63,83 %</b>



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

De acordo com o demonstrativo acima, evidencia-se que o Estado do Amazonas, no exercício financeiro de 2013 **aplicou o percentual de 63,83% dos recursos oriundos do FUNDEB** com despesas destinadas ao pagamento de remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, cumprindo assim o que determina o art. 22, da Lei nº 11.494/2007.

## **12. MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**

### **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

*“Art. 200 – O Estado e os Municípios aplicarão, anualmente, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento no ensino público.*

*§ 10. O Estado destinará, anualmente, ao ensino público estadual de terceiro grau uma dotação orçamentária, em percentual nunca inferior a cinco por cento do limite mínimo fixado pela Constituição da República para aplicação em educação pelos Estados e Municípios.”*

A Constituição Estadual estabelece que, do limite mínimo fixado para aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, o percentual de 5% deve ser destinado ao ensino público estadual de 3º grau, por meio das Fontes de Recursos provenientes de impostos estaduais - Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços-**ICMS**, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-**IPVA**, Imposto de renda Retido na Fonte-**IRRF**, Imposto sobre Transmissão Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - **ITCMD**, essas classificadas como Receitas Tributárias, enquanto que o Imposto sobre Produto Industrializados-**IIPI**, o Fundo de Participação do Estado-**FPE**, a desoneração do **ICMS - LC nº 87/96** e a **Cota-Parte da Comercialização do Ouro**, classificadas como Transferências Correntes, oriundas de repasses da União.

O Ensino Superior no Estado do Amazonas está sendo financiado com recursos da fonte 116: Contribuição para o Ensino Superior - Receitas de Contribuição, as quais são recolhidas pelas empresas detentoras de incentivos fiscais e extraoficiais do Estado, em favor da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, nos termos do art. 19, inciso XIII, alínea “b”, da Lei nº 2.826/2003.

Conforme demonstração abaixo, verifica-se que os recursos da Contribuição para o Ensino Superior foram empregados não só pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA, mas também pela Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA e pelo Centro de Educação e Tecnologia do Amazonas - CETAM, na subfunção de governo 364 - Ensino Superior, provenientes de Destaques de Créditos Orçamentários.

O quadro a seguir demonstra, em síntese, todas as aplicações efetuadas no ensino público de 3º Grau, pela Universidade do Estado do Amazonas, inclusive a Subfunção, Fonte de Recursos e os Destaques de Créditos Orçamentários concedidos por outras Unidades Gestor Administração Estadual:





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

RESUMO DAS APLICAÇÕES DO ESTADO NO ENSINO PÚBLICO DE 3º GRAU						
Órgão / Entidade	Subfunção	Fonte de Recurso	Ações	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	
Universidade do Estado do Amazonas	364	116	1044 – Ampliação e Construção da Rede Física da UEA	10.786.218,58	5.564.561,56	
			2138 – Atendimento às Atividades de Pós-Graduação e Pesquisa	146.311,04	146.311,04	
			2139 – Atendimento das Atividades em Extensão e Assuntos Comunitários	11.912.760,04	10.715.057,95	
			2335 – Manutenção das Unidade de Ensino da UEA	6.299.304,46	4.448.394,15	
			2358 – Atendimento às Atividades de Graduação	24.835.561,32	22.076.013,57	
			Subtotal	53.980.155,44	42.950.338,27	
		117	1278 – Construção da Cidade Universitária	19.173.615,32	0,00	
			2138 – Atendimento das Atividades de Pós-Graduação e Pesquisa	580.713,86	528.648,34	
			2139 – Atendimento das Atividades em Extensão e Assuntos Comunitários	2.285.947,50	2.124.044,49	
			2335 – Manutenção das Unidade de Ensino da UEA	37.106.991,83	23.963.802,78	
			2358 – Atendimento às Atividades de Graduação	1.888.938,39	393.171,68	
			Subtotal	61.036.206,90	27.009.667,29	
		201	2139 - Atendimento	3.880,00	3.880,00	
			2358 – Atendimento às Atividades de Graduação	41.570,07	41.570,07	
			Subtotal	45.450,07	45.450,07	
		280	2138 – Atendimento das Atividades de Pós-Graduação e Pesquisa	211.578,11	184.576,17	
			2139 – Atendimento às Atividades de Extensão e Assuntos Comunitários	99.050,00	62.640,00	
			2358 – Atendimento às Atividades de Graduação	52.038,00	49.914,00	
			Subtotal	362.666,11	297.130,17	
		295	2358 – Atendimento às Atividades de Graduação	358,90	0,00	
			Subtotal	358,90	0,00	
		316	1044 – Ampliação e Construção da Rede Física da UEA	8.935.760,14	3.014.644,23	
			1278 – Construção da Cidade Universitária	7.555.824,63	0,00	
			2335 – Manutenção das Unidade de Ensino da UEA	4.856.622,91	38.448,80	
			2358 – Atendimento às Atividades de Graduação	99.134,67	0,00	
			Subtotal	21.447.342,35	3.053.093,03	
			401	2335 - Manutenção das Unidade de Ensino da UEA	75.000,00	75.000,00
				2358 - Atendimento às Atividades de Graduação	28.720,00	28.720,00
			Subtotal	103.720,00	103.720,00	
			480	2138 – Atendimento das Atividades de Pós-Graduação e Pesquisa	171.684,18	171.684,18
				2358 – Atendimento às Atividades de Graduação	2.902.518,40	1.322.217,04
				Subtotal	3.074.202,58	1.493.901,22
			485	2358 – Atendimento às Atividades de Graduação	14.243,69	14.243,69
		Subtotal		14.245,94	14.243,69	
TOTAL				140.064.348,29	74.967.543,74	

Da análise do quadro acima, demonstra que foram aplicados no ensino público de 3º grau, durante o exercício de 2013, valores empenhados na ordem de R\$ 140.064.348,29, nas diversas Fontes de Recursos, assim distribuídas:

FONTES DE RECURSOS - APLICAÇÃO NO ENSINO PÚBLICO DE 3º GRAU			
Fonte - 116	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Superior	R\$	53.980.155,44
Fonte - 117	Contribuição para Infraestrutura Básica, Econômica e Social	R\$	61.036.206,90
Fonte - 201	Atendimento às Atividades de Graduação	R\$	45.450,07
Fonte - 280	Convênios	R\$	362.666,11
Fonte - 295	Outras Fontes	R\$	358,90
Fonte - 316	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Superior	R\$	21.447.342,35
Fonte - 401	Recursos Diretamente Arrecadados	R\$	103.720,00
Fonte - 480	Convênios	R\$	3.074.202,58
Fonte - 485	Atendimento às Atividades de Graduação	R\$	14.245,94
<b>TOTAL</b>		<b>R\$</b>	<b>140.064.348,29</b>

## 13. GASTOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

### LEI COMPLEMENTAR Nº 141/2012

Regulamenta o § 3º do art.198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

Art. 6º - Os Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea “a” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

De acordo com o art. 6º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, os Estados e Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos que tratam o art. 157, alínea “a” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todas da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.

A Receita líquida resultante de impostos e de transferências, arrecadada no exercício de 2013, atingiu o montante de **R\$ 8.071.809.274,40** (Oito bilhões, setenta e um milhões, oitocentos e nove mil, duzentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos), sendo que o valor mínimo para aplicação com Gastos em Ações e Serviços Públicos de Saúde corresponde a **R\$ 968.617.112,93** (Novecentos e sessenta e oito milhões, seiscentos e dezessete mil, cento e doze reais e noventa e três centavos), demonstrado nos quadros seguintes:

<b>BASE DE CÁLCULO DOS 12% PARA APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS DA SAÚDE</b>	
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA (I)</b>	<b>8.078.862.244,33</b>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – <b>ICMS</b>	7.425.753.698,97
Imposto de Renda Retido na Fonte – <b>IRRF</b>	412.829.591,01
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – <b>IPVA</b>	233.518.033,99
Imposto sobre Transmissão Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - <b>ITCMD</b>	6.760.920,36
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (II)</b>	<b>1.902.207.516,35</b>
Fundo de Participação dos Estados - <b>FPE</b>	1.859.249.391,74
Imposto Sobre Produtos Industrializados – <b>IPI</b>	28.217.879,61
<b>I C M S</b> - Desoneração - Lei nº 87/96	14.740.245,00
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES (III)</b>	<b>43.478.701,44</b>
Multas - <b>I C M S</b>	22.010.426,94
Juros de Mora - <b>I C M S</b>	7.253.085,51
Multas – <b>IPVA</b>	9.093.600,14
Juros de Mora – <b>IPVA</b>	2.989.338,10
Multas da Receita de Dívida Ativa - ( <b>ICMS</b> )	436.072,03
Juros de Mora da Receita de Dívida Ativa - ( <b>ICMS</b> )	1.680.900,28
Multas da Receita de Dívida Ativa - ( <b>IPVA</b> )	7.407,66
Juros de Mora da Receita de Dívida Ativa - ( <b>IPVA</b> )	7.870,78
<b>RECEITA DA DÍVIDA ATIVA (IV)</b>	<b>55.218.991,75</b>
Receita da Dívida Ativa – <b>ICMS</b>	55.163.542,65
Receita da Dívida Ativa – <b>IPVA</b>	55.449,10
<b>OUTRAS RECEITAS (V)</b>	<b>4,28</b>
Correção Monetária do <b>ICMS</b>	0,00
Correção Monetária do <b>IPVA</b>	4,28
<b>TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (VI) = (I+II+III+IV+V)</b>	<b>10.079.767.458,15</b>
<b>(-) DEDUÇÕES DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS P/ MUNICÍPIOS (VII)</b>	<b>2.007.958.183,75</b>
<b>BASE DE CÁLCULO DO PERCENTUAL DA SAÚDE (VIII) = (VI-VII)</b>	<b>8.071.809.274,40</b>
<b>PERCENTUAL MÍNIMO CONSTITUCIONAL PARA APLICAÇÃO EM GASTOS COM AÇÕES E SERVIÇOS DA SAÚDE</b>	
<b>R\$ 8.071.809.274,40 x 12% = R\$ 968.617.112,93</b>	

Fonte: Sistema AFI/SEFAZ



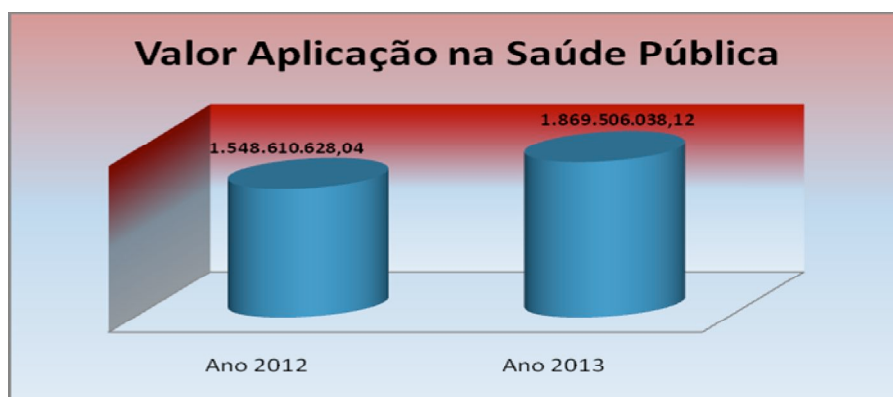
Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS  
Comissão das Contas do Governador

Observa-se ainda, no demonstrativo acima, que a receita tributária na ordem de **R\$ 8.078.862.244,33** contribui com o percentual de **80,15%** do total da receita bruta proveniente de impostos e transferências constitucionais no montante de **R\$ 10.079.767.458,15**, seguida das transferências legais na importância de **R\$ 1.902.207.516,35**, correspondente a **18,88%**.

DESPESAS REALIZADAS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ESPECIFICAÇÃO	DESPESA EMPENHADA	%	DESPESA LIQUIDADADA	%
1. VALOR MÍNIMO A APLICAR	968.617.112,93	12,00	968.617.112,93	12,00
2. VALOR APLICADO NA SAÚDE	<b>1.869.506.038,12</b>	<b>23,16</b>	1.800.649.481,53	<b>22,31</b>
3. VALOR APLICADO A MAIOR (2-1)	900.888.925,19	11,16	832.032.368,60	10,31

Nota: Valor Empenhado oriundas das Fontes, 100 Recursos Ordinários, 121 FPM, 150 Outras Transf. Recursos Federais e 155 Receita de Transf. da LC 87/96

O demonstrativo acima evidencia que o Estado do Amazonas aplicou a importância de **R\$ 1.869.506.038,12** (Um bilhão, oitocentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e seis mil, trinta e oito reais e doze centavos), **com gastos em Ações e Serviços Públicos de Saúde**, o que representa o percentual de **23,16%** das receitas resultantes de imposto e transferências constitucionais legais previstas nos artigos 155, 157, alínea “a” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 todos da Constituição Federal. Portanto, foi cumprido o exposto no art. 6º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.



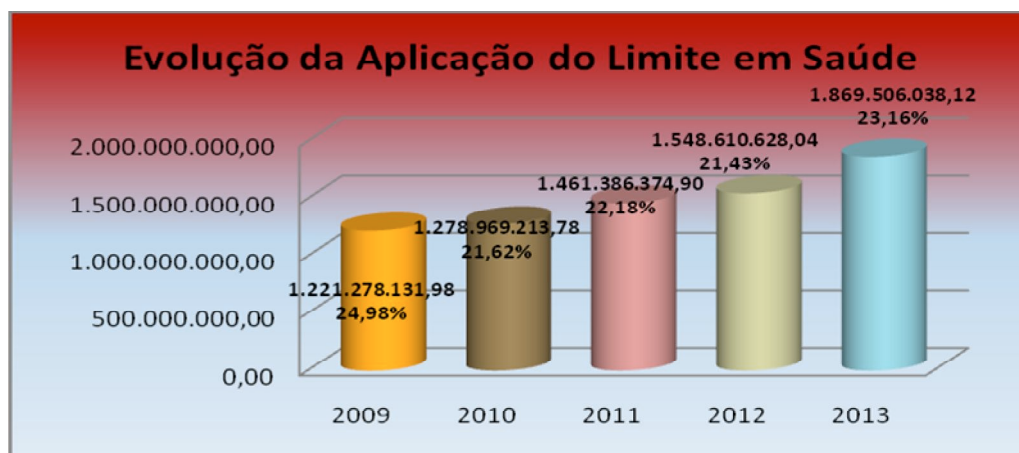
Nas despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde realizadas no exercício financeiro de 2013, o Estado do Amazonas apresentou uma variação positiva na ordem de **R\$ 320.895.410,08**, representando **20,72%** em relação ao exercício de 2012.

Essas ações foram efetivadas pelos órgãos e entidades da área de saúde, conforme mostra no quadro seguinte:

EVOLUÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL NA APLICAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
EXERCÍCIOS	Receita Resultante de Impostos e Transferências	Mínimo a ser Aplicado 12%	Valor Aplicado	%
2009	4.889.373.401,06	586.724.808,13	1.221.278.131,98	24,98
2010	5.915.157.938,84	709.818.952,66	1.278.969.213,78	21,62
2011	6.589.031.002,01	790.683.720,24	1.461.386.374,90	22,18
2012	7.227.810.881,20	867.337.305,74	1.548.610.628,04	21,43
2013	8.071.809.274,40	968.617.112,93	1.869.506.038,12	23,16



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
 Comissão das Contas do Governador



### 13.1. Demonstrativo da Utilização dos Recursos na Saúde

#### 13.1.1 Demonstrativo de Percentual de Recursos Próprios Aplicados na Saúde no AM

De acordo com o Art. 6º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, os Estados e o Distrito Federal (DF) aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo 12% dos recursos próprios (produto da arrecadação dos impostos e transferências, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos municípios).

#### HISTÓRICO DO PERCENTUAL DE RECURSOS PRÓPRIOS APLICADOS NA SAÚDE PELOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL (2004-2013)

ESTADO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Rondônia	11,42	12,11	12,10	12,00	12,78	12,58	14,71	12,00	12,13	14,27
Acre	12,48	12,05	13,77	13,82	14,34	17,23	17,43	16,24	16,31	16,64
<b>Amazonas</b>	<b>19,56</b>	<b>20,78</b>	<b>23,47</b>	<b>22,17</b>	<b>19,21</b>	<b>23,23</b>	<b>20,67</b>	<b>22,18</b>	<b>21,00</b>	<b>22,87</b>
Roraima	11,53	12,77	13,22	13,64	14,95	12,32	13,78	14,13	14,16	17,31
Pará	12,04	12,41	12,74	12,61	12,77	12,44	12,48	12,40	13,54	13,54
Amapá	14,14	11,31	12,93	13,74	13,91	12,03	12,03	12,99	12,54	15,57
Tocantins	12,02	12,05	13,52	14,74	13,79	15,67	17,24	18,72	18,48	20,68
Maranhão	13,23	12,73	11,17	11,77	12,06	12,61	12,03	12,23	12,45	12,26
Piauí	11,62	12,64	13,48	13,71	12,16	10,06	11,07	9,88	11,64	12,74
Ceará	12,70	11,97	14,21	12,14	14,36	15,80	16,11	15,51	13,77	13,84
Rio Grande do Norte	12,02	12,63	14,43	17,53	16,52	16,34	15,28	15,57	14,15	...
Paraíba	9,59	10,32	12,91	12,72	12,49	16,03	13,73	12,03	13,45	13,44
Pernambuco	12,00	12,23	13,24	14,11	14,80	15,81	17,64	15,73	15,74	14,96
Alagoas	12,08	12,01	12,00	12,00	12,20	12,12	12,34	11,93	12,06	...
Sergipe	12,04	12,14	11,11	12,44	12,70	12,65	13,02	12,69	12,77	12,95
Bahia	12,15	12,15	12,17	12,63	12,77	13,89	13,67	13,44	12,19	12,02
Minas Gerais	12,16	12,33	13,20	13,30	12,19	14,67	13,30	12,29	12,03	12,29
Espírito Santo	12,23	12,05	10,43	9,88	10,24	11,80	12,77	12,48	13,24	15,95
Rio de Janeiro	11,92	11,92	10,37	10,92	12,63	12,15	12,09	12,22	12,10	12,04
São Paulo	13,74	12,95	12,80	13,07	13,46	12,66	12,63	12,83	12,43	12,43
Paraná	6,14	8,35	11,55	9,22	9,79	9,76	9,98	9,74	9,94	10,03
Santa Catarina	11,25	10,79	13,09	13,35	12,47	12,14	12,04	12,09	12,14	12,07
Rio Grande do Sul	5,20	4,80	5,40	5,80	6,53	7,24	7,62	8,04	9,71	12,47
Mato Grosso do Sul	12,14	12,57	12,25	13,46	12,98	14,78	14,92	13,94	12,06	12,50
Mato Grosso	11,01	11,19	11,07	11,90	11,24	11,66	12,28	12,07	12,67	...
Goiás	12,46	12,05	12,90	12,30	12,87	13,13	12,16	14,62	12,12	12,58
Distrito Federal	13,27	15,51	16,56	20,25	17,49	14,38	13,37	16,04	15,50	17,70

Fonte: SIOPS/Ministério da Saúde / SUSAM



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

### **13.2. Detalhamento da Rede Estadual na Capital e no Interior**

Na capital a Secretaria de Estado da Saúde tem sob sua coordenação um total de 62 unidades de saúde. A rede está dividida entre hospitais, maternidades, fundações, policlínicas, farmácias populares, prontos socorros adultos e infantis, serviços de pronto atendimento (SPA), Centros de Atenção Integral à Melhor Idade (CAIMI) e Centros de Atenção Integral à Criança (CAIC) e outros.

#### **REDE ESTADUAL NA CAPITAL POR ZONAS – DEZEMBRO, 2013**

TIPO	ZONAS				TOTAL
	NORTE	SUL	LESTE	OESTE	
CAIC	03	03	03	03	12
CAIMI	01	01	-	01	03
CAPS	01	-	-	-	01
Policlínica	01	03	02	-	06
Policlínica e SPA	01	-	-	01	02
SPA	01	01	02	02	06
SPA/Maternidade	-	-	01	-	01
HPSC Infantil	-	01	01	01	03
HPSC Adulto	-	01	02	-	03
Maternidade	02	01	01	01	05
Maternidade/Urgência Ginecológica	-	01	-	-	01
Hospital Infantil	-	02	-	-	02
Hospital	-	01	01	-	02
Fundações	01	02	-	03	06
Sede da SUSAM	-	01	-	-	01
Central de Medicamentos – CEMA	-	01	-	-	01
Complexo Regulador Amazonas	-	01	-	-	01
Laboratório Central – LACEN	-	01	-	-	01
Farmácias Populares	02	01	01	01	05
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>22</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>62</b>

Fonte: Secretaria Executiva de Atenção Especializada da Capital – SEAS/SUSAM.

#### **DETALHAMENTO DA REDE ESTADUAL NA CAPITAL**

<b>Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC)</b>	<b>Policlínicas</b>
CAIC Afrânio Soares	Policlínica Antônio Aleixo
CAIC Alberto Carreira	Policlínica Codajás
CAIC Alexandre Montoril	Policlínica Cardoso Fontes
CAIC Corina Batista	Policlínica João dos Santos Braga
CAIC Crisólita Torres	Policlínica Zeno Lanzini
CAIC Dr. Edson Melo	Policlínica Gilberto Mestrinho
CAIC Gilson Moreira	<b>Policlínica e Serviço de Pronto Atendimento (SPA)</b>
CAIC José Carlos Mestrinho	Policlínica e SPA Danilo Corrêa
CAIC Dr. José Contente	Policlínica e SPA Dr. José Lins
CAIC D. Moura Tapajós	<b>Serviço de Pronto Atendimento (SPA)</b>
CAIC Dr. Paulo Xerez	SPA Alvorada
CAIC Rubim de Sá	SPA Coroadó
<b>Centro de Atenção Integral à Melhor Idade (CAIMI)</b>	SPA Eliameme Mady
CAIMI Ada Rodrigues Viana	SPA Joventina Dias
CAIMI André Araújo	SPA São Raimundo
CAIMI Paulo Lima	SPA Zona Sul.
<b>Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)</b>	<b>Serviço de Pronto Atendimento e Maternidade</b>
CAPS Silvério Tundis	SPA e Maternidade Chapot Prevost



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
 Comissão das Contas do Governador

<b>Hospital e Pronto Socorro da Criança (HPSC)</b>	<b>Urgência Ginecológica / Maternidade</b>
HPSC Zona Leste	Instituto da Mulher Dona Lindu
HPSC Zona Oeste	<b>Farmácias Populares</b>
HPSC Zona Sul	Farmácia Popular Centro
<b>Hospital e Pronto Socorro (HPS) Adulto</b>	Farmácia Popular Cidade Nova
HPS 28 de Agosto	Farmácia Popular São José
HPS Dr. João Lúcio P. Machado	Farmácia Popular Santa Etelvina
PS Dr. Aristóteles Platão Araújo	Farmácia Popular Compensa
<b>Hospitais Infantis</b>	<b>Fundações de Saúde</b>
Hospital Infantil Dr. Fajardo	Fundação Alfredo da Matta
Instituto da Criança do Amazonas - ICAM	Fundação Hospital Adriano Jorge
<b>Hospitais Adultos</b>	Fundação Centro de Oncologia
Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha	Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado
Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro	Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas
<b>Maternidades</b>	Fundação Vigilância em Saúde do Amazonas
Maternidade Alvorada	<b>Outras Unidades da Saúde</b>
Maternidade Ana Braga	Sede Administrativa da SUSAM
Maternidade Azilda da Silva Marreiros	Central de Medicamentos do Amazonas - CEMA
Maternidade Balbina Mestrinho	Complexo de Regulação do Amazonas
Maternidade Nazira Daou	Laboratório Central - LACEN

Fonte: Secretaria Executiva de Atenção Especializada da Capital – SEAA/SC/SUSAM.

No interior são 66 estabelecimentos de saúde sob gestão e/ou gerência do Estado, observando-se que em relação à Gestão de Serviços de Saúde de Atenção Especializada, excetuando-se a capital, existem três municípios que aderiram ao Pacto Pela Saúde, e destes dois gerindo serviços de média complexidade ambulatorial e hospitalar, nove municípios habilitados em gestão plena do sistema de saúde, sendo que em sete destes o Estado possui gerência das unidades hospitalares.

**DETALHAMENTO DA REDE ESTADUAL NO INTERIOR DO AMAZONAS**

<b>Município</b>	<b>Hospitais/Unidades Mistas/Unidades Complementares</b>
Alvarães	Hospital São Joaquim
Amaturá	Hospital Frei Roberto São Severino
Anamá	Hospital Francisco de Sales de Moura
Anori	Hospital Darlinda Ribeiro
Apuí	Hospital Eduardo Braga
Atalaia do Norte	Hospital São Sebastião
Autazes	Hospital Dr. Deodato de Miranda Leão
Barcelos	Hospital Geral de Barcelos
Barreirinha	Hospital Coriolano Lindoso
Benjamin Constant*	Unidade Hospitalar de Benjamin Constant
Beruri	Unidade Hospitalar de Beruri
Boa Vista do Ramos	Hospital Clóvis Negreiros
Boca do Acre	Hospital Dona Maria Geni Lima
Borba **	Unidade Hospitalar Vó Mundoca
Caapiranga	Hospital Odilon Alves de Araújo
Canutama	Hospital Dr. Leonardo Parente
Carauari	Hospital Regional de Carauari
Careiro Castanho	Hospital Deoclécio dos Santos
Careiro da Várzea	Unidade Hospitalar de Careiro da Várzea
Coari *	Hosp. Regional Dr. Odair Carlos Geraldo
Codajás	Hospital João da Silva Bastos
Eirunepé	Hospital Regional Vinicius Conrado
Envira	Hospital Regional
Fonte Boa *	Hospital Regional Manoel Paes Lemos Ramos
Guajará	Hospital João Miguel da Cruz Barbosa
Humaitá *	Hospital Regional de Humaitá Verônica Silva
Ipixuna	Hospital Mª da Glória Dantas de Lima
Iranduba	Hospital Hilda Freire Dona Cabocla
Itacoatiara *	Hospital Regional José Mendes
Itamarati	Hospital Antônio de Souza Brito
Itapiranga	Hospital Regional Miguel Batista de Oliveira
Japurá	Unidade Hospitalar de Japurá
Juruá	Unidade Hospitalar de Juruá
Jutai	Unidade Hospitalar de Jutai
Lábrea	Hospital Regional de Lábrea
Manacapuru *	Hospital Regional Lázaro Reis/Maternidade Cecília Cabral
Manaquiri	Hospital Raimundo Rodrigues Irmão
Manicoré	Hospital Regional de Manicoré
Maraã	Unidade Hospitalar de Maraã



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Continua

<b>Município</b>	<b>Hospitais/Unidades Mistas/Unidades Complementares</b>
Maués *	Hospital Dona Muriquinha
Nhamundá	Hospital Coronel Pedro Macedo
Nova Olinda do Norte **	Hospital Dr. Galo Manoel Baranda Ilbarez
Novo Airão	Unidade Hospitalar de Novo Airão
Novo Aripuanã	Hospital Regional Novo Aripuanã
Parintins **	Hospital Regional Dr. Jofre de Matos Cohen + Hospital Padre Colombo
Pauini	Unidade Hospitalar de Pauini
Presidente Figueiredo*	Unidade Hospitalar Gama e Silva
Rio Preto da Eva	Hospital Thomé de Medeiros Raposo
Santa Isabel do Rio Negro	Unidade Hospitalar de Santa Isabel do Rio Negro
Santo Antônio do Itá	Hospital Monsenhor Adalberto Marzzi
São Gabriel da Cachoeira	Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira ** + Iauaretê S.G. Cachoeira Conveniado
São Paulo de Olivença	Hospital Santa Izabel
São Sebastião do Uatumã	Hospital Dona Rosa Fabiano Falabela
Silves	Unidade Hospitalar de Silves
Tabatinga	Hospital de Guarnição de Tabatinga ** UPA 24hs + Maternidade Cecília Villacrez Ruiz
Tapauá	Unidade Hospitalar de Tapauá
Tefé *	Hospital Regional de Tefé
Tonantins	Hospital Frei Francisco
Uarini	Hospital Franco Lopes
Urucará	Unidade Hospitalar de Urucará
Urucurituba	Hospital Dr. Silvério Tundis + Unidade Hospitalar de Itapeçu
<b>TOTAL GERAL = 66</b>	

Fonte: Secretaria Executiva de Atenção Especializada do Interior (SEAASI)

## 14. GASTOS COM PESSOAL

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

*“Art. 169 – A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar ”*

### LEI COMPLEMENTAR Nº. 101/2000 (LRF)

*“Art. 19 – Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:*

***I – União:** 50% (cinquenta por cento);*

***II – Estados:** 60% (sessenta por cento);*

***III – Municípios:** 60% (sessenta por cento)”*

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, em seu art. 18, demonstra quais as despesas (ativos e inativos) devem ser consideradas como gastos de pessoal do ente da Federação. Conforme o § 1º do citado artigo, são contabilizados como Outras Despesas de Pessoal os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos.

O total da despesa com pessoal é apurado somando-se aquela realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

A mencionada Lei, em seu art. 19, inciso II, diz: “em cada período de apuração, a despesa total com pessoal do ente não poderá exceder o **limite de 60%** (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida. Esse percentual, no âmbito estadual, está distribuído da seguinte forma: **3%** para o Poder Legislativo (Assembléia Legislativa 1,70% e Tribunal de Contas do Estado 1,30%); **6%** para o Poder Judiciário; **49%** para o Poder Executivo e **2%** para o Ministério Público”.

Conforme o § 1º do supracitado artigo que, na apuração dos Limites, não deverão ser computadas as despesas decorrentes de Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária, Decisão Judicial, Exercícios Anteriores, Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

<b>DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>						
<b>JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013</b>						
DISCRIMINAÇÃO	PODER EXECUTIVO	PODER JUDICIÁRIO	PODER LEGISLATIVO		MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
			ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	TRIBUNAL DE CONTAS		
1. Total Despesa Líquida - Pessoal últimos 12 meses	<b>4.502.921.411,56</b>	<b>419.106.264,91</b>	<b>119.585.717,49</b>	<b>113.969.298,47</b>	<b>125.219.321,68</b>	<b>5.280.802.014,11</b>
2. Percentual sobre a RCL	<b>43,59%</b>	<b>4,06%</b>	<b>1,16%</b>	<b>1,10%</b>	<b>1,21,%</b>	<b>51,12%</b>
3. Limite Prudencial (Art. 22, Parágrafo Único da LRF)	4.808.504.436,79	588.796.461,65	166.825.664,13	127.572.566,69	196.265.487,22	5.887.964.616,48
4. Percentual de 95% do limite legal	46,55%	5,70%	1,62%	1,23%	1,90%	57,00 %
5. Limite Legal (Art. 20, II da LRF)	5.061.583.617,67	619.785.749,10	175.605.962,25	134.286.912,31	206.595.249,71	6.197.857.491,04
	49%	6%	1,70%	1,30%	2,0%	60%
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA: R\$ 10.329.762.485,05</b>						

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal - DOE/AM e Diário Oficial Eletrônico do TCE, ALE, TJ e MPE

No período de janeiro a dezembro de 2013, as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais dos Três Poderes do Estado do Amazonas, incluído o Ministério Público, totalizou o montante de R\$ 5.280.802.014,11 (Cinco bilhões, duzentos e oitenta milhões, oitocentos e dois mil, quatorze reais e onze centavos), representando o percentual de 51,12% da Receita Corrente Líquida, na ordem de **R\$ 10.329.762.485,05**. Portanto, foi cumprido o Limite Legal de 60% previsto no art. 19, II, da Lei Complementar nº 101/2000-LRF e art. 11 da Lei nº 3.644/2011-LDO.

Do mesmo modo, foi observado o Limite Prudencial de **95%** sobre o Limite Legal (60% da RCL), estatuido no art. 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, não havendo necessidade deste Tribunal, durante o exercício de 2013, alertar aos poderes da esfera estadual e o Ministério Público quanto às medidas previstas no supracitado artigo.

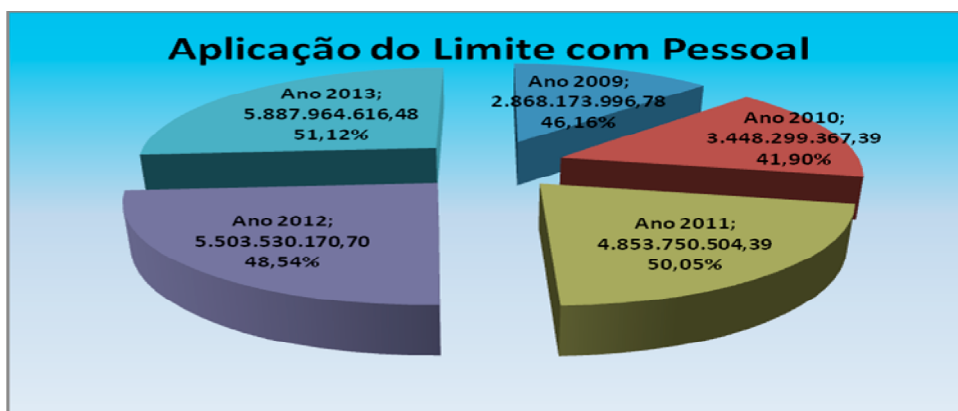
O quadro a seguir, demonstra o percentual aplicado em despesa líquida total com pessoal nos últimos cinco anos.

<b>PERCENTUAL NA APLICAÇÃO DA DESPESA LÍQUIDA TOTAL COM PESSOAL</b>					
Exercícios	Receita Corrente Líquida	Despesa Líquida Total	Percentual Aplicado	Limite Prudencial 95% do Limite Legal	Limite Legal 60% da RCL
<b>2009</b>	6.161.490.863,11	2.843.893.323,33	46,16%	2.868.173.996,78	3.019.130.522,92
<b>2010</b>	7.407.732.260,79	3.104.030.175,42	41,90%	3.448.299.367,39	3.629.788.807,78
<b>2011</b>	8.515.351.762,08	4.261.307.731,36	50,05%	4.853.750.504,39	5.109.211.057,24
<b>2012</b>	9.655.316.018,77	4.686.317.966,37	48,54%	5.503.530.170,70	5.793.189.611,27
<b>2013</b>	10.329.762.485,05	5.280.802.014,11	51,12%	5.887.964.616,48	6.197.857.491,04

O gráfico abaixo demonstra a evolução da aplicação do limite com Pessoal, considerando o percentual dos dados registrados da despesa líquida total dos últimos cinco anos.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador



## 15. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL

O presente tópico se refere à situação dos servidores estaduais no final exercício de 2013, apresentada de forma sintética.

As informações elencadas foram remetidas a esta Corte de Contas pela Secretaria de Estado de Administração e Gestão (SEAD), pelo Tribunal de Justiça (TJ), pelo Ministério Público do Estado (MPE), pela Assembleia Legislativa do Estado (ALE), pelo Tribunal de Conta do Estado (TCE) e pela Fundação AMAZONPREV.

Foram solicitadas, ainda, informações acerca do número de servidores Efetivos Concursados, Estáveis não Concursados, Suplementaristas, Celetistas, Regime de Direito Administrativo (Temporários) e Comissionados, bem como dos servidores inativos e pensionistas pagos pelo erário estadual.

### 15.1. Do Número Geral de Servidores Ativos

Em dezembro de 2013, o Estado do Amazonas dispunha de **93.761** servidores ativos, indicado no quadro seguinte, dos quais destacamos 19,30% de servidores no regime administrativo (temporários).

DEMONSTRATIVO DE SERVIDORES DO ESTADO DO AMAZONAS		
Situação Funcional - Três Poderes e Ministério Público	Em 31/12/2012	Em 31/12/2013
Efetivos Concursados	53.783	58.738
Quadro Adicional	997	999
Suplementaristas (Lei nº 2.624/2000)	9.741	9.740
Celetistas	410	410
Contratados sob o regime administrativo	23.273	17.692
Comissionados (não Servidores do Estado)	5.704	6.182
<b>TOTAL</b>	<b>96.450</b>	<b>93.761</b>

Fonte: SEAD, ALE, TJ, MPE, TCE e AMAZONPREV



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**Tabela-1**

<b>DEMONSTRATIVO DE SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO</b>		
<b>Situação Funcional</b>	<b>Até 31/12/2012</b>	<b>Em 31/12/2013</b>
Efetivos Concursados	51.493	53.033
Quadro Adicional	997	999
Estáveis não concursados	1.834	1.054
Suplementaristas (Lei nº 2.624/2000)	9.529	9.529
Celetistas	410	434
Contratados sob o regime administrativo	23.022	17.417
Comissionados	3.701	3.708
<b>Total</b>	<b>90.986</b>	<b>86.174</b>

**Tabela-2**

<b>DEMONSTRATIVO DE SERVIDORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA</b>		
<b>Situação Funcional</b>	<b>Até 31/12/2012</b>	<b>Em 31/12/2013</b>
Efetivos Concursados	98	150
Estáveis não concursados	548	546
Contratados sob o regime administrativo	2	0
Comissionados	1.715	1.878
<b>Total</b>	<b>2.363</b>	<b>2.574</b>

**Tabela-3**

<b>DEMONSTRATIVO DE SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO</b>		
<b>Situação Funcional</b>	<b>Até 31/12/2012</b>	<b>Em 31/12/2013</b>
Efetivos Concursados	1.506	1.506
Contratados sob o regime administrativo	249	269
Comissionados	132	143
<b>Total</b>	<b>1.887</b>	<b>1.918</b>

**Tabela-4**

<b>DEMONSTRATIVO DE SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS</b>		
<b>Situação Funcional</b>	<b>Em 31/12/2012</b>	<b>Em 31/12/2013</b>
Efetivos Concursados	163	200
Estáveis não concursados	77	75
Suplementaristas (Lei nº 2.624/2000)	212	211
Comissionados	134	127
<b>Total</b>	<b>669</b>	<b>613</b>



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**Tabela-5**

<b>DEMONSTRATIVO DE SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL</b>		
<b>Situação Funcional</b>	<b>Em 31/12/2012</b>	<b>Em 31/12/2013</b>
Efetivos Concursados	523	499
Contratados sob o regime administrativo	0	6
Comissionados	22	21
<b>Total</b>	<b>545</b>	<b>526</b>

### **15.2. Dos Servidores Inativos e Pensionistas**

A seguir demonstramos a composição, por poder e órgãos, dos servidores inativos e pensionistas do Estado do Amazonas, com base no final do exercício de 2013.

<b>DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS POR PODER E ORGÃOS</b>						
<b>Poder/Órgão</b>	<b>Inativos</b>	<b>%</b>	<b>Pensionistas</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Executivo	23.186	96,94	6.218	94,46	29.404	96,40
Tribunal de Justiça	316	1,36	207	3,14	523	1,71
Ministério Público do Estado	80	0,34	55	0,83	135	0,44
Assembleia Legislativa	190	0,79	69	1,04	259	0,84
Tribunal de Contas do Estado	145	0,60	33	0,50	178	0,58
<b>Total</b>	<b>23.917</b>	<b>100%</b>	<b>6.582</b>	<b>100%</b>	<b>30.499</b>	<b>100%</b>

Fonte: SEAD, ALE, TJ, MPE, TCE e AMAZONPREV

O Poder Executivo apresenta um percentual de 96,94 % do total de 23.186 servidores inativos apresentado no quadro acima, vindo a seguir o Tribunal de Justiça, com 1,36%, e que, somados, representam 98,30% do total de servidores inativos do Estado. A mesma situação também se repete para os pensionistas.

## **16. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS PARA OS MUNICÍPIOS**

### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA**

**Art. 158 –** Pertencem aos Municípios:

(...)

**III –** cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

**IV –** vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.”

As transferências de recursos públicos para os Municípios efetivaram-se por meio do cumprimento constitucional e mediante Transferências Voluntárias, contemplando todos os Municípios do Estado, nas mais diversas funções de governo.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

No exercício sob análise, o produto da arrecadação efetiva do ICMS foi de **R\$ 7.425.753.698,97** (seis bilhões, quatrocentos e vinte e cinco milhões, setecentos e cinquenta e três mil, seiscentos e noventa e oito reais e noventa e sete centavos), ao qual, somados os valores relativos a juros, multas, correção monetária, na forma prevista no art. 147, §§ 7º e 8º, da Constituição Estadual, totalizou **R\$ 7.455.017.211,42** (sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, dezessete mil, duzentos e onze reais e quarenta e dois centavos). As Transferências aos Municípios, nos termos do art. 147, § 2.º, IV, da Constituição Estadual, somaram **R\$ 1.878.069.757,35** (um bilhão, oitocentos e setenta e oito milhões, sessenta e nove mil, setecentos e cinquenta e sete reais e trinta e cinco centavos).

Com relação ao IPVA, a arrecadação efetiva alcançou o valor de **R\$ 233.518.033,99** (duzentos e trinta e três milhões, quinhentos e dezoito mil, trinta e três reais e noventa e nove centavos), ao qual foram somadas as importâncias relativas a juros, multas, correção monetária e cobrança da dívida ativa, na forma prevista do art. 147, §§ 7º e 8º da Constituição Estadual, alcançando valor final de **R\$ 245.600.976,51** (duzentos quarenta e cinco milhões, seiscentos mil, novecentos e setenta e seis reais e cinquenta e um centavos), sendo transferida aos municípios, nos termos do art. 147, § 2.º, III, da Constituição Estadual, a importância de **R\$ 122.798.593,27** (cento e vinte e dois milhões, setecentos e noventa e oito mil, quinhentos e noventa e três reais e vinte e sete centavos), destinando-se a maior parte dos recursos ao Município de Manaus, local de maior concentração de veículos automotores.

## 17. TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS FEDERAIS

Os convênios celebrados com Órgãos Federais ensejaram o repasse de recursos correntes, na ordem de **R\$ 159.493.481,85** (cento e cinquenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e três mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos), destinados a execução dos programas e projetos neles definidos, sendo executores os Órgãos e Entidades constantes dos demonstrativos a seguir:

**DEMONSTRATIVOS DOS ÓRGÃOS/ENTIDADES EXECUTORES DE CONVÊNIOS FEDERAIS**

<b>CONVÊNIOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA -</b>			
<b>ÓRGÃOS</b>	<b>VALORES CONTABILIZADOS PELA SEFAZ</b>		
	<b>Transferências Correntes</b>	<b>Transferências de Capital</b>	<b>T o t a l</b>
Secretaria de Estado de Política Fundiária – <b>SPF</b>	14.097.761,07	-	14.097.761,07
Secretaria de Estado de Segurança Pública – <b>SSP</b>	2.107.542,42	18.460.145,85	<b>20.567.688,27</b>
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas – <b>CBMAM</b>	1.859.259,05	714.916,37	<b>2.574.175,42</b>
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – <b>CECTI</b>	1.583.127,89	545.676,80	<b>2.128.804,69</b>
Polícia Militar do Estado do Amazonas – <b>PMAM</b>	1.007.734,43	605.435,18	<b>1.613.169,61</b>
Secretaria de Estado de Assistência Social – <b>SEAS</b>	652.422,04	657.855,18	<b>1.310.277,35</b>
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino – <b>SEDUC</b>	619.385,57	1.000.899,56	<b>1.620.285,13</b>
Secretaria de Estado do Trabalho e Cidadania – <b>SETRAB</b>	558.338,11	52.429,04	<b>610.767,15</b>
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer – <b>SEJEL</b>	474.968,75	1.113.399,47	<b>1.588.368,22</b>
Sec. de Est. de Articulação de Políticas Púb. Movimentos Sociais – <b>SEARP</b>	410.028,15	-	410.028,15
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – <b>SDS</b>	307.466,11	2.809.143,04	<b>3.116.609,15</b>
Secretaria de Estado de Produção Rural – <b>SEPROR</b>	151.515,36	5.092.250,86	<b>5.243.766,22</b>
Secretaria de Estado para os Povos Indígenas – <b>SEIND</b>	100.617,12	202.112,39	<b>302.729,51</b>
Secretaria de Estado da Cultura – <b>SEC</b>	176.221,99	-	176.221,99
Fundo Estadual de Saúde – <b>FES</b>	81.805,21	2.524.281,98	<b>2.606.087,19</b>
Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – <b>SEJUS</b>	25.009,56	8.886.543,99	<b>8.911.553,55</b>
Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência – <b>SEPED</b>	17.603,42	-	17.603,42
Secretaria de Estado de Infraestrutura – <b>SEINFRA</b>	-	56.669.479,48	56.669.479,48
<b>S U B T O T A L</b>	<b>24.230.806,25</b>	<b>99.334.569,32</b>	<b>123.565.375,57</b>

Fonte: Balanço Gera do Estado de 2013 - Tabela 10



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

<b>CONVÊNIOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>			
<b>ENTIDADES</b>	<b>VALORES CONTABILIZADOS PELA SEFAZ</b>		
	<b>Transferências Correntes</b>	<b>Transferências de Capital</b>	<b>Total</b>
Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas – <b>FAPEAM</b>	15.719.075,51	2.845.892,76	<b>18.564.968,27</b>
Fundação Universidade do Estado do Amazonas – <b>UEA</b>	2.286.074,23	1.764.944,87	<b>4.051.019,10</b>
Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – <b>CETAM</b>	1.072.915,13	-	<b>1.072.915,13</b>
Fundação de Dermatologia Tropical e Venereologia Alfredo da Matta - <b>FUAM</b>	701.769,36	-	<b>701.769,36</b>
Fundação de Medicina Tropical – <b>FMT/AM</b>	676.615,03	1.738.811,62	<b>2.415.426,65</b>
Empresa Estadual de Turismo do Amazonas – <b>AMAZONASTUR</b>	659.488,73	2.861.905,93	<b>3.521.394,66</b>
Fundação Centro de Controle de Oncologia – <b>FCECON</b>	364.059,44	73.824,99	<b>437.884,43</b>
Fundação Hematologia e Hemoterapia do Amazonas – <b>FHEMOAM</b>	264.715,79	211.672,70	<b>476.388,49</b>
Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas - <b>IDAM</b>	120.055,48	888.825,00	<b>1.008.880,48</b>
Fundação Hospital Adriano Jorge – <b>FHAJ</b>	22.237,83	-	<b>22.237,83</b>
Instituto de Terras do Amazonas – <b>ITEAM</b>	11.057,52	-	<b>11.057,52</b>
Superintendência Estadual de Habitação – <b>SUHAB</b>	-	3.644.164,36	<b>3.644.164,36</b>
<b>SUBTOTAL</b>	<b>21.898.064,05</b>	<b>14.030.042,23</b>	<b>35.928.106,28</b>
<b>TOTAL GERAL (Direta + Indireta)</b>	<b>46.128.870,30</b>	<b>113.364.611,55</b>	<b>159.493.481,85</b>

Fonte: Balanço Gera do Estado de 2013 - Tabela 13

## 18. RENÚNCIA FISCAL

A Renúncia Fiscal decorre da política e legislação de incentivos fiscais e extrafiscais em que se baseia a economia do Estado. A criação da Zona Franca de Manaus, pelo Decreto-Lei 288/67, e as seguidas alterações na legislação federal e estadual que regulamentam a matéria mantiveram os critérios de renúncia fiscal, historicamente, como sustentáculo do projeto de desenvolvimento regional.

Incluída na Constituição da República – art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – a Zona Franca de Manaus tinha previsão de manutenção de incentivos até o ano 2013, sendo esse prazo prorrogado até o ano de 2023, por força da Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003, que acrescentou o art. 92 no ADCT.

### 18.1 Incentivos Fiscais

O Estado vem implementando legislação ordenadora de incentivos fiscais e extrafiscais de modo a preservar e aprimorar o modelo. Tal esforço consubstancia-se na viabilização da economia estadual, inclusive com sustentação de empregos e manutenção da própria Administração.

A Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais têm como finalidade integrar, expandir, modernizar e consolidar os setores industrial, agro-industrial, florestal, agropecuário, comercial, de serviços, e afins, visando ao desenvolvimento do Estado.

Sua definição fundamenta-se na Lei nº 2.826, de 29 de setembro de 2003, em obediência aos princípios da Constituição da República Federativa do Brasil e da Constituição do Estado do Amazonas. Convém destacar que a referida lei revogou as Leis nº 1.939, de 27 de dezembro de 1.989, nº 2.084, de 25 de outubro de 1991, nº 2.390, de 08 de maio de 1996, nº 2.480 de 30 de dezembro de 1997 e nº 2.723, de 4 de abril de 2002.

No âmbito das atividades industrial e agro-industrial, os incentivos fiscais destinados às empresas do ramo constituem-se em créditos estímulo, diferimento, isenção, redução de base de cálculo e crédito fiscal presumido do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Operações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Somente aos produtos resultantes de atividades consideradas de fundamental interesse para o desenvolvimento do Estado, caberá a concessão dos incentivos fiscais. Entre as atividades acima referidas, destacamos as que: contribuam para o aumento de exportação para os mercados nacional e internacional; promovam investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de processo e/ou produto; gerem empregos diretos e/ou indiretos no Estado; promovam atividades ligadas à indústria do turismo.

A concessão dos incentivos fiscais efetivar-se-á por meio de Decreto, na forma regulamentar.

As empresas industriais incentivadas ficam sujeitas ao acompanhamento, avaliação e fiscalização de suas atividades pela SEPLAN e pela SEFAZ, nas áreas de suas respectivas competências.

Em razão da legislação de incentivos fiscais peculiar do Estado do Amazonas, às empresas do Pólo Industrial de Manaus – PIM, beneficiárias da renúncia fiscal do ICMS na ordem de **R\$ 6.185.753.698,80**; restituível de **R\$ 5.282.186.113,44** e não-restituível no valor de **R\$ 729.872.804,27**, conforme relação abaixo:

Nº	INSCRICAO	RAZAO SOCIAL
1	06.200.501-4	3M MANAUS INDUSTRIA DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
2	06.300.462-3	3M MANAUS INDUSTRIA DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
3	06.200.581-2	4DA INDUSTRIA DE IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA
4	06.200.167-1	A ALVES DE SOUSA
5	06.300.266-3	A G R PRODUTOS FOTOGRAFICOS LTDA
6	06.300.680-4	A J INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA
7	06.200.639-8	A L F FERNANDES
8	06.200.869-2	A M QUIMICA IND E COMERCIO DE PROD QUIMICOS IMPORTACAO E EXPOR
9	06.200.473-5	A W FABER CASTELL AMAZONIA S A
10	06.300.672-3	ABRASIVOS MONTAGNA LTDA
11	06.300.183-7	ACOS DA AMAZONIA LTDA
12	06.300.351-1	ADITEX INDUSTRIA E COMERCIO DE ADITIVOS QUIMICOS LTDA
13	06.300.702-9	AJR INDUSTRIA E COMERCIO PLASTICOS LTDA
14	06.200.210-4	ALEGRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
15	06.300.112-8	ALENT BRASIL SOLDAS LTDA
16	06.200.872-2	ALEX ROJAS SALVIONI EPP
17	06.200.083-7	ALUMINIO APLICADO LTDA
18	06.200.110-8	ALVA DA AMAZONIA IND QUIMICA LTDA
19	06.300.604-9	AM PACK INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA
20	06.200.295-3	AMAPLAST AMAZONAS PLASTICOS LTDA
21	06.300.276-0	AMAPLAST AMAZONAS PLASTICOS LTDA
22	06.200.000-4	AMAZON ACO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
23	06.300.001-6	AMAZON ACO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
24	06.200.302-0	AMAZON ERVAS LABORATORIO BOTANICO LTDA
25	06.300.423-2	AMAZON ETIQUETAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
26	06.300.346-5	AMAZON INDUSTRIA E COMERCIO DE SOLDAS LTDA EPP
27	06.300.130-6	AMAZON MOTION DO BRASIL EIRELI
28	06.200.986-9	AMAZON REFRIGERANTES LTDA
29	06.300.816-5	AMAZON REFRIGERANTES LTDA
30	06.300.412-7	AMAZON TAPE INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA
31	06.200.853-6	AMAZONIA BENEFICIADORA INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA ME
32	06.200.054-3	AMAZONIA BOAT LTDA
33	06.200.078-0	AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE POLPAS LTDA
34	06.200.479-4	AMAZONPOSTES INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA
35	06.300.576-0	AMAZONRECI RECICLAGEM LTDA
36	06.300.214-0	AMCOR EMBALAGENS DA AMAZONIA S A
37	06.300.245-0	AMERICA TAMPAS DA AMAZONIA S.A.
38	06.200.047-0	AMMAC INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
39	06.200.912-5	AMZ MIDIA INDUSTRIAL S.A.
40	06.200.411-5	ANA MARIA REIS VIEIRA
41	06.200.371-2	ARAFORROS INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS DA AMAZONIA LTDA
42	06.200.066-7	ARCOMA DA AMAZONIA IND E COM LTDA
43	06.300.507-7	ARMOR BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS PARA IMPRESSAO LTDA
44	06.200.204-0	AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA
45	06.300.199-3	AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA
46	06.300.200-0	AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA
47	06.200.592-8	ARTFACAS DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE FACAS GRAFICAS LT
48	06.200.520-0	ASTRO TOYS COMERCIAL DE BRINQUEDOS LTDA
49	06.300.173-0	AVANPLAS POLIMEROS DA AMAZONIA LTDA
50	06.200.667-3	AVGLOBAL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA
51	06.200.716-5	BANGTOYS DO BRASIL INDUSTRIA DE BRINQUEDOS E COMERCIO LTDA
52	06.200.129-9	BDS CONFECÇÕES LTDA
53	06.200.272-4	BEIRA ALTA INDUSTRIAL LTDA



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

54	06.300.440-2	BEIRA ALTA INDUSTRIAL LTDA
55	06.200.505-7	BENFICA INDUSTRIA DE PERIFERICOS PARA INFORMATICA E IMPRESSAO
56	06.200.408-5	BERTOLINI CONSTRUCAO NAVAL DA AMAZONIA LTDA
57	06.200.187-6	BERTOLINI DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
58	06.200.045-4	BIC AMAZONIA S A
59	06.200.136-1	BRAMONT MONTADORA INDUSTRIAL E COMERCIAL DE VEICULOS S/A
60	06.300.004-0	BRASALPLA AMAZONIA INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA
61	06.300.154-3	BRASCABOS COMPONENTES ELETRICOS E ELETRONICOS DA AMAZONIA LTDA
62	06.300.536-0	BRASFANTA INDUSTRIA E COMERCIO DA AMAZONIA LTDA
63	06.300.192-6	BRASIL KIRIN LOGISTICA E DISTRIBUICAO LTDA
64	06.200.223-6	BRASIL NORTE BEBIDAS LTDA
65	06.200.443-3	BRASITECH INDUSTRIA E COMERCIO DE APARELHOS PARA BELEZA LTDA
66	06.200.936-2	BRAVVATECH INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES ELETRONICOS LTD
67	06.300.684-7	BRAZILPACKING EMBALAGENS PLASTICAS LTDA
68	06.300.733-9	BRITANIA COMPONENTES ELETRONICOS LTDA
69	06.390.086-6	BRITANIA COMPONENTES ELETRONICOS LTDA
70	06.200.044-6	BRUDDEN DA AMAZONIA LTDA
71	06.200.911-7	CABOS DA AMAZONIA LTDA
72	06.200.906-0	CAL-COMP INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTD
73	06.300.384-8	CAL-COMP INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTD
74	06.300.760-6	CAL-COMP INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTD
75	06.200.159-0	CALOI NORTE SA
76	06.200.937-0	CANON INDUSTRIA DE MANAUS LTDA
77	06.300.085-7	CARBOMAN GAS CARBONICO DE MANAUS LTDA
78	06.200.065-9	CARBOQUIMICA DA AMAZONIA LTDA
79	06.300.757-6	CARBOXI INDUSTRIA E COMERCIO DE GASES LTDA
80	06.200.196-5	CASTRO & CIA LTDA
81	06.300.363-5	CEDRAL SERVICOS DE ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA EPP
82	06.390.027-0	CEDRAL SERVICOS DE ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA EPP
83	06.300.509-3	CELTA INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS E ABRASIVOS LTDA EPP
84	06.200.122-1	CEMAZ INDUSTRIA ELETRONICA DA AMAZONIA S A
85	06.200.538-3	CERAS JOHNSON LTDA
86	06.300.767-3	CHALLENGER DA AMAZONIA INDUSTRIA DE PECAS PARA VEICULOS AUTOMO
87	06.200.252-0	CHRONOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
88	06.300.038-5	CHUMBOS DA AMAZONIA LTDA
89	06.200.467-0	CIALA DA AMAZONIA REFINADORA DE METAIS LTDA
90	06.300.568-9	CIALA DA AMAZONIA REFINADORA DE METAIS LTDA
91	06.300.513-1	CIBEA MANAUS CONCENTRADOS DA AMAZONIA LTDA
92	06.200.431-0	CIEX COMERCIO INDUSTRIA E EXPORTACAO LTDA
93	06.300.341-4	CISPER DA AMAZONIA S A
94	06.200.087-0	CITIZEN WATCH DO BRASIL S A
95	06.300.167-5	CITY PLASTIK INDUSTRIA E COMERCIO PLASTICO LTDA
96	06.200.043-8	CLIMAZON INDUSTRIAL LTDA
97	06.200.919-2	CMC AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE OCULOS E RELOGIOS LTDA
98	06.300.298-1	COELMATIC LTDA
99	06.300.049-0	COIMPA INDUSTRIAL LTDA
100	06.300.152-7	COLORTECH DA AMAZONIA LTDA
101	06.300.634-0	COMETAIS INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA
102	06.300.145-4	COMPONEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
103	06.300.481-0	CONCENTRADOS PARANA LTDA
104	06.300.005-9	CONCENTRE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
105	06.200.307-0	CONSTRUTORA LAJES LTDA
106	06.200.308-9	CONSTRUTORA LAJES LTDA
107	06.200.454-9	CONTINENTAL INDUSTRIA E COMERCIO AUTOMOTIVOS LTDA
108	06.200.021-7	COPAG DA AMAZONIA S A
109	06.300.044-0	COPLAST IND E COM DE RESIDUOS PLASTICOS LTDA
110	06.200.333-0	COPOBRAS DA AMAZONIA INDUSTRIAL DE EMBALAGENS LTDA
111	06.300.657-0	CORTEMETAL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE METAL LTDA
112	06.200.213-9	CR ZONGSHEN FABRICADORA DE VEICULOS S.A.
113	06.300.792-4	CRISTAL INDUSTRIA DE PLASTICOS DA AMAZONIA LTDA
114	06.300.246-9	CROWN EMBALAGENS METALICAS DA AMAZONIA S A
115	06.200.646-0	CRUISER MARINE INDUSTRIA NAUTICA LTDA
116	06.300.100-4	D D WILLIAMSON DO BRASIL LTDA
117	06.200.648-7	D P INDUSTRIA E COMERCIO DE VIDROS LTDA
118	06.200.522-7	DAFRA DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOTOCICLETAS LTDA
119	06.300.514-0	DAIDO INDUSTRIA DE CORRENTES DA AMAZONIA LTDA
120	06.200.663-0	DENSAM DA AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA LTDA
121	06.300.615-4	DENSAM DA AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA LTDA
122	06.300.047-4	DENSO INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA
123	06.300.521-2	DIGIBOARD ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
124	06.390.064-5	DIGIBOARD ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
125	06.200.433-6	DIGIBRAS INDUSTRIA DO BRASIL S A
126	06.200.751-3	DIGIBRAS INDUSTRIA DO BRASIL S/A
127	06.200.981-8	DIGIBRAS INDUSTRIA DO BRASIL S/A
128	06.300.791-6	DIGIBRAS INDUSTRIA DO BRASIL S/A
129	06.300.105-5	DIGICABO DA AMAZONIA LTDA
130	06.200.020-9	DIGITRON DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO S A
131	06.300.030-0	DIGITRON DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO S A
132	06.200.283-0	DIXTAL BIOMEDICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
133	06.300.517-4	DKPLAST INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA
134	06.200.643-6	DOCE FRIO LTDA
135	06.200.588-0	DOWERTECH DA AMAZONIA INDUSTRIA DE INSTRUMENTO ELETRONICOS LTD
136	06.300.562-0	DR CONCENTRADOS DE ALIMENTOS DA AMAZONIA LTDA
137	06.200.086-1	DUMONT SAAB DO BRASIL S/A
138	06.200.270-8	DUQUE INDUSTRIA DO AMAZONAS LTDA
139	06.200.744-0	DURAMAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
140	06.200.907-9	ECOETE ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS PARA SANEAMENTO AMBIENTAL LTD



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

141	06.200.745-9	ECOFIBRA INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPOSITOS LTDA
142	06.300.544-1	ECOMASSA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
143	06.300.094-6	ECOPACK INDUSTRIA DE COMPONENTES LTDA
144	06.200.650-9	ECOTEXTIL INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA - EPP
145	06.200.090-0	ELECTROLUX DA AMAZONIA LTDA
146	06.200.091-8	ELECTROLUX DA AMAZONIA LTDA
147	06.200.225-2	ELGIN INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA
148	06.300.340-6	ELLO INDUSTRIA, COM. E SERV. DE ETIQUETAS, FORMULARIOS E ARTEF
149	06.200.665-7	ELO ELETRONICA AMAZONIA LTDA
150	06.200.189-2	ELSYS EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA
151	06.300.182-9	ELSYS EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA
152	06.200.759-9	EMBALATEC INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA
153	06.200.515-4	EMPRESA AMAZONENSE DE PLASTICOS LTDA
154	06.300.459-3	EMPRESA INDUSTRIAL DE JUTA S/A
155	06.300.754-1	EPS SERVICOS PARA PRODUTOS ELETRONICOS DO BRASIL LTDA
156	06.200.956-7	ESCOSSIO INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA - ME
157	06.200.318-6	ESPLANADA INDUSTRIA E COM DE COLCHOES LTDA
158	06.300.282-5	ESSILOR DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
159	06.200.131-0	EVADIN IND AMAZONIA SA
160	06.200.071-3	F H DE OLIVEIRA PEIXOTO - EIRELI
161	06.300.065-2	F H DE OLIVEIRA PEIXOTO - EIRELI
162	06.201.006-9	F L INDUSTRIA E COMERCIO VAREJISTA DE ARTEFATOS DE CONCRETO LT
163	06.200.245-7	FABOR COMPONENTES DA AMAZONIA LTDA
164	06.200.092-6	FABRICA RAINHA ISABEL LTDA
165	06.200.064-0	FABRICA VIRROSAS LTDA
166	06.200.547-2	FABRIL FABRICA DE ABRASIVOS E LIXAS LTDA
167	06.300.362-7	FABRIL FABRICA DE ABRASIVOS E LIXAS LTDA
168	06.200.469-7	FABRIL ROMANA LTDA ME
169	06.300.420-8	FACOMSA DA AMAZONIA LTDA
170	06.200.554-5	FCM FABRICA DE COLCHOES E MOVEIS LTDA
171	06.200.062-4	FERGEL INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA
172	06.300.059-8	FERGEL INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA
173	06.200.367-4	FERMAZON FERRO E ACO DO AMAZONAS LTDA
174	06.200.917-6	FITAS FLAX DA AMAZONIA LIMITADA
175	06.300.390-2	FITAS FLAX DA AMAZONIA LIMITADA
176	06.200.011-0	FLEX IMP EXPORT IND E COMER DE MAQUIN E MOTORES LTDA
177	06.300.007-5	FLEX IMP EXPORT IND E COMER DE MAQUIN E MOTORES LTDA
178	06.390.014-9	FLEX IMP EXPORT IND E COMER DE MAQUIN E MOTORES LTDA
179	06.300.673-1	FLEXCABLES DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE CABOS E FIOS LT
180	06.300.554-9	FORMAPACK EMBALAGENS PLASTICAS LTDA
181	06.200.562-6	FOXCONN MOEBG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA
182	06.390.063-7	FOXCONN MOEBG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA
183	06.200.077-2	FRIGORIFICO RIOMAR LTDA
184	06.200.675-4	FRIOLINS INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA
185	06.300.033-4	FUJIFILM DO BRASIL LTDA
186	06.390.029-7	G S I DA AMAZONIA LTDA
187	06.200.516-2	GBR COMPONENTES DA AMAZONIA LTDA
188	06.390.037-8	GBR COMPONENTES DA AMAZONIA LTDA
189	06.200.212-0	GELOCRIM INDUSTRIA E COMERCIO DE GELO LTDA
190	06.200.460-3	GENIS EQUIPAMENTOS DE GINASTICA LTDA
191	06.200.988-5	GIGA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE SEGURANCA ELETRONICA
192	06.200.703-3	GIGA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MECANICOS E ELETRONICOS
193	06.200.263-5	GLACIAL INDUSTRIA E COMERCIO DE SORVETES LTDA
194	06.300.716-9	GOLDPET INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA
195	06.200.291-0	GREE ELECTRIC APPLIANCES DO BRASIL LTDA
196	06.200.641-0	GREGOLETTO E CEMBRANI LTDA - EPP
197	06.300.188-8	GREIF EMBALAGENS INDUSTRIAIS DO AMAZONAS LTDA
198	06.200.498-0	GTK INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA
199	06.200.150-7	H BUSTER DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO S A
200	06.200.100-0	H I CONFECCOES LTDA EPP
201	06.200.387-9	HAOBAO MOTOR DO BRASIL LTDA
202	06.200.073-0	HARLEY DAVIDSON DO BRASIL LTDA
203	06.200.340-2	HDL DA AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA LTDA
204	06.300.589-1	HENKEL LTDA
205	06.300.368-6	HEVI EMBALAGENS DA AMAZONIA LTDA
206	06.300.626-0	HIBRIDA INDUSTRIA DE MATERIAIS TERMOPLASTICOS LTDA
207	06.200.160-4	HISAMITSU FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA
208	06.200.575-8	HITACHI AR CONDICIONADO DO BRASIL LTDA
209	06.200.089-6	HMB INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
210	06.390.001-7	HMB INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
211	06.200.366-6	HOROS QUIMICA DA AMAZONIA LTDA
212	06.200.294-5	HTA-INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
213	06.300.447-0	HVR CONCENTRADOS DA AMAZONIA LTDA
214	06.200.548-0	HYSSA ABRAHIM & CIA LTDA
215	06.200.923-0	I G INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA - ME
216	06.300.164-0	I SHENG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES ELETRONICOS
217	06.300.769-0	IBRAPEM INDUSTRIA BRASILEIRA DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA
218	06.200.805-6	ICTA, IND. COM DE IMPRESSORAS E TECNOLOGIA DA AMAZONIA LTDA
219	06.200.603-7	ICTEC INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
220	06.200.144-2	IDEAL PRE FABRICADOS LIMITADA
221	06.300.190-0	IFER DA AMAZONIA LTDA
222	06.300.093-8	IIMAK DA AMAZONIA FITAS PARA IMPRESSAO LTDA
223	06.200.478-6	IITA INDUSTRIA DE IMPRESSORAS TECNOLOGICAS DA AMAZONIA LTDA
224	06.300.508-5	IITA INDUSTRIA DE IMPRESSORAS TECNOLOGICAS DA AMAZONIA LTDA
225	06.200.640-1	IMPORTADORA DOIS RIOS LTDA
226	06.200.211-2	IMPORTADORA EXPORTADORA E INDUSTRIA JIMMY LTDA
227	06.390.025-4	IMPORTADORA EXPORTADORA E INDUSTRIA JIMMY LTDA



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

228	06.300.470-4	INCA INDÚSTRIA DE CONCENTRADOS DE BEBIDAS DA AMAZONIA LTDA
229	06.200.224-4	INCOTOKYO INDÚSTRIA E COMÉRCIO TOKYO LTDA
230	06.200.631-2	INDMAQ INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA
231	06.200.046-2	INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES O E M LTDA
232	06.200.276-7	INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS DA FAZENDA LTDA
233	06.300.651-0	INDÚSTRIA DE MANUAIS EDITORA E EMBALAGENS DE MICROONDULADOS DA
234	06.200.029-2	INDÚSTRIA DE PAPEL SOVEL DA AMAZONIA LTDA
235	06.200.031-4	INDÚSTRIA DE TRANSFORMADORES AMAZONAS LTDA
236	06.200.084-5	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS MORAES LTDA
237	06.200.111-6	INDÚSTRIA E COMÉRCIO FERNANDES LTDA
238	06.200.706-8	INDÚSTRIA E COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CEREAIS RR LTD
239	06.200.992-3	INDUSTRIAL ORIENTE DE POLÍMEROS LTDA
240	06.300.497-6	INDUSTRIAL ORIENTE DE POLÍMEROS LTDA
241	06.300.227-2	INDÚSTRIAS REUNIDAS VITÓRIA REGIA LTDA
242	06.200.103-5	INFRUTAS INDÚSTRIA DE FRUTAS DA AMAZONIA SA
243	06.200.633-9	INTELBRAS S/A INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA BRASILEI
244	06.200.767-0	INTELCAV CARTÕES LTDA
245	06.200.483-2	IPA INDÚSTRIA DE PISOS DA AMAZONIA LTDA
246	04.164.851-0	IPES IND PRODUTOS EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA
247	04.740.043-9	IPES IND PRODUTOS EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA
248	06.200.984-2	IPES IND PRODUTOS EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA
249	06.300.800-9	IPES IND PRODUTOS EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA
250	06.200.076-4	IRANDUBA FRIGORÍFICO DE PESCADOS LTDA
251	06.300.660-0	ISOAMAZON INDÚSTRIA COMÉRCIO DE ARTEFATOS PLÁSTICOS LTDA ME
252	06.300.070-9	ISOTECH DA AMAZONIA LTDA
253	06.200.174-4	ITA MINERAÇÃO LTDA
254	06.200.349-6	ITAPORANGA ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA
255	06.200.149-3	ITAUTINGA AGRO INDUSTRIAL S A
256	06.200.242-2	J CRUZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
257	06.201.026-3	J DA SILVA PICANCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOBILIÁRIOS
258	06.200.718-1	J DE OLIVEIRA VELOSO
259	06.390.061-0	J R A INDÚSTRIA ELETROMECÂNICA LTDA
260	06.200.324-0	J TOLEDO DA AMAZONIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA
261	06.200.128-0	JABIL DO BRASIL INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA LTDA
262	06.390.068-8	JABIL INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA
263	06.390.085-8	JABIL INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA
264	06.200.781-5	JAKS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPEL LTDA
265	06.200.965-6	JFL DA AMAZONIA FABRICAÇÃO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA
266	06.200.606-1	JR COMÉRCIO DE ARTEFATOS METÁLICOS LTDA
267	06.200.629-0	KAWASAKI MOTORES DO BRASIL LTDA
268	06.200.894-3	KMA FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA
269	06.200.731-9	KNAUF ISOPOR DA AMAZONIA LTDA
270	06.300.171-3	KNAUF ISOPOR DA AMAZONIA LTDA
271	06.300.069-5	KODAK DA AMAZONIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
272	06.300.735-5	KORETECH EMBALAGENS DA AMAZONIA LTDA
273	06.200.331-3	L M DA AMAZONIA LTDA
274	06.300.812-2	LABEL PACKING INDÚSTRIA DE EMBALAGENS DA AMAZONIA LTDA
275	06.300.209-4	LABELPRESS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DA AMAZONIA LTDA
276	06.200.284-8	LANAPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA
277	06.200.374-7	LATINO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
278	06.300.706-1	LEST PLAST INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA - EPP
279	06.200.685-1	LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA
280	06.300.235-3	LINK DA AMAZONIA LTDA
281	06.200.085-3	LITIARA INDÚSTRIA CERÂMICA DA AMAZONIA LTDA
282	06.200.180-9	LOCOMOTIVA DA AMAZONIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TEXTÉIS INDUSTR
283	06.300.312-0	LOCOMOTIVA DA AMAZONIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TEXTÉIS INDUSTR
284	06.200.558-8	LOGICA DA AMAZONIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA
285	06.300.472-0	M AGOSTINI INDÚSTRIA DE PLÁSTICO LTDA
286	06.300.454-2	M S C COMPONENTES INDUSTRIAIS DA AMAZONIA LTDA
287	06.200.713-0	MABOLE CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LIMITADA
288	06.200.921-4	MADEFORMING INDUSTRIAL DE PLÁSTICOS LTDA
289	06.300.387-2	MADEFORMING INDUSTRIAL DE PLÁSTICOS LTDA
290	06.200.961-3	MAGNUM INDÚSTRIA DA AMAZONIA S/A
291	06.300.482-8	MANGELS COMPONENTES DA AMAZONIA LTDA
292	06.300.746-0	MANULI DA AMAZONIA INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA
293	06.200.394-1	MAPA DA AMAZONIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO SANEANTES LTDA
294	06.300.448-8	MAPA DA AMAZONIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO SANEANTES LTDA
295	06.200.838-2	MASA DA AMAZONIA LTDA
296	06.300.155-1	MASA DA AMAZONIA LTDA
297	06.200.542-1	MASTERCOIN DA AMAZONIA IND E COM DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA
298	06.300.783-5	MATPRIM SOLUTIONS, FABRICAÇÃO DE REFRESCOS CONCENTRADOS LTDA
299	06.200.605-3	MEIRELES & MUNIN LIMITADA
300	06.200.916-8	MERIDIONAL CONSTRUÇÕES LTDA
301	06.300.317-1	METALMA DA AMAZONIA S/A
302	06.300.530-1	METALÚRGICA DE TUBOS DE PRECISÃO DA AMAZONIA LTDA
303	06.200.247-3	METALÚRGICA MAGALHÃES COM E INDÚSTRIA LTDA
304	06.300.208-6	METALÚRGICA MAGALHÃES COM E INDÚSTRIA LTDA
305	06.200.959-1	METALÚRGICA MAIA LTDA
306	06.200.117-5	METALÚRGICA MARLIN S A IND COM IMPORT E EXPORT
307	06.300.445-3	METALÚRGICA SETE DE SETEMBRO DA AMAZONIA LTDA
308	06.200.963-0	MG GOLD INDÚSTRIA DA AMAZONIA LTDA
309	06.300.211-6	MICROSERVICE TECNOLOGIA DIGITAL DA AMAZONIA LTDA
310	06.300.043-1	MIKA INDÚSTRIA DE ETIQUETAS LTDA
311	06.200.220-1	MIL MADEIRAS PRECIOSAS LTDA
312	06.300.088-1	MINERAÇÃO TABOCA SA
313	06.300.822-0	MONTANA INDÚSTRIA DE PEÇAS METÁLICAS EIRELI
314	06.200.256-2	MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

315	06.200.474-3	MOTO TRAXX DA AMAZONIA LTDA
316	06.300.664-2	MOBILE INDUSTRIA METALPLASTICA LTDA
317	06.200.797-1	NANDAPLAST FABRICACAO DE EMBALAGENS DE MATERIAL PLASTICO LTDA
318	06.300.712-6	NANDAPLAST FABRICACAO DE EMBALAGENS DE MATERIAL PLASTICO LTDA
319	06.200.724-6	NASSER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP
320	06.300.645-6	NATURAL SABORES INDUSTRIA E COMERCIO DE CONCENTRADOS LTDA
321	06.300.374-0	NATUREX - INGREDIENTES NATURAIS LTDA
322	06.200.678-9	NCR BRASIL - INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS PARA AUTOMACAO S.A.
323	06.200.880-3	NEOTEC INDUSTRIA E COMERCIO DE PNEUS LTDA
324	06.300.495-0	NEOTEC INDUSTRIA E COMERCIO DE PNEUS LTDA
325	06.300.578-6	NICHIBRAS AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS PLASTICOS
326	06.300.193-4	NIDALA DA AMAZONIA LTDA
327	06.300.015-6	NIPPON SEIKI DO BRASIL LTDA
328	06.300.224-8	NITRIFLEX DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO SA
329	06.300.234-5	NITRON DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
330	06.200.267-8	NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA
331	06.200.023-3	NORITSU DO BRASIL LTDA
332	06.200.232-5	NORTEFERRO INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRO LTDA
333	06.200.048-9	NOVODISC MIDIA DIGITAL DA AMAZONIA LTDA
334	06.300.061-0	NOVODISC MIDIA DIGITAL DA AMAZONIA LTDA
335	06.300.261-2	NOVOTEMPO INDUSTRIA GRAFICA LTDA
336	06.200.456-5	O G INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA
337	06.300.071-7	OCRIM S A PRODUTOS ALIMENTICIOS
338	06.200.288-0	ORBINOVA IND COM IMP E EXP DE COMP E EQUIP ELET DA AMAZ LTDA
339	06.300.269-8	ORBINOVA IND COM IMP E EXP DE COMP E EQUIP ELET DA AMAZ LTDA
340	06.200.199-0	ORIENT RELOGIOS DA AMAZONIA LTDA
341	06.300.020-2	ORSA INTERNATIONAL PAPER EMBALAGENS DA AMAZONIA LTDA
342	06.200.794-7	OSCAR FLUES INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS IMPRESSORAS LTDA
343	06.200.593-6	OX DA AMAZONIA INDUSTRIA DE BICICLETAS LTDA - ME
344	06.200.677-0	P.R.F. LOPES AGROINDUSTRIA E COMERCIO - ME
345	06.200.595-2	PACE BRASIL - INDUSTRIA ELETROECONICA E COMERCIO LTDA
346	06.200.896-0	PAD INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA - ME
347	06.300.067-9	PALLADIUM ENERGY ELETROECONICA DA AMAZONIA LTDA
348	06.390.087-4	PALLADIUM ENERGY ELETROECONICA DA AMAZONIA LTDA
349	06.300.232-9	PAM INDUSTRIA DE PLASTICOS INJETADOS LTDA
350	06.200.116-7	PANASONIC DO BRASIL LIMITADA
351	06.300.550-6	PANASONIC DO BRASIL LIMITADA
352	06.390.072-6	PANASONIC DO BRASIL LIMITADA
353	06.200.652-5	PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA
354	06.200.121-3	PELMEX DA AMAZONIA LTDA
355	06.300.140-3	PEPSI-COLA INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA
356	06.200.708-4	PHILCO ELETROECONICOS SA
357	06.200.106-0	PHILIPS DO BRASIL LTDA
358	06.200.042-0	PINHEIRO & RODRIGUES LTDA
359	06.200.049-7	PIONEER DO BRASIL LTDA
360	06.200.841-2	PIONEER YORKEY DO BRASIL LTDA
361	06.390.096-3	PIONEER YORKEY DO BRASIL LTDA
362	06.200.734-3	PLACAS DA AMAZONIA INDUSTRIA DE BENEFICIAMENTO LTDA
363	06.300.141-1	PLACIBRAS DA AMAZONIA LTDA
364	06.200.493-0	PLAST TECH INDUSTRIA E COM DE PROD DE MATERIAIS PLASTICOS LTDA
365	06.200.148-5	PLASTAPE INDUSTRIA DE FITAS E PLASTICOS LTDA
366	06.300.147-0	PLASTAPE INDUSTRIA DE FITAS E PLASTICOS LTDA
367	06.300.218-3	PLASTICOS MANAUS LTDA
368	06.300.106-3	PLASTIPAK PACKAGING DA AMAZONIA LTDA
369	06.200.659-2	POLO NORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA
370	06.300.611-1	POLO NORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA
371	06.300.474-7	POLYAROMAS PREPARADOS E EXTRATOS LTDA
372	06.200.327-5	POLYNORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA
373	06.200.844-7	POOL ENGENHARIA, SERVICO, INDUSTRIA E COMERCIO DE CONSTRUCOES
374	06.200.005-5	PORTELA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA
375	06.200.590-1	POSITIVO INFORMATICA DA AMAZONIA LTDA
376	06.200.244-9	PRESTIGE DA AMAZONIA LTDA
377	06.200.107-8	PRINCE BIKE NORTE LTDA
378	06.300.776-2	PRISMALITE IMPORTACAO EXPORTACAO E INDUSTRIA DE FILMES OPTICOS
379	06.300.318-0	PROCOATING INDUSTRIAL DE LAMINADO DA AMAZONIA LTDA
380	06.200.227-9	PROCOMP AMAZONIA INDUSTRIA ELETROECONICA LTDA
381	06.200.019-5	PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S A
382	06.200.226-0	PRONATUS DO AMAZONAS IND E COM DE PROD FARM COSMETICOS LTDA
383	06.200.140-0	PST ELETROECONICA LTDA
384	06.300.138-1	PST ELETROECONICA LTDA
385	06.200.742-4	PT INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA
386	06.300.567-0	PT INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA
387	06.200.097-7	QUALITECH INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
388	06.390.002-5	QUALITECH INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
389	06.200.240-6	QUIMICA CREDIE LTDA
390	06.300.678-2	QUIMICA CREDIE LTDA
391	06.300.248-5	R & B PLASTICOS DA AMAZONIA LTDA
392	06.200.810-2	R B ALMEIDA
393	06.200.328-3	R S INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS EIRELI
394	06.300.293-0	R S INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS EIRELI
395	06.300.637-5	RAFIAM INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS DA AMAZONIA LTDA
396	06.300.471-2	RAI CONCENTRADOS DA AMAZONIA LTDA
397	06.200.686-0	RANAM INDL E COML DE IMPLEMENTOS DE TRANSPORTES LTDA
398	06.300.490-9	RAVIBRAS EMBALAGENS DA AMAZONIA LTDA
399	06.200.472-7	REAL BEBIDAS DA AMAZONIA LTDA
400	06.300.239-6	RECOFARMA INDUSTRIA DO AMAZONAS LTDA
401	04.135.345-5	REFEICOES PURAS RID LIMITADA





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

402	06.300.074-1	REFLECT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
403	06.300.110-1	REPLASTICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
404	06.300.113-6	REXAM AMAZONIA LTDA
405	06.300.635-9	RIOLIMPO INDUSTRIA E COMERCIO DE RESIDUOS LTDA
406	06.200.134-5	RIOQUIMICA INDUSTRIA QUIMICA LTDA
407	06.200.901-0	RIPASA COMERCIO E REPRESENTACOES DE ALIMENTOS LTDA
408	06.200.365-8	ROFFOR DO BRASIL EIRELI - EPP
409	06.200.772-6	ROYAL MAX DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
410	06.300.053-9	ROYAL MAX DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
411	06.200.370-4	S A PHARMACOS E COSMETICOS LTDA
412	06.300.294-9	SABORES VEGETAIS DO BRASIL LTDA
413	06.200.954-0	SAGEMCOM BRASIL COMUNICACOES LTDA
414	06.300.428-3	SALCOMP INDUSTRIAL ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
415	06.200.183-3	SALDANHA RODRIGUES LTDA
416	06.300.608-1	SAMAUMA TRATAMENTOS TERMICOS EM METAIS LTDA
417	06.200.260-0	SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
418	06.300.537-9	SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
419	06.200.668-1	SANTA TEREZINHA INDUSTRIA DE ISOLADORES DA AMAZONIA LTDA
420	06.300.605-7	SANTOS E MORAES MOLDAGEM PLASTICA LTDA
421	06.300.222-1	SANTPAN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
422	06.200.960-5	SAT BRAS INDUSTRIA ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
423	06.300.404-6	SCORPION IND E COMER DE PROD EM POLIURETANO E EMBALAGENS LTDA
424	06.200.955-9	SECLUS DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO S A
425	06.200.133-7	SEMP TOSHIBA AMAZONAS S A
426	06.300.132-2	SEMP TOSHIBA AMAZONAS S A
427	06.390.073-4	SEMP TOSHIBA AMAZONAS S A
428	06.200.416-6	SERVICO ESPECIALIZADO DE NUTRICAO PARENTERAL E ENTERAL LTDA -
429	06.200.385-2	SETEMA SERV TEC DE MONTAG DE AUTOMACAO E COMERCIO LTDA
430	06.300.752-5	SFPK POLIMEROS PLASTICOS DA AMAZONIA LTDA
431	06.300.296-5	SIEMENS ELETROELETRONICA LTDA
432	06.200.614-2	SILVER INDUSTRIA E COM DE ACESS PARA CONSTRUCAO CIVIL LTDA
433	06.300.596-4	SIX LABEL INDUSTRIA GRAFICA DA AMAZONIA LTDA
434	06.200.139-6	SMARJ INDUSTRIA E COMERCIO DA AMAZONIA LTDA
435	06.200.531-6	SMARTRAC TECNOLOGIA INDUSTRIA E COMERCIO DA AMAZONIA LTDA
436	06.200.612-6	SOBRAL INVICTA DA AMAZONIA INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA
437	06.300.169-1	SODECIA DA AMAZONIA LTDA
438	06.300.042-3	SOLINOX LTDA - EPP
439	06.300.257-4	SOLTECO TECNOLOGIA DE CORTE LTDA
440	06.300.427-5	SONOCO DO BRASIL LTDA
441	06.200.238-4	SONOPRESS RIMO INDUSTRIA E COMERCIO FONOGRAFICA S/A
442	06.300.358-9	SONOPRESS RIMO INDUSTRIA E COMERCIO FONOGRAFICA S/A
443	06.200.016-0	SONY BRASIL LTDA
444	06.390.074-2	SONY BRASIL LTDA
445	06.200.446-8	SONY DADC BRASIL INDUSTRIA COM E DISTRIB VIDEO FONOGRAFICA LTD
446	06.300.058-0	SONY PLASTICOS DA AMAZONIA LTDA
447	06.300.037-7	SOVEL DA AMAZONIA LTDA
448	06.300.250-7	SPRINGER PLASTICOS DA AMAZONIA S A
449	06.300.339-2	STECK DA AMAZONIA INDUSTRIA ELETRICA LTDA
450	06.300.705-3	STETSON DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
451	06.300.778-9	SUNXTRONIC DA AMAZONIA COMERCIO INDUSTRIA IMPORTACAO E EXPORTA
452	06.200.058-6	SUPERIOR DA AMAZONIA LTDA
453	06.200.178-7	SWEDISH MATCH DA AMAZONIA S.A
454	06.300.688-0	SWEETMIX AROMATIZANTES DA AMAZONIA LTDA
455	06.200.721-1	T P INDUSTRIA DE ACO LTDA
456	06.300.045-8	TAINAN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
457	06.200.329-1	TAM TUBOS DA AMAZONIA LTDA
458	06.200.297-0	TANARIMAN INDUSTRIAL LTDA
459	06.200.836-6	TDLS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
460	06.200.249-0	TEC TOY S/A
461	06.200.184-1	TECHNICOLOR BRASIL MIDIA E ENTRETENIMENTO LTDA
462	06.200.079-9	TECHNOS DA AMAZONIA IND E COM S/A
463	06.300.613-8	TECNO AROMAS CONCENTRADOS DA AMAZONIA LTDA
464	06.200.166-3	TECPLAM INDUSTRIA ELETRONICA LTDA
465	06.300.160-8	TECPLAM INDUSTRIA ELETRONICA LTDA
466	06.390.010-6	TECPLAM INDUSTRIA ELETRONICA LTDA
467	06.200.952-4	TELLERINA COMERCIO DE PRESENTES E ARTIGOS PARA DECORACAO S A
468	06.200.335-6	TERMOTECNICA DA AMAZONIA LTDA
469	06.300.157-8	TERMOTECNICA DA AMAZONIA LTDA
470	06.200.014-4	TERRA INDUSTRIA DA AMAZONIA LTDA
471	06.390.082-3	TERRA INDUSTRIA DA AMAZONIA LTDA
472	06.300.616-2	TESA BRASIL LTDA
473	06.200.269-4	TETRAPLAST DA AMAZONIA INDUSTRIAL LTDA
474	06.300.328-7	THOLOR DO BRASIL LTDA
475	06.300.168-3	THOTEN PAC INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACA O E EXPORTACAO LTDA
476	06.390.080-7	TPV DO BRASIL INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA
477	06.200.568-5	TRONY INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS DA AMAZONIA
478	06.200.147-7	TROPICO SISTEMAS E TELECOMUNICACOES DA AMAZONIA LTDA
479	06.300.700-2	TSE INDUSTRIA DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL LTDA
480	06.300.475-5	TUBOACOS DA AMAZONIA LTDA
481	06.300.255-8	TUTIPLAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
482	06.200.783-1	U G INDUSTRIA DE COLCHOES DA AMAZONIA LTDA
483	06.300.686-3	UEI BRASIL CONTROLES REMOTOS LTDA
484	06.200.755-6	UFT DA AMAZONIA INDUSTRIA MECANICA LTDA
485	06.300.424-0	UNIAO TECNICA DE ABRASIVOS LTDA
486	06.200.462-0	UNICOPA DA AMAZONIA LTDA
487	06.200.991-5	UNICOPA DA AMAZONIA LTDA
488	06.300.108-0	UNICOPA DA AMAZONIA LTDA





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

489	06.300.109-8	UNIVERSAL COMPONENTES DA AMAZONIA LTDA
490	06.200.109-4	UNIVERSAL FITNESS DA AMAZONIA LTDA
491	06.300.718-5	V E INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS GRAF ICOS LTDA
492	06.300.743-6	V M ETIQUETAS LTDA
493	06.200.293-7	VALENTIM DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
494	06.300.027-0	VALFILM AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
495	06.300.580-8	VALFILM AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
496	06.390.081-5	VENTTOS INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES ELETRONICOS LTDA M
497	06.200.132-9	VIDEOLAR S A
498	06.300.123-3	VIDEOLAR S/A
499	06.300.124-1	VIDEOLAR S/A
500	06.300.708-8	VIDEOLAR S/A
501	06.200.081-0	VISIONTEC DA AMAZONIA LTDA
502	06.200.591-0	VISTAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA ME
503	06.200.053-5	VISTEON AMAZONAS LTDA
504	06.300.483-6	VISTEON AMAZONAS LTDA
505	06.200.536-7	VNI INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBARCACOES LTDA
506	06.200.696-7	VOITH HYDRO DA AMAZONIA LTDA
507	06.300.243-4	W H B DO BRASIL LTDA
508	06.300.350-3	WALLEN USINAGEM E FERRAMENTAS DE CORTE LTDA
509	06.300.804-1	WAYPARTNERS INDUSTRIA ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
510	06.300.336-8	WEG AMAZONIA S A
511	06.200.125-6	WHIRLPOOL ELETRODOMESTICOS AM S A
512	06.300.129-2	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA
513	06.300.131-4	WHITE SOLDER DA AMAZONIA LTDA
514	06.300.426-7	WILD AMAZON FLAVORS CONCENTRADOS E CORANTES PARA BEBIDAS LTDA
515	06.201.004-2	WOOX INNOVATIONS INDUSTRIA ELETRONICA LTDA
516	06.300.144-6	WORLD PACK DA AMAZONIA LTDA
517	06.200.155-8	YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA
518	06.300.506-9	YASUFUKU POLIMEROS DO BRASIL LTDA
519	06.200.096-9	ZAINFE CONFECÇOES LTDA

## 18.2 Incentivos Extrafiscais

Os incentivos extrafiscais do Estado do Amazonas compreendem a concessão de financiamentos diferenciados por meio de linhas de créditos subsidiados, voltadas aos estabelecimentos de micro e pequeno portes dos setores industrial, agro-industrial, agropecuário, comercial, da prestação de serviços e afins, e aplicação de recursos em investimentos estatais nos setores de infraestrutura social.

São espécies de incentivos extrafiscais:

- a concessão de financiamentos diferenciados aos estabelecimentos de micro e pequeno porte dos setores agropecuário, agro-industrial e florestal, preferencialmente para produtos de origem vegetal e animal, com certificação ambiental, industrial, comercial e de prestação de serviços;
- a aplicação de recursos em investimentos estatais nos setores de infraestrutura social por meio de programas e/ou projetos definidos pelo Poder Executivo;
- apoio tecnológico, gerencial e mercadológico;
- outros afins.

No que se refere às infrações, a Lei nº 2.826/2003 impõe penalidades às empresas que descumprirem quaisquer das obrigações instituídas com relevância à perda dos incentivos daquela que deixar de implantar e manter o projeto agropecuário na forma e condições aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento do Amazonas - CODAM.

Dos Incentivos Extrafiscais contabilizados no exercício de 2013, foi apurado o total de R\$ 537.835,91, sendo beneficiadas as seguintes empresas:

INCENTIVOS EXTRAFISCAIS	
INSCRIÇÃO	EMPRESA - RAZÃO SOCIAL
04.164.851-0	IPES INDÚSTRIA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA
04.135.345-5	REFEIÇÕES PURAS RID LIMITADA

Fonte: SEFAZ/AM



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

### **18.3 Renúncia Fiscal de ICMS**

Segundo informações obtidas junto ao Departamento de Arrecadação - DEARC da Secretaria Executiva do Tesouro da SEFAZ/AM, a Renúncia de Receita Fiscal do Estado relativa ao exercício de 2013, totalizou o montante de 6.186 bilhões, como se verá no resumo de que cuida o art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, demonstrado no quadro a seguir.

#### **Resumo da Renúncia Fiscal de ICMS 2013**

R\$ 1.000,00

<b>RENÚNCIA FISCAL DE ICMS</b>				
<b>Itens</b>	<b>Setor</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Renúncia</b>
01	Indústria Incentivada	Crédito Estímulo	Lei nº 2.826/2003, Art. 13	5.996.960
02	Indústria Incentivada	Crédito Presumido	Lei nº 2.390/1996	574
03	IPVA	Remissão do Ipva 2013	Lei nº 3.904/2013	3.376
04	Transporte Coletivo	Isenção	Decreto nº 27.500/2008	28.212
05	Cesta Básica	Redução de Base de Cálculo	Lei nº 3.830/2012	29.325
06	QAV e GAV (Transporte Aéreo)	Redução Carga Tributária	Lei nº 3.430/2009	10.759
07	Carne e Frango	Redução Carga Tributária	Decreto nº 20.686/1999, Art. 118	105.694
08			Lei Complementar nº 19/1997	10.854
			<b>Total</b>	<b>6.185.754</b>

Fonte: SER/SEFAZ-AM

#### **Observação:**

1. Em relação às empresas de micro e pequeno porte, a SEFAZ não promove tratamento diferenciado para este segmento. As empresas enquadradas nesse segmento, e que fizeram opção, se encontram cadastradas na SEFAZ, no Regime Especial de Tributação Simples Nacional – SN;

2. A legislação em vigor estabelece que as empresas optantes pelo Regime Simples Nacional deverão entregar a Declaração Anual do Simples Nacional – DASN 2013, relativa ao ano-calendário 2012, até o dia 31 de março de 2013. Entretanto, essa Declaração deverá ser entregue para a Receita Federal do Brasil. Portanto, não se dispõe, ainda, dos dados de faturamento dessas empresas, necessários para obtenção das informações da renúncia fiscal do ano de 2012.

Ainda com relação à Renúncia Fiscal, referente ao seu detalhamento e normas aplicadas, o Departamento de Arrecadação – DEARC/SEFAZ esclarece o seguinte:

✓ Decreto nº 27.500/2008, isenção nas operações de saídas internas de óleo diesel a ser consumido por veículos de transportes coletivos públicos e urbanos no Município de Manaus, com quota mensal limitada a 5.888.200 (cinco milhões oitocentos e oitenta e oito mil e duzentos) litros;

✓ Lei nº 2.826, de 29/09/2003, que definiu a Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais e concedeu:

▪ Art. 15 - crédito fiscal presumido de regionalização de 7% (sete por cento) sobre o valor de aquisição do bem intermediário beneficiado com diferimento quando adquirido por indústrias de bens finais incentivadas;

▪ Art. 19, inciso VI – redução da alíquota de 12% (doze por cento) para 7% (sete por cento) nas operações internas de saídas da indústria incentivada para o comércio local;



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

▪ Art. 25 – redução de alíquota para 7% (sete por cento) nas operações internas efetuadas por empresa comercial localizada no Estado do Amazonas com produtos fabricados por indústrias incentivadas;

▪ Art. 26 - nas operações com as mercadorias integrantes da cesta básica, elencadas pelo Poder Executivo, fica estabelecida, em substituição a qualquer modalidade de crédito fiscal, carga tributária líquida correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor da operação.

✓ Lei nº 3.361, de 30/12/2008, concede isenção de ICMS:

▪ Art. 1º, inciso I – as operações internas com Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), quando destinado ao consumo doméstico, assim considerado aquele acondicionado em recipientes com capacidade de até 13 kg.

**I - Isenção de Óleo Diesel - Transportes Coletivos (Decreto nº 27.500/2008)**

A isenção de óleo diesel em 2013 para o transporte coletivo somou R\$ **28.212 milhões**, conforme já demonstrado no quadro do item 18.3.

**II - Cesta Básica (Lei nº 2.826/2003, art. 26)**

As operações de mercadorias integrantes da cesta básica, com carga tributária líquida correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor da operação, somaram R\$ **29.325 milhões**, conforme já demonstrado no quadro do item 18.3.

**III - Isenção GLP - Gás Liquefeito de Petróleo (Lei nº 3.361/2008)**

A LC nº 112/2012 em seu art. 5º, inciso II, revogou a isenção do ICMS sobre o GLP destinado ao consumo doméstico e à prestação de serviços de transporte aéreo de carga.

## **19. VINCULAÇÕES DE RECEITAS**

As Vinculações de Receitas baseiam-se na Constituição da República, Constituição Estadual e Lei de Diretrizes Orçamentárias.

As vinculações autorizadas se destinam às transferências para os Municípios, às Ações e Serviços Públicos de Saúde e à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, fixadas nos artigos 20, § 1º; 158, incisos III e IV; 198, § 2º e 212, da Constituição da República.

O art. 167, inciso IV, da Constituição da República estabelece que ficam vedadas quaisquer outras vinculações de receita de impostos. A Constituição do Estado e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, por enumerarem outras vinculações de receita, excedem as previsões estabelecidas pela Constituição da República.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

### ***19.1. Receita Tributária Líquida***

O cálculo da Receita Tributária, base para **repassse aos Poderes**, inclusos o Tribunal de Contas e o Ministério Público, foi efetuado nos termos do art. 5º, §§ 1º e 2º e art. 6º, inciso I, da Lei nº 3.778, de 18/07/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e art. 147, §2º da Constituição Estadual.

Art. 5º (..)

*§ 1º - Para efeito do disposto nesta Lei, receita tributária líquida é a receita tributária deduzidas as transferências aos Municípios;*

*§ 2º - Serão computadas como receita tributária líquida, as importâncias correspondentes às multas, juros e correção monetária, vinculadas à exigência dos tributos, bem como as oriundas da cobrança da dívida ativa tributária, correspondendo tanto à principal como à acessória.”*

<b>CÁLCULO DA RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA - art. 5º, §§ 1º e 2º da LDO/2012</b>	
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>8.181.584.822,34</b>
ICMS (+ Correção Monetária, Juros e Multas)	7.455.017.211,42
IPVA (+ Correção Monetária, Juros e Multas)	245.600.977,60
Dívida Ativa do ICMS (+ Correção Monetária, Juros e Multas)	57.351.242,50
Imposto sobre a Renda e Proventos	412.829.591,01
ITCMD	6.760.920,36
Taxas	<u>4.024.879,45</u>
<b>(-) TRANSFERÊNCIAS P/ MUNICÍPIOS</b>	<b>2.053.606.917,79</b>
Transferências do ICMS para os Municípios (-)	1.863.749.673,01
Transferências do IPVA para os Municípios (-)	122.798.591,13
Transferência da Dívida Ativa para os Municípios (-)	14.320.084,34
Cota Parte do Imposto sobre de Produto Industrializado - IPI	7.054.469,79
Royalties	45.447.175,76
Contribuição de intervenção no domínio econômico - Cide	<u>236.923,76</u>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA</b>	<b>6.127.977.904,55</b>

Fonte: Mapa Diário de Arecadação/Balancete Analítico/LDO/2013



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

O Anexo 7 demonstra as Vinculações das Receitas e as Aplicações durante o ano de 2013.

**ANEXO 7**

**MAPA COMPARATIVO ENTRE AS VINCULAÇÕES DAS RECEITAS E OS REPASSES**  
**PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013**

DISCRIMINAÇÃO DAS VINCULAÇÕES	Valor a ser Aplicado/Repassado		Valor Aplicado/Repassado	
	R\$	%	R\$	%
IPVA 50% para Municípios (Art. 147, § 2º, III, §§ 7º e 8º, CE e Art. 4º, I da LDO).	122.798.593,27	50,00	122.798.593,27	50,00
ICMS 25% para Municípios (Art. 147, § 2º, IV, §§ 7º e 8º, CE e Art. 4º, II da LDO).	1.878.069.757,35	25,00	1.878.069.757,35	25,00
IPI 25% para Municípios (Art. 147, § 2º, VII, CE e art. 4, III da LDO) (§ 3º, art. 159 – CF).	7.054.469,90	25,00	7.054.469,90	25,00
25% p/ os Municípios da parcela recebida pelo Estado, relativa à Cota Parte Estadual do Fundo Especial do Petróleo e à Compensação Financeira sobre o valor do Óleo Bruto, do Xisto Betuminoso e do Gás – (ROYALTIES) (Art.20, § 1º, CF; Art. 9º da Lei nº 7.990/89; Art. 147, § 2º, VIII, CE; Art. 4º, IV da LDO): Transferências Correntes. Cód. 1721.2270.02. Cota-parte dos Municípios do Fundo Especial do Petróleo. Contribuições Econômicas. 8015 - Cód. 1721.223002. Cota-parte dos Municípios da Compensação Financeira com Royalties para Produção de Petróleo ou Gás natural em terra. 8018 - Cód. 1721.225002. Cota-parte dos Municípios da participação especial na Agência Nacional de Petróleo – ANP.	45.447.175,76 1.327.284,71 31.581.943,31 12.537.947,74	25,00	45.447.175,76	25,00
CIDE – 25% para os Municípios da parcela recebida pelo Estado, relativa à cota-parte Estadual da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, instituída pela Lei nº 10.336, de 19/12/2001, nos termos do artigo 1º - b, da Lei nº 10.866, de 04/05/2004; (Art. 4º, V da LDO). Conta: 1721.01130200	236.923,76	25,00	236.923,76	25,00
Ensino Pub. Est., 25% da Receita de Impostos (Art. 212, CF, Art. 200, CE, Art. 4º, VI da LDO).	2.017.966.885,59	25,00	1.770.539.133,93	21,93
Ensino de 3º Grau, 5% do Ensino Público Estadual (Art. 200, § 10, CE).	100.898.344,28	5,00	53.980.155,44	2,67
Poder Judiciário – 7,4% da Receita Tributária Líquida (Art. 5º, I da LDO).	457.370.401,94	7,40	430.674.000,00	6,97
Ministério Público – 3,3% da Receita Tributária Líquida (Art. 5º, II da LDO).	203.962.476,54	3,30	195.722.000,00	3,17
Poder Legislativo – 6,8% da Receita Tributária Líquida (Art. 5º, III “a” e “b” da LDO). a) Assembleia Legislativa (3,8%) b) Tribunal de Contas do Estado (3%)	420.286.315,30 234.865.882,08 185.420.433,22	6,80 3,80 3,00	391.766.000,00 218.928.000,00 172.838.000,00	6,34 3,54 2,80
Saúde Pública – 12% da Receita de Impostos e Transf. da União (Art. 184, § 1º, CE e Art. 77, II, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Art. 198, § 2º da CF), acrescido pela E.C. nº 29 de 13/09/2000.	968.617.112,93	12,00	1.800.649.481,53	22,31
FMPES (Fundo de Apoio “as Micro e Pequenas Empresas) – 6% do Imposto a ser restituído pelo Estado (Art. 151, §1º e §2º, I, da CE). Conta BALANALITI: 211410204; 211412218	74.632,44	6,00	74.632,44	6,00
Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, – 1,0% da Receita Tributária Líquida (Art. 217, § 3º, Modificado pela EC nº 40, §§ 3º e 4º de 05/12/2002), – 20% sobre os recursos pela Exploração de Minerais (Art. 20, § 1º da CF; Art. 238, III da CE e Art. 4º, VII da LDO).	77.253.719,62	21,00	75.156.338,37	20,43

Fonte: Lei nº 3.845/2012 - LDO/2012 e Sistema AFI/SEFAZ



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

## 20. LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES

Trata-se de institutos previstos no art. 37, inciso XXI, da Constituição da República e regulamentado pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. É preceito constitucional que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios apliquem os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e que proceda à contratação de obras, serviços, compras e alienações, mediante processo de licitação, ressalvados os casos especificados na legislação, a fim de que todos os interessados concorram em igualdade de condições. Esse procedimento administrativo tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para as contratações do interesse da Administração Pública.

No exercício de 2013, os processos licitatórios, de dispensa e inexigibilidades estão dispostos no quadro que segue. Informa-se que os valores licitados aqui registrados são decorrentes de levantamento efetuado junto à Comissão Geral de Licitações-CGL, e demais Órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado.

DIRETA	LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES EFETUADAS EM 2013								
ÓRGÃOS ENTIDADES	Convite	Tomada de Preço	Concorrência	Pregão Presencial	R D C	Pregão Eletrônico	Dispensa	Inexigibilidade	Total
ALE	1.185.485,03		6.000.000,00	8.761.819,69					15.947.304,72
TCE	59.477,00	713.773,64	2.222.018,37	1.643.741,94					4.639.010,95
PGJ		1.374.342,55				13.452.263,36	159.606,53	156.932,84	15.143.145,28
TJ / AM				1.198.063,51		13.933.220,45	1.653.624,78	1.096.900,00	17.881.808,74
Casa Civil		370.695,67				793.758,00	7.489.223,45	106.600,00	8.760.277,12
Sec Governo - SEGOV						445.659,54	36.000,00		481.659,54
P G E						369.684,60	268.075,27	950.722,50	1.588.482,37
Ouvidoria - OUVCON		535.786,61				1.996.192,08	3.772.293,06		6.304.271,75
O G E - Ouvidoria Pac							789.050,74	232.344,00	1.021.394,74
AGECON				255.500,00		15.450,00	263.529,84	45.405,76	579.885,60
Casa Militar – CM						8.201.956,80			8.201.956,80
C G E				36.000,00			27.000,00		63.000,00
C G L						333.845,08			333.845,08
Sec Reg Met Manaus – SRMM		564.606,10		40.000,00		190.588,72	33.204,39	116.172,00	944.571,21
SEAD				9.066.840,00		1.916.853,12	22.007.229,06	514.129,94	33.505.052,12
SEFAZ		2.200,00		219.504.783,50		878.202.663,57	1.057.978,02	3.549.557,65	1.102.317.182,74
SEPLAN			1.050.000,00	762.000,00		288.289,92	873.397,42	4.599.958,25	7.573.645,59
SUSAM	376.549,68	5.058.683,68	24.939.179,72	9.788.519,84		109.422.829,62	29.637.575,35	40.530.060,23	219.753.398,12
Centro Psiq Edu. Ribeiro - CPER							20.400,00	95.979,00	116.379,00
Polic Gov Gilberto Mestrinho - PGGM						263.760,00	124.380,96	329.853,60	717.994,56
Policlínica PAN - CODAJÁS						742.481,03	275.865,20	4.151.368,80	5.169.715,03
Hosp Ger. Geraldo da Rocha - HGGR						202.537,56	111.648,72		314.186,28
Hosp de Isolamento Chapot Prevost							1.169.617,53		1.169.617,53
Pronto Socorro 28 de Agosto						10.426.870,00	2.835.253,51	1.250.253,51	14.512.377,02
Inst de Saúde da Criança – ICAM							183.600,00		183.600,00
PSC- Zona SUL						5.081.025,06		18.200,00	5.099.225,06





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
 Comissão das Contas do Governador

<b>DIRETA</b>	<b>LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES EFETUADAS EM 2013</b>								
<b>ÓRGÃOS ENTIDADES</b>	Convite	Tomada de Preço	Concorrência	Pregão Presencial	R D C	Pregão Eletrônico	Dispensa	Inexigibilidade	Total
Maternidade <b>Balbina Mestrinho</b>						128.508,00		432.000,00	<b>560.508,00</b>
<b>H P S Dr. João Lúcio</b>						5.717.618,20	1.169.919,00	312.736,60	<b>7.200.273,80</b>
H P S da Criança - <b>Zona Oeste</b>						2.472.480,00	117.173,13		<b>2.589.653,13</b>
Mat. de Ref Z Leste - <b>ANA BRAGA</b>						1.489.580,00	2.792.591,00	1.006.358,46	<b>5.288.529,46</b>
<b>H e PSC - Zona Leste</b>						133.745,00	280.676,25	61.141,20	<b>475.562,45</b>
Policlín <b>Zeno Lanzine</b>						142.899,00	130.699,44		<b>273.598,44</b>
Maternidade <b>Alvorada - CAMI I</b>						1.124.476,77	906.374,10		<b>2.030.850,87</b>
Maternidade Azilda Marreiro							31.500,00	144.000,00	<b>175.500,00</b>
<b>SPA – Coroadó</b>						490.011,33			<b>490.011,33</b>
<b>SPA e Pol. Dr. José Lins Albuquerque</b>						386.841,72	1.074.611,19	7.980,00	<b>1.469.432,91</b>
<b>SPA e H. Dr. Platão Araújo</b>						9.904.545,84	907.075,79	377.772,40	<b>11.189.394,03</b>
<b>SPA- Eliameme Rodrigues Mady</b>						1.995.614,32	840.371,54		<b>2.835.985,86</b>
<b>SPA - Zona Sul</b>						5.081.025,06	230.388,00		<b>5.311.413,06</b>
<b>SPA – Alvorada</b>							430.257,54		<b>430.257,54</b>
<b>SPA- Joventina Dias</b>							359.489,16		<b>359.489,16</b>
<b>SPA - Zona Oeste</b>							53.640,00		<b>53.640,00</b>
<b>SPA - Danilo Correa</b>							989.479,91		<b>989.479,91</b>
<b>Instit. da Mulher D. LINDAU</b>						41.513,00	839.040,66	123.916,80	<b>1.004.470,46</b>
<b>SEPROR</b>						4.302.777,30	7.399.834,18	229.600,00	<b>11.932.211,48</b>
Sec Est de Política Fundiária – <b>SPF</b>						5.675.859,79		95.832,00	<b>5.771.691,79</b>
Sec de Est da Cultura - <b>SEC</b>		1.093.682,60		2.583.200,00		18.283.296,28	4.581.164,69	7.613.961,60	<b>34.155.305,17</b>
<b>SEJUS</b>	71.391,71	155.330,61	93.802.433,95	66.548.362,74		1.077.760,59	16.419.700,45	96.000,00	<b>178.170.980,05</b>
<b>Cadeia Pública D. Rdo Vidal Pessoa</b>							96.000,00		<b>96.000,00</b>
Penit. Feminina de Manaus - <b>PFM</b>							9.840,00		<b>9.840,00</b>
Sec. Executiva Adjunta- <b>SEXAD</b>							72.000,00		<b>72.000,00</b>
Sec Seg Pública – <b>SSP</b>				405.000,00		10.919.452,15	622.067,58	2.665.757,04	<b>14.612.276,77</b>
Polícia Civil - <b>PC</b>		1.229.615,63	1.685.562,33	17.658.504,84		7.821.337,71	22.339.073,52	1.075.244,86	<b>51.809.338,89</b>
Polícia Militar - <b>PM/AM</b>				913.059,41		1.482.798,84	3.385.758,23	41.652,00	<b>5.823.268,48</b>
Corpo de Bombeiro Militar – <b>CBMAM</b>				194.400,00		1.581.037,95	1.313.051,22	93.000,00	<b>3.181.489,17</b>
Subc Aç. Def Civil – <b>SUBCOMADEC</b>							21.652.802,10		<b>21.652.802,10</b>
Def Púb Est do Amaz - <b>DPE / Am.</b>	95.915,14	220.067,54		240.000,00		3.081.630,96	792.219,19	1.986.727,80	<b>6.416.560,63</b>
<b>SEINFRA</b>	828.440,85	18.730.483,96	1.125.464,88			24.150.614,20	468.863,25	260.151,26	<b>45.564.018,40</b>
<b>UGPI</b>				50.400,00		930,00	1.037.831,58		<b>1.089.161,58</b>
<b>SETRAB</b>						505.440,00	2.226.124,52		<b>2.731.564,52</b>
<b>SEJEL</b>		1.577.022,24	2.548.700,69	1.600.000,00		1.589.394,00	2.957.839,49	918.044,18	<b>11.191.000,60</b>
<b>SEDUC</b>	281.980,81	5.852.480,30	170.593.175,47	97.941.617,20		32.055.770,12	34.479.599,01	27.571.491,56	<b>368.776.114,47</b>
<b>S D S</b>			42.010.044,32			4.042.903,02	148.033,80	422.292,63	<b>46.623.273,77</b>
<b>SEAS</b>				1.115.699,50		3.444.472,56	2.472.337,64	1.464.772,80	<b>8.497.282,50</b>
<b>SECTI</b>				260.000,00		13.750,00	53.477,24	117.553,87	<b>444.781,11</b>



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

DIRETA	LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES EFETUADAS EM 2013								
ÓRGÃOS ENTIDADES	Convite	Tomada de Preço	Concorrência	Pregão Presencial	R D C	Pregão Eletrônico	Dispensa	Inexigibilidade	Total
SEARP				95.000,00		211.390,00	93.716,28	57.158,40	457.264,68
SEIND				204.857,19	56.938.782,85	1.095.789,28	571.731,14	63.147,19	58.874.307,65
SEMGRH				170.000,00				69.916,00	239.916,00
Sec Dir Pessoa c/ Defic -SEPED				438.000,00		1.733.456,28	240.000,00		2.411.456,28
<b>Total Diretas</b>	<b>2.899.240,22</b>	<b>37.478.771,13</b>	<b>345.976.579,73</b>	<b>441.475.369,36</b>	<b>56.938.782,85</b>	<b>1.198.458.647,78</b>	<b>207.374.905,65</b>	<b>105.052.646,73</b>	<b>2.395.654.943,45</b>

AUTARQUIAS	LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES EFETUADAS EM 2013							
ÓRGÃOS ENTIDADES	Convite	Tomada de Preço	Concorrência	Pregão Presencial	Pregão Eletrônico	Dispensa	Inexigibilidade	Total
Imprensa Oficial – IMPEAM					752.265,00	284.159,64		1.036.424,64
Junta Comercial – JUCEA				30.000,00	159.600,00	230.317,92	175.728,00	595.645,92
Inst de Desenv Agrop - IDAM					8.300.927,40	175.872,37	367.185,21	8.843.984,98
Inst de Terras - ITEAM					86.256,08	7.027,20		93.283,28
Depto de Trânsito – DETRAN	47.623,57					6.622.587,28	2.324.720,00	8.994.930,85
Ag Reguladora – ARSAM				55.000,00	182.935,51	55.000,00	397.240,00	690.175,51
Sup Est de Hab – SUHAB		375.112,79			6.227.384,62	963.481,65	486.041,60	8.052.020,66
Inst Prot Ambiental – IPAAM	65.255,88			600.000,00	1.677.766,26	36.000,00	510.840,00	2.889.862,14
Cent Educ Tec do Amaz – CETAM		2.026.428,13	3.107.178,76	250.000,00	2.281.419,69	931.012,78		8.596.039,36
Total	112.879,45	2.401.540,92	3.107.178,76	935.000,00	19.582.298,48	9.384.687,72	4.268.782,01	39.792.367,34

FUNDAÇÃO	LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES EFETUADAS EM 2013							
ÓRGÃOS ENTIDADES	Convite	Tomada de Preço	Concorrência	Pregão Presencial	Pregão Eletrônico	Dispensa	Inexigibilidade	Total
Fund Rád. T. Cult. Am – FUNTEC					407.801,28	200.624,76	70.137,60	678.563,64
Fundação AMAZONPREV		665.886,23		158.100,24				823.986,47
Fund Centro de Onc. – FCECON		197.683,59			5.226.876,50	7.185.293,80	419.057,20	13.028.911,09
Fund – FHEMOAM		255.636,54	58.000.795,70	75.487,50	8.753.179,40	3.373.390,67	1.890.133,15	72.348.622,96
Fundação “Alfredo da Matta” FUAM	45.989,24			231.600,00	1.035.535,03	1.307.533,71	362.300,28	2.982.958,26
Fund de Med.T rop– FMT/AM	66.505,76	1.142.967,68	3.330.549,68	1.556.395,82	5.885.670,19	1.600.880,98	4.983.118,23	18.566.088,34
Fundaç.Hosp.Adriano Jorge - FHAJ				268.440,00	6.440.546,41	3.908.391,95	271.830,67	10.889.209,03
Fund Vig. Saúde – FVS/AM				2.260.000,00	29.624.956,57	2.860.195,11	2.506.342,51	37.251.494,19
Fund V. Olímp – FVO					18.537,60	79.647,56		18.537,60
Fundação Univ – UEA	86.783,50	345.959,20		3.298.725,00	9.003.415,54	20.570.827,73	1.289.996,00	34.595.706,97
Fund Amparo P. Est. – FAPEAM	71.590,56			2.290.000,00	1.912.196,00	1.915.054,36	764.058,47	6.952.899,39
Total	270.869,06	2.608.133,24	61.331.345,38	10.138.748,56	68.308.714,52	42.922.193,07	12.556.974,11	198.136.977,94

EMPRESAS	LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES EFETUADAS EM 2013							
ÓRGÃOS ENTIDADES	Convite	Tomada de Preço	Concorrência	Pregão Presencial	Pregão Eletrônico	Dispensa	Inexigibilidade	Total
Emp Turismo - AMAZONASTUR					2.853.581,00	360.000,00	1.013.902,20	4.227.483,20
Comp de San do Amaz- COSAMA								0,00
Ag de Des Sust. do Amaz. – ADS								0,00
Ag Def Ag Flor do Est Am-ADAF				300.000,00	343.200,00	16.388,72	400.413,20	1.060.001,92
Ag Amaz de Des Ec. e Social - AADES	93.687,60			419.503,00	207.180,00	3.575.274,39		4.295.644,99
Ag de Fom do Amaz - AFEAM					78.106,32	290.918,79		369.025,11
Total	93.687,60	0,00	0,00	719.503,00	3.482.067,32	4.242.581,90	1.414.315,40	9.952.155,22

RESUMO DOS VALORES LICITADOS EM 2013			
Modalidade	Valor	Quantidade	%
Convite	3.376.676,33	78	0,13
Tomada de Preços	42.488.445,29	132	1,61
Concorrência	410.415.103,87	284	15,53
Pregão Presencial	453.268.620,92	155	17,15
Pregão Eletrônico	1.289.831.728,10	2.480	48,79
Dispensa	263.924.368,34	562	9,98
Inexigibilidade	123.292.718,25	294	4,66
Outras Modalidades	56.938.782,85	11	2,15
<b>Total Geral</b>	<b>2.643.536.443,95</b>	<b>3.996</b>	<b>100,00</b>

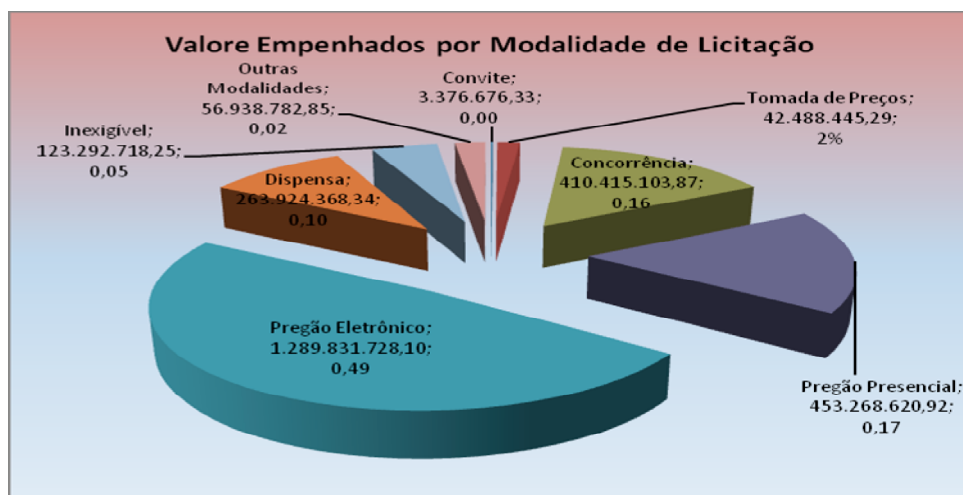
Fonte: Relatório - CGL e Sistema/ACP/TCE



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Vale destacar no quadro acima, depreende-se que, em termos de valores, a modalidade Pregão Eletrônico, no montante de R\$ 1.289.831.728,10, também sobressaindo sobre as demais em termos quantitativos, representando 2.480 procedimentos no decorrer do exercício.

Vale destacar que o Pregão, instituído como modalidade de licitação pela Medida Provisória nº. 2.026/2000, convertida na Lei Federal nº. 520/2002, de 17/07/2002, regulamentada pelo Decreto nº. 3.555/2000, impondo significativas alterações na sistemática da legislação pátria. Divide-se o Pregão em Presencial e Eletrônico. Configura modalidade alternativa ao convite, tomada de preços e concorrência para contratação de bens e serviços comuns. Apesar de não se tratar de modalidade obrigatória, o Pregão deve ser prioritário, sendo aplicável a qualquer valor estimado de contratação.



## 21. GESTÃO FISCAL

Em atendimento ao disposto do artigo 56, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF), realizou-se a análise de Gestão Fiscal do Chefe do Poder Executivo, dos Presidentes do Poder Judiciário, da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas e do Chefe do Ministério Público Estadual, referente ao exercício financeiro de 2013.

Foram elaborados quadros sintéticos que demonstram a situação dos Poderes e Órgãos do Estado em relação aos quesitos considerados na emissão do *Parecer Prévio*, sobre a Receita Corrente Líquida, Restos a Pagar, Despesas com Pessoal, Operações de Crédito e Endividamento, Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos, Receitas e Despesas Previdenciárias/Projeções Atuariais.

### 21.1. Relatório Resumido da Execução Orçamentária

A Constituição da República, em seu § 3º do artigo 165, assim dispõe:

“§ 3º - O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.”



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

A Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no art. 52, determina que o referido relatório deve abranger todos os Poderes e o Ministério Público, cuja publicação se dará até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. Sendo composto de:

Anexos	DEMONSTRATIVOS
I	Balanço Orçamentário
II	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
III	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
IV	Demonstrativo das Receitas e Desp. Previdenciárias do Regime Geral de Previdência Social - União
V	Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos
VI	Demonstrativo do Resultado Nominal
VII	Demonstrativo do Resultado Primário – Estado, Distrito Federal e Municípios
VIII	Demonstrativo do Resultado Primário da União
IX	Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
X	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
XI	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
XII	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Geral de Previdência Social – União
XIII	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos
XIV	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
XV	Demonstrativo das Despesas com Saúde – União
XVI	Demonstrativo da Receita Líq. de Impostos e das Desp. Próprias com Saúde– Estados, Distrito Federal e Municípios
XVII	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Os Anexos IV, VIII, XII e XV são exclusivos da União;

Os Anexos XI, XII, XIII e XIV devem acompanhar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária somente no último bimestre do exercício;

O Anexo X não está previsto na Lei Complementar nº 101/2000, entretanto a sua publicação, juntamente com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, é prevista no art. 72 da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

### ***21.2. Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária:***

O Poder Executivo por meio da Secretaria de Estado da Fazenda, publicou em 27/03/2013, 29/05/2013, 30/07/2013, 27/09/2013, 29/11/2013 e 30/01/2014, respectivamente, os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária relativos aos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres do ano, dentro do prazo previsto no artigo 52 da LRF.

### ***21.3. Receita Corrente Líquida***

A partir do exercício de 2000, o cálculo da Receita Corrente Líquida anual passou a ser efetuado com base na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

A Receita Corrente Líquida, base para o cálculo de todos os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 53, inciso I, cuja apuração cabe ao Poder Executivo, atingiu o montante de R\$ 10.329.762.485,05 no exercício de 2013. Em relação ao exercício de 2012, nota-se um acréscimo no valor nominal de R\$ 874.446.466,28, equivalente a 6,99%.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

O Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda, em cumprimento ao artigo supracitado, apurou a Receita Corrente Líquida conforme determina o art. 2º, inciso IV, alínea “b”, da Lei Complementar nº 101/2000, e publicou nos Demonstrativos Resumidos da Execução Orçamentária a sua evolução e a previsão do seu desempenho até o final do exercício de 2013, a seguir demonstrado:

CÁLCULO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO EXERCÍCIO - 2012		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA - EXERCÍCIO 2012		
I. RECEITAS CORRENTES	Valor	Total
Administração Direta	13.184.679.223,71	
Administração Indireta	985.560.260,65	14.170.239.484,36
II. DEDUÇÕES (-)		
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios (Art.2º, IV, “b” da LC. nº 101/2000)	2.053.642.283,27	
Contribuição para o Plano de Prev. do Servidor	254.240.059,69	
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	807.347,47	
Deduções de Receitas para Formação do FUNDEB (Art.2º, §1º, da LC. nº 101/2000)	1.531.787.308,88	3.840.476.999,31
III. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL: (I – II = III)		10.329.762.485,05

Fonte: Anexo - 10 e Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO/Jan/Dez de 2013

### 21.4. Demonstrativo do Resultado Nominal

O saldo da dívida fiscal líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida somado às receitas de privatização, deduzidos os passivos reconhecidos, decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores.

A dívida consolidada líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzida do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros líquidos dos Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 2.253.983.696,28, demonstrado no quadro a seguir.

A Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO, para o exercício de 2013, corresponde a R\$ 379.007.000,00, tendo o Resultado Nominal alcançado, no referido exercício, o valor positivo de R\$ 744.595.433,89, conforme demonstrativo abaixo:

RREO – Anexo VI (LRF, Art. 53, inciso III)	DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL			R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÕES	SALDO			
	Em 31 de Dez / 2012 (a)	Em 31 Out / 2013 (b)	Em 31 Dez / 2013 (c)	
DÍVIDA CONSOLIDADA – (I)	3.877.973.077,53	3.969.190.155,64	4.644.712.908,97	
DEDUÇÕES (II)	2.398.584.815,14	2.568.945.407,08	2.390.729.212,69	
Ativo Disponível	2.361.621.062,72	2.578.312.225,64	2.361.037.424,09	
Haveres Financeiros	212.347.730,38	17.767.672,22	208.577.779,74	
(-) Restos a Pagar Processados	175.383.977,96	27.134.490,78	179.885.991,14	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I – II)	1.479.388.262,39	1.400.244.748,56	2.253.983.696,28	
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI = III + IV – V)	1.479.388.262,39	1.400.244.748,56	2.253.983.696,28	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
ESPECIFICAÇÃO	No Bimestre (c – b)		Até o Bimestre (c – a)	
RESULTADO NOMINAL	853.738.947,72		774.595.433,89	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE	
Meta de Resultado Nominal Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO p/ o Exercício de Referência			379.007.000,00	

Fonte: Administração Financeira Integrada – AFI

Nota: O Regime Previdenciário não faz parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

### **21.5. Demonstrativo do Resultado Primário**

O resultado primário é a diferença entre a receita orçamentária total (excluídas as financeiras, de operações de crédito, de amortização de empréstimos e alienação de bens) e a despesa orçamentária total (excluídas as de juros, encargos e amortização das dívidas e de concessão de empréstimos).

Se ao final de um bimestre for verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Tribunal de Contas e o Ministério Público, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, promoverão limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A Meta de Resultado Primário, fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO, para o exercício de 2013, corresponde a (R\$ 267.379.000,00), tendo sido alcançado pelo Estado um resultado primário na ordem de R\$ 178.507.163 milhões.

O resultado primário alcançado (R\$ 178.507.163 milhões) não foi suficiente para cobrir o serviço da dívida de R\$ 564.597.905 milhões, que representa a soma dos juros e da amortização do principal da dívida.

#### **DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**

RREO - Anexo VII (LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS FISCAIS	Janeiro à Dezembro de 2013		%
	Prevista Atualizada	Realizada	Variação
Receitas Primárias Correntes (I)	13.620.300.020	12.760.028.866	
Receitas Primárias de Capital (II)	377.408.625	585.738.814	
<b>RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS ( III) = (I + II)</b>	<b>13.997.708.645</b>	<b>13.345.767.680</b>	<b>95,34</b>
DESPESAS FISCAIS	Janeiro as Dezembro de 2013		
	Prevista Atualizada	Realizada	Variação
DESPESAS CORRENTES (IV)	11.976.465.116	11.305.376.273	
Pessoal e Encargos Sociais	5.341.985.818	5.270.027.091	
Juros e Encargos da Dívida (V)	207.368.326	194.420.110	93,76
Outras Despesas Correntes	6.427.110.972	5.840.929.072	
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES ((VI) = (IV – V)</b>	<b>11.769.096.790</b>	<b>11.110.956.163</b>	
DESPESAS DE CAPITAL (VII)	3.576.520.082	2.426.482.149	
Investimentos	3.097.193.158	1.973.360.673	
Inversões Financeiras	97.959.992	82.943.681	
Amortização da Dívida (VIII)	381.366.932	370.177.795	97,07
<b>DESPESAS FISCAIS CAPITAL (IX) = (VII – VIII)</b>	<b>3.195.153.150</b>	<b>2.056.304.354</b>	
Reserva de Contingência (X)	240.915.814	0,00	
<b>DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (XI) = (VI + IX + X)</b>	<b>15.205.165.754</b>	<b>13.167.260.517</b>	<b>86,60</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (III – XI)</b>	<b>-1.207.457.109</b>	<b>178.507.163</b>	<b>-14,78</b>
<b>META DE RESSULTADO PRIMÁRIO FIXADA NA LDO</b>	<b>-267.379.000</b>	<b>178.507.163</b>	<b>-66,76</b>

Fonte: Administração Financeira Integrada – AFI/SEFAZ / Departamento de Contabilidade Pública – DECON

**Nota:** Para apuração das Receitas Fiscais Correntes deduziram-se as aplicações financeiras e dedução do FUNDEB e para apuração das Receitas Fiscais de Capital deduziram-se as Operações de Crédito, Alienação e Amortização de Empréstimos.





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

### ***21.6. Receitas e Despesas Previdenciárias***

A Lei Complementar nº 101/2000, no seu art. 50, IV, exige a apresentação de demonstrativo orçamentário e financeiro específico para as receitas e despesas previdenciárias. No art. 53, II, há determinação de que esse demonstrativo acompanhará o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, devendo, portanto, ser elaborado bimestralmente. No último bimestre de cada exercício o Relatório deverá estar acompanhado, também, das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos (art. 53, § 1º, II da citada Lei).

A Lei Complementar nº 30, de 27 de setembro de 2001, criou, como órgão gestor do Regime Próprio de Previdência do Estado do Amazonas, o **AMAZONPREV - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas**, instituição paradministrativa, sem fins lucrativos, com natureza de serviço social autônomo e personalidade jurídica de direito privado. As contribuições para o AMAZONPREV efetivaram-se a partir de março de 2004. Desse período em diante, o Anexo V, art. 53, inciso II, da LRF, integrante do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (art. 52, da Lei de Responsabilidade Fiscal), passou a ser publicado pelo Fundo Previdenciário.

Convém destacar que houve alteração de personalidade jurídica desse fundo, por meio da Lei Complementar nº 93/2011, publicada no Diário Oficial do Estado, edição nº 32.201 de 25/11/2011, onde fica declarado formalmente transformado em Fundação AMAZONPREV, sem fins lucrativos, compondo a Administração Indireta do Poder Executivo, dotada de personalidade jurídica do direito público e autonomia administrativa, financeira e contábil.

As publicações dos Demonstrativos das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos ocorreram nas seguintes datas: 27/03/2013; 28/05/2013; 30/07/2013; 30/09/2013, 13/12/2012 (Atraso de 13 dias) e 30/01/2014, respectivamente, dentro do prazo previsto pelo art. 52 da Lei Complementar nº 101/2000.

Em 30 de janeiro de 2014, o AMAZONPREV enviou ao Tribunal de Contas o Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos, conforme determina o art. 53, § 1º, inciso II, Anexo XIII da LRF, discriminados em: Fundo Financeiro, RPPS Consolidado (Receitas e Despesas Previdenciárias), Fundo Previdenciário, compreendendo o período de 2012 a 2086.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

Plano Previdenciário

Período de Referência: Janeiro à Dezembro / 2013.

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			NO BIMESTRE	Até o Bimestre / 2013	Até o Bimestre / 2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS – (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (I)	173.581.933,00	173.581.933,00	22.114.958,54	108.823.116,95	381.697.615,52
RECEITAS CORRENTES	171.981.933,000	171.981.933,000	22.114.958,54	108.411.176,60	379.862.098,67
Receita de Contribuições dos Segurados	57.040.166,00	57.040.166,00	22.114.958,54	81.526.793,38	246.309.522,31
Pessoal Civil	46.734.959,00	46.734.959,00	17.398.903,17	64.331.797,03	206.107.650,46
Contribuição do Servidor Ativo Civil	46.723.548,00	46.723.548,00	17.396.942,97	64.323.725,25	166.802.153,38
Contribuição do Servidor Inativo Civil	6.000,00	6.000,00	79,89	307,61	27.545.912,83
Contribuição de Pensionista Civil	5.411,00	5.411,00	1.880,31	7.764,17	11.759.584,25
Pessoal Militar	10.305.207,00	10.305.207,00	4.716.055,37	17.194.996,35	40.201.871,85
Contribuição do Militar Ativo	10.304.061,00	10.304.061,00	4.707.160,46	17.165.770,54	37.591.091,63
Contribuição do Militar Inativo	486,00	486,00	8.894,91	29.225,81	2.386.074,75
Contribuição do Pensionista Militar	660,00	660,00	-	-	224.705,47
Receita Patrimonial	114.941.767,00	114.941.767,00	-	26.823.481,77	-132.087.171,98
Receitas Imobiliárias	-	-	-	98.885,94	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			NO BIMESTRE	Até o Bimestre / 2013	Até o Bimestre / 2012
Receitas de Valores Mobiliários	114.941.767,00	114.941.767,00	-	26.724.595,83	132.087.171,98
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	60.901,45	1.465.404,38
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	-	-	-	-	198.615,50
Demais Receitas Correntes	-	-	-	60.901,45	1.266.788,88
RECEITAS DE CAPITAL	1.600.000,00	1.600.000,00	-	411.940,35	1.835.516,85
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	411.940,35	1.835.516,85
Outras Receitas de Capital	1.600.000,00	1.600.000,00	-	-	-
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA	-	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	67.911.106,00	67.911.106,00	26.135.860,09	96.448.732,66	317.548.512,98
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (III) = (I + II)	241.493.039,00	241.493.039,00	48.250.818,63	205.271.849,61	699.246.128,50
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			NO BIMESTRE	Até o Bimestre / 2013	Até o Bimestre / 2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (IV)	2.432.001,00	2.432.001,00	816.435,16	9.760.075,56	1.020.945.218,47
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	3.579.540,14
Despesas Correntes	-	-	-	-	3.571.790,14
Despesas de Capital	-	-	-	-	7750,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.432.001,00	2.432.001,00	816.435,16	9.760.075,56	1.017.365.678,33
Pessoal Civil	1.488.261,00	1.488.261,00	454.214,41	8.260.575,82	875.366.650,37
Aposentadorias	318.055,00	318.055,00	147.561,21	603.274,96	614.946.514,94
Pensões	1.156.206,00	1.156.206,00	306.653,20	4.251.126,63	259.515.000,81
Outros Benefícios Previdenciários	12.000,00	12.000,00	-	3.406.174,23	905.134,62
Pessoal Militar	945.737,00	945.737,00	362.220,75	1.499.496,74	141.999.024,98
Reformas	569.163,00	569.163,00	291.280,80	1.217.947,14	116.471.923,82
Pensões	376.574,00	376.574,00	70.939,95	281.549,60	25.527.101,14
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RPPS	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (Intra-Orçamentária) (V)	319.233,00	319.233,00	172.518,91	630.937,47	542.780,48
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS rpps (VI) = (IV + V)	2.751.234,00	2.751.234,00	988.954,07	10.291.013,03	1.021.487.998,95
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III + VI)	238.741.805,00	238.741.805,00	47.261.864,56	194.980.836,58	(322.241.870,45)
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			NO BIMESTRE	Até o Bimestre / 2013	Até o Bimestre / 2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	-	-	-	-	575.812.790,76
Plano Financeiro	-	-	-	-	575.812.790,76
Recursos para a Cobertura de Insuficiências Financeiras	-	-	-	-	575.812.790,76
Plano Previdenciário	-	-	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-	-	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
			239.168.000		
BENS E DIREITOS DO RPPS	Dez / 2013	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2013	2012		
Caixa	-	-			
Banco Conta Movimento	-	-	379.622,84	609.310	
Investimentos	1.128.327.956,85	-	2.282.001.355,99	825.432.381	
Outros Bens e Direitos	-	-	-	-	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			NO BIMESTRE	Até o Bimestre / 2013	Até o Bimestre / 2012
RECEITAS CORRENTES (VIII)	67.911.106,00	67.911.106,00	26.135.860,09	96.448.732,66	317.548.512,98
Receita de Contribuições	67.411.106,00	67.411.106,00	26.135.860,09	96.349.846,72	291.093.065,37
Patronal Pessoal Civil	55.232.224,00	55.232.224,00	20.562.340,11	76.028.487,40	243.581.762,51
Ativo Civil	55.218.738,00	55.218.738,00	20.560.023,51	76.018.948,02	197.129.811,41
Inativo Civil	7.091,00	7.091,00	94,42	363,54	32.554.260,62
Pensionista Civil	6.395,00	6.395,00	2.222,18	9.175,84	13.897.690,48
Pessoal Militar	12.178.882,00	12.178.882,00	5.573.519,98	20.321.359,32	47.511.302,87
Militar Ativo	12.177.527,00	12.177.527,00	5.563.007,82	20.286.819,73	44.425.835,57
Militar Inativo	575,00	575,00	10.512,17	34.539,59	2.819.906,31
Pensionista Militar	780,00	780,00	-	-	265.560,99
Receita Patrimonial	500.000,00	500.000,00	-	98.885,94	26.455.447,61
Receitas Imobiliárias	500.000,00	500.000,00	0,00	98.885,94	26.455.447,61
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = VIII+IX-X	67.911.106,00	67.911.106,00	26.135.860,09	96.448.732,66	317.548.512,98
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			NO BIMESTRE	Até o Bimestre / 2013	Até o Bimestre / 2012
ADMINISTRAÇÃO	319.233,00	319.233,00	172.518,91	530.937,47	542.780,48
Despesas Correntes	319.233,00	319.233,00	172.518,91	530.937,47	542.780,48
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIA INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	319.233,00	319.233,00	172.518,91	530.937,47	542.780,48

Fonte: AMAZONPREV



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

Comissão das Contas do Governador

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

**PLANO FINANCEIRO**

**Período de Referência: Janeiro à Dezembro / 2013**

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				NO BIMESTRE	Até o Bimestre / 2013	Até o Bimestre / 2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS – (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (I)		136.473.060,00	136.473.060,00	68.629.545,43	231.710.651,96	381.697.615,52
RECEITAS CORRENTES		136.473.060,00	136.473.060,00	68.354.474,46	231.160.668,61	379.862.098,67
Receita de Contribuições dos Segurados		133.714.827,00	133.714.827,00	43.285.765,92	162.033.073,20	246.309.522,31
Pessoal Civil		109.667.609,00	109.667.609,00	36.224.860,14	136.256.022,17	206.107.650,48
Contribuição do Servidor Ativo Civil		85.661.863,00	85.661.863,00	28.061.437,28	104.195.112,40	166.802.153,38
Contribuição do Servidor Inativo Civil		15.555.986,00	15.555.986,00	5.512.881,90	21.203.000,96	27.545.912,83
Contribuição de Pensionista Civil		8.449.760,00	8.449.760,00	2.650.540,96	10.757.908,81	11.759.584,25
Pessoal Militar		24.047.218,00	24.047.218,00	7.060.905,78	25.777.051,03	40.201.871,85
Contribuição do Militar Ativo		21.873.502,00	21.873.502,00	6.244.916,17	22.971.178,90	37.591.091,63
Contribuição do Militar Inativo		2.000.900,00	2.000.900,00	735.576,60	2.517.829,73	2.386.074,75
Contribuição do Pensionista Militar		172.816,00	172.816,00	80.413,01	288.042,40	224.705,47
Receita Patrimonial		1.858.233,00	1.858.233,00	14.950.711,71	58.210.014,08	132.087.171,98
Receitas Imobiliárias		-	-	320.536,98	320.536,98	-
Receitas de Valores Mobiliários		1.858.233,00	1.858.233,00	14.630.174,73	57.889.477,10	132.087.171,98
Receitas de Serviços		-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		900.000,00	900.000,00	10.117.996,83	10.917.581,33	1.465.404,38
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS		300.000,00	300.000,00	263.169,64	394.215,55	198.615,50
Demais Receitas Correntes		600.000,00	600.000,00	9.854.827,19	10.523.365,78	1.266.788,88
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	275.070,97	549.983,35	1.835.516,65
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		-	-	275.070,97	549.983,35	1.835.516,65
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-	-
( - ) DEDUÇÃO DA RECEITA		-	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		190.026.612,00	188.498.274,00	61.331.269,30	216.530.637,91	317.548.512,98
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (III) = (I + II)		326.499.672,00	324.971.334,00	129.960.814,73	448.241.289,87	699.246.128,50
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				NO BIMESTRE	Até o Bimestre / 2013	Até o Bimestre / 2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (IV)		341.960.001,00	349.355.574,89	212.098.161,06	946.977.361,69	1.020.945.218,47
ADMINISTRAÇÃO		31.719.999,00	31.719.999,00	18.291.626,61	26.165.029,51	3.579.540,14
Despesas Correntes		17.719.999,00	17.719.999,00	18.291.826,61	26.185.029,51	3.571.790,14
Despesas de Capital		14.000.000,00	14.000.000,00	-	-	7.750,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		310.240.002,00	317.635.575,89	193.806.334,45	820.792.352,18	1.017.365.678,33
Pessoal Civil		267.722.096,00	236.367.736,21	166.508.005,09	781.145.914,72	875.366.650,37
Aposentadorias		184.382.685,00	153.028.644,71	117.093.344,21	563.085.769,78	614.946.514,94
Pensões		83.327.411,00	83.327.091,50	49.414.660,88	218.016.842,13	259.515.000,81
Outros Benefícios Previdenciários		12.000,00	12.000,00	-	43.302,81	905.134,62
Pessoal Militar		42.517.903,00	81.267.836,68	23.404.535,15	121.134.564,42	141.999.024,96
Reformas		32.869.927,00	67.914.678,68	17.084.620,63	97.227.637,79	116.471.923,82
Pensões		9.647.976,00	13.353.158,00	6.319.914,52	23.906.926,63	25.527.101,14
Outras Despesas Previdenciárias		-	-	3.893.794,21	18.511.870,04	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS		-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias		-	-	3.893.794,21	18.511.870,04	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (Intra-Orçamentária) (V)		280.001,00	280.001,00	70.145,00	245.268,00	542.780,48
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS rpps (VI) = (IV + V)		342.240.002,00	349.635.575,89	212.168.306,06	947.222.649,69	1.021.487.998,95
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III + VI)		(15.740.330,00)	(24.664.241,89)	(82.207.491,33)	(498.981.359,82)	(322.241.870,45)
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				NO BIMESTRE	Até o Bimestre / 2013	Até o Bimestre / 2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		611.246.293,00	611.246.293,00	133.754.057,56	626.252.319,72	575.612.790,76
Plano Financeiro		611.246.293,00	611.246.293,00	133.754.057,56	626.252.319,72	575.612.790,76
Recursos para a Cobertura de Insuficiências Financeiras		579.735.293,00	579.735.293,00	121.235.072,56	575.682.123,79	575.612.790,76
Plano Previdenciário		-	-	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS		31.511.000,00	31.511.000,00	12.518.985,00	50.570.195,92	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor						239.168.000
BENS E DIREITOS DO RPPS		Dez / 2013		PERÍODO DE REFERÊNCIA		
				2013	2012	
Caixa		-	-	-	-	
Banco Conta Movimento		5.229.426,09	-	5.229.842,38	0,00	
Investimentos		-	-	-	-	
Outros Bens e Direitos		-	-	-	-	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				NO BIMESTRE	Até o Bimestre / 2013	Até o Bimestre / 2012
RECEITAS CORRENTES (VIII)		190.026.612,00	188.498.274,00	61.331.269,30	216.530.637,91	317.548.512,98
Receita de Contribuições		158.026.612,00	158.026.612,00	51.155.905,13	191.493.631,74	291.093.065,37
Patronal Pessoal Civil		129.607.173,00	129.607.173,00	42.811.198,35	161.029.844,38	243.581.762,51
Ativo Civil		101.236.747,00	101.236.747,00	33.163.516,79	123.139.678,29	197.129.811,41
Inativo Civil		18.384.347,00	18.384.347,00	6.515.224,06	25.176.273,86	32.554.260,62
Pensionista Civil		9.986.079,00	9.986.079,00	3.132.457,50	12.713.892,23	13.897.690,48
Pessoal Militar		28.418.439,00	28.419.439,00	8.344.706,78	30.463.787,35	47.511.302,87
Militar Ativo		25.850.502,00	25.850.502,00	7.380.355,47	27.147.756,88	44.425.835,57
Militar Inativo		2.364.700,00	2.364.700,00	869.317,76	2.975.616,75	2.819.906,31
Pensionista Militar		204.237,00	204.237,00	95.033,55	340.413,72	265.560,99
Receita Patrimonial		-	-	320.536,98	320.536,98	26.455.447,61
Receitas Imobiliárias		-	-	320.536,98	320.536,98	26.455.447,61
Receitas de Serviços – Taxa de Administração		30.471.662,00	30.471.662,00	9.854.827,19	24.716.469,19	-
Outras Receita Correntes		1.528.338,00	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = VIII+IX+X		190.028.612,00	188.498.274,00	61.331.269,30	216.530.637,91	317.548.512,98
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS – RPPS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				NO BIMESTRE	Até o Bimestre / 2013	Até o Bimestre / 2012
ADMINISTRAÇÃO		280.001,00	280.001,00	70.145,00	245.268,00	542.780,48
Despesas Correntes		280.001,00	280.001,00	70.145,00	245.268,00	542.780,48
Despesas de Capital		-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIA INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		280.001,00	280.001,00	70.145,00	245.268,00	542.780,48

Fonte: AMAZONPREV

Comparando-se as despesas e as receitas previdenciárias, observa-se que ocorreu no exercício de 2013, um Déficit de (R\$ 322.241.870,45), conforme espelhado no quadro acima.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Orçamento da Seguridade Social - (FPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO)**

Anexo XIII (LRF, Art. 53, §1º inciso II)

Período de: 2012 a 2086)

Exercício	Receita Previdenciária (a)	Despesa Previdenciária (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício
2012	282.821.445,58	2.509.437,66	280.312.007,92	930.899.483,22
2013	241.264.277,96	5.536.741,01	235.727.536,95	1.166.627.020,17
2014	291.877.410,33	9.192.385,01	282.685.025,32	1.449.312.045,49
2015	321.038.717,28	13.160.695,09	307.878.022,19	1.757.190.067,68
2016	351.119.656,68	18.557.289,82	332.562.366,86	2.089.752.434,54
2017	386.973.849,95	23.995.740,15	362.978.109,80	2.452.730.544,34
2018	423.132.078,39	29.948.000,63	393.184.077,76	2.845.914.622,10
2019	459.985.181,91	37.573.026,43	422.412.155,48	3.268.326.777,58
2020	500.272.245,43	45.828.399,49	454.443.845,94	3.722.770.623,53
2021	540.927.589,47	54.592.055,49	486.335.533,98	4.209.106.157,51
2022	584.243.437,06	65.647.723,88	518.595.713,18	4.727.701.870,69
2023	631.667.490,51	76.356.250,30	555.311.240,21	5.283.013.110,90
2024	677.472.542,25	92.543.849,00	584.928.693,25	5.867.941.804,15
2025	729.043.195,51	107.237.152,72	621.806.042,79	6.489.747.846,94
2026	777.099.776,65	122.875.472,94	654.224.303,71	7.143.972.150,65
2027	826.873.016,65	146.712.006,54	680.161.010,11	7.824.133.160,75
2028	879.523.463,53	169.835.597,22	709.687.866,31	8.533.821.027,07
2029	932.164.932,72	193.932.958,52	738.231.974,20	9.272.053.001,27
2030	988.824.561,66	219.493.961,78	769.330.599,88	10.041.383.601,14
2031	1.045.920.536,91	250.527.374,40	795.393.162,51	10.836.776.763,65
2032	1.106.217.482,27	284.745.081,48	821.472.400,79	11.658.249.164,44
2033	1.162.623.308,25	322.971.267,08	839.652.041,17	12.497.901.205,61
2034	1.216.626.464,18	389.198.969,43	827.427.494,75	13.325.328.700,35
2035	1.263.854.773,54	505.148.342,58	758.706.430,96	14.084.035.131,32
2036	1.317.771.997,06	593.059.585,43	724.712.411,63	14.808.747.542,94
2037	1.370.951.045,56	649.088.31,44	721.862.734,12	15.530.610.277,06
2038	1.419.270.317,27	701.804.258,44	717.466.058,83	16.248.076.335,89
2039	1.458.442.015,93	803.664.743,72	654.777.272,21	16.902.853.608,10
2040	1.501.506.068,77	909.550.929,46	591.955.139,31	17.494.808.747,42
2041	1.541.137.687,13	1.002.038.625,12	539.099.062,01	18.033.907.809,43
2042	1.572.608.074,01	1.158.245.276,49	414.362.797,52	18.448.270.606,95
2043	1.601.340.214,86	1.199.845.641,54	401.494.573,32	18.849.765.180,27
2044	1.620.193.234,21	1.255.019.107,84	365.174.126,37	19.214.939.306,63
2045	1.648.218.868,99	1.289.397.460,84	358.821.408,15	19.573.760.714,79
2046	1.673.381.635,78	1.311.241.705,07	362.139.930,71	19.935.900.645,50
2047	1.698.941.465,00	1.330.242.658,10	368.698.806,90	20.304.599.452,40
2048	1.722.881.360,23	1.351.630.549,12	371.250.811,11	20.675.850.263,51
2049	1.745.440.003,89	1.376.989.491,64	368.450.512,25	21.044.300.775,76
2050	1.767.026.919,78	1.406.389.358,21	360.637.561,57	21.404.938.337,33
2051	1.791.904.885,75	1.425.939.318,82	365.965.566,93	21.770.903.904,26
2052	1.811.189.714,43	1.456.263.499,53	354.926.214,90	22.125.830.119,16
2053	1.832.710.367,66	1.482.147.467,33	350.562.900,33	22.476.393.019,49
2054	1.855.710.200,56	1.496.857.449,47	358.852.751,09	22.835.245.770,59
2055	1.876.703.159,81	1.517.277.951,20	359.425.208,61	23.194.670.979,19
2056	1.902.875.299,09	1.517.250.354,01	385.624.945,08	23.580.295.924,27
2057	1.929.326.794,44	1.513.915.998,35	415.410.796,09	23.995.706.720,36
2058	1.955.645.304,35	1.512.389.512,70	443.255.791,65	24.438.962.512,01
2059	1.981.716.870,07	1.518.885.776,26	462.831.093,81	24.901.793.605,82
2060	2.005.689.021,27	1.538.980.317,27	466.708.704,00	25.368.502.309,83
2061	2.028.158.035,22	1.568.327.773,18	459.830.262,04	25.828.332.571,86
2062	2.047.124.963,84	1.618.911.538,58	428.213.425,26	26.256.545.997,13
2063	2.084.824.513,82	1.610.789.854,09	474.034.659,73	26.730.580.656,86
2064	2.114.519.398,90	1.598.234.838,62	516.284.560,28	27.246.865.217,14
2065	2.139.217.061,34	1.615.993.710,70	523.223.350,64	27.770.088.567,78
2066	2.168.879.512,05	1.619.005.414,73	549.874.097,32	28.319.962.665,10
2067	2.206.081.156,17	1.606.331.393,61	599.749.762,56	28.919.712.427,66
2068	2.240.942.220,78	1.607.291.918,67	633.650.302,11	29.553.362.729,78
2069	2.267.021.870,90	1.637.649.820,85	629.372.050,05	30.182.734.779,83
2070	2.305.046.571,59	1.648.132.015,52	656.914.556,07	30.839.649.335,90
2071	2.345.729.525,42	1.645.844.852,66	699.884.672,76	31.539.534.008,66
2072	2.358.408.877,82	1.730.271.745,68	628.137.132,14	32.167.671.140,80
2073	2.416.321.598,77	1.707.939.763,36	708.381.835,41	32.876.052.976,20
2074	2.461.054.169,33	1.683.144.150,32	777.910.019,01	33.653.962.995,21
2075	2.502.777.511,36	1.700.031.746,53	802.745.764,83	34.456.708.760,04
2076	2.552.094.736,07	1.687.497.714,45	864.597.021,62	35.321.305.781,67
2077	2.605.320.441,24	1.670.736.044,04	934.584.397,20	36.255.890.178,87
2078	2.662.544.200,87	1.656.639.900,22	1.005.904.300,65	37.261.794.479,52
2079	2.722.900.499,83	1.644.167.818,01	1.078.732.681,82	38.340.527.161,34
2080	2.789.154.042,34	1.624.951.354,48	1.164.202.687,86	39.504.729.849,19
2081	2.858.613.623,51	1.617.098.116,34	1.241.515.507,17	40.746.245.356,36
2082	2.934.967.220,78	1.597.552.513,00	1.337.414.707,78	42.083.660.064,15
2083	3.015.423.589,61	1.592.002.425,35	1.423.421.164,26	43.507.081.228,40
2084	3.101.961.662,96	1.576.407.068,31	1.525.554.594,65	45.032.635.823,05
2085	3.192.728.509,58	1.571.872.152,69	1.620.856.356,89	46.653.492.179,95
2086	3.290.491.472,54	1.575.397.763,27	1.715.093.709,27	48.368.585.889,22

Fonte: AMAZONPREV



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Orçamento da Seguridade Social - (FFIN - FUNDO FINANCEIRO)**

*Anexo XIII (LRF, Art. 53, §1º, inciso II)*

*Período de: 2012 a 2086*

<b>Exercício</b>	<b>Receita Previdenciária (a)</b>	<b>Despesa Previdenciária (b)</b>	<b>Resultado Previdenciário (c) = (a - b)</b>	<b>Saldo Financeiro do Exercício</b>
2012	155.016.247,43	859.070.978,67	(704.054.731,24)	13.314.104,43
2013	303.142.848,30	1.102.094.067,59	798.951.219,29	-
2014	285.844.767,64	1.157.868.901,50	872.024.133,86	-
2015	280.061.334,11	1.217.286.176,08	937.224.841,97	-
2016	269.769.492,30	1.295.878.212,11	1.026.108.719,81	-
2017	262.211.741,36	1.358.592.687,99	1.096.380.946,63	-
2018	255.291.511,84	1.419.600.396,30	1.164.308.884,46	-
2019	248.637.239,32	1.472.848.518,31	1.224.211.278,99	-
2020	238.709.049,22	1.537.997.555,43	1.299.288.506,21	-
2021	229.640.480,00	1.595.578.164,67	1.365.937.684,67	-
2022	220.904.776,23	1.643.412.665,56	1.422.507.889,33	-
2023	211.291.282,87	1.693.016.510,47	1.481.725.227,60	-
2024	199.599.965,90	1.745.341.846,19	1.545.741.880,29	-
2025	194.520.003,59	1.765.187.830,82	1.570.667.827,23	-
2026	190.572.082,99	1.769.235.722,41	1.578.663.639,42	-
2027	184.061.233,94	1.788.361.159,42	1.604.299.925,48	-
2028	176.889.170,78	1.795.985.484,34	1.619.096.313,56	-
2029	169.767.785,63	1.800.248.417,93	1.630.480.632,30	-
2030	162.159.987,12	1.801.964.444,68	1.639.804.457,56	-
2031	153.961.681,53	1.800.128.294,35	1.646.166.612,82	-
2032	143.187.882,64	1.820.864.708,44	1.677.676.825,80	-
2033	139.250.930,92	1.792.572.970,91	1.653.322.039,99	-
2034	133.884.678,21	1.766.286.432,35	1.766.286.432,35	-
2035	130.350.019,43	1.727.671.095,90	1.597.321.076,47	-
2036	126.920.648,38	1.685.657.504,78	1.558.736.856,40	-
2037	123.635.940,32	1.639.671.938,11	1.516.035.997,79	-
2038	120.402.272,56	1.590.798.113,80	1.470.395.841,24	-
2039	117.097.403,19	1.539.319.110,87	1.422.221.707,68	-
2040	113.669.444,19	1.485.661.611,78	1.371.992.167,59	-
2041	110.143.693,27	1.430.034.807,80	1.319.891.114,53	-
2042	106.508.236,78	1.372.760.481,59	1.266.252.244,81	-
2043	102.822.286,41	1.313.786.762,24	1.210.964.475,83	-
2044	99.024.761,12	1.253.734.670,88	1.154.709.909,76	-
2045	95.116.667,27	1.192.895.783,40	1.097.779.116,13	-
2046	91.113.445,65	1.131.546.400,50	1.040.432.954,85	-
2047	87.031.469,91	1.069.966.895,73	982.935.425,82	-
2048	82.885.191,04	1.008.435.267,03	925.550.075,99	-
2049	78.693.285,65	947.232.511,83	868.539.226,18	-
2050	74.477.088,22	886.627.539,21	812.150.450,99	-
2051	70.254.900,53	826.885.338,05	756.630.437,52	-
2052	66.044.017,63	768.262.106,09	702.218.088,46	-
2053	61.862.247,74	711.004.420,91	649.142.173,17	-
2054	57.724.021,59	655.342.331,66	597.618.310,07	-
2055	53.642.220,06	601.483.418,10	547.841.198,04	-
2056	49.636.047,57	549.610.657,68	499.974.610,11	-
2057	45.725.814,88	499.885.082,49	454.159.267,61	-
2058	41.929.458,67	452.448.329,83	410.518.871,16	-
2059	38.264.055,18	407.420.408,22	369.156.353,04	-
2060	34.745.222,04	364.900.870,26	330.155.648,22	-
2061	31.386.802,20	324.966.535,18	293.579.732,98	-
2062	28.196.830,13	287.673.038,24	259.476.208,11	-
2063	25.182.721,17	253.053.145,21	227.870.424,04	-
2064	22.350.895,00	221.118.850,37	198.767.955,37	-
2065	19.706.579,08	191.859.438,61	172.152.859,53	-
2066	17.253.203,60	165.237.298,59	147.984.094,99	-
2067	14.991.088,12	141.189.516,94	126.198.428,82	-
2068	12.919.659,15	119.629.591,69	106.709.932,54	-
2069	11.036.010,12	100.454.536,07	89.418.525,95	-
2070	9.335.528,00	83.543.518,11	74.207.990,11	-
2071	7.813.320,57	68.759.597,99	60.946.277,42	-
2072	6.463.077,27	55.952.817,89	49.489.740,62	-
2073	5.277.749,72	44.969.696,39	39.691.946,67	-
2074	4.249.389,69	35.654.421,52	31.405.031,83	-
2075	3.368.962,84	27.849.428,82	24.480.465,98	-
2076	2.626.150,10	21.396.672,04	18.770.521,94	-
2077	2.009.403,95	16.140.504,90	14.131.100,95	-
2078	1.506.216,76	11.929.848,14	10.423.631,38	-
2079	1.103.283,48	8.618.671,11	7.515.387,63	-
2080	787.033,02	6.066.827,65	5.279.794,63	-
2081	544.454,35	4.144.515,29	3.600.060,94	-
2082	363.720,97	2.736.488,36	2.372.767,39	-
2083	233.797,03	1.740.072,86	1.506.275,83	-
2084	144.213,79	1.063.063,69	918.849,90	-
2085	85.339,42	624.248,35	538.908,93	-
2086	48.763,68	354.902,65	306.138,97	-

Fonte: AMAZONPREV



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

### ***21.7. Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital***

A Lei Complementar nº 101/2000, no art. 53, § 1º, I, anexo XI, prevê a elaboração de demonstrativo, evidenciando o atendimento ao disposto no inciso III do art. 167 da Constituição da República, nos termos do § 3º, do art. 32 da referida Lei, consagrando o preceito fundamental de que o produto das operações de crédito não pode ultrapassar o montante das despesas de capital no mesmo exercício financeiro, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

O Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital referente ao último bimestre de 2013, parte integrante do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Poder Executivo, foi publicado no Diário Oficial do Estado do dia 30/01/2014.

O quadro abaixo evidencia que, no exercício de 2013, as Despesas de Capital da Administração Direta e Indireta foram superiores às Receitas de Operações de Crédito, estando atendido, dessa forma, a exigência expressa no artigo 167, III, da Constituição da República.

#### **DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**

RREO Anexo XI - (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

Período de Referência: Janeiro a Dezembro / 2013

RECEITA	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		Saldo a Realizar (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.991.419.197,61	962.016.703,03		1.029.402.494,58
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d - (e + f))
		LIQUIDADAS (e)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.576.520.082,78	2.426.482.148,73	433.017.728,95	717.020.205,10
DESPESAS DE CAPITAL LIQUIDA (II)	3.576.520.082,78	2.426.482.148,73	433.017.728,95	717.020.205,10
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (I - II)	(1.585.100.885,17)	(1.897.483.174,65)		312.382.289,48

Fonte: Administração Financeira Integrada - AFI / Departamento de Contabilidade Pública - DECON

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas Liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei nº 4.320/1964.

### ***21.8. Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos***

A Lei Complementar nº 101/2000, em seu artigo 44, veda a aplicação de Receita de Capital proveniente da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se esta for destinada, por lei, aos regimes de previdência social geral e próprio dos servidores públicos.

O Demonstrativo a seguir refere-se à Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos, evidencia o cumprimento do dispositivo supra, comprovando que os recursos provenientes da alienação de ativos realizados pela Administração Pública Estadual, no exercício de 2013, foram aplicados em despesas de capital (investimentos).





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

RREO - Anexo XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

Período de Referência: Janeiro a Dezembro / 2013

RECEITAS	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)		Saldo a Realizar (c) = (a - b)
RECEITAS DE CAPITAL	500.000,00		225.081,94	274.918,06
ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	500.000,00		225.081,94	274.918,06
Alienação de Bens Móveis	500.000,00		225.081,94	274.918,06
Alienação de Bens Imóveis	-		-	-
<b>TOTAL</b>	<b>500.000,00</b>		<b>225.081,94</b>	<b>274.918,06</b>
DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		Saldos a Executar (g) = (d - (e + f))
		LIQUIDADAS (e)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (f)	
(APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS) (II)	-	-	-	-
Despesas de Capital	19.446.069,42	15.701.700,14	2.268.651,34	1.475.717,94
Investimentos	19.446.069,42	15.701.700,14	2.268.651,34	1.475.717,94
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>19.446.069,42</b>	<b>15.701.700,14</b>	<b>2.268.651,34</b>	<b>1.475.717,94</b>
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	<Exercício Anterior> (h)	<Do Exercício> (i) = (b - (e + f))		Saldo Atual (j) = (h + i)
	21.913.620,61	(17.745.269,54)		4.168.351,07

**Fonte:** Sistema de Administração Financeira Integrada – AFI/Departamento de Contabilidade Pública – DECON

**Nota:** Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas Liquidadas: consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, considerados liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

## 21.9. Relatório de Gestão Fiscal

O Relatório de Gestão Fiscal, previsto no art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, deve ser emitido ao final de cada quadrimestre pelos titulares dos Poderes, pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público.

A Publicação deve ocorrer até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada quadrimestre, conforme determina o art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000. O Relatório compreende os seguintes Anexos, contendo os demonstrativos abaixo relacionados:

COMPOSIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
Anexos	DEMONSTRATIVOS
I	Demonstrativo da Despesa com Pessoal
II	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
III	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
IV	Demonstrativo das Operações de Créditos
V	Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
VI	Demonstrativo dos Restos a Pagar
VII	Demonstrativo dos Limites

O Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas e o Ministério Público devem publicar, nos dois primeiros quadrimestres, somente o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, constante do Anexo I.

Ao Poder Executivo cabe a publicação, nos 02 (dois) primeiros quadrimestres, dos Anexos I, II, III e IV.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

No último quadrimestre do ano, além dos Anexos citados, devem ser publicados por todos os Poderes os anexos V, VI e VII.

***21.9.1. Publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal***

**Poder Executivo**

1ª publicação: 29/05/2013

2ª publicação: 27/09/2013

3ª publicação: 30/01/2014

O Poder Executivo do Estado cumpriu os prazos determinados pelo artigo 55, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000.

**Assembleia Legislativa (ALE)**

1ª Publicação: 29/05/2013

2ª Publicação: 30/09/2013

3ª Publicação: 31/01/2014

A Assembleia Legislativa do Estado cumpriu os prazos determinados pelo artigo 55, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000.

**Tribunal de Contas do Estado (TCE)**

1ª Publicação: 21/05/2013

2ª Publicação: 20/09/2013

3ª Publicação: 29/01/2014

O Tribunal de Contas do Estado cumpriu os prazos determinados pelo artigo 55, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000.

**Poder Judiciário (TJ)**

1ª Publicação: 24/05/2013

2ª Publicação: 25/09/2013

3ª Publicação: 24/01/2014

O Poder Judiciário do Estado cumpriu os prazos determinados pelo artigo 55, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000.

**Ministério Público (PGJ)**

1ª Publicação: 28/05/2013

2ª Publicação: 26/09/2013

3ª Publicação: 29/01/2014

O Ministério Público do Estado cumpriu os prazos determinados pelo artigo 55, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000.

***21.10. Restos a Pagar***

Para atendimento do *Princípio do Equilíbrio das Contas Públicas*, expresso no § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101/2000, as despesas inscritas em Restos a Pagar - Processados e Não Processados - deverão estar, ao final de cada exercício financeiro, cobertas pela disponibilidade constante nas contas de caixa e bancos, possibilitando seu pagamento no exercício seguinte.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

As Disponibilidades de Caixa/Bancos e o saldo total de Restos a Pagar dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público existentes em 31/12/2013, estão demonstradas no quadro a seguir:

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS EM 31/12/2012					
DISCRIMINAÇÃO	PODER EXECUTIVO	PODER JUDICIÁRIO	PODER LEGISLATIVO		MINISTÉRIO PÚBLICO
			Assembleia Legislativa	Tribunal de Contas	
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA					
1. Saldos Bancários	3.654.144.166,86	165.552.625,86	18.372.928,59	63.933.160,55	92.321.456,17
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					
2. Depósitos	404.757.650,84	117.958.097,76	5.794.880,85	182,60	78.821.866,65
Restos a Pagar Processados	178.885.991,14	20.279,80	3.310.035,83	465,80	25.261,08
Do Exercício	159.326.049,04	20.019,80	410.751,05	0,00	0,00
De Exercícios Anteriores	19.559.942,10	260,00	3.131.003,00	465,80	25.261,08
3. Suficiência Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados (3) = (1-2)	3.070.500.524,88	47.594.528,10	9.268.011,91	63.932.512,15	13.499.589,53
4. Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	837.667.501,99	3.118.494,01	3.310.035,83	18.075.770,55	3.406.937,01
5. Suficiência Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados (5) = (3-4)	2.232.833.022,89	44.476.034,09	5.794.880,85	45.856.741,60	10.092.652,52

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal dos Poderes e Ministério Público / 2013

Importa ressaltar que a gestão financeira correspondente ao fluxo de caixa para administração, não pode ser avaliada somente por saldos bancários, e sim pelos resultados de arrecadação, em contrapartida aos compromissos assumidos pela administração estadual. Portanto, a regra estabelecida no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, foi obedecida pelos Poderes: Executivo, Judiciário, Assembleia Legislativa, bem como pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público, visto que as suas disponibilidades financeiras auferidas no exercício de 2013 foram suficientes para arcar o pagamento no exercício seguinte, da totalidade das obrigações assumidas no exercício em exame, apresentadas no quadro acima.

### **21.11. Despesas com Pessoal**

Os limites da despesa total com pessoal, para as diversas esferas de governo, estão estabelecidos no art. 19, II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Os limites de comprometimento da Despesa com Pessoal, previstos no art. 20, II da LRF, dos Poderes e Órgãos do Estado, em relação à Receita Corrente Líquida, no exercício de 2013, estão demonstrados no quadro a seguir.

<b>DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>						
<b>JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013</b>						
DISCRIMINAÇÃO	PODER EXECUTIVO	PODER JUDICIÁRIO	PODER LEGISLATIVO		MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
			ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	TRIBUNAL DE CONTAS		
1. Total Despesa Líquida - Pessoal últimos 12 meses	4.502.921.411,56	419.106.264,91	119.585.717,49	113.969.298,47	125.219.321,68	5.280.802.014,11
2. Percentual sobre a RCL	43,59%	4,06%	1,16%	1,10%	1,21, %	51,12%
3. Limite Prudencial (Art. 22, Parágrafo Único da LRF)	4.808.504.436,79	588.796.461,65	166.825.664,13	127.572.566,69	196.265.487,22	5.887.964.616,48
4. Percentual de 95% do limite legal	46,55%	5,70%	1,62%	1,23%	1,90%	57,00 %
5. Limite Legal (Art. 20, II da LRF)	5.061.583.617,67	619.785.749,10	175.605.962,25	134.286.912,31	206.595.249,71	6.197.857.491,04
	49%	6%	1,70%	1,30%	2,0%	60%
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA: R\$ 10.329.762.485,05</b>						

Fonte: Sistema AFI/SEFAZ e Relatórios de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

Conforme o quadro apresentado, verifica-se que o Poder Executivo, Judiciário e Legislativo (Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas), bem como o Ministério Público, cumpriram aos limites de gastos com pessoal, estabelecidos nos artigos 20, inciso II; e 22, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000-LRF.

### 21.12. Operações de Crédito

O quadro a seguir apresenta o Demonstrativo das Operações de Crédito, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, elaborado pelo Poder Executivo, abrangendo as operações de crédito internas e externas, inclusive por antecipação da receita.

Este demonstrativo visa a assegurar a transparência das operações de crédito efetuadas por entes da Federação e verificar os limites de que trata o anexo IV, da Lei Complementar nº 101/2000 (art. 55, I, alínea “d”, e inciso III, alínea “c”), bem como o cumprimento da Resolução n. 43/2001 do Senado Federal, que estabelece o Limite de 16% da Receita Corrente Líquida para contratação de Operações de Crédito no exercício financeiro. Os dados ali registrados indicam que o Poder Executivo cumpriu com o limite estabelecido para contratação de operações de crédito.

#### DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

RGF - Anexo IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea “d” e inciso III, alínea “c”)

Período: Janeiro a Dezembro 2013

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Valor	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>		
Contratual	919.374.446,44	962.016.703,03
Interna	919.374.446,44	962.016.703,03
Abertura de Crédito	448.218.019,12	481.634.641,96
Externa	448.218.019,12	481.634.641,96
Abertura de Crédito	471.156.427,32	480.382.061,07
	471.156.427,32	480.382.061,07
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>		
Parcelamentos de Dívidas	-3.968.090,44	38.906.201,91
De Tributos	-3.968.090,44	38.906.201,91
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	-3.968.090,44	38.906.201,91
Demais Contribuições Sociais	-2.952.755,76	33.068.026,93
Do FGTS	-1.015.334,68	5.838.174,98
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública – RELUZ	0,00	0,00
	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% Sobre a RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL</b>	<b>10.329.762.485,05</b>	<b>-</b>
Total Considerado para Fins da Apuração do Cumprimento do Limite = (Ia+III)	962.016.703,03	9,31
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas (16%)	1.652.761.997,61	16,00
LIMITE DE ALERTA (Inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	1.487.485.797,85	14,40
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	723.083.373,95	7,00
<b>Total Considerado para Contratação de Novas Operações de Crédito (III) = (Ia + IIa)</b>	<b>1.000.922.904,94</b>	<b>9,69</b>

FONTE: Administração Financeira Integrada – AFI/ Departamento de Contabilidade Pública - DECON

Notas: Este Demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

### 21.13. Dívida Consolidada Líquida

Conforme se observa no demonstrativo a seguir, foram cumpridas as exigências do art. 30, da Lei Complementar nº 101/2000, e da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que estabelece o limite da Dívida Consolidada Líquida em 2 (duas) vezes o valor da Receita Corrente Líquida.

#### DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

RGF – Anexo II (LRF, art. 55, inciso I, alínea “b”)

Período: Janeiro a Dezembro/2013

ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	3.877.973.077,53	3.776.443.448,44	3.672.124.530,40	4.644.712.908,97
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	3.837.132.776,28	3.729.011.386,40	3.629.250.238,05	4.605.806.707,06
Interna	2.780.221.017,85	2.683.614.214,58	2.603.354.501,72	2.971.035.173,94
Externa	1.056.911.758,43	1.045.397.171,82	1.025.895.736,33	1.634.771.533,12
Demais Dívidas	40.840.301,25	47.432.062,04	42.874.292,35	38.906.201,91
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	2.398.584.815,14	2.759.774.521,86	2.412.186.348,33	2.390.729.212,69
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.361.621.062,72	2.803.776.891,45	2.425.495.140,52	2.361.037.424,09
Demais Haveres Financeiros	212.347.730,38	19.956.027,60	18.039.431,18	208.577.779,74
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatório)	175.383.977,96	63.958.397,19	31.348.223,37	178.885.991,14
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I – II)</b>	<b>1.479.388.262,39</b>	<b>1.016.668.926,58</b>	<b>1.259.938.182,07</b>	<b>2.253.983.696,28</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL</b>	<b>9.655.316.018,77</b>	<b>9.994.274.361,06</b>	<b>10.208.164.119,07</b>	<b>10.329.762.485,05</b>
<b>% da DC sobre a RCL (I/RCL)</b>	<b>40,16</b>	<b>37,79</b>	<b>35,97</b>	<b>44,96</b>
<b>% da DCL sobre a RCL (III/RCL)</b>	<b>15,32</b>	<b>10,17</b>	<b>12,34</b>	<b>21,82</b>
<b>Limite Definido por Resolução do Senado Federal (2 x RCL)</b>	<b>19.310.632.037,54</b>	<b>19.988.548.722,12</b>	<b>20.416.328.238,14</b>	<b>20.659.524.970,10</b>
<b>LIMITE DE ALETA(Inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>17.379.568.833,79</b>	<b>17.989.693.849,91</b>	<b>18.374.695.414,33</b>	<b>18.593.572.473,09</b>

FONTE: Sistema de Administração Financeira Integrada – AFI

## 22 . CONCLUSÃO

Por todo o exposto e considerando que a presente análise tem por base os apontamentos contidos na Prestação de Contas do exercício de 2013, gestão do Senhor OMAR JOSÉ ADBEL AZIZ, Governador do Estado do Amazonas, objeto do Processo nº 1521/2014, como também das informações extraídas do Sistema de Administração Financeira Integrada - AFI/SEFAZ, Sistema de Auditoria de Contas Públicas-ACP-TCE, sistema E-Contas e demais informações obtidas junto aos Órgãos e Entidades Administração Pública do Estado, concluiu-se, em síntese:

### 22.1 - Receitas Correntes

Para a formação do valor arrecadado tiveram importante participação as Receitas Correntes, cuja soma alcançou a monta de R\$ 14.170.239.484,36, que representa o percentual de 97,50% do total da receita arrecadada.

### 22.2. Receitas Tributárias

As Receitas Tributárias caracterizam-se como a maior Subcategoria Econômica das Receitas do Estado, tendo auferido arrecadação na ordem R\$ 8.082.887.123,78, representando um percentual de 55,62% em relação à Receita Líquida do exercício, com destaque para os seguintes impostos:



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

- O ICMS, com arrecadação de R\$ 7.425.753.698,97, representou 91,87% das Receitas Tributárias, havendo um acréscimo de R\$ 807.154.938,73, equivalente a 12,19% em relação à arrecadação de 2012, no montante de R\$ 6.618.598.760,24. O ICMS é continuamente a maior fonte de receita do Estado. Em 2013, representou 51,09% da Receita Total Líquida, ou seja, mais da metade da sua arrecadação, já considerando as deduções legais;
- O IPVA atingiu a arrecadação de R\$ 233.518.033,99, verificando-se um acréscimo de R\$ 35.983.339,78, equivalente a 18,21% em relação ao valor arrecado de 2012, na quantia de R\$ 197.534.694,21;
- O Imposto Sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doações de Bens e Direitos-ITCMD, teve arrecadação de R\$ 6.760.920,36, verificando-se um acréscimo de 26,54% se comparado com o valor arrecadado no exercício de 2012, na ordem de R\$ 1.418.028,60;
- As receitas decorrentes das taxas pela prestação de serviços atingiram a importância de R\$ 4.024.879,45, enquanto a arrecadação referente às taxas pelo exercício do poder de polícia, alcançou a importância de R\$ 2.163.213,52;

### ***22.3. Receitas de Contribuições***

Nesta Subcategoria Econômica destacamos a fonte “Outras Contribuições Sociais”, cuja arrecadação, no valor de R\$ 1.191.340.017,40, decorre das contribuições efetuadas por empresas instaladas na Zona Franca de Manaus, detentoras de incentivos Fiscais e Extrafiscais, com base na Lei nº 2.826, de 29 de setembro de 2003, registrando como maior destinatário dessa arrecadação o Fundo de Fomento ao Turismo de Infraestrutura, Serviço e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas - FTI, na importância de R\$ 761.669.380,47, correspondente a 63,93% da Receita de Contribuições.

### ***22.4. Receita Patrimonial***

A Receita Patrimonial arrecadada totalizou a importância de R\$ 248.103.183,69, sendo 7,20% maior que o valor previsto, na ordem de R\$ 231.428.000,00;

### ***22.5. Receita de Serviços***

A Receita de Serviços apresentou um ingresso de R\$ 154.364.947,36, sendo a terceira maior Subcategoria Econômica das Receitas Correntes. Os valores arrecadados referem-se a serviços comerciais, transportes, saúde e administrativos, dos quais destacam-se os administrativos, no valor de R\$ 54.733.669,91 que, em relação ao total, representa um percentual de 35,45%;

### ***22.6. Transferências Correntes***

Constitui-se na segunda maior Subcategoria Econômica das Receitas Correntes, foi arrecadada a quantia de R\$ 4.018.167.370,10, atingindo o percentual de 28,35% daquelas receitas. Esses recursos são oriundos das Transferências da União, Transferências Multigovernamentais e Outras Transferências, destacando-se o Fundo de Participação do Estado, no valor de R\$ 1.859.249.391,74, representando 46,27% das Transferências Correntes.





**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

### ***22.7. Outras Receitas Correntes***

Nesta Subcategoria, está registrada a Receita da Dívida Ativa, na ordem R\$ 56.252.682,79, representando o percentual de 25,68% do montante dessas Receitas, na ordem de R\$ 218.978.178,19.

### ***22.8. Receitas de Capital***

As Receitas oriundas de Operações de Créditos, no valor de R\$ 962.016.703,03 tiveram importante participação na composição da Receitas de Capital, representando 62,14% do montante arrecadado dessas Receitas (R\$ 1.548.083.348,25).

### ***22.9. Alterações Orçamentárias***

As suplementações adicionais realizadas atingiram o montante de R\$ 9.643.408.145,57, com utilização de recursos decorrentes do excesso de arrecadação (R\$ 1.357.835.137,37), superávit financeiro (R\$ 1.220.316.662,60), operações de créditos (R\$ 230.016.703,03), créditos especiais (R\$ 634.509,71) anulação de dotações (R\$ 4.088.892.607,76) e alterações de QDD - Quadro Detalhado de Despesas (R\$ 2.745.712.525,10);

### ***22.10. Excesso da Arrecadação***

Comparando a Receita Prevista para o exercício, no valor de R\$ 12.985.098.000,00, com a efetivamente arrecadada, de R\$ 14.532.631.327,05, apura-se um excesso de arrecadação na ordem de R\$ 1.547.533.327,05, correspondente a 11,92%;

### ***22.11. Economia Orçamentária***

Comparando a Despesa Autorizada no valor de R\$ 15.793.901.012,71 com a Realizada (empenhada) na importância de R\$ 14.569.525.924,39, apurou-se uma economia orçamentária de R\$ 1.224.375.088,32, resultante da parcela de créditos orçamentários autorizados, porém não utilizados;

### ***22.12. Resultado da execução orçamentária***

O Balanço Orçamentário indica que houve **Déficit** na Execução Orçamentária do exercício de 2013 na ordem de R\$ 36.894.597,34.

### ***22.13. Saldo financeiro disponível***

Elaborado na forma do Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro apontou como saldo financeiro disponível do exercício atual o valor de R\$ 3.654.144.166,86;

### ***22.14. Ativo financeiro do Estado***

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado em 31/12/2013 resulta em um **Superávit Financeiro** na ordem de R\$ 2.398.288.385,66;



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

### ***22.15. Patrimônio Permanente***

Do confronto entre os componentes positivos e negativos do patrimônio permanente, resulta uma situação líquida positiva no valor de R\$ **3.193.472.065,65**

### ***22.16. Bens Móveis e Imóveis***

A conta Bens Móveis e Imóveis mostrou, em relação a 2012 aumentos da ordem de 22,31% e 10,90% respectivamente;

### ***22.17. Dívida Flutuante***

A Dívida Flutuante somou R\$ 1.469.753.761,75, tendo como maior participação os Restos a Pagar Processados e Não Processados do exercício de 2013, no total de R\$ 874.601.250,92, que representaram 59,50% desse título;

### ***22.18. Dívida Fundada Interna***

A Dívida Fundada Interna apresenta em 2013 um saldo de **R\$ 3.013.146.904,04**, sendo incorporado no exercício o valor de R\$ 493.035.107,36 decorrentes de acréscimo de operações de créditos e menos a baixa (amortização e cancelamento), na ordem R\$ 334.397.987,56.

### ***22.19. Dívida Fundada Externa***

A Dívida Fundada Externa apresentou em 2013 o saldo de R\$ 1.654.315.627,70, sendo incorporado o valor de R\$ 480.382.061,07, referente a empréstimos tomados;

### ***22.20. Superávit Patrimonial***

O **Superávit** patrimonial verificado foi de R\$ 312.328.379,21, resultante da diferença entre os somatórios das variações patrimoniais ativas e passivas, identificando no Patrimônio do Estado a supremacia do ATIVO (bens e direitos) sobre o PASSIVO (compromissos com terceiros), revelando a existência de um Patrimônio Líquido de R\$ 5.840.379.010,67;

### ***22.21. Gastos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino***

Na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, o Estado cumpriu o disposto no art. 212, da Constituição da República, tendo aplicado o montante de R\$ 2.020.930.980,20, correspondente a 25,04% da Receita Resultante de Impostos e Transferências, no total de R\$ 8.071.867.542,35;

### ***22.22. Aplicação dos Recursos do FUNDEB***

Do total dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB na ordem de R\$ 1.240.142.440,48, o Estado do Amazonas, no exercício de 2013 aplicou o valor de R\$ 791.526.185,70, correspondente a 63,83% ao pagamento de remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, cumprindo assim o que determina o art. 22 da Lei nº 11.494/2007;



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

### **22.23. Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde**

Nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, o governo aplicou o valor de R\$ 1.869.506.038,12, correspondente a 23,16% da Receita Resultante de Impostos e Transferências, na ordem de R\$ 8.071.809.274,40, cumprindo assim o que determina art. 6º da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2013.

### **22.24. Transferências de Convênios Federais**

Como transferências voluntárias, a União repassou por meio de convênios, recursos no valor de R\$ 161.295.414,24, sendo: R\$ 47.082.512,91 como Transferências Correntes, e R\$ 114.212.901,33 como Transferências de Capital;

### **22.25. Operações de Crédito Internas**

No decorrer do exercício de 2013, as operações de crédito internas recebidas pelo Estado totalizaram R\$ 481.634.641,96, das quais se destacam o Contrato 20/2013-9, no valor de R\$ 250.000.000,00 e o Contrato 10.2.1734-1, de R\$ 128.772.719,24, que juntos totalizaram 78,65%, conforme quadro abaixo:

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS			
Nº Contrato	Especificação/Fonte	Valor	Part. %
20/2013-9	PROINFRA	250.000.000,00	51,91
10.2.1734-1	BNDES - ARENA DA AMAZÔNIA	128.772.719,24	26,74
12.2.0312.1	BNDES – DUPLICAÇÃO AM 070	18.072.794,28	3,75
229.005-87	Conj. Habitacional p/Servidores	4.093.823,26	0,85
0331.490-25	Conj. Hab. Meu Orgulho 1ª Etapa (PMCMV 1)	476.069,99	0,10
0339.629-57/10	Conj. Hab. Meu Orgulho 2ª Etapa (PMCMV 2)	12.338.950,28	2,56
408907-99	COBERTURA DA ARENA DA AMAZÔNIA	67.880.284,91	14,09
Total - Internas		481.634.641,96	100,00

Fonte: Demonstrativo da Dívida Fundada - Anexo 16

### **22.26. Operações de Crédito Externas**

No exercício de 2013 as operações de crédito externas recebidas pelo Estado totalizaram a importância de R\$ 480.382.061,07, das quais se destacam o Contrato 3139/OC-BR, no valor de R\$ 386.676.000,00, com participação de 80,49% daquelas das operações, conforme quadro:

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS			
Nº Contrato	Especificação	Valor	Part. %
LN 7513-OC-BR	PROJETO ZONA FRANCA VERDE	4.705.364,36	0,98
2165/OC-BR	PROSAMIM FIN. SUPLEMENTAR	4.740.000,00	0,99
2006/OC-BR	PROSAMIM- 2BID	13.950.882,82	2,90
2676/OC-BR	PROSAMIM -3BID,	70.309.813,89	14,64
3139/OC-BR	PROCONFIS	386.676.000,00	80,49
Total		480.382.061,07	100,00%

Fonte: Demonstrativo da Dívida Fundada - Anexo 16

### **22.27. Licitações, Dispensas e Inexigibilidades**

O valor total dos procedimentos de licitação, dispensas e inexigibilidades alcançou a cifra de R\$ 2.643.536.443,95, conforme demonstrado abaixo:



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Comissão das Contas do Governador

De todas as modalidades empregadas, em termos quantitativos, o Pregão se destaca sobre as demais, principalmente o Pregão Eletrônico.

<b>RESUMO DOS VALORES LICITADOS EM 2013</b>			
<b>Modalidade</b>	<b>Valor</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Convite	3.376.676,33	78	0,13
Tomada de Preços	42.488.445,29	132	1,61
Concorrência	410.415.103,87	284	15,53
Pregão Presencial	453.268.620,92	155	17,15
Pregão Eletrônico	1.289.831.728,10	2.480	48,79
Dispensa	263.924.368,34	562	9,98
Inexigibilidade	123.292.718,25	294	4,66
Outras Modalidades	56.938.782,85	11	2,15
<b>Total Geral</b>	<b>2.643.536.443,95</b>	<b>3.996</b>	<b>100,00</b>

### ***22.28. Bens Patrimoniais***

O Imobilizado do Estado, constante do Balanço Patrimonial, registra a importância de R\$ 5.919.702.259,79, representando um acréscimo na ordem de R\$ 944.676.774,01 em relação ao registrado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, no total de R\$ 4.975.025.485,78;

### ***22.29. Previsão de Despesa Custeada com Recursos do Tesouro Estadual.***

A base para o repasse de recursos aos Poderes Judiciário e Legislativo, Tribunal de Contas Ministério Público, foi efetuada nos termos do art. 5º, incisos I, II e III, Lei nº 3.778, de 18/07/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO).

<b>Repasse aos Poderes Judiciário e Legislativo e do Ministério Público-2013</b>					
<b>Órgão e Discriminação das Vinculações</b>	<b>Valor a ser Repassado</b>	<b>%</b>	<b>Valor Repassado</b>	<b>%</b>	<b>Diferença a Menor/Maior</b>
<b>Poder Judiciário - 7,4% da Receita Tributária Líquida (Art. 5º, I da LDO)</b>	457.370.401,94	7,40	430.674.000,00	6,97	26.696401,94
<b>Ministério Público - 3,3% da Receita Tributária Líquida (Art. 5º, II da LDO)</b>	203.962.476,54	3,30	195.722.000,00	3,17	8.240.476,54
<b>Poder Legislativo - 6,8% da Receita Tributária Líquida (Art. 5º, III "a" e "b" da LDO)</b>	<u>420.286.315,30</u>	<u>6,80</u>	<u>391.766.000,00</u>	<u>6,34</u>	<u>28.520.315,30</u>
a) Assembleia Legislativa (3,8%)	234.865.882,08	3,80	218.928.000,00	3,54	15.937.882,08
b) Tribunal de Contas do Estado (3%)	185.420.433,22	3,00	172.838.000,00	2,80	12.582.433,22
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.081.619.193,78</b>	<b>17,50</b>	<b>1.018.162.000,00</b>	<b>16,48</b>	<b>63.457.193,78</b>

### ***22.30. Despesas de Capital em relação às Receitas de Operações de Crédito.***

As Despesas de Capital da Administração Direta e Indireta foram superiores às Receitas de Operações de Crédito, em atendimento ao art. 167, III, da Constituição da República;

### ***22.31. Recursos de Alienação de Ativos e sua Aplicação***

O Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e sua Aplicação, mostra que aqueles recursos foram aplicados em despesas de capital, em atendimento ao art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS  
Comissão das Contas do Governador

### ***22.32. Limite para Contratação de Operações de Crédito***

O Demonstrativo das Operações de Crédito, elaborado pelo Poder Executivo, abrangendo as operações de crédito internas e externas, inclusive por antecipação de receita, comprova que foi cumprido o limite de 16% da Receita Corrente Líquida para contratação de operações no exercício financeiro, conforme disposto no art. 55, I, alínea “d”, da Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43 do Senado Federal, de 21 de dezembro de 2001;

### ***22.33. Limite para Dívida Consolidada Líquida***

O Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida evidencia o cumprimento do art. 30, da Lei Complementar nº 101/2000 e da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que estabelecem o limite da referida dívida em duas vezes o valor da Receita Corrente Líquida;

### ***22.34. Publicação dos Relatórios de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal***

O Poder Executivo cumpriu os prazos determinados pelos artigos 52, *caput* e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000, quanto a publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal;

O Fundo Previdenciário - AMAZONPREV publicou no prazo previsto no art. 52, da Lei Complementar nº 101/2000, os Demonstrativos das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – RPPS, relativos ao 1º, 2º, 3º 4º e 6º bimestres. Contudo publicou com atraso o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – RPPS relativo ao 5º bimestre.

Os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, o Tribunal de Contas e o Ministério Público, todos publicaram os Relatórios de Gestão Fiscal no prazo previsto no art.55, §2º, da Lei Complementar nº 101/2000;

### ***22.35. Limites de Gastos com Pessoal***

Nas Despesas com Pessoal, todos os Poderes e Órgãos cumpriram com os Limites fixados pelos artigos 19, 20 inciso II; 59, §1º, II e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, e art. 11 da Lei nº 3.644/211-LDO;

### ***22.36. Relatório de Controle Interno - CGE***

Em cumprimento ao que determina o art. 74 c/c art. 215, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno deste Tribunal, a Controladoria Geral do Estado encaminhou Relatório de Auditoria da Execução do Orçamento, sobre as Contas do Governador do Estado.

É o Relatório Analítico.